UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

MARLI DE BARROS

**TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NA REGIÃO DO
JACU-PÊSSEGO: ZONA LESTE DA CIDADE DE SÃO PAULO**

São Paulo, outubro de 2019

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

**TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NA REGIÃO DO
JACU-PÊSSEGO: ZONA LESTE DA CIDADE DE SÃO PAULO**

Marli de Barros

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Geografia Humana

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sandra Lencioni.

São Paulo, outubro de 2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

B277t Barros, Marli
Transformações socioespaciais na região do Jacu-
Pêssego: Zona Leste de São Paulo / Marli Barros ;
orientadora Sandra Lencioni. - São Paulo, 2019.
320 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Geografia. Área de concentração:
Geografia Humana.

1. Arco Jacu-Pêssego. 2. Operação Urbana
consorciada rio Verde-Jacu. 3. Jardim Helian. 4.
Zona Leste. 5. Segregação socioespacial. I. Lencioni,
Sandra, orient. II. Título.

BARROS, Marli de Barros. **Transformações socioespaciais na região do Jacu-Pêssego: Zona Leste da cidade de São Paulo. 2019.** F. Tese (doutorado em Geografia Humana) – programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Aprovada em:

Banca examinadora

Prof^a Dr^a Sandra Lencioni
Universidade de São Paulo – USP

Prof. Dr _____ Instituição: _____
Julgamento _____ Assinatura: _____

Prof. Dr _____ Instituição: _____
Julgamento _____ Assinatura: _____

Prof. Dr _____ Instituição: _____
Julgamento _____ Assinatura: _____

*Aos moradores do Jardim Helian, especialmente ao
Rodrigo Martins dos Reis (In Memoriam), ao Sérgio Moreira Lima
e ao Fernando Mohamed, dirigentes da Associação
dos Moradores do Jardim Helian, que me ensinaram,
com muito carinho, a força do viver em comunidade
e a lutar pelo direito de pertencer a esta metrópole.*

*Ao Luís, Pedro e Gabriel pelo amor e pela
cumplicidade do partilhar a vida.*

AGRADECIMENTOS

A trajetória de um doutorado é longa, é um caminho que nem sempre é linear. Tem conteúdos diversos: estudo, pesquisa, encontros, desencontros, incertezas e os dramas da vida, mas também tem a beleza das descobertas científicas, da ampliação do conhecimento do mundo e de nós mesmos, a beleza do encontro e das surpresas com o mundo e com as pessoas. É um caminho povoado e compartilhado no qual reafirmamos nossos laços mais profundos com quem convivemos e temos a oportunidade de construirmos outros.

Neste caminho encontrei e reencontrei pessoas maravilhosas, com quem desejo continuar partilhando a vida e os sonhos, por isso agradeço imensamente a Prof^a Dr^a Sandra Lencioni, minha orientadora, que me ensinou a desvendar um pouco mais dessa nossa metrópole e, mais do que isso, com seus gestos me ensinou sobre seriedade, responsabilidade e ética.

Agradeço às professoras Ana Fani Alessandro Carlos e Isabel Pinto Alvarez, pelas excelentes contribuições teóricas que recebi em minha qualificação.

Sou muito grata, aos amigos que fiz no LERGEO e que contribuíram para o debate e a reflexão teórica em vários momentos desta tese: Jorge França, Rafael Roxo, Simone Affonso, Matheus Bartholomeu, Alexandre Tinoco, Juliana Luquez, Michelle Sena, Gleice da Costa, Leônidas Marques.

Ao Eudes Leopoldo agradeço imensamente as discussões teóricas, as conversas sobre a vida e a grande amizade que fizemos.

Agradeço, com muito carinho, as várias pessoas que conheci no curso de extensão *Conflitos urbanos e o direito à cidade*, promovido pela UNIFESP, Campus Zona Leste, no segundo semestre de 2017. Neste curso, conheci pessoas que me ensinaram sobre os processos de luta popular e o desejo de transformação social, como o Prof. Dr. Pedro Arantes, Prof. Dr. Ricardo Moretti, Prof. Dr. Jorge Barcellos da Silva, e os alunos Adalberto Vieira Barbosa, Natália Conte e, especialmente, Rodrigo Reis, Fernando Mohamed, Sérgio Lima, Cidinha, do Jardim Helian e Dona Cida, do Jardim Colônia. Agradeço especialmente ao Prof^o Dr^o Ioshiaqui Shimbo, que desde o curso, fizemos do Jardim Helian nosso objeto de estudo e de afeto. A ele devo, ainda, o aprendizado sobre a força da solidariedade e da cooperação.

Aos meus amigos e companheiros de trabalho do ensino médio da Escola Vera Cruz, agradeço todo o apoio, a torcida e as discussões sobre a tese. Foram parcerias indispensáveis para tudo dar certo.

Agradeço ainda, com muito amor, a todos aqueles que dividem a vida cotidianamente comigo e estiveram lado a lado nesta trajetória: Luís, Pedro, Gabriel, Beatriz, Tata, Jurema, D. Lucy, Jane e Deza.

Não poderia deixar de agradecer, com muito carinho, a contribuição de João Campos pela paciência e a revisão do texto; à Giorgia Limnios pelo trabalho cartográfico e à Carla Regina Carvalho agradeço pela competência e a disposição em me ajudar.

APRESENTAÇÃO

Madrugada do dia 30 de junho de 2019 tive a notícia do falecimento de Rodrigo Reis Martins, o Facebook estampava a notícia: Nosso Guerreiro Rodrigo Martins se foi. Confirmei a notícia com Sergio Moreira Lima, amigo pessoal e Dirigente da Associação dos Moradores do Jardim Helian, juntamente com Rodrigo Reis.

Dias antes havia combinado com Rodrigo uma agenda de trabalho no Helian, eram “os finais” da minha tese e o início do TCC dele, do curso de pós-graduação, latu senso, que ele vinha fazendo no Campus da Zona Leste da UNIFESP. Há dois anos, nos tornamos amigos e pesquisadores do Helian.

Perdi o chão, não havia lugar que me coubesse naquele momento, segui para a sede da Associação dos Moradores do Jardim Helian, queria estar ali com eles, dividir a dor e pensar como seria dali pra frente sem a sua presença. Rodrigo era uma grande liderança comunitária, eu já havia percebido isso desde do momento em que comecei minha pesquisa no Helian.

Passei a tarde, a madrugada e o dia seguinte naquela Associação ao lado de todos eles que eu já conhecia. Foi muito difícil, tenho certeza que as 14 mil pessoas que moram no Helian passaram por ali para se despedir dele. O que mais se ouvia era, “perdemos nosso guerreiro”, “vai ser difícil ficar sem ele”, “como será agora”. Todas as incertezas que nos apavoram quando perdemos alguém que amamos e confiamos. Como seguir sem ele?

No meio daquela tristeza, daquela tragédia, havia também um outro lado que se revelava, aos poucos foram chegando ao velório, e depois ao enterro, várias pessoas que simbolizavam a força, a luta e a resistência que tem marcado o trabalho da Associação de Moradores e dos movimentos sociais da Zona Leste: o Padre Paulo; o Padre Toninho; os Coordenadores do MTST da Zona Leste, alguns políticos ligados ao PT que atuam na região; o Prof. Pedro Arantes, Reitor da UNIFESP; as várias lideranças comunitárias dos bairros próximos; os alunos e professores dos cursos de extensão que a UNIFESP vem promovendo e que tem dialogado com o Helian e os demais territórios ao seu entorno. Havia ali um encontro para se despedir, mas que também promovia o reconhecimento da atuação do Rodrigo e de todas aquelas pessoas que em suas histórias de vida lutam pela emancipação humana.

Naquele momento, lembrei-me do documento técnico que havia terminado de ler sobre as intencionalidades do poder público para a Zona Leste que dizia querer criar ali uma “sinergia”, entre universidade e empresas para produzir inovações e gerar emprego e renda para aquele território. Discurso ideológico e solidariedade mecânica para o capital! Mas ali, em meio aquela tristeza eu reconhecia a solidariedade verdadeiramente orgânica, uma verdadeira sinergia de todos aqueles que estavam ali. Eram e são pessoas comprometidas com as mudanças que precisam acontecer nesta área da metrópole. Ali também pensei como cada momento carrega muitas possibilidades. Havia muita dor e tristeza, mas também a potência do encontro. Todos que se pronunciaram, num ato de despedida do Rodrigo, reafirmaram de alguma forma esta potência e a importância de seguirmos na luta e na resistência.

Também refleti porque a morte do Rodrigo doía tanto. Reconheci nele e em todas as pessoas que conheci no Helian parte da minha história pessoal. A cada entrevista com aquelas mulheres mais velhas relatando o cotidiano no bairro tão carente e precário: o caminhar no barro, a falta de transporte, a luta pelo posto de saúde, reconheci em cada uma delas pessoas da minha família e dos meus amigos do bairro em que vivi até minha adolescência na Zona Leste, a Ponte Rasa.

Aquelas histórias de vida narradas, tinham os mesmos componentes das minhas histórias familiares: imigrantes europeus, migrantes nordestinos, trabalho duro em fábricas no Brás e em Ermelino Matarazzo, a admiração pelos padres da Teologia da Libertação que atuavam ali, como o Padre Ticão, a luta de anos pela regularização fundiária de terrenos clandestinos, comprados com muito sacrifício para a autoconstrução de suas moradias. Estava tudo ali, a história deles e a minha, misturadas e compartilhadas. A escolha da Zona Leste, como objeto de pesquisa, foi praticamente uma volta ao lar, um reencontro com a minha identidade de moradora da periferia com sonhos de transformação para que todos tenham o direito à cidade, como uma forma de emancipação humana.

RESUMO

BARROS. Marli. **Transformações socioespaciais na região do Jacu-Pêssego – zona Leste da cidade de São Paulo**. Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 2019.

Neste doutorado analisamos as transformações socioespaciais que vem acontecendo na Zona Leste da cidade de São Paulo, desde a proposição pelo poder público da Operação Urbana Consorciada Rio Verde Jacu (OUCRVJ) proposta no PDE de 2002, bem como a trajetória que esta operação seguiu até a sua revogação, pela Lei 16.492, em 2016; e o que dela restou no novo Plano Diretor Estratégico, Lei 16.050, de 31 de julho de 2014, quando parte de suas intencionalidades foram incorporadas ao Eixo de Desenvolvimento Jacu-Pêssego (um dos setores do Arco do Futuro).

Nossa intenção foi também compreender os processos de lutas e resistências presentes nesta área da metrópole de São Paulo, e para isso analisamos algumas reivindicações e lutas dos moradores do bairro Jardim Helian, localizado no Distrito Parque do Carmo, na Subprefeitura de Itaquera, por meio da Associação de seus moradores. A escolha do Jardim Helian e da sua Associação de Moradores se justifica pelo fato de este bairro, com 14 mil moradores, estar localizado na Subprefeitura de Itaquera, e pela intensa atuação de sua Associação de Moradores na luta por melhores condições de vida e pelo direito à cidade.

Nossa tese é que estes projetos são parte das estratégias do capital, pela mediação do Estado, para tentar superar as contradições temporais e espaciais para se reproduzir. Tais projetos são apresentados à sociedade a partir de um discurso que os aponta como solução para o desenvolvimento socioeconômico e superação da pobreza, mas eles reafirmam e reproduzem a segregação socioespacial como condição e produto da reprodução do capital, como demonstram os processos de lutas e resistências pelo direito à cidade, travados por parte dos moradores da Zona Leste, no caso em análise, do Jardim Helian, em Itaquera.

Além de ser uma nova área na metrópole mobilizada para reprodução do capital, as transformações propostas e as aquelas já realizadas vêm contribuindo para o processo de metropolização do espaço, pois a construção do eixo viário Jacu-Pêssego/Nova Trabalhadores, que articula o Aeroporto de Guarulhos, a região do ABC e o Porto de Santos, consolidou um novo eixo de circulação e integração de diversos municípios dentro da macrometrópole, dando concretude à formação de uma cidade-região.

Palavras-chave: Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacu, Arco Jacu-Pêssego, Itaquera, Jardim Helian, Zona Leste, metropolização, segregação socioespacial; movimentos sociais.

Abstract

BARROS. Marli. **Socio-spatial transformations of Jacu-Pêssego region – east region of São Paulo city**. Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 2019.

This research analyzed the socio-spatial transformations, which have been happening in the east region of São Paulo city, since the government proposition of the Rio Verde-Jacu Consortium for Urban Operation (OUCRV) at the Strategic Master Plan (PDE) of 2002. It also analyses the trajectory followed by this operation until its revocation, provided by Law 16.492, in 2016; and what remained of the operation in the new Strategic Master Plan, Law 16.050, from 31 of July of 2014, when part of its goals were incorporated to the Development Axis Jacu-Pêssego (one of the sectors of "Arco do Futuro").

Our intention was also to understand the processes of fights and resistance present in this area of the metropolis of São Paulo. Therefore, we analyzed some of the Jardim Helian's residents' requests and fights, through its residents' association, which is located in Parque do Carmo district, in Itaquera Sub Prefecture. Jardim Helian and its residents' association were chosen because of its location in the center of Itaquera Sub Prefecture, its fourteen thousands residents and the intense role played by the association when it comes to fighting for decent life conditions and for their right to the city.

The main thesis of this work is that these urban projects, mediated by the government, are part of the strategy of the capital. They try to overcome the time-spatial contradictions but only aim at the reproduction of the capital. Those projects, presented to the society as a solution to socio-economic development and as a means to overcome poverty, in reality, reaffirm and reproduce the socio-spatial segregation as a condition and result of the reproduction of the capital. That is shown in the processes of fights and resistance for the right to the city embraced by part of the residents of the east region of São Paulo, in this case study, of Jardim Helian, in Itaquera.

In addition to being a new metropolis area, intended to reproduce the capital, the transformations proposed and those already implemented are contributing to the process of metropolization of the space. The construction of the road axis Jacu-Pêssego/Nova Trabalhadores, connecting the Guarulhos airport, the ABC region and the port of Santos, established a new axis of circulation and integration between many districts inside the macrometropolis, making the formation of a city-region concrete.

Keywords: Rio Verde-Jacu Consortium for Urban Operation, Jacu-Pêssego Arch, Itaquera, Jardim Helian, East Region of São Paulo, metropolization, socio-spatial segregation, social movements.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
1 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS	47
1.1 O fim do paradigma fordista-keynesianista e a produção do espaço urbano	60
2 REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL E NA METRÓPOLE PAULISTANA	72
2.1 Reestruturação da metrópole paulistana	93
2.2 Novo contexto socioeconômico e o planejamento urbano	99
3 A PRESENÇA E AUSÊNCIA DO ESTADO NA CONSTRUÇÃO DA PERIFERIA LESTE	110
3.1 Padrão centro-periferia de urbanização	114
3.2 A formação da Zona Leste	120
4 DA OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA RIO VERDE-JACU AO ARCO DO FUTURO: AS ESTRATÉGIAS DO ESTADO E DO CAPITAL NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA ZONA LESTE.....	140
4.1 Antecedentes da Operação Urbana Rio Verde-Jacu.....	145
4.2 A Evolução da OUCRVJ	156
4.3 Diferenciação das Propostas para o Perímetro da OUCRVJ	167
4.3.1 Setores de Comércio e Serviços	167
4.3.2 Setores de Comércio, Serviços e Indústrias.....	168
4.3.3 Setores de Urbanização Controlada.....	169
4.3.4 Setores de Uso Misto	169
4.4 Os Projetos Estratégicos para a OUCRVJ	170
4.4.1 Projeto Estratégico São Miguel Paulista	172

4.4.2 Projeto Estratégico Caititu e seu entorno, em Itaquera	172
4.4.3 Região entre Rios (Rio Verde e Rio Jacu) – Itaquera.....	173
4.4.4 Projeto Estratégico na Av. Ragueb Chohfi – localizada na divisa de Itaquera com São Mateus	181
4.4.5 Projeto Estratégico em São Mateus – Distrito de São Mateus	181
4.5 Da OUCRVJ ao arco Jacu-Pêssego	187
 5 O JARDIM HELIAN EM BUSCA DO DIREITO À CIDADE: LUTAS E RESISTÊNCIAS NA PERIFERIA DA METRÓPOLE	197
5.1 De subúrbio a periferia: a formação do Jardim Helian.....	200
5.2 O Jardim Helian na metrópole: a luta por direitos.....	225
5.2.1 Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Helian	244
5.2.2 Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Helian, em novos tempos da metrópole	253
5.2.3 Luta pelo Direito à Saúde Pública – Construção da UBS	283
5.2.4 A luta pelo saneamento básico	293
 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	305
 REFERÊNCIAS	311
ANEXO (Quadro de luta pela UBS – Jardim Helian).....	320

FOTOS

Foto 1 – Vista aérea da Região de São Miguel Paulista (trecho norte da OUCRVJ).....	160
Foto 2 – Vista aérea da Região de Itaquera (trecho central da OUCRVJ)	161
Foto 3 – Vista aérea da Região São Mateus (trecho sul da OUCRVJ)	161
Foto 4 – Jardim Helian, no Distrito Parque do Carmo, em Itaquera	197
Foto 5 – Família de Sho Yoshioka com a produção de pêssego.	220
Foto 6 – Vista aérea da Chácara da Família de Kinu Inoue (Batian)	221
Foto 7 – Casa da Família de Kinu Inoue (Batian)	221
Foto 8 – Casa da Família de Kinu Inoue (Batian), sendo demolida para a Construção do Condomínio Parque do Carmo, pela Incorporadora e Construtora Plano & Plano	222
Fotos 9 e 10 – Edifícios do Condomínio Parque do Carmo, pela Incorporadora e Construtora Plano & Plano, no antigo terreno da Família Kinu Inoue (Batian)	223
Foto 11 – Dona Luzia e Rodrigo Reis	227
Foto 12– Escadão construído pelos moradores, na década de 1970, que faz a ligação do Bairro com a Av. Adriano Bertozzi.	237
Fotos 13 e 14 – Escadão sendo pintado pelos próprios moradores.	238
Fotos 15 e 16 – Festa do Dia das Crianças, realizada em outubro de 2018.	243
Foto 17 – Parceria entre a Associação dos Moradores do Jardim Helian e o MTST.....	265
Foto 18 – Ocupação na Secretaria Municipal de Saúde, em 2016	267
Foto 19 – Ocupação Copa do Povo, no Jardim Helian, em Itaquera.....	268
Foto 20 – Integrantes do MTST comemoram aprovação da lei que regulariza a ocupação Copa do Povo	271
Foto 21 – José Guilherme Cantor Magnani – Escrevendo os sonhos. Nesta atividade estava presente um dos dirigentes da Associação dos Moradores do Jardim Helian	273
Foto 22 – Faixa instalada, pelo MPL, no Vale do Anhangabaú, em 6 de junho de 2013. Ato pela Redução da Tarifa do Transporte Coletivo.	275
Foto 23 – Membro da Associação dos Moradores do Jardim Helian, em protesto contra a mudança do itinerário da linha de ônibus 253-F, na Secretaria Municipal de Transportes, na área central da cidade.....	279
Foto 24 – Moradores da a Gonçalo Brandão reunidos com os dirigentes da Associação dos Moradores, em assembleia de rua, em 10/03/2019.	282
Foto 25 – Da esquerda para Direita: Sergio Moreira Lima e Rodrigo Reis, dirigentes da Associação dos Moradores, em luta pela UBS do Jardim Helian.	283

Foto 26 – Imóvel onde seria instalada a futura sede da UBS do Jardim Helian.	291
Foto 27 – Inauguração popular da nova sede da UBS do Jardim Helian, em 30 de outubro de 2017.	292
Foto 28 – Festa de Inauguração da UBS Jardim Helian, em 30 de outubro de 2019.	293
Foto 29 – Inauguração da nova sede da UBS do Jardim Helian.	293
Foto 30 – Casa-Ponte construída sobre o Rio Tone.	299
Foto 31 – Casas construídas na margem do Rio Tone.	300
Foto 32 – Casas construídas acima e à margem do Rio tone.	300
Foto 33 - Rodrigo Reis e Fernando Mohamed, dirigentes da Associação dos Moradores do Jardim Helian.....	304

IMAGENS

Imagem 1 – Zoneamento Z6 e Z7 (Lei de 1972) e ZPI (Lei de 2004) – Município de São Paulo	98
Imagem 2 – Complexo viário Jacu-Pêssego, Zona Leste do Município de São Paulo	150
Imagem 3 – Localização da Operação Urbana Rio Verde-Jacu, na Zona Leste do Município de São Paulo	155
Imagem 4 – Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacu, na proposta do PDE, na Lei específica 13.872/2004, e no Plano Regional Estratégica, Lei 13.885/2004.....	158
Imagem 5 – Polo Institucional de Itaquera	177
Imagem 6 – Localização das áreas selecionadas para Programa de Incentivos Seletivos – Leis 14.654/07 e 14.888/09.	180
Imagem 7 – Macroáreas para Planejamento, conforme PDE 2014	189
Imagem 8 – Cartaz da Associação dos Moradores do Jardim Helian, convocando os moradores para discussão sobre a possível transferência da UBS para a Gleba do Pêssego, em julho de 2012.	256
Imagem 9 – Cartaz da Associação de Moradores do Jardim Helian, convocando para ato de Apoio à Ocupação Copa do Povo, no Jardim Helian, em Itaquera	270
Imagem 10 – Cartaz da Associação dos Moradores do Jardim Helian, convocando os moradores do bairro e da região para lutarem pela permanência do itinerário da linha ônibus 253 F- Terminal São Mateus.....	280
Imagem 11 – Cartaz produzido pela Associação dos Moradores do Jardim Helian, para divulgar a luta pela permanência da linha de ônibus 253-F. Interessante notar o	

posicionamento da Associação dos Moradores do Jardim Helian, reafirmando o poder popular.....	280
Imagem 12 – Cartaz da SP Trans informando a suspensão da alteração da Linha de ônibus 253-F Terminal A.E.Carvalho – Terminal São Mateus.....	280
Imagem 13 – Convite para os moradores do Jardim Helian participarem da Ouvidoria Popular que a Associação dos Moradores organizou, como uma nova estratégia de participação popular.....	281
Imagem 14 e 15 – Além da Ouvidoria Popular, a Associação passou a promover assembleias nas ruas do bairro, como uma mais uma forma de participação dos moradores no levantamento das demandas do bairro.....	282
Imagem 16 – Convocação da população do Jardim Helian para discutir os problemas de saneamento básico do bairro para encaminhamentos com a Sabesp.....	302

MAPAS

Mapa 1 – Operações Urbanas no Município de São Paulo, propostas pelo PDE de 2002.....	22
Mapa 2 – Da operação urbana consorciada Rio Verde-Jacu ao Arco Jacu-Pêssego.....	23
Mapa 3 – Localização do Jardim Helian	27
Mapa 4 – Macrometrópole paulistana	81
Mapa 5 – Macroárea de Estruturação Metropolitana (MEM) – PDE, de 2014.....	108
Mapa 6 – Oportunidades de Emprego e Vulnerabilidade Social no município de São Paulo.....	118
Mapa 7 – Taxas Geométricas de Crescimento do Município de São Paulo – 1980 a 2010... ..	119
Mapas 8 e 9 – Distribuição de Domicílios, segundo Faixa de Renda, 2010 – Município de São Paulo	133
Mapa 10 – Distribuição do Emprego Formal – Distritos do Município de São Paulo – 2014	134
Mapa 11 – Subprefeituras da Macrorregião Leste 2 – Município de São Paulo	136
Mapa 12 – Evolução da mancha urbana na macrorregião Leste 2 – Município de São Paulo – 1553 a 2002	137
Mapa 13 – Bacia Hidrográfica do Rio Jacu com as principais avenidas.....	147
Mapa 14 – Setores do Perímetro da Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacu.....	166
Mapa 15 – Projetos Estratégicos da Operação Urbana Consorciada Jacu-Pêssego	171
Mapa 16 – Macroárea de Estruturação Metropolitana – Setor Orla Fluvial e Ferroviária.....	191
Mapa 17 – Macroárea de Estruturação Metropolitana – Setor Eixos de Desenvolvimento... ..	193

Mapa 18 - Zoneamento e Uso e Cobertura da terra - Jardim Helian.....	202
--	-----

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição do Valor Adicionado por subsetores de atividade econômica – Estado de São Paulo e Região Metropolitana de São Paulo – 2010.....	89
Gráfico 2 – Distribuição do Valor Adicionado, por setores de atividades econômicas do município de São Paulo em 2002-2010.....	90

TABELAS

Tabela 1 – Participação do Estado de São Paulo no VTI brasileiro, segundo categorias de uso e setor de atividade. Brasil e Estado de São Paulo – 2003 e 2016	85
Tabelas 2 e 3 – Ranking dos 20 municípios com maior participação no VTI no Estado de São Paulo – em 2003 e 2016	86
Tabela 4 – Participação das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas no VTI do Estado de São Paulo – 2003 e 2016	87
Tabela 5 – Emprego nos principais grupos da indústria de transformação – Município de São Paulo, 2010 e 2016.	95
Tabela 6 – Evolução da População do Município de São Paulo e da Região Metropolitana de São Paulo – 1872 a 2018	115

LISTA DE SIGLAS

ABC – Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano

ABIMAQ – Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos

ACO – Ação Católica Operária

APAS – Área de Proteção Ambiental

AIRI – Associação das Indústrias de Itaquera

CDIW – Consórcio Diagonal Empreendimentos Gestão de Negócios Ltda, JW Jorge Wilhem Consultores Associados, Idom Engenharia y Consultoria e Consult Soluções Patrimoniais

CCPA – Companhia Comercial Pastoril Agrícola

CDP – Comitês Democráticos e Populares

CEPAC – Certificado de Potencial Adicional de Construção

CEU – Centro Educacional Unificado

CID – Certificado de Inventivo ao Desenvolvimento

COHAB – Companhia Metropolitana de Habitação

CPTM – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S/A

DUP – Decreto de Utilidade Pública

EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano

EMTU – Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo

EMURB - Empresa Municipal de Urbanização de São Paulo

ESF – Equipe de Saúde da Família

ETEC – Escola Técnica Estadual de São Paulo

FATEC - Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo

FDZL – Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste

HIS – Habitação de Interesse Social

HMP – Habitação de Mercado Popular

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IC – Instituto das Cidades

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano
ISS – Imposto sobre Serviços
JOC –Juventude Operária Católica
MEM – Macroárea de Estruturação Metropolitana
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OUCAE – Operação Urbana Consorciada Água Espraiada
OUCFL – Operação Urbana Consorciada Faria Lima
OUCRVJ -Operação Urbana Consorciada Rio Verde Jacu
OUCRVJ -Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacu
MCC – Movimento contra a Carestia
MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
MPL – Movimento Passe Livre
PDE – Plano Diretor Estratégico
PIB – Produto Interno Bruto
PMSB – Plano Municipal de Saneamento Básico
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PRE – Plano Regional Estratégico
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
PUC – Pontifícia Universidade Católica
PUE – Plano Urbanístico Específico
RA – Região Administrativa
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
RMSP – Região Metropolitana de São Paulo
SAB – Sociedades Amigos de Bairros
SABESP – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo S/A
SDTE – Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo
SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEHAB – Secretaria Municipal de Habitação
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SINE – Sistema Nacional de Emprego
SIURB – Secretaria Municipal de Infraestrutura
SMDU – Secretaria Municipal de Desenvolvimento
SMUL -Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento
SNIS – Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento

SPTTrans – São Paulo Transporte S/A

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UBS – Unidade Básica de Saúde

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

USP – Universidade de São Paulo

VTI – Valor da Transformação Industrial

ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social

ZIR – Zonas Industriais em Reestruturação

ZUPI – Zona Urbana Predominantemente Industrial

INTRODUÇÃO

Ao concluir a dissertação de mestrado em outubro de 2013,¹ que analisou os projetos de intervenções urbanas propostos para a metrópole paulistana, pelo poder público, em parceria com a iniciativa privada, por meio do instrumento urbanístico conhecido como Operação Urbana, a partir do final da década de 1990, nos deparamos com uma metrópole em plena transformação. A escala das mudanças abrangia praticamente todo o seu território – o que nos faz lembrar a famosa ideia do arquiteto Benedito Toledo: “a cidade de São Paulo é um palimpsesto – um imenso pergaminho cuja escrita é raspada de tempos em tempos, para receber outra nova” (TOLEDO, 2004). Todas essas transformações estariam revelando mais uma refundação dessa cidade?

À época do mestrado concentrei a análise em um dos territórios da metrópole – na região do Butantã, na zona oeste. As dinâmicas urbanas presentes nessa região apontavam para um processo que, embora sendo parte de uma totalidade, tinha suas particularidades, por exemplo, grande parte da área delimitada para a Operação Urbana Consorciada Butantã-Vila Sônia estava em um território no qual predominava uma população de classe média, embora sua estruturação social não fosse homogênea. Além disso, os instrumentos urbanísticos propostos pelo Estado para aquela Operação Urbana se assemelhavam àqueles propostos para demais Operações Urbanas, na área central e na zona sudoeste. Tais instrumentos estavam intimamente ligados ao objetivo de reproduzir em um determinado espaço da cidade condições para reprodução do capital financeiro articulado ao setor imobiliário, criando novas formas de investimentos desse capital diretamente na construção desse espaço e para isso a Operação Urbana tinha como eixo central a flexibilização das regras de uso e ocupação do solo para os bairros no entorno da Linha 4 – Amarela do metrô, que trouxe uma grande valorização imobiliária para essa área da cidade de São Paulo.

¹ Dissertação intitulada: *Operação Urbana Consorciada Vila Sônia: conflitos socioespaciais na reprodução da metrópole*, defendida em janeiro de 2014, na FFLCH – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo. A dissertação analisou o contexto em que o instrumento urbanístico conhecido como Operação Urbana, passou a ser utilizado como uma das principais formas de intervenção do poder público, em parceria com o capital privado, na cidade de São Paulo. Tomamos como estudo de caso a Operação Urbana Vila Sônia, proposta pelo Plano Diretor Estratégico de 2002 e pelo Plano Regional Estratégico do Butantã de 2004, durante a gestão do governo Marta Suplicy, do PT (Partido dos Trabalhadores). Essa operação urbana foi sustada pelo Ministério público, em 18 de novembro de 2011, depois de vários anos de luta, contra a sua realização, pela população dos bairros que seriam afetados.

Desde o final dos anos de 1990, grande parte do território do quadrante centro-sudoeste da metrópole estava sendo mobilizada, pelo poder público, por meio das Operações Urbanas, para reproduzir o capital financeiro e imobiliário – seja a partir dos investimentos direcionados diretamente às atividades de produção do espaço, seja na criação de localizações com atributos adequados para as sedes das empresas nacionais ou internacionais ligadas às atividades de gestão e controle da produção, por meio dos serviços, especialmente aqueles ligados ao terciário avançado – e, dessa forma, reafirmando o papel de comando e gestão exercido pela metrópole, como é o caso da Operação Urbana Anhangabaú (Lei 11.090, de 1991), da Operação Urbana Faria Lima (Lei 11.732, de 14 de março de 1995) e da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada (Lei 13.260, de 28 de dezembro de 2001).

Não era uma coincidência as grandes transformações socioespaciais estarem sendo realizadas com novos referenciais de atuação do Estado e do capital privado, naquele momento já estava evidente os princípios do neoliberalismo sendo adotados em nosso país, especialmente no que diz respeito à forma de atuação do Estado em parceria com os interesses do mercado. No caso do planejamento urbano, isso ficou evidente ao analisarmos as Operações Urbanas que estavam sendo planejadas e implantadas na cidade de São Paulo, por governos com posicionamentos ideológicos de direita e de esquerda.

A gestão da prefeita Marta Suplicy, do PT – Partido dos trabalhadores, não foi diferente dos governos anteriores, pois o Plano Diretor Estratégico (PDE) de 2002, Lei 13.430, de 13 de setembro de 2002, aprovado durante sua gestão, propôs mais nove Operações Urbanas para a cidade (Diagonal Sul, Diagonal Norte, Carandiru-Vila Maria, Rio Verde-Jacu, Vila Leopoldina, Vila Sônia, Celso Garcia, Santo Amaro e Tiquatira), além das quatro já existentes (Faria Lima, Água Branca, Anhangabaú e Águas Espraiadas), conforme mapa 1, e vale ressaltar que cada uma delas teria determinações específicas, configurando intervenções pontuais, mas em várias localizações na cidade, que juntas demonstram como grande parte da cidade de São Paulo estava em processo de reconfiguração. Entre elas, constava a Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacu (OUCRVJ), proposta para o extremo leste do município. Entretanto, as novas operações nunca foram regulamentadas em leis específicas, com exceção da Operação Urbana Rio Verde Jacu, regulamentada pela lei 13.872, de 12 de julho de 2004.

Mapa 1 – Operações Urbanas no Município de São Paulo, propostas pelo PDE de 2002.

sem escala

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – 2007.

A proposta inicial do doutorado foi, então, dar continuidade à pesquisa sobre as atuais transformações socioespaciais que vêm acontecendo com a metrópole paulistana, mas dessa vez nos propomos a investigar e analisar o que estava sendo concebido para o extremo leste de São Paulo, a partir da Operação Urbana Consorciada Rio Verde Jacu (OUCRVJ) proposta no PDE de 2002, bem como a trajetória que essa operação seguiu até a sua revogação, pela Lei 16.492, em 2016, e o que dela restou no novo Plano Diretor Estratégico, Lei 16.050, de 31 de julho de 2014, quando parte de suas intencionalidades foram incorporadas ao Eixo de Desenvolvimento Jacu-Pêssego (um dos setores do Arco do Futuro). A partir do mapa 2, podemos observar, inclusive, as mudanças no perímetro de intervenção proposto para a área.

Mapa 2 – Da operação urbana consorciada Rio Verde-Jacu ao Arco Jacu-Pêssego

Mapa 2. Zona Leste: da Operação Urbana Rio Verde-Jacu ao Arco Jacu-Pêssego

A Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacu chamou nossa atenção durante o processo de pesquisa do mestrado, pois ela se diferenciava das demais operações em alguns aspectos, tais como: a) o seu extenso perímetro de intervenção, de 10.510 hectares, abrangia uma enorme área da Zona Leste, que compreendia parte do território das Subprefeituras de São Miguel Paulista, Itaquera e São Mateus. Enquanto o perímetro da Operação Centro é de 663 ha; o da Faria Lima é de 650 ha; o da Água Espraiada é de 1.326 ha e o da Água Branca é de 496 ha; b) estava prevista para um território periférico da cidade – no extremo leste dessa capital. Uma região da metrópole conhecida pelas condições precárias em que vivem seus moradores nos conjuntos habitacionais, nos assentamentos e loteamentos precários, e pelo baixo número de empregos por habitantes; c) prometia gerar desenvolvimento, renda e emprego na região Leste de São Paulo, que por muitas décadas não esteve entre as prioridades de ação governamental; d) a Zona Leste, além das precariedades socioeconômicas que apresenta, também traz em seu histórico vários processos de lutas sociais; e) enquanto para as Operações Urbanas Consorciadas, especialmente as localizadas no quadrante centro-sudoeste da cidade, o poder público buscava criar mecanismos de favorecimento ao mercado financeiro e imobiliário, com a Operação Urbana Rio Verde-Jacu, o mesmo poder público procurava estimular alguns setores produtivos na região leste, atualizando áreas industriais já existentes e atraindo novas indústrias para os distritos de Itaquera e São Mateus, embora também tenha criado novos mecanismos para estimular o comércio, o serviço, e os investimentos imobiliários; e f) as demais Operações Urbanas utilizaram-se de mecanismos arrecadatórios, como os CEPAC (Certificados de Potencial Adicional de Construção)² para arrecadar recursos a serem investidos obrigatoriamente na própria área de cada Operação; na OUCRVJ,

² Os CEPAC (Certificados de Potencial Adicional de Construção) são valores mobiliários emitidos pela Prefeitura do Município de São Paulo, por meio da SP URBANISMO, como meio de pagamento de contrapartida para a outorga do Direito Urbanístico Adicional dentro do perímetro de uma Operação Urbana Consorciada. Cada CEPAC equivale a determinado valor de m² para utilização em área adicional de construção ou em modificação de usos e parâmetros de um terreno ou projeto.

Cada Operação Urbana possui uma determinada quantidade de CEPAC a ser utilizada, bem como regras de utilização definidas pela lei municipal que regulamenta cada uma das Operações Urbanas. Os recursos arrecadados com a venda de CEPAC só poderão ser utilizados para pagamento de intervenções dentro do perímetro da respectiva Operação Urbana.

Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/urbanismo/sp_urbanismo/cepac/index.php?p=19565>. Acesso em: 01 de jul.2019.

o poder público, utilizou-se de programas de incentivos urbanísticos e fiscais para atrair empreendimentos industriais, comerciais e de serviços para a Zona Leste.

Assim, os discursos proferidos sobre a saída das indústrias da cidade de São Paulo e sua transformação em uma cidade de serviços avançados revelavam apenas uma face da metrópole contemporânea dentro do contexto de reestruturação produtiva. Parece-nos que uma das marcas dessa metrópole é exatamente ter em seu território uma diversidade de funções além dos serviços avançados, pois, se nos detivermos ao próprio Plano Diretor Estratégico de 2014, encontraremos lá inclusive a normatização para o uso e ocupação do solo de uma área que abrange 24% do município de São Paulo, visando à criação de um Polo de Desenvolvimento Sustentável na zona Sul da metrópole, baseado em atividades ligadas ao ecoturismo e à agricultura.³ Embora reconheçamos que as atividades financeiras e imobiliárias tenham se tornado hegemônicas, na prática e no discurso sobre as metrópoles contemporâneas, não podemos deixar de analisar o que se alterou para as demais atividades econômicas nesse novo contexto de reprodução do capital.

Algumas perguntas foram norteadoras para essa pesquisa, tais como: qual seria o papel que a Zona Leste estaria sendo chamada a cumprir na metrópole que se atualiza diante novo momento do capitalismo? Quais as estratégias que o poder público utilizaria para promover mudanças naquela região? Como os movimentos sociais e as associações de bairros participariam desse processo? Quais são os possíveis do urbano que essa região nos aponta?

A partir dessas indagações, demos início às pesquisas para compreender a reestruturação da Zona Leste no atual momento de reprodução da metrópole, tendo como objetos de estudo a trajetória da Operação Urbana Rio Verde-Jacu, desde a sua proposição em 2002, até sua revogação em 2016, e a incorporação de parte de seus objetivos no Arco Jacu-Pêssego, no PDE de 2014, o que nos possibilitou analisar as estratégias propostas pelo Estado para o desenvolvimento da região. Mas a nossa intenção era também compreender como estas

³ O Plano Diretor Estratégico, aprovado em 2014, criou o Polo de Ecoturismo de São Paulo, na região sul do município de São Paulo, em uma área que envolve os territórios das subprefeituras de Parelheiros e Capela do Socorro, incluindo uma parte do Parque Estadual da Serra do Mar, duas Áreas de Proteção Ambiental da cidade, a Bororé-Colônia e a Capivari-Monos. Segundo a Prefeitura, nessa área vivem por volta de 400 produtores rurais. Com o Plano Diretor de 2014, essa área passou a ser considerada e normatizada como zona rural. O objetivo desse Polo é gerar trabalho e renda por meio de atividades ligadas à agricultura e atividades turísticas, além de preservar os recursos naturais da região.

intervenções estariam ou poderiam vir a afetar os moradores dessa área da metrópole de São Paulo, especialmente aqueles que estivessem no perímetro da OUCRVJ.

Durante nossos estudos sobre esta área e a partir do curso de extensão Conflitos Urbanos e o Direito à cidade, promovido pela UNIFESP-Campus Zona Leste, realizado ao longo do segundo semestre de 2017, nos deparamos com algumas lideranças da Associação dos Moradores do bairro Jardim Helian – localizado no Distrito do Parque do Carmo, na Subprefeitura de Itaquera, dentro do perímetro da OUCRVJ, como pode ser visto no mapa 3 – que, ao relatarem a forma como a Associação de Moradores vinha há anos lutando para garantir direitos básicos e essenciais aos seus moradores, nos fez decidir que o Jardim Helian seria o nosso objeto de estudo para observar os processos de luta e resistência que ocorriam naquela área.

À primeira vista, poderia parecer que o Helian não estava sendo afetado diretamente pelas transformações propostas para aquela região, ou que os moradores não estavam enfrentando nenhuma disputa direta com o poder público ou os interesses privados relacionado à OUCRVJ, mas, mesmo não aparecendo de forma direta e explícita, os conflitos com a chegada das intervenções na região existiam e foram se revelando. Os moradores não estavam sendo ameaçados de remoção da área por alguma obra da OUCRVJ, como foi o caso dos moradores da Favela da Paz, ao lado da Arena Corinthians, em Itaquera, mas a ameaça da especulação imobiliária já está tornando o lugar mais caro para vários moradores do Jardim Helian que não têm seu próprio imóvel ali. Além disso, todo o processo de luta dos moradores, desde a sua formação até hoje, por direitos essenciais foi nos revelando a negatividade da metrópole e o inerente processo de segregação socioespacial da produção do espaço urbano, inclusive nesse momento contemporâneo de atualização dos lugares, frente às novas demandas do capital para se reproduzir. Por outro lado, a luta dos moradores, a resistência que vinham demonstrando diante dessa violência da exploração e da expropriação, a sua organização também nos revelaram a potência que havia ali para pensar outros possíveis para o urbano.

Mapa 3 – Localização do Jardim Helian

O Poder público concebeu várias propostas de intervenção para o perímetro da OUCRVJ – que envolve as Subprefeituras de São Miguel, Itaquera e São Mateus –, mas concentramos a análise nos projetos delimitados para a Subprefeitura de Itaquera, onde se localizam os dois principais projetos estratégicos previstos para o desenvolvimento do extremo leste da cidade – o Polo Institucional e o Polo Econômico. Ressaltamos ainda que, mesmo com a revogação da OUCRVJ, em 2016, o Plano Diretor de 2014 manteve esses projetos em suas propostas para o desenvolvimento da Zona Leste.

Como veremos na discussão desses projetos, a Subprefeitura de Itaquera é uma área considerada, pelo poder público, como o centro geográfico e estratégico do extremo da Zona Leste. Essa concepção aparece em todos os documentos analisados sobre os planos governamentais para o desenvolvimento da Zona Leste, desde a proposição da OUCRVJ até o atual Plano Diretor Estratégico de 2014. Interessante notar que a Subprefeitura de Itaquera é considerada estratégica não só para o extremo leste da metrópole, mas também para uma área mais abrangente, ou seja, para a região metropolitana de São Paulo e para a macrometrópole, como veremos na tese.

Para compreender o movimento de reestruturação, os processos de continuidade e descontinuidades na Zona Leste de São Paulo, a partir dos planos governamentais e dos processos de luta sociais, nossos estudos abarcaram o período a partir do final dos anos 1990 até 2016. Esse recorte temporal se justifica em razão de ser esse o período em que o Brasil passa a adotar diretrizes neoliberais em suas políticas públicas, o que promove novos direcionamentos para o país e para a metrópole paulistana (reestruturação produtiva e espacial). É nesse período que as operações urbanas passam a ser propostas como novos instrumentos urbanísticos para o planejamento das cidades.

Além disso, vários projetos para a Zona Leste passam a ser propostos ou implantados a partir desse momento, com o discurso governamental de propiciar para essa região desenvolvimento, renda e emprego. Analisamos, ainda, de forma sintética, alguns períodos significativos na constituição da Zona Leste da cidade de São Paulo, enquanto periferia, para perceber o movimento dessa região no processo de metropolização do espaço.

Os planos governamentais para reestruturação da Zona Leste – como a Operação Urbana Consorciada Jacu-Pêssego e o Arco Jacu-Pêssego – propõem gerar desenvolvimento, emprego e renda para a região, por meio da criação de novas condições espaciais e sociais,

tais como: ampliação do sistema viário; alterações no uso e ocupação solo; melhorias ambientais e urbanísticas; regularização fundiária e construção de moradias para população de baixa renda; melhoria nos sistemas de ensino para melhor qualificar a mão de obra local; leis de incentivos fiscais para atrair novas atividades industriais, de serviços e de comércio.

Nossa tese é de que esses projetos são parte das estratégias do capital, pela mediação do Estado, para tentar superar as contradições temporais e espaciais para se reproduzir. Tais projetos são apresentados à sociedade a partir de um discurso que os aponta como solução para o desenvolvimento socioeconômico e superação da pobreza, mas eles reafirmam e reproduzem a segregação socioespacial como condição e produto da reprodução do capital, como demonstram os processos de lutas e resistências pelo direito à cidade travados por parte dos moradores da Zona Leste, no caso em análise, do Jardim Helian, em Itaquera.

Além de ser uma nova área na metrópole mobilizada para reprodução do capital, as transformações propostas e as aquelas já realizadas vêm contribuindo para o processo de metropolização do espaço, pois a construção do eixo viário Jacu-Pêssego/Nova Trabalhadores, que articula o Aeroporto de Guarulhos, a região do ABC e o Porto de Santos, consolidou um novo eixo de circulação e integração de diversos municípios dentro da macrometrópole, dando concretude à formação de uma cidade-região.

Nesse sentido, repensar a Zona Leste nesse novo contexto nos coloca diante de um novo fato urbano, como afirma Lencioni (2005, p. 54).

Pensar a metrópole, a região metropolitana ou o entorno metropolitano é pensar uma região. Mesmo examinando apenas a metrópole, o espectro da região aparece, porque ela em si, não é mais uma cidade isolada, mas uma cidade região. Uma cidade região que não se definiu por um planejamento, mas uma cidade que assim se definiu por um processo, por uma lógica histórica que desafia a compreensão de sua dinâmica e, até mesmo, o planejamento urbano.

A Zona Leste, que, até pouco tempo atrás, era vista pelo poder público e pelo capital apenas como uma cidade dormitório para uma massa de trabalhadores pouco qualificados, atualmente é concebida como uma nova fronteira de investimentos que se tornou importante para articular a reprodução do capital em diversas escalas: na metrópole propriamente dita, na região metropolitana de São Paulo e na cidade-região.

Dentre os vários autores que refletiram sobre a produção do espaço a partir da teoria marxista sobre a produção do valor, lembramos que o geógrafo Neil Smith, ao refletir sobre o

desenvolvimento desigual do espaço nas sociedades contemporâneas, faz a seguinte observação, que corrobora nossa análise sobre a reestruturação da Zona Leste, nesse atual período:

Inerente ao capital está o desejo de reduzir o tempo e os custos de circulação de modo que o capital invertido possa retornar mais rapidamente à esfera da produção e a acumulação possa se realizar com mais rapidez. Mas a circulação do valor também requer uma circulação física dos objetos materiais nos quais o valor está incorporado e representado. Todas as formas de capital – capital produtivo, capital-mercadoria e capital monetário – têm que ser transportadas, e à medida em que as forças produtivas se desenvolvem, parte desse desenvolvimento é realizado no progresso dos meios de transporte e de comunicação, ambos dentro e fora da esfera da produção. Isto conduz, como diz Marx, à tendência contínua para superar todas as barreiras espaciais e ao aniquilamento do espaço pelo tempo (SMITH, [1984], 1988, p. 138).

Lembramos que o contínuo processo de produção e reestruturação do espaço está em constante diálogo com a sociedade, portanto não se trata de algo apenas deste momento contemporâneo. Os processos de reestruturação espacial fazem parte da dinâmica social, e na cidade de São Paulo podemos identificar essas transformações acontecendo com maior intensidade desde a riqueza produzida pelo ciclo econômico do café e posteriormente com a consolidação do processo de industrialização⁴ – dois momentos do devir da cidade, nos quais

⁴ Podemos citar como exemplos das primeiras grandes intervenções na cidade de São Paulo, as obras realizadas pelo prefeito Antônio Prado (1899-1910), de acordo com SEVECENKO (1992, p.120), este prefeito realizou as seguintes obras: arborização e ajardinamento das Praças da República e da Luz; arborização de diversas ruas e praças da cidade; modernização dos serviços da Inspetoria Sanitária; ampliou o Largo do Rosário (renomeando-o Praça Antônio Prado); construiu o viaduto que fez a ligação do Triângulo com o Pátio do Colégio, reformou e ampliou a Praça da Sé, concebeu o projeto paisagístico para o Parque do Carmo e Anhangabaú, criou a Praça do Patriarca, ergueu o Viaduto Santa Efigênia, facilitou o acesso ao bairro do Brás e construiu o jardim do palácio do Museu do Ipiranga. A pesquisadora Raquel Rolnik (1988, p.108) também cita as obras realizadas pelo prefeito Raymundo Duprat (1911-14) como grandes intervenções urbanísticas produzidas no início do século XX. Segundo a autora: “*Porém, é durante a Prefeitura Raymundo Duprat (1911-14) que a maior reforma urbana anterior a 1930 ocorreu: iniciada com a discussão entre grandes proprietários urbanos e técnicos da prefeitura em torno de cinco projetos diferentes, acabou por demolir vários quarteirões habitacionais encortiçados do centro com vistas a edificar eixos monumentais à la barroca ocupados com comércio, escritórios, confeitarias, teatro e parques de luxo*”.

Segundo FRÚGOLI Jr. (2000, p. 53) As grandes intervenções não parariam por aí, “*dos anos de 1930 em diante, a cidade e o Centro passaram a sofrer novas modificações rumo à ‘metropolização’, a partir da gestão de Francisco Prestes Maia (1938-1945), engenheiro civil e arquiteto formado pela Escola Politécnica. Ele foi o autor do ‘Plano de Avenidas’, uma ideia de Ulhôa Cintra*”. Para estes

a lógica da produção de valor está consolidada e passa a comandar o ritmo e a forma do seu funcionamento. A partir desses momentos, São Paulo foi se tornando uma grande aglomeração em constante processo de transformação, em um ritmo acelerado, produzindo simultaneamente expansão para novas áreas, transformações das áreas já urbanizadas, justaposição de novos elementos ao lado dos antigos, espraiamentos e densificações. Cidade onde nada parece permanecer idêntico por muito tempo e que não cessa de se metamorfosear.

A cidade, no início do século XX, já apresentava condições modernas como o transporte ferroviário (San Paulo Railway), iluminação pública (San Paulo Gás Company), instalação de rede de água (Companhia Cantareira), distribuição de energia (Light Power & Cia) e um grande número de trabalhadores imigrantes. Tais condições constituíram a base para atrair diversas indústrias para o seu território, gerando um processo acelerado de industrialização e urbanização, transformando em poucas décadas a cidade em metrópole. A metrópole mostrava-se como o *Outro* da cidade, o seu negativo.

Esse processo iniciado entre final do século XIX e início do século XX provocou intensas transformações na divisão do trabalho, no território e nas formas de sociabilidade na cidade. Ao concentrar no espaço urbano atividades industriais, acelerou o crescimento populacional e trouxe os elementos e símbolos da vida moderna: novos meios de transporte, novos bens de consumo, novas formas de vida – embora essa modernidade não tenha sido alcançada por todos, no que diz respeito ao acesso aos bens produzidos e tão pouco em relação às condições de vida dos moradores da cidade.

Essas transformações quantitativas e qualitativas foram metamorfoseando a cidade em uma grande metrópole. Em meados do século XX, já estávamos diante de uma grande metrópole; aquela cidade do início do século XX com o seu centro histórico e seus subúrbios tinha sido completamente transformada, virou reminiscência. O intenso processo de industrialização concentrou capital e trabalhadores em seu território e nos municípios

autores, todas estas intervenções caracterizavam projetos de intervenções urbanas para organizar um espaço de comércio, serviço, lazer e residência para as elites da época.

vizinhos. Uma explosão-implosão da cidade ocorreu, trazendo novos e complexos conteúdos, com repercussões na vida cotidiana de seus moradores e nas novas formas de produção e gestão do espaço urbano.

Conforme nos ensinou Lefebvre ([1970] 1999, p. 13), a implosão-explosão da cidade nos colocou diante de uma fase crítica. A concentração de capital e de pessoas no território da cidade, que se transformou em metrópole, não diz respeito apenas às transformações quantitativas, mas representa intensas modificações também no que diz respeito ao qualitativo, ou seja, novas relações sociais e territoriais vão sendo construídas a partir dessa concentração e centralização do capital, deflagrada a partir do processo de industrialização.

Nesse movimento, a realidade urbana, ao mesmo tempo amplificada e estilizada, perde os traços que a época anterior lhe atribuía: totalidade orgânica, sentido de pertencer, imagem enaltecida, espaço demarcado e dominado pelos esplendores monumentais.

[...] a implosão (metáfora emprestada da física nuclear), ou seja, a enorme concentração (de pessoas, de atividades, de riquezas, de coisas e de objetos, de instrumentos, de meios e de pensamento) na realidade urbana, e a imensa explosão, a projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, subúrbios, residências, residências secundárias, satélites etc.) (LEFEBVRE, [1970] 1999, p. 13).

Assim, continuidade e descontinuidade compõem dialeticamente esse momento crítico. A continuidade é representada pela mesma lógica da acumulação capitalista e a descontinuidade, pelas novas formas de acumular capital bem como pelas novas formas espaciais.

Dentre os vários autores que analisaram esse processo de implosão-explosão, pelo qual a cidade de São Paulo vivenciou ao se transformar em uma grande metrópole industrializada, citamos os apontamentos de Oliveira:

É um tanto surpreendente o fato de que São Paulo, hoje a maior aglomeração urbana da América Latina, tendo ultrapassado Buenos Aires, tendo ultrapassado a própria Cidade do México, no fim do século XIX, não passasse na verdade de um burgo, de relativa insignificância no conjunto da rede urbana brasileira. Santos, por exemplo, era muito mais importante, enquanto cidade, do que São Paulo. Vai ser aí precisamente com a modificação da divisão social do trabalho agora sendo levada pela indústria, isto é a expansão capitalista sendo comandada pela indústria, que vai redefinir, de uma forma completa, esse caráter da urbanização das relações cidade e campo na ampla divisão social do trabalho no Brasil. E vai ser, portanto – o que é completamente óbvio e nenhuma novidade –, o caráter dessa industrialização que vai oferecer esse espetáculo um tanto impressionante do salto de uma cidade como São Paulo que, ao fim do século XIX, tinha uma significância pequena dentro do conjunto das grandes

idades brasileiras, para, no curso de menos de 60 anos, dar um enorme salto e chegar a constituir-se na maior aglomeração urbana da América Latina (OLIVEIRA, 1982, p. 41).

Assim como Oliveira (1982), Kowarick e Campanário (1994, p. 58) também ressaltam o papel da industrialização como o motor das transformações socioespaciais. Como veremos na citação abaixo, os autores detalham ainda mais a dimensão social e espacial dessa transformação.

O padrão de acumulação industrial, consolidado em menos de 15 anos a partir de 1958, só pode convergir para São Paulo, porque a região contava com uma rede de serviços e infraestrutura urbana relativamente bem provida. Dispunha, também, de indústrias que poderiam fornecer insumos necessários aos conglomerados fabris que se implantavam. Ademais a região apresentava boas condições de localização, proximidade de mercados consumidores e oferta de mão de obra, inclusive especializada [...]

Fruto de uma longa conjuntura de progresso – que se expressa nos 7,1% de crescimento do Produto Interno Bruto entre 1950 e 1980 –, a Grande São Paulo, epicentro deste dinamismo, reunia, no final do período considerado, 36% do pessoal ocupado no parque manufatureiro do país, 46% do total de salários, 40% do valor da transformação industrial dos investimentos de capital na indústria, concentrando-se 70% do valor da transformação dos ramos de material de transportes e elétrico, 60% dos produtos farmacêuticos e plásticos, 55% do referente à indústria mecânica, além da presença significativa em quase todos os outros ramos fabris. Nas décadas de 70 e 80, esta concentração transborda a fronteira metropolitana, fazendo a chamada região do Entorno (Sorocaba, Campinas e São José dos Campos, além da Baixada Santista), crescer a ritmos bem mais intensos que a própria Grande São Paulo (KOWARICK; CAMPANÁRIO, 1994, p. 58).

Este grande crescimento econômico não significou melhorias para a classe trabalhadora, ao contrário disso, se fez sobre um intenso processo de exploração e espoliação dos trabalhadores, como demonstram os próprios autores citados acima:

Mas esse processo não significa que as condições de vida da população da RMSP tenham melhorado: assentado na exploração de mão-de-obra não-qualificada, no uso pouco racional das matérias-primas e dos recursos naturais existentes, com baixo padrão tecnológico e gerencial na maioria das unidades produtivas, o modelo econômico implantado no pós-guerra reproduziu e aprofundou um padrão perverso de capitalismo, associando, até o final dos anos 70, acelerado crescimento econômico com acentuada pauperização. (...) na década de 80, coube à classe trabalhadora o ônus do ajuste estrutural, tendo como cenário privilegiado a metrópole paulista. Nesse particular, convém apontar que, na região mais rica do país, o salário mínimo decresceu em termos reais, entre 1959 e 1991, cerca de 60%. (KOWARICK, CAMPANÁRIO, 1994, p. 58).

Se o século XX marcou um intenso processo de industrialização e urbanização negando a cidade para transformá-la em uma metrópole moderna; a entrada no século XXI evidencia um outro tempo da metrópole. Mais uma vez a metrópole se metamorfoseia. Ela apresenta novas formas e conteúdos relacionados ao atual momento do capitalismo.

O processo de globalização, a reestruturação produtiva e o neoliberalismo são os processos que constituem esse novo momento marcado não mais predominantemente pela industrialização e urbanização, mas pela financeirização e metropolização. A metrópole moderna agora se metamorfoseia em uma metrópole contemporânea com novos conteúdos físicos e sociais e com intensas contradições – algumas delas relevando novos conteúdos e outras apenas acentuando aqueles já existentes. Novos tempos críticos.

Como ressalta Sandra Lencioni (2011, p. 135-136):

A metrópole contemporânea, a que exprime um novo tempo, pode ser considerada uma espécie de tradução urbana da manifestação socioespacial da globalização. Ela apresenta uma forma territorial nova, que pode ser descrita como uma ampliação da metrópole moderna, herdada do processo de urbanização e industrialização. Ela é produto do processo de metropolização, que nada mais é do que uma metamorfose do processo de urbanização.

[...]

Estamos vivendo um novo contexto cujo processo dominante é o de metropolização do espaço. Este processo corresponde a um momento mais avançado do processo de urbanização, sem significar, contudo, que não haja mais o processo de urbanização. Este continua existindo e transformando o território; no entanto, é o processo de metropolização que se constitui numa *determinação histórica* da sociedade contemporânea. Esse processo é expressão de uma nova época, na qual a metrópole se coloca ao mesmo tempo como uma *condição* para a reprodução do capital, um *meio* utilizado para sua reprodução e, ainda, um *produto* do próprio capital. Isso, num quadro de profundas alterações na dinâmica do capital imobiliário e financeiro, como estratégias de renovação da reprodução capitalista (LENCIONI, 2011, p. 135, grifo da autora).

Diante desse novo contexto, praticamente todo o seu tecido urbano vem se reconfigurando em diferentes e variados padrões de uso e ocupação do solo; uma verdadeira transformação física e social está em curso. A paisagem de vários bairros evidencia um intenso processo de reestruturação, não apenas de seu território físico, como também de sua economia, de suas dinâmicas sociais e culturais, acirrando ainda mais um padrão de desenvolvimento geográfico desigual, pois a imensa desigualdade espacial e social, presente desde a formação da cidade, se reafirma e se reproduz em escalas ainda maiores.

O que justifica tais mudanças? Na época essa foi uma das questões que nortearam a pesquisa do mestrado. Uma vasta literatura indicava que o motor dessas transformações teve início com a crise capitalista da década de 1970, com o fim do ciclo de acumulação ancorado no paradigma fordista-keynesiano, consolidado desde o fim da Segunda Guerra Mundial. O regime de acumulação e regulação que orientou o processo de reprodução do capital, até aquele momento, não estava mais sendo capaz de manter o mesmo ritmo de acumulação de capital comparado aos padrões anteriores, gerando, dessa forma, uma nova crise nesse sistema. Como Marx já havia apontado, as crises são inerentes ao processo de acumulação de capital, porque esse processo é repleto de contradições internas, que frequentemente irrompem sob a forma de crise. A própria dinâmica de acumulação em algum momento pode encontrar barreiras para a sua continuidade e interromper o ciclo de reprodução do capital e gerar uma superacumulação. O geógrafo David Harvey, ao analisar a teoria marxista sobre a produção do valor, destacou na análise de Marx a tendência à superacumulação. Vejamos:

No sistema capitalista, as muitas manifestações de crise – o desemprego e o subemprego crônicos, o excedente de capital e a falta de oportunidades de investimento, as taxas decrescentes de lucro, a falta de demanda efetiva no mercado e assim por diante – podem, desse modo, remontar à tendência básica da superacumulação. Como não há outras forças compensatórias em ação dentro da anarquia competitiva do sistema econômico capitalista, as crises possuem uma função importante: elas impõem algum tipo de ordem e racionalidade no desenvolvimento econômico capitalista. Isso não quer dizer que as crises sejam ordenadas ou lógicas, de fato, as crises criam as condições que forçam a algum tipo de racionalização arbitrária no sistema de produção capitalista. Essa racionalização apresenta um custo social e provoca trágicas consequências humanas na forma de falências, colapsos financeiros, desvalorizações forçadas de ativos fixos e poupanças pessoais, inflação, concentração crescente de poder econômico e político em poucas mãos, quedas dos salários reais e desempregos (HARVEY, 2001, pp. 46-47).

A citação cima demonstra a condição inerente de crise do próprio sistema capitalista: a busca constante do lucro e a anarquia competitiva entre os capitalistas. Contudo gostaríamos de chamar a atenção não apenas para o que leva à existência da crise, mas também para o papel que ela desempenha nesse sistema: o de impor alguma forma de racionalização arbitrária ao sistema. A racionalização não resolve por definitivo as contradições, apenas as adia e pode trazer trágicas consequências e altos custos sociais nas soluções adotadas. A racionalização só resolveria a contradição que leva à crise caso levasse à superação desse modo de produção. No mesmo texto, Harvey salienta:

[...] No entanto, as correções forçadas e periódicas relativas ao curso da acumulação de capital também podem, facilmente, escapar do controle, e

gerar a luta de classes, os movimentos revolucionários e o caos, que, tipicamente produzem o terreno de reprodução para o fascismo. A reação social às crises pode afetar a maneira pela qual se resolve a crise, de modo que não há um único e necessário resultado para esse processo de racionalização forçada (HARVEY, 2001, p. 47).

Marx já havia apontado essa característica de destruição criativa do modo de reprodução capitalista em várias de suas análises, como no Manifesto do Partido Comunista, escrito por ele e Engels, em 1848, ao analisar um dos momentos de crise no turbilhão social europeu.

A burguesia não pode sobreviver sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, e com eles as relações de produção, e com eles todas as relações sociais. [...] Revolução ininterrupta da produção, contínua perturbação de todas as relações sociais, interminável incerteza e agitação, distinguem a era burguesa de todas as anteriores.

Tais momentos de crise também trazem de forma mais intensa as possibilidades de rupturas, pois as contradições latentes se tornam mais intensas e explícitas. O caminho de adiamento da superação dessas crises vai seguir os arranjos políticos de cada época e de cada lugar.

Até hoje o que presenciamos são novos arranjos produzidos para sustentar o sistema capitalista, no qual as classes dominantes, ou parte delas, criam – vale lembrar que com muita violência e expropriação – novas condições para renovar e reestruturar as formas de acumulação. É um processo no qual essas novas formas têm expandido a capacidade produtiva em escala planetária. Esse mecanismo, de reestruturação, também foi uma resposta ao final dos anos 1970 para tentar solucionar a crise daquele período e seguir adiante reproduzindo o capital. E, como nas demais crises, o que se promoveu foram ajustes temporais e espaciais para seguir centralizando a riqueza e o poder nas mãos de poucos, especialmente naqueles países que adotaram políticas neoliberais. Todos nós continuamos presenciando novas crises, cada vez mais intensas e globalizadas, geradas exatamente pelos mesmos mecanismos financeiros e imobiliários acionados desde os anos 1980 para dar respostas à crise daquela época. Recorremos a Harvey (2011, p. 14) para exemplificá-las:

Houve centenas de crises financeiras ao redor do mundo desde 1973, em comparação com muito poucas entre 1945 e 1973, e várias destas foram baseadas em questões de propriedade ou desenvolvimento urbano. A primeira crise em escala global do capitalismo no mundo pós Segunda Guerra começou na primavera de 1973 [...] Originou-se de um crash do mercado imobiliário global, que derrubou vários bancos e afetou drasticamente não só as finanças dos governos municipais [...], mas também

as finanças do Estado de modo mais geral. O boom japonês da década de 1980 terminou em um colapso do mercado de ações e preços da terra [...] O sistema bancário sueco teve ser nacionalizado em 1992, em meio a uma crise nórdica que também afetou a Noruega e a Finlândia, causada por excessos nos mercados imobiliários. Um dos elementos que desencadearam o colapso no Leste Asiático de 1997 a 1998 foi o desenvolvimento urbano excessivo, alimentado por um influxo de capital especulativo estrangeiro, na Tailândia, em Hong Kong, na Indonésia, na Coreia do Sul e nas Filipinas.

Se o final dos anos da década de 1990 foi marcado por crises, a entrada em 2000 não foi mais fácil. Em 2008 estávamos novamente diante de uma imensa crise global do capitalismo, a crise das hipotecas subprime atingiu severamente todos os bancos de investimentos nos EUA, afetando praticamente o mercado financeiro global e reverberando em praticamente todos os países. “Esta foi sem dúvida, a mãe de todas as crises financeiras que se tornaram mais frequentes e mais profundas ao longo dos anos, desde a última grande crise do capitalismo nos anos 1970 e início dos anos 1980” (HARVEY, 2001, p. 14).

Desde aquele período, estamos assistindo a novos arranjos econômicos, políticos, sociais, espaciais e até mesmo culturais orquestrados, especialmente, por uma elite financeira, a fim de dar continuidade ao processo de reprodução do capital. Esses arranjos, apoiados em uma ideologia e em um Estado neoliberal, alimentados pelas novas tecnologias da comunicação e dos transportes, provocaram rupturas e continuidades no mundo do trabalho, nas formas de acumulação de capital, na forma de atuação do Estado, nos padrões artísticos e estéticos, alterando significativamente as balizas das relações sociais. A lista de transformações seria imensa, bem como a das novas contradições desse novo processo. Novos tempos para o capital, marcados por acelerações e novos padrões de acumulação. Poderíamos dizer que novos tempos e novas geografias também estavam sendo produzidos? Sim, tempo-espço em transformação seria a marca do final do século XX.

Estaríamos diante de um tempo-espço novo? Para alguns, seria uma pós-modernidade, para outros, a hipermodernidade ou ainda uma modernidade líquida,⁵ ou apenas a exacerbação do mundo moderno. Independentemente da nomeação adotada para o período

⁵ Poderíamos citar vários autores que refletiram sobre as características do mundo contemporâneo, com todas as mudanças científicas, tecnológicas, culturais, econômicas, políticas, sociais, estéticas que foram se configurando a partir de meados do século XX, mas aqui apenas nos referimos as obras de David Harvey (*Condição pós moderna*, de 1992); de Gilles Lipovetsky (*Os tempos hipermodernos*, de 2004); Jean-François Lyotard (*A condição pós moderna*, de 1979); de Zygmunt Bauman (*Modernidade Líquida*, de 2001).

pós-década de 1970, todos autores concordavam que esses novos momentos sob novos arranjos estão garantindo a continuidade do processo de acumulação capitalista.

O fato é que, como respostas à crise capitalista, intensos processos de reestruturação produtiva – em seu mais amplo sentido – se iniciaram praticamente em escala global. Portanto seria estranho se a produção do espaço também não se alterasse diante desse novo contexto, pois as relações sociais se realizam num tempo-espaço determinado historicamente. Ademais, há muito tempo o próprio espaço tornou-se uma mercadoria; sua produção entrou na lógica da valorização como as demais mercadorias. Portanto, para analisar a produção do espaço é preciso compreendê-lo criticamente a partir da sua economia política. Como afirma Lefebvre:

O capitalismo se estendeu subordinando a si o que lhe preexistia: agricultura, solo e subsolo, domínio edificado e realidades urbanas de origem histórica. Do mesmo modo, ele se estendeu constituindo setores novos, comercializados, industrializados: os lazeres, a cultura e arte dita “moderna”, a urbanização.

[...] Durante muito tempo, o “imobiliário”, no capitalismo, só teve uma importância menor. O solo pertencia aos destroços de uma classe vencida, os proprietários fundiários. Classe, enquanto tal, de origem feudal. Outrora a construção, ramo de produção inicialmente subordinado, quase artesanal, tinha menos importância que a produção do aço ou do açúcar [...]. Ora, a situação desse “ramo” mudou completamente, e não apenas nos grandes países industriais [...]. Daí a tendência disso que outrora foi o “imobiliário”, doravante *mobilizado* (construções, especulações) tornar-se *central* no capitalismo (LEFEBVRE, 2008, p. 117 e 118).

A tentativa de compreender a atual produção do espaço é também uma forma de compreender o mundo contemporâneo. Diante de uma reestruturação capitalista para dar continuidade ao processo de reprodução do capital, novos arranjos espaciais foram sendo construídos, em todas as escalas da vida, da local à global, desde estratégias das grandes empresas nacionais ou multinacionais em busca de localizações que lhes garantam uma maior lucratividade, ao Estado que instrumentaliza o espaço para atender aos interesses das classes dominantes, facilitando a criação das novas condições de produção, e, até mesmo, aos movimentos sociais, que também precisaram criar novas estratégias de luta pelo direito ao espaço. Lembramos que sociedade e espaço se determinam mutuamente de forma dialética e que a forma social gesta a sua forma espacial.

Segundo Carlos (2011, p. 13),

As mudanças no período atual (que muitos autores identificam como pós-modernidade) têm sido associadas às transformações do/no tempo. Para nós, geógrafos, o desafio reside em pensar em que medida a problemática atual

contempla o espaço, posto que espaço e tempo aparecem na análise geográfica em sua indissociabilidade, já que toda ação social se realiza num espaço determinado, num período de tempo preciso. Nessa perspectiva, as relações sociais se realizam na condição de relações espaciais, o que significa que a análise geográfica revela o mundo como prática sócio-espacial. A Geografia, ao apontar a inexorabilidade da relação espaço-tempo, inclui uma perspectiva nova para a elucidação do período atual. Poderíamos, assim, argumentar que a pós-modernidade referir-se-ia a uma radical mudança espaço-temporal, e não apenas no tempo ou do tempo (CARLOS, 2011, p. 13).

Uma das características mais marcantes do contemporâneo é o intenso e extenso processo de urbanização capitalista neoliberal em escala planetária, revelando não apenas a sua dimensão quantitativa, mas, sobretudo, o seu aspecto qualitativo ao impor um determinado modo de vida em escala planetária. De acordo com DAMIANI (2005, p. 62-63), para compreender esse momento precisamos de uma Geografia que inclua a dialética e que seja capaz de desvendar os projetos estratégicos do Estado e do Capital no processo de modernização do mundo. Segundo Damiani, é preciso examinar os processos de modernização que ocorrem de forma extensiva e intensiva.

Extensivamente, trata-se da incorporação de todos os espaços e tempos no universo dessa economia; e é uma extensão paradoxal, pois envolvida pelo universo concentracionista, do absolutismo financeiro.

[...] Intensivamente, trata-se de decifrar a metamorfose dos modos de vida, a constituição e a reprodução da cotidianidade; em suma, a alienação cotidiana e, sintetizadora das várias formas de alienação: política, econômica, cultural, etc. No lugar da vida, toda forma de sobrevivência e morte (DAMIANI, 2005, p. 63-62).

Se a industrialização da sociedade colocou as cidades no centro da produção de valor, essa nova etapa financeirizada da acumulação reafirmou o seu papel central nesta etapa do capital globalizado. Diversos autores (SASSEN, 1991; CASTELL, 1996; HARVEY, 1985, 1994, 1996; CARLOS; 2001; FIX, 2001; LENCIONI, 2011) têm apontado, por diferentes perspectivas, esse novo momento de reprodução do capital e sua relação com as transformações que ocorrem nas metrópoles.

Como demonstra Lencioni (2011, p. 135-136), algumas metrópoles passaram a desempenhar um papel cada vez mais importante na contemporaneidade, pois se tornaram os centros de reprodução do capital financeiro e imobiliário – os novos motores da lógica de valorização do capital.

Nas diversas estratégias de prolongamento da sobrevivência capitalista, a metrópole se colocou como pedra angular dos novos tempos que se

anunciavam. Ela, que na América Latina já havia sido um elemento estratégico das políticas nacionais de caráter desenvolvimentista, apresentava-se agora com toda a potência de se constituir numa das possibilidades de sobrevivência do capitalismo.

Essa metamorfose metropolitana tem como eixo norteador o processo de metropolização do espaço, que está intimamente relacionado à reestruturação produtiva que tem feito da metrópole um instrumento primaz da reprodução do capital, devido à nova relação que se desenvolve entre o capital imobiliário e financeiro (LENCIONI, 2011, p. 135).

A metrópole contemporânea, emergente desse contexto, nos revela o aprofundamento de algumas características inerente às metrópoles modernas. Em primeiro lugar, percebemos uma ampliação dos processos de homogeneização, fragmentação e hierarquização do espaço. A metrópole, ao se reproduzir, sob as novas formas de acumulação de capital, homogeneiza lugares em busca de criar as condições necessárias para reproduzir o capital de empresas nacionais e globais. As novas centralidades em São Paulo mimetizam as paisagens dos grandes centros urbanos de outras regiões do planeta em busca de oferecer aqui as mesmas condições necessárias para que o capital se reproduza.

Por outro lado, não esqueçamos que não é a metrópole como um todo que se recria sob essas novas condições. Alguns lugares são selecionados para se reconfigurarem e atender a essas novas lógicas de reprodução, enquanto outros permanecem com conteúdos físicos e sociais de tempos pretéritos, embora também façam parte dessa mesma totalidade contemporânea. Nesse processo, a fragmentação se acentua cada vez mais.

O espaço da cidade capitalista, particularmente da grande cidade, caracteriza-se, entre outros aspectos, por ser fragmentado, o que dá origem a um mosaico irregular, com áreas de diferentes tamanhos, formas e conteúdos, assim geradas por distintos processos espaciais e agentes sociais. As áreas desse mosaico, por outro lado, foram criadas em diferentes momentos do tempo, exibindo paisagens construídas recentemente, consolidadas, envelhecidas ou em processo de renovação. Complexas espacialidades e temporalidades caracterizam o espaço da grande cidade capitalista, fato que se acentua após a Segunda Guerra Mundial e se amplia mais ainda nos últimos 25 anos (MARCUSE, 2003 apud VASCONCELOS, 2013, p. 7).

Juntamente a esses dois processos, a hierarquização dos lugares dentro da metrópole se acentua, revelando novas reorganizações da divisão social e territorial do trabalho. Não bastasse a hierarquização interna, a própria metrópole assume cada vez mais um papel de gestão e comando diante de outras cidades e outras metrópoles, reafirmando o seu papel de comando em todo o território nacional e a sua articulação com outras metrópoles mundiais. Os processos econômicos, sociais, culturais têm dimensões multiescalares.

Uma outra constatação da reprodução da metrópole nesse período atual é a acentuação da sua negatividade, que se relaciona e se complementa aos processos descritos acima, pois diz respeito à intensificação dos processos de segregação socioespacial, revelando o caráter de classe da produção capitalista do espaço urbano, pois a lei do valor de troca em relação à moradia, ao lazer, à mobilidade urbana, ao acesso à saúde e educação se sobrepõe ao valor de uso da cidade. Desde o final dos anos de 1980, temos sido bombardeados com discursos políticos e empresariais, e muitas vezes até acadêmicos, levando-se em conta apenas o aspecto do seu crescimento econômico, revelando como as cidades vêm sendo pensadas como “cidades empresariais”.

A crise de 2008 fez aprofundar e amplificar ainda mais os discursos da competitividade, da internacionalização e da necessidade das políticas de austeridade, que no urbano são traduzidas como: desemprego, cortes de programas e serviços públicos, despejos, crise de moradia, reintegração de posse de imóveis e de áreas ocupadas por aqueles que não conseguem pagar aluguel ou comprar uma moradia.

Desde o final da década de 1970, diversos pesquisadores vêm procurando compreender as razões que levaram as sociedades a adotarem práticas de governo e de mercado cada vez mais pautadas por princípios neoliberais. Dardot e Laval (2016, p. 13-15), ao analisarem os impactos das crises econômicas a partir de 2000, constataram que, longe de provocar o enfraquecimento das políticas neoliberais, as crises conduziram “a seu brutal fortalecimento, na forma de planos de austeridade adotados por Estados cada vez mais ativos na promoção da lógica da concorrência dos mercados financeiros”. Para esses autores o neoliberalismo é mais do que uma ideologia, uma política econômica, ele é uma nova racionalidade que generaliza a concorrência como norma de conduta e a empresa como modelo de subjetividade.

A verdade é que as crises servem sempre como um álibi para reorganizar as formas de acumulação de capital. Além disso, vale salientar que os novos processos de exploração e dominação sempre recaem com muito mais intensidade sobre a classe trabalhadora, os marginalizados e os excluídos do processo produtivo, produzindo um processo de pauperização cada vez mais acentuado.

A negatividade desse processo, expressa nos conflitos urbanos e nas disputas pela cidade, entre os diferentes sujeitos sociais, é inerente ao processo de produção do espaço

urbano na sociedade capitalista, porque ela nos revela espacialmente a contradição fundante dessa sociedade, ou seja: toda produção, seja ela de coisas ou de espaço, é uma produção social, mas a sua apropriação se dá de forma privada, mediada pelos valores de troca na lógica do mercado. Portanto, a produção do espaço é repleta de contradições, que são a expressão de uma das facetas das lutas de classe. Como assinala David Harvey, em um de seus artigos:

O investimento capitalista na transformação das cidades tem um aspecto ainda mais sinistro. Ele acarretou repetidas ondas de reestruturação urbana através da “destruição criativa”, que quase sempre tem uma dimensão de classe, uma vez que são os pobres, os menos favorecidos e os marginalizados do poder político que sofrem mais com o processo. A violência é necessária para construir o novo mundo urbano sobre os destroços do velho (HARVEY, 2013).

Portanto, ao analisar a produção do espaço urbano no momento atual, precisamos incorporar na análise a atuação dos sujeitos sociais que denunciam a negatividade desse processo. São eles e suas práticas de lutas e resistências a esses processos de exploração e dominação que podem nos dar as pistas de como construir uma cidade mais democrática. São esses sujeitos sociais que lutam pelo direito à cidade que podem nos revelar formas de como construir uma sociedade para além do capital, do Estado e do mercado, como propunha Henri Lefebvre, no final da década de 1960, com a sua proposição de direito a cidade.

Assim, compreender como os sujeitos vivem o espaço e lutam por ele deve fazer parte da análise crítica da produção do espaço urbano. Por um lado, a reprodução da metrópole acentua os processos de alienação por meio de uma vida cotidiana marcada por muitas opressões, carências, estranhamentos de todas as formas, por outro lado, é também no cotidiano que as contradições vividas geram possibilidades de luta pelo espaço, pela cidade, pela vida.

Ao analisar mais detidamente as Operações Urbanas em São Paulo, nos deparamos com alguns desses novos conteúdos desse momento da urbanização, entre eles: a proposição cada vez mais intensa das parcerias público-privadas atuando no planejamento e na construção da cidade, a presença mais acentuada de mecanismos de financeirização na produção do espaço urbano, a reestruturação do setor imobiliário que passou a ditar intensamente as formas e os caminhos da reprodução da metrópole, os discursos presentes nos planejamentos estratégicos que propõem resolver problemas urbanos antigos e gerar desenvolvimento local – discursos de caráter ambientalista que legitimam os processos de remoção de um número enorme de famílias que se encontram ocupando áreas a serem

valorizadas – e, por outro lado, também nos revelou o acirramento das velhas questões do urbano da nossa sociedade, como os intensos processos de segregação socioespacial e a pouca ou nenhuma gestão democrática dos projetos urbanos a serem implantados.

Assim como em outras metrópoles localizadas em diferentes regiões do planeta, em nossas metrópoles as contradições têm se reafirmado e se reproduzido, especialmente pelas especificidades da nossa formação socioespacial. Se por um lado constatamos a intensidade como o capital vem se reproduzindo no urbano – aprofundando as desigualdades e generalizando os processos de segregação –, também verificamos que há movimentos de resistências e de luta que procuram se contrapor a essa reprodução, denunciando a negatividade desse processo. Não é novidade a organização de movimentos sociais e associações de bairros que lutam de formas diversas para reafirmar o direito à cidade.

Diríamos que a velha luta entre valor de uso e valor de troca, bem como a luta de classes, vem se acirrando na construção e no uso das cidades contemporâneas. E se hoje se torna necessária a compreensão dos novos arranjos econômicos e políticos na produção do urbano, orquestrados pelo capital e pelo Estado, não é menos importante compreender as lutas e resistências feitas ao modelo neoliberal que vem prevalecendo na reconfiguração de nossas cidades.

Portanto, para compreender os atuais processos urbanos, precisamos adotar uma perspectiva crítica, que reconheça as contradições e a crise desse atual momento de reprodução da sociedade e do capital, para tentar perceber o poder e as estratégias de reprodução do capital, o papel instrumental do Estado, mas, sobretudo, as contínuas lutas políticas da população mais pobre que precisa buscar alternativas e possibilidades para sobreviver ao capitalismo. Lutas que nos revelam processos de resistências que se manifestam de diferentes maneiras, apontando para as contradições do presente e com potência para iluminar as possíveis perspectivas de futuro.

Como já nos apontava Lefebvre, na década de 1960, estaríamos vivendo um momento crítico da urbanização, ao mesmo tempo em que as contradições entre produção social e apropriação privada explodem, esse mesmo momento de crise também aponta para outros possíveis, para outras formas de desejar o futuro.

No entanto “o urbano” persiste, no estado de atualidade dispersa e alienada, de embrião, de virtualidade. Aquilo que os olhos e a análise percebem na prática pode, na melhor das hipóteses, passar pela sombra de um objeto

futuro na claridade de um sol nascente. Impossível considerar a hipótese da reconstituição da cidade antiga; possível apenas encarar a construção de uma nova cidade, sobre novas bases, numa outra escala, em outras condições, numa outra sociedade. Nem retorno (para a cidade tradicional), nem fuga para a frente, para a aglomeração colossal e informe – esta é a prescrição. Por outras palavras, no que diz respeito à cidade, o objeto da ciência não está determinado. O passado, o presente, o possível não se separam. É um *objeto virtual* que o pensamento estuda. O que exige novas *démarches* (LEFEBVRE, 2004, p. 105).

Carlos (2017, p. 42), ao atualizar a análise proposta por Henri Lefebvre, também aponta para as contradições presentes no modo de produção e reprodução da metrópole contemporânea, salientando não apenas a alienação produzida por esse modo, mas também revelando a possibilidade das lutas no espaço e pelo espaço.

Em seu processo de produção/reprodução, o espaço torna-se um meio e um poder nas mãos de uma classe dominante que, usando como meio as políticas públicas, centraliza, valoriza e desvaloriza os lugares da vida, aprofundando as desigualdades como decorrência das necessidades da acumulação ampliada. Numa luta constante pela sobrevivência, o cidadão se confronta com o outro do humano – a deterioração das condições de vida, a ausência do direito, as situações de exclusão, o aprofundamento da realidade mercantil que molda comportamentos, a abstração concentra do mundo da mercadoria e de suas formas arbitrárias. Por sua vez, na consciência da alienação, na submissão ao mundo da mercadoria, na privação vivida, está posta a perspectiva da luta. Desse modo, a tomada de consciência dos limites impostos à vida urbana vai mover os conflitos que se desenvolvem sob a forma de luta pelo espaço em torno do direito à cidade. A consciência da privação sinaliza, portanto um movimento em direção ao devir que, mais do que acentuar o possível, traz a exigência de construção de um novo projeto de sociedade (CARLOS, 2017, p. 42).

Diante dessas considerações, apresentamos os resultados desta pesquisa da seguinte forma: no primeiro capítulo, “Considerações teóricas”, trazemos nossa concepção teórica e os diversos autores que contribuem para fundamentá-la, em busca de analisarmos os determinantes desse novo processo de reestruturação produtiva e espacial que está ocorrendo na Zona Leste da metrópole paulistana.

No segundo capítulo, “A reestruturação capitalista no Brasil e a metrópole paulistana”, analisamos a repercussão da reestruturação produtiva e espacial no Brasil e na metrópole paulistana, a partir da crise do paradigma fordista-keynesianista, procurando analisar como a desconcentração industrial e os processos de globalização da economia vêm reestruturando a base produtiva da metrópole e como essas transformações vêm provocando grandes alterações no espaço urbano. Além disso, discutimos como o espaço reflete e ao mesmo tempo é condição e meio da reprodução do capital. A análise dos determinantes dessa reestruturação

produtiva e espacial contribuiu para que compreendêssemos o papel que os diversos fragmentos da metrópole vêm sendo mobilizados a cumprir nesse contexto.

No terceiro capítulo, “A presença e a ausência do Estado na construção da periferia Leste”, procuramos discutir como a formação da metrópole industrial se deu a partir de um modelo de urbanização baseado num padrão de crescimento centro-periferia, reafirmando os processos de segregação socioespacial, não apenas como resultado, mas como condição de acumulação capitalista que se deu a partir da expropriação e espoliação de seus trabalhadores. Analisamos, ainda, a formação da periferia da Zona Leste da metrópole, procurando compreender como se deu a atuação do Estado na construção dos grandes conjuntos habitacionais; na estruturação viária no modelo radial-concêntrico e a criação de uma zona industrial em Itaquera, bem como a sua ausência na estruturação dos bairros formados a partir dos loteamentos irregulares e das ocupações clandestinas. Essa discussão procurou analisar o papel que a Zona Leste desempenhou e vem desempenhando na totalidade da formação e reprodução da metrópole paulistana.

No quarto capítulo, “Da Operação Urbana Consorciada Jacu-Pêssego ao Arco Jacu: as estratégias do estado e do capital na produção do espaço na Zona Leste”, analisamos as intenções de desenvolvimento econômico para a região da Zona Leste apresentadas na Operação Urbana Consorciada Rio Verde Jacu, proposta no PDE de 2002, e que se desdobraram no Arco-Jacu, do atual Plano Diretor Estratégico de São Paulo, aprovado em 2014. A nossa análise permitiu verificar que essa Operação Urbana continha uma série de especificidades em relação às demais operações urbanas em andamento na cidade de São Paulo, pois procurou garantir nesse território da metrópole um espaço para a reprodução do capital produtivo. Constatamos, ainda, que há uma marcante estratégia do Estado para criar as condições de fluidez na região, interligando parte dos municípios do interior ao Aeroporto de Guarulhos, à região do ABC e ao Porto de Santos, garantindo as condições de produção de valor nessa grande área do território brasileiro, o que consolida mais ainda a macrometrópole como um centro privilegiado de reprodução do capital. E que a melhoria das condições de vida dos moradores dessa região, também prometida pelo discurso que procura legitimar as intervenções propostas para a região, não se realiza.

No quinto capítulo, “O Jardim Helian em busca do direito à cidade: lutas e resistências na periferia da metrópole”, procuraremos analisar algumas lutas e resistências realizadas pelos moradores do Jardim Helian, por meio da Associação de Moradores do bairro, em busca do

direito à cidade. O estudo do Jardim Helian nos revelou que os processos de luta e as formas de resistências dos moradores desse bairro não aconteciam apenas em relação às mudanças trazidas por esses novos tempos da metrópole, mas que o bairro tinha uma longa história de luta, desde a sua formação da na década de 1970. Procurar desvendar esse histórico de luta nos possibilitou compreender a própria dinâmica de formação da metrópole e suas metamorfoses. Detivemo-nos na análise da luta pela Unidade Básica de Saúde (UBS) e nas reivindicações junto à SABESP, porque consideramos essas duas frentes de atuação da Associação dos Moradores do Jardim Helian muito representativas, para compreendermos as contradições da atuação do Estado diante dos interesses do capital e dos interesses da população local.

E, por fim, em “Considerações Finais”, procuramos articular as discussões realizadas em todos os capítulos para demonstrar a tese proposta de que os planos governamentais cumprem um papel de mediadores do processo de reprodução do capital nessa fase crítica de reprodução da sociedade e da produção do espaço. E que as lutas e resistências promovidas pelos moradores das áreas periféricas nos revelam a negatividade desse processo, mas também as possibilidades de emancipação humana que o urbano pode proporcionar.

1 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Compreender os fenômenos urbanos é um grande desafio teórico. As cidades estão sempre a nos desafiar duplamente: pela multiplicidade de relações econômicas, políticas, culturais e sociais que a tecem, como pela sua constante transformação no tempo. Como dito na apresentação desta tese, para compreender as cidades contemporâneas não se faz necessário apenas identificar as recentes mudanças em suas paisagens, mas, sobretudo, é preciso entender processos tão intensos e variados que caracterizam uma verdadeira metamorfose. Porque, contemporaneamente, as mudanças vividas nas grandes cidades dizem respeito a transformações em sua estrutura, sua forma e a sua função. Não pretendemos, com essa afirmação, dizer que as mudanças só existem neste tempo presente, ao contrário disto, os ambientes urbanos sempre foram marcados por transformações socioespaciais – com diferentes intensidades e localidades –, mas as transformações contemporâneas marcam um novo período de ampla reestruturação da sociedade e de seus espaços, exigindo esforços para compreender o que há de novo e o que permanece nesses ambientes, que, por sua natureza, são de grande complexidade social.

O desafio teórico está posto: como perceber a complexidade em movimento? Como apreender as continuidades e descontinuidades presentes nesses espaços urbanos? Para refletir sobre o processo de urbanização contemporânea, torna-se necessário buscar as ferramentas de compreensão de um processo socioespacial que se transformou bruscamente entre as décadas de 1970 e 1980 e que, até hoje, se reconfigura em uma velocidade quase vertiginosa.

A constatação de que grandes mudanças passaram a ocorrer a partir das décadas de 1970 e 1980, em vários âmbitos da sociedade, tais como na organização do trabalho, na atuação das empresas, na forma de atuação do Estado, na cultura e na política, já nos revela que a dimensão temporal é um elemento importante nas considerações espaciais. Compreender como em determinados momentos históricos a coerência entre as ações e as normas parece funcionar com uma “certa estabilidade”, contribui para pensarmos as periodizações e suas descontinuidades. Para Santos (1997, p. 21), os processos de modernização deixam profundas marcas no espaço, embora esses processos não atinjam todos os lugares e seus diferentes componentes com a mesma intensidade e ao mesmo tempo. Seriam exatamente essas diferenças que dão origem a lugares diferentes entre si.

A elaboração e reelaboração dos subespaços – sua formação e evolução – se dão como num processo químico. O espaço que assim é formado extrai sua

especificidade exatamente de um certo tipo de combinação. A sua própria continuidade é uma consequência da dependência de cada combinação em relação às precedentes (SANTOS, 1997, p. 23).

Nessa busca de compreender o espaço urbano, outra noção significativa à Geografia é a *noção de produção do espaço*,⁶ pois ela nos remete a pensar o espaço em sua totalidade, em seu movimento histórico, como um produto do conjunto de relações sociais e por isso como o resultado da ação humana, por meio do trabalho humano, das relações entre os homens entre si e com a natureza. Assim, o espaço é um produto, um meio e uma condição da vida em sociedade.

Nessa concepção, o espaço não é visto apenas em sua materialidade física, mas é pensado como um produto social e histórico, portanto é produto de seu tempo e, por isso, torna-se uma potência explicativa sobre o mundo em que vivemos.

No plano da realidade, a produção do espaço é anterior ao capitalismo e se perde numa história de longa duração iniciada no momento em que o homem deixou de ser coletor e caçador e criou condições de, através de seu trabalho, transformar efetivamente a natureza (dominando-a). O espaço como produção emerge da história da relação do homem com a natureza [...] [...] No capitalismo, essa produção adquire contornos e conteúdos diferenciados dos momentos históricos anteriores [...] redefinindo-se sob a lógica do processo de valorização do capital. Nesse contexto, o próprio espaço, assume a condição de mercadoria como todos os produtos desta sociedade (CARLOS, 2011, p. 64).

Como vivemos em uma sociedade capitalista, a produção do espaço se dará baseada nos princípios que fundam essa sociedade. Marx já havia apontado para o importante papel que o espaço desempenha no modo de produção capitalista.

Quanto mais a produção se baseia no valor de troca e, em consequência, na troca, tanto mais importante se tornam para ela as condições físicas da troca – meios de comunicação e transporte. É da natureza do capital mover-se para além de todas as barreiras espaciais. A criação das condições físicas da troca – meios de comunicação e transporte – devem uma necessidade para o

⁶“Daí o esforço para sair da confusão considerando o espaço (social), assim como o tempo (social), não mais como fatos da “natureza” mais ou menos modificada, nem como simples fatos de ‘cultura’, mas como *produtos*. [...] não designando um ‘produto’ qualquer, coisa ou objeto, mas um conjunto de relações, esse conceito exigia um aprofundamento das noções de produção, de produto, de suas relações. [...] O espaço não pode mais ser concebido como passivo, vazio, ou então não tendo outro sentido, como os ‘produtos’, que o de ser trocado, o de ser consumido, o de desaparecer”. LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. [1985]. Trad. Grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”. Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original: *La production de l'espace*. 4. ed. Paris: Éditions Antropos, 2000). fev. 2006. p. 4 e 5.

capital em uma dimensão totalmente diferente – a anulação do espaço pelo tempo. Dado que o produto imediato só pode ser valorizado em massa, em mercados distantes, quando os custos de transporte diminuem, e dado que, por outro lado, os próprios meios de transporte e comunicação só podem representar esfera de valorização do trabalho acionado pelo capital, e à medida que tem lugar um intercâmbio massivo – pelo qual é repostos mais do que o trabalho necessário –, a produção de meios de transporte e comunicação baratos é condição para a produção fundada no capital e, em consequência, é criada por ele. Do ponto de vista do capital, todo trabalho requerido para lançar à circulação o produto acabado – ele só se encontra na circulação econômica quando se encontra no mercado – é um obstáculo a superar, da mesma maneira que todo trabalho que é exigido como condição para o processo de produção (MARX [1857-1858] 2011, p. 334).

Como podemos notar, a partir da citação acima, Marx, na sua tentativa de compreender os fundamentos da sociedade capitalista, já ressaltava a importância da produção do espaço como um componente da circulação do capital para que ele possa se realizar. É nesse sentido que Marx afirma que o capital busca anular o espaço para acelerar a realização do valor. O espaço é tratado nessa interpretação como um meio a ser produzido para dar velocidade à circulação de pessoas, mercadorias, dinheiro. Lembrando que é a unidade entre produção, circulação e consumo que realiza a produção do valor.

Cabe ainda ressaltar que no capitalismo o espaço assume um papel de força produtiva, e não apenas de mero reflexo da sociedade. O espaço é produzido como um meio, uma condição e um produto dessa sociedade.

A década de 1960 é marcada por estudos que buscam aprofundar a compreensão do papel que o espaço vinha desempenhando na reprodução da sociedade capitalista. Alguns autores, entre eles Henri Lefebvre, a partir de categorias marxistas, reafirmam o importante papel do espaço na acumulação de capital e na sua reprodução, apontando para o fato de que o espaço não era apenas o “locus” da produção do capital, mas era também uma “força produtiva”.

Pode-se definir a realidade urbana como uma “superestrutura”, na superfície da estrutura econômica, capitalista ou socialista? Como um simples resultado do crescimento e das forças produtivas? Não! A realidade urbana modifica as relações de produção, sem, aliás, ser suficiente para transformá-la. Ela torna-se força produtiva, como a ciência. O espaço e a política do espaço “exprimem” as relações sociais, mas reagem sobre elas (LEFEBVRE, 1999, p. 24).

Lefebvre depara-se ainda com a necessidade de compreender de que maneira o capital continua a se reproduzir, mesmo diante das crises que vinha enfrentando para manter uma

taxa média de lucro. Para Lefebvre, a explicação estava no entendimento do papel que o espaço cumpria nessa reprodução. Por isso, esse autor procurou desvendar a importância que o espaço vinha exercendo na dinâmica de reprodução do capital. Segundo ele:

É preciso mostrar como e por que o capitalismo apossou-se do solo, do espaço. Daí a tendência desse que outrora foi o “*imobiliário*”, doravante *mobilizado* (construções, especulações) tornar-se *central* no capitalismo, por se tratar de indústria nova, menos submetida aos entraves, saturações, dificuldades diversas que freiam as antigas indústrias (destaque do autor) (LEFEBVRE, 2008, p. 118).

Um dos pensadores contemporâneos que corrobora a ideia de que a produção do espaço é inerente à acumulação de capital é o geógrafo David Harvey. Em seu livro *Os Limites do capital*, ele afirma que

[...] qualquer tipo de materialismo exige que o triunvirato formado por espaço-tempo-processo seja considerado uma unidade no nível ontológico. Whitehead certa vez observou que todas as questões sobre a natureza (incluindo a atividade humana) podem no fim ser reduzidas a questões sobre o espaço e o tempo. Infelizmente, há muito pouca reflexão dentro da tradição marxista sobre a natureza do espaço e do tempo. Esta é uma falha séria, pois o materialismo histórico – ou, como prefiro chamá-lo, materialismo histórico-geográfico – não pode existir sem uma sólida apreciação da dialética de espaço-temporalidade (HARVEY, 2013, p. 23).

Assim, para compreender como o espaço urbano vem sendo produzido contemporaneamente, é importante estar atento a como e onde o capital vem atuando espacialmente para a sua reprodução. Vale ressaltar que os investimentos, como em infraestrutura e serviços básicos, não são feitos de forma homogênea no espaço, mas de forma seletiva, o que vem produzindo um desenvolvimento geográfico cada vez mais desigual. Algumas áreas da cidade são eleitas, pelo poder público e pelo capital privado – especialmente pelo capital imobiliário –, como áreas privilegiadas para receberem um grande aporte de investimentos, o que as torna ainda mais valorizadas em relação a outras áreas, e, como consequência, os processos de segregação socioespacial em nossas cidades se acentuam cada vez mais.

A multiplicação de megaprojetos, como grandes torres de escritório, hotéis, casas de espetáculo, shopping centers e complexos de uso misto, característica da produção das bases hospedeiras produzidas na semiperiferia do capitalismo durante a globalização, aconteceu no Brasil de forma concentrada no tempo e no espaço: na década de 1990 e em um trecho da cidade de São Paulo (eixo Faria Lima-Berrini). Embora esses grandes empreendimentos tivessem sido produzidos nas principais metrópoles, ou em alguns centros turísticos, no caso de grandes *resorts*, apenas em São Paulo sua concentração foi capaz de desenhar um *skyline* que mimetiza os

polos de negócios dos países centrais, inserindo a cidade mesmo que de modo incompleto e truncado, no circuito global de promoção imobiliária. [...] São transformações restritas e confinadas ao que é estratégico (FIX, 2007, p. 160/161).

Esse processo seletivo de investimentos revela as contradições postas pela própria lógica de reprodução do capital. A expansão física desses espaços se depara com os limites da propriedade privada e da raridade espacial em algumas áreas da cidade já muito valorizadas. Assim, a escassez de espaço em áreas já valorizadas

[...] requer a liberação de amplas parcelas do espaço ocupadas com vistas à criação de uma “área livre” para novos usos, necessária à expansão da atividade econômica, bem como a supressão dos direitos conferidos aos proprietários urbanos pela existência do estatuto da propriedade privada (CARLOS, 2001, p. 23).

O Estado, por meio do seu poder político, tenta resolver essa contradição procurando liberar novas áreas da cidade para novos investimentos (tanto governamentais quanto privados) ou cria novas normas e leis para reconfigurar áreas urbanas já consolidadas, recolocando essas áreas para os novos investimentos do capital. Ainda segundo Carlos (2001, p. 23):

São Paulo é uma metrópole onde a terra incorporável para determinado tipo de atividade econômica tende à escassez, e, como consequência, requer estratégias mais sofisticadas por parte dos empreendedores imobiliários, o que envolve articulações e alianças com o poder público. Aqui o espaço revela sua dimensão política como instrumento intencionalmente organizado e manipulado, aparecendo como meio e poder nas mãos de uma classe dominante que diz representar a sociedade, mas não abdica de objetivos próprios (CARLOS, 2001, p. 23).

Como podemos notar, a produção do espaço nas sociedades capitalistas está inerentemente associada à lógica da acumulação de capital e, especialmente neste momento histórico, o processo de urbanização vem se realizando a partir das novas estratégias do poder público e do setor privado para garantir as atuais condições de reprodução do capital neste período do capitalismo.

Para alguns autores, entre eles a geógrafa Sandra Lencioni, estamos vivenciando um verdadeiro processo de metropolização do espaço. Já não se trata de uma intensa urbanização, mas de uma fase superior do processo de urbanização. Tal fase é fruto da reestruturação produtiva que vem ocorrendo nas diversas metrópoles. Elas têm suas particularidades resultantes de dinâmicas internas, mas também muita coisa em comum, fruto dos processos de globalização do capital que aporta em seus territórios. Para Lencioni:

Examinando as metrópoles que vêm passando por profundas transformações, podemos notar que a história de cada uma delas e a dinâmica de suas forças endógenas resguardam e afirmam suas características particulares, o que faz diferenciar, por exemplo, São Paulo de Buenos Aires e da Cidade do México. Por outro lado, as atividades relacionadas às dinâmicas globais que aí se desenvolvem fazem com que se assemelhem entre si. Tanto que o que nos surpreende, cada vez mais, não é o que elas têm de diferente, mas o que elas têm de semelhante, independentemente de sua localização e história. A metrópole contemporânea, a que exprime um novo tempo, pode ser considerada uma espécie de tradução urbana da manifestação socioespacial da globalização. Ela apresenta uma forma territorial nova, que pode ser descrita como uma ampliação da metrópole moderna, herdada do processo de urbanização e industrialização. Ela é produto do processo de metropolização, que nada mais é do que uma metamorfose do processo de urbanização (LENCIONI, 2011, p. 135).

O geógrafo Milton Santos (2002, p. 115) também assinalou, em diversos momentos de sua obra, a importância de compreendermos o comportamento da sociedade global para entendermos a produção do espaço, pois, segundo ele, só podemos compreender a produção atual do espaço geográfico, na medida em que a análise leve em conta o espaço dentro dessa totalidade, por isso a totalidade torna-se um pressuposto filosófico fundamental.

Em nosso ponto de vista, um caminho seria partir da totalidade concreta como ela se apresenta neste período de globalização – uma totalidade empírica – para examinar as relações efetivas entre a Totalidade-Mundo e os Lugares. Isso equivale a revisitar o movimento do universal para o particular e vice-versa, reexaminando, sob esse ângulo, o papel dos eventos e da divisão do trabalho como uma mediação indispensável (SANTOS, 2002, p. 115).

A totalidade é a realidade em sua integridade, ou seja, é a realidade com todas as suas particularidades em relação umas com as outras, constituindo um *todo* sempre em permanente mudança. O processo histórico é o motor das mudanças, promovendo uma complexidade que sempre se refaz, gerando novos processos de totalização. No movimento da sociedade, o que conseguimos captar é o processo de totalização. A totalização permite compreender o passado, o presente e o futuro. A totalidade está dada e a totalização está sempre em curso, sempre em seu devir. Para Santos (2002), o entendimento desse processo dialético é o ponto de partida metodológico para a análise do espaço geográfico, seja em qual for a escala de análise.

Se a globalização é um momento de totalização da sociedade, o espaço geográfico é o que permite a realização concreta desse momento. Ele materializa a atualidade desse eterno

movimento. A atualidade nos ajuda a perceber que existe uma unidade do universal com suas particularidades, mas devemos lembrar que a soma é sempre maior do que as partes.

Ainda seguindo os preceitos de Milton Santos, o movimento da totalidade busca sua existência material, ou seja, a sua objetividade, e é nesse movimento que as particularidades se espacializam. Esse é o princípio da diferenciação entre os diversos lugares, em que cada variável se comporta de forma diferenciada de acordo com as especificidades de cada lugar. Nesse sentido, podemos afirmar que os lugares reproduzem o Mundo, criando diversidades na unidade. É importante que fique claro que os lugares não são meros receptáculos das ações humanas, eles reagem a elas a partir de suas particularidades e da sua própria formação socioespacial.

A abordagem feita por Henri Lefebvre, Milton Santos e Sandra Lencioni aponta para necessidade de entendermos a produção do espaço articulada à sociedade em seu conjunto, em seu funcionamento e em sua composição. Na medida que a sociedade muda, o espaço urbano também se transforma. Porém as transformações não são apenas reflexo da globalidade social, elas dependem das suas relações imediatas, das relações entre as pessoas e os grupos sociais que a compõem. O espaço urbano se revela com sua multiplicidade de relações, que envolvem a dialética entre a ordem distante e abstrata e a ordem próxima do vivido. É preciso compreender o que produz os diversos movimentos e ritmos.

Ela [a cidade] se situa entre um meio termo, a meio caminho entre aquilo que se chama ordem próxima (relações dos indivíduos em grupos mais ou menos amplos, maior ou menos organizados e estruturados, relações desses grupos entre eles) e a ordem distante, a ordem da sociedade, regida por grandes e poderosas instituições (Igreja, Estado), por um código jurídico formalizado ou não, por uma “cultura e por conjuntos significantes”. [...] A cidade é uma mediação entre as mediações (LEFEBVRE, 2004, p. 46).

Partindo dessas concepções, tomemos o exemplo da metrópole paulistana ou mesmo um fragmento de seu território, como a Zona Leste, eles não são apenas um reflexo da totalidade, mas são particularidades do processo de totalização. Nesse sentido, a metrópole paulistana, em seu conjunto, vive a realidade dos processos de globalização como as demais metrópoles mundiais, mas ela se recria a partir de suas particularidades.

Assim, quando um novo momento – momento do modo de produção – chega para substituir o que termina, ele encontra no mesmo lugar de sua determinação (espacial) formas preexistentes às quais ele deve adaptar-se para poder determinar-se. De logo, pode-se falar do espaço como condição eficaz e ativa da realização concreta dos modos de produção e de seus momentos. Os objetos geográficos aparecem em localizações

correspondendo aos objetivos da produção em um dado momento e, em seguida, por sua presença, eles influenciam os momentos subsequentes da produção (SANTOS, 2002, p. 174).

A característica principal desse momento contemporâneo da metrópole, em consonância aos processos globais, é um intenso e novo processo de reestruturação produtiva e espacial, que provoca e se alimenta de um intenso processo de reurbanização, tamanha a dimensão física e social das transformações que vêm ocorrendo em todo o seu território e em sua região metropolitana.⁷

Um outro aspecto relevante a ser considerado é que essa reprodução da metrópole se faz em um momento crítico, que desde a implosão-explosão da cidade ao se transformar em uma grande metrópole, trazia novas questões – também apontado por Lefebvre desde a década de 1960, que ressaltava a importância de nos determos na compreensão do ponto crítico no qual entramos no momento da extensa urbanização provocada pela reprodução do capital.

A sociedade urbana se anuncia muito tempo depois que a sociedade no seu conjunto balançou para o lado do urbano (dominação urbana). Vem então o período em que a cidade em expansão prolifera, produto das periferias distantes (subúrbios), invade os campos. Paradoxalmente, a forma (morfologia prático-sensível ou material, forma de vida urbana) da cidade tradicional explode em pedaços. O processo duplo (industrialização-urbanização) produz o duplo movimento: explosão-implosão, condensação-dispersão (estouro) já mencionado. É portanto ao redor desse ponto crítico que se situa a problemática atual da cidade da realidade urbana (do urbano) (LEFEBVRE, 2001, p. 72).

⁷ Ressaltamos que, diante das várias formas de se regionalizar as grandes aglomerações urbanas, adotamos neste trabalho aquela utilizada pelo IBGE, na qual se considera que: “A Constituição Federal de 1988 facultou aos estados a instituição de Regiões Metropolitanas, ‘constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, com o objetivo de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum’ (art. 25, § 3º). Assim, a partir de 1988, as Unidades da Federação, buscando solucionar problemas de gestão do território estadual, definiram novas regiões metropolitanas, criadas por lei complementar estadual. As Regiões Metropolitanas constituem um agrupamento de municípios com a finalidade de executar funções públicas que, por sua natureza, exigem a cooperação entre estes municípios para a solução de problemas comuns, como os serviços de saneamento básico e de transporte coletivo, o que legitima, em termos político-institucionais, sua existência, além de permitir uma atuação mais integrada do poder público no atendimento às necessidades da população ali residente, identificada com o recorte territorial institucionalizado. Cabe ressaltar que no caso das Regiões Metropolitanas o próprio limite político-administrativo dos municípios que as compõem baliza esses espaços institucionais” (IBGE, Censo de 2010).

Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49230.pdf>>. Acesso em: 20 de jun. 2017.

Dessa maneira, a noção de produção do espaço tem potência para iluminar uma rede complexa de articulações, porque nos coloca diante da necessidade de revelarmos os agentes de sua produção material, as finalidades que orientam essa produção e suas formas de apropriação. Assim, é possível compreender que o espaço tem por conteúdo relações sociais e todas as contradições inerentes ao modo de produção capitalista.

De acordo com Lencioni (2011, p. 51), as transformações que estão ocorrendo na metrópole são tão profundas que se constituem em uma verdadeira metamorfose, pois as reestruturações apontam para uma mudança qualitativa na estrutura, na forma e na função da metrópole paulistana.

A busca pela compreensão das mudanças recentes que têm ocorrido na metrópole vem trilhando vários caminhos interpretativos. Sejam quais forem as interpretações, um fato é inquestionável: as transformações são reconhecidamente tão profundas que expressam uma verdadeira metamorfose, pois o resultado é uma mudança completa na estrutura, forma e função da metrópole. Metamorfoseiam-se as relações sociais e o espaço anunciando que estamos vivendo um período de transição, uma transformação qualitativa para algo diferente do que conhecemos (LENCIONI, 2011, p. 51).

Estamos vivendo um tempo de múltiplas mudanças: nas formas de trabalho, na convivência, nas condições de vida, na produção de bens e serviços. Tais mudanças exigem novos conceitos, novas interpretações daquilo que o fenômeno metrópole já representou. Ainda, citando Lencioni:

Esse momento de transição metropolitana se coloca historicamente à frente da transição urbana que levou, no passado, à crescente urbanização da população e ao intenso desenvolvimento de cidades. Essa transição urbana já se completou, por assim dizer, mas isso não quer dizer que não haja mais migração campo cidade, elevação das taxas de urbanização e crescimento do número de cidades.

Apenas quer dizer que embora haja continuidade desses processos eles não são mais hegemônicos. Hegemônicos, aqui, no sentido gramsciano do termo; ou seja, que detém a direção e dominação de um processo e que não opera apenas na estrutura econômica e política da sociedade, incluindo-se, no caso, a estrutura urbana, mas que também atua diretamente sobre o modo de pensar, de comportar e de agir das pessoas (LENCIONI, 2011, p. 53).

Como Lencioni destaca, estamos vivendo um período de intensas transformações socioespaciais, não se trata mais de um momento de urbanização, embora esse processo ainda ocorra, mas estamos vivendo uma segunda fase da urbanização, o que alguns autores inclusive estão denominando de pós-urbanização, pois trata-se de uma mudança qualitativa do urbano. Soja (2013) chega a falar em um momento pós-metrópole. Para esse autor, estamos

vivenciando novos padrões de urbanização muito distintos daqueles relacionados à formação das metrópoles do século XX. Para ele, um dos aspectos do momento atual é uma urbanização regional policêntrica – regional porque abarca uma extensa área que não corresponde apenas à metrópole.

[...] nosso entendimento dos processos de reestruturação urbana dos últimos 30-40 anos vem propiciando novos e extraordinários desdobramentos em nosso pensamento a respeito de cidades contemporâneas e do processo de urbanização. À frente desses desdobramentos, na minha perspectiva, esteve a identificação de um processo de urbanização *regional* policêntrica, acompanhado por um relativo declínio do que pode ser descrito como um modelo distintamente *metropolitano* de crescimento e de mudança urbanos. A literatura urbana dominante ainda não reconheceu este modelo regional de urbanização de forma explícita, mas há sinais de que a transformação da urbanização metropolitana para a regional e o uso de termos associados tais como cidades-região e cidades regionais crescerão em importância para a análise geográfica urbana ao longo da próxima década (SOJA, 2013, p. 150).

Outra marca contemporânea diz respeito aos intensos fluxos globais que essas áreas metropolitanas como São Paulo estão recebendo, sejam eles econômicos, culturais, políticos ou até mesmo ideológicos, que reorganizam verdadeiros circuitos globalizados em vários pontos de seu território, inclusive em áreas muito precarizadas.

Por isso, compreender a produção e a reprodução espacial da metrópole de São Paulo e, particularmente, de um de seus territórios – a Zona Leste – neste período de intensas reestruturações torna-se um desafio, especialmente porque esse território teve o seu processo de urbanização de forma muito precária e hoje está vivenciando um novo momento de transformações, sem ao menos ter resolvido questões tão essenciais, como moradia, mobilidade, saúde, emprego e renda.

Vale ressaltar que, ao pensarmos sobre a reestruturação, é importante lembrar que não estamos tomando a estrutura como algo fixo e estável e a reestruturação como algo novo que se sobrepõe ao antigo, mas nos referindo a um permanente movimento da sociedade que está sempre se estruturando-desestruturando-reestruturando. Os momentos de estabilidade fazem parte desse movimento. Na verdade, eles são efêmeros e não permanentes. Lefebvre, em sua concepção marxista do devir histórico, nos aponta a necessidade de pensarmos o movimento: a constituição passageira da estabilidade, sua dissolução e um novo momento que se forma juntamente com o movimento.

Em Marx, e no pensamento marxista, há uma concepção fundamental do devir (que se relaciona expressamente, no pensamento ocidental, ao filósofo

grego Heráclito, retomada e aprofundada pelo filósofo alemão Hegel). Nesta concepção, o devir não tem nada de informe. Não é o caos. Tanto na natureza quanto na sociedade e no conhecimento, o devir histórico cria “seres”, unidades estáveis, entidades que se mantêm por serem dotadas de um equilíbrio interno. Entretanto, para Marx, assim como para Hegel, essas estabilidades não têm nada de definitivo. Os equilíbrios são apenas provisórios. Essas estruturas são apenas “momentos” do devir.

[...] Mas a dissolução ou a ruptura dos equilíbrios momentâneos, a *desestruturação*, não vem após a constituição das estruturas. É em meio aos equilíbrios, no coração das estruturas que atuam desde o início, que se encontram as forças que as dissolverão ou as romperão, que produzirão a desestruturação (LEFEBVRE, 1971).

Seguindo as propostas teóricas e metodológicas dos autores citados, a análise do atual momento da metrópole ou de parte dela, como é o caso da Zona Leste, não deve se deter apenas na análise da estrutura, mas é preciso interpretar dialeticamente a tríade estrutura, forma e função. É necessário identificar o que muda e o que permanece, ou seja, deve-se perceber qual é o movimento, pois não há uma única temporalidade, mas há várias temporalidades expressas nas formas, na estrutura e na função de cada lugar. “Temos num mesmo lugar, num mesmo espaço, várias temporalidades” (LENCIONI, 2011, p. 54). O desafio é pensar a totalidade e o seu movimento, para reconhecer o que está mudando e reestruturando aquilo que se encontrava em um equilíbrio provisório.

A desestruturação opera no meio das estruturas, desde seu nascimento, antes mesmo de sua plena e inteira maturação. Jamais as estruturas podem se consolidar e se afirmar. O negativo opera e trabalha no cerne do positivo. O possível não é exterior ao real, nem o futuro ao atual: eles já estão presentes e ativos (LEFEBVRE, 1971).

Essa metodologia nos instrumentaliza para pensar desde a reestruturação produtiva da metrópole paulistana na década de 1970, que teve início com o processo de desconcentração industrial, como para compreender os novos projetos de intervenção propostos pelo poder público, a partir dos anos de 2000, procurando identificar o que é o novo e o que se mantém, seja na estrutura, na forma ou na função.

Além da análise sobre a estrutura, a forma e a função, Sandra Lencioni e outros autores como Carlos (2001, 2013) apontam, na teorização de Lefebvre sobre a produção do espaço, a importância da tríade homogêneo-fragmentado-hierarquizado como mais uma ferramenta analítica potente para desvendarmos os conteúdos dessa transição metropolitana.

O espaço como uma produção capitalista, tal qual a mercadoria, tende a se homogeneizar, já que as grandes cidades mundo afora tendem a reproduzir o mesmo modelo

arquitetônico, os mesmos conjuntos de atributos para a reprodução do capital e de um determinado modo de vida (shopping-centers, resorts, hipermercados, condomínios fechados residenciais e corporativos, hotéis de luxo, enfim uma edificação pasteurizada dos grandes circuitos globalizados).

Mesmo com essa força que tende à homogeneidade da paisagem, há uma grande fragmentação: espaços segregados por classes sociais, por usos diferenciados (lazer, moradia, trabalho), pela propriedade privada do solo, pela diferença de valor de cada lugar. Embora fragmentado, esses espaços compõem uma unidade, um fragmento se relaciona com o outro. Mais uma vez a busca deve ser pela análise que possa perceber a integração desses espaços, ou seja, pela unidade que eles compõem. Por exemplo, embora a Zona Leste tenha sido formada como um espaço segregado, ela está intimamente ligada às áreas de riqueza da cidade, pois é da Zona Leste que sai a maior parte dos trabalhadores que ocupam os diversos postos de trabalhos em vários pontos da metrópole.

O terceiro ponto dessa tríade, a hierarquia, complementa as características do espaço urbano no mundo capitalista. Sabemos que alguns lugares, pelo poder econômico ou político, passam a comandar os lugares que apresentam maior fragilidade econômica ou política. Por isso a hierarquização é uma relação de poder e dominação. Assim a metrópole contemporânea é a expressão desse espaço homogêneo-fragmentado-hierarquizado. Ao mesmo tempo em que a fragmentação se amplia com os processos de desconcentração industrial – revelada na paisagem pela descontinuidade geográfica –, a metrópole paulista exerce função de gerenciamento e comando das atividades produtivas – porque centraliza o capital –, pois ela une o que parece desconexo por meio das redes de transporte e comunicação.

Assim, analisar esse período nos impõe também um exercício multiescalar para identificar o que muda na estrutura, na forma e na função, seja na metrópole ou em uma determinada área de seu território, buscando compreender como as diversas escalas de atuação do capital interagem em cada lugar.

Vale salientar que a atual reprodução do espaço urbano tem acontecido de forma a acentuar ou a criar novas contradições socioespaciais, na medida em que cada vez mais ele é tratado como uma mercadoria a se valorizar. O espaço enquanto lugar de vida, do encontro, da realização humana vem sendo incorporado à lógica da propriedade privada ou da revalorização. Fica compreensível por que nessa lógica a segregação socioespacial é parte

inerente da reprodução do urbano, pois quem não tem dinheiro não tem lugar nas áreas com melhor infraestrutura na cidade.

Acreditamos que só podemos compreender o que se passa com a metrópole na medida em que a vemos como componente da dinâmica da sociedade global. Se a metrópole, ou parte dela, está sofrendo alterações em sua configuração, essas transformações socioespaciais estão dialeticamente relacionadas à dinâmica da sociedade global.

Algumas metrópoles têm incorporado de forma mais intensa as mudanças tecnológicas e informacionais, tornando-se locais privilegiados para a localização das sedes das grandes empresas nacionais e internacionais. Dessa forma, a sua produção não se articula apenas aos interesses locais ou nacionais, mas cada vez mais às necessidades da economia globalizada. O sociólogo Otavio Ianni aponta para a leitura que Marx já fazia sobre esse processo inerente à expansão do capital:

Para Marx, o capitalismo é um processo civilizatório mundial. Ainda que desenvolva polos mais ou menos poderosos, como na Holanda, na Inglaterra, na França, na Alemanha, nos Estados Unidos, no Japão e em outras nações, esses mesmos polos formam-se e desenvolvem-se com base em um vasto sistema de relações com tribos, clãs, povos, nações e nacionalidades, próximos e remotos, em continentes, ilhas e arquipélagos. Trata-se de um processo civilizatório que "invade todo o globo", envolve "o intercâmbio universal" e cria as bases de "um novo mundo", influenciando, destruindo ou recriando outras formas sociais de trabalho e vida, outras formas culturais e civilizatórias. [...] Não se trata de pensar que a sociedade global já estava em Marx. Trata-se apenas de reconhecer que algumas das intuições e interpretações desenvolvidas em seus escritos contemplam as dimensões mundiais do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório. No pensamento de Marx e de alguns de seus continuadores podem encontrar-se recursos metodológicos e teóricos fundamentais para a inteligência da globalização. Nessa perspectiva, a sociedade global pode aparecer complexa e evidente, caótica e transparente; uma totalidade problemática, contraditória, em movimento (IANNI, 1995, p. 161 apud OLIVEIRA, 2016, p. 15).

A partir da premissa de que a noção de produção do espaço implica pensar na sua historicidade é preciso identificar quais são as características do atual momento de reprodução do capital e como elas se apresentam na produção do urbano no Brasil.

1.1 O FIM DO PARADIGMA FORDISTA-KEYNESIANISTA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Há algumas formas de interpretar o período de reestruturação capitalista que estamos vivenciando desde a década de 1970. Embora haja interpretações diferenciadas, todas elas reconhecem uma predominância do capital financeiro. Apresentaremos aqui, de maneira simplificada, as interpretações elaboradas por Giovanni Arrighi (1994), David Harvey (1989, 2011, 2013, 2018) e Francois Chesnais (1998, 2004).

Para Giovanni Arrighi, estamos vivendo uma fase final de um ciclo de acumulação sistêmico, dominado pelos EUA, que ele denominou de *longo século XX*. Para esse autor, as fases finais de cada ciclo sistêmico de acumulação são marcadas por um processo no qual predomina uma financeirização dos processos de acumulação de capital. A financeirização não seria uma novidade ou a etapa atual do desenvolvimento capitalista, mas representaria, como aconteceu nos ciclos anteriores, uma repetição do padrão de acumulação de capital.

Arrighi parte da ideia braudeliana das expansões financeiras como fases finais dos grandes ciclos de desenvolvimento mundial do capitalismo.

A ideia braudeliana das expansões financeiras como fases finais dos grandes desenvolvimentos capitalistas me permitiu decompor a duração completa do sistema capitalista mundial (*a longue durée* de Braudel) em unidades de análise mais manejáveis, que chamarei de ciclos sistêmicos de acumulação (ARRIGHI, 2016, p. IX).

Assim, para Arrighi, o capital financeiro não é uma etapa especial do capitalismo mundial, nem ao menos uma etapa mais recente e avançada das etapas anteriores. “Ao contrário, é um fenômeno recorrente, que marcou a era capitalista desde os primórdios, na Europa do fim da Idade Média e início da era moderna” (ARRIGHI, 2016, p. IX).

Para esse autor, estamos vivendo o fim de um *longo século XX*, comandado pelos EUA, que teve início com a expansão financeira do fim do século XIX e início do século XX, com a destruição do antigo ciclo comandado pelo poder político e econômico da Grã-Bretanha. Esse regime norte-americano ganhou força durante as décadas de 1950 e 1960 com o fortalecimento da expansão de produção e comércio regidos pelos Estados Unidos e estaríamos hoje vivendo a destruição desse regime norte-americano, desde o período de uma expansão financeira iniciada em 1970.

É importante compreender a formulação de Arrighi, pois, de acordo com ele, o desenvolvimento mundial do capitalismo, até o presente momento, é composto por três grandes ciclos sistêmicos de acumulação. Cada um desses ciclos sistêmicos teve uma grande potência como o principal agente do processo de acumulação, comandando o processo mundial de acumulação de capital. Os ciclos sistêmicos de acumulação são representados pelas potências de cada época. São eles:

[...] um *ciclo genovês*, do século XV ao início do XVII; um *ciclo holandês*, do fim do século XVI até decorrida a maior parte do século XVII; um *ciclo britânico*, da segunda metade do século XVII até o início do século XX; e um *ciclo norte-americano*, iniciado no fim do século XIX e que prossegue na atual fase de expansão financeira. Como se vê por essa periodização aproximada e preliminar, os ciclos sistêmicos consecutivos de acumulação se superpõem e, embora adquiram uma duração progressivamente mais curta, todos duram mais de um século: daí a ideia de “século longo”, que será tomada como unidade temporal básica dos processos mundiais de acumulação de capital (ARRIGHI, 2016, p. 6, grifo nosso).

O que nos importa da explicação de Arrighi é a compreensão de que esses ciclos sistêmicos são comandados por países ou blocos de países e que estes comandam os processos mundiais de acumulação de capital, pois organizam, regulam e reestruturam a expansão da economia na escala mundial. Essa compreensão esclarece por que não podemos pensar as dinâmicas econômicas, políticas, culturais de cada país, estado ou cidade de forma isolada. Os grandes agentes que controlam esses ciclos de acumulação organizam os mercados e as vidas do mundo inteiro.

Outro ponto a destacar, segundo ele, é o que marca o fim de um regime de acumulação; portanto, a entrada em um período de expansão financeira significaria a maturidade da acumulação realizada por meio do comércio e da produção. Quando a produção e o comércio já não oferecem altas taxas de lucro ao capital investido, ele tende a buscar maior liberdade de escolha e flexibilidade de investimentos; por isso, os investidores preferem garantir seu capital em forma de liquidez para movimentar-se para investimentos mais lucrativos. Isso levaria a uma expansão dos investimentos financeiros. Vale, aqui, citar a própria explicação de Arrighi para esses ciclos de acumulação.

Portanto, a fórmula geral do capital apresentada por Marx (DMD’) pode ser interpretada como retratando não apenas a lógica dos investimentos capitalistas individuais, mas também um padrão reiterado do capitalismo histórico como sistema mundial. O aspecto central desse padrão é a alternância de épocas de expansão material (fases DM de acumulação de capital) com fases de renascimento e expansão financeiros (fases MD’). Nas

fases de expansão material, o capital monetário “coloca em movimento” uma massa crescente de produtos (que inclui a força de trabalho e dívidas da natureza, tudo transformado em mercadoria); nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário “liberta-se” de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (como fórmula abreviada de Marx, DD’). Juntas, essas duas épocas, ou fases, constituem um completo *ciclo sistêmico de acumulação* (DMD’) (ARRIGHI, 2016, p. 6, grifo do autor).

Concluindo, de forma muito resumida, para Arrighi estaríamos vivenciando uma fase de expansão financeira mundial, sinalizando um fechamento de um ciclo sistêmico de acumulação capitalista mundial, liderada pelos EUA.

O geógrafo David Harvey, ao procurar compreender as características do período mais recente do sistema capitalista mundial, assim como Arrighi, também reconhece novas dinâmicas utilizadas para garantir a reprodução do capital e a finalização de um ciclo anterior. Para esse geógrafo, estamos vivendo, desde a década de 1970, uma transição histórica do fordismo-keynesianismo para um novo regime de acumulação mais flexível, como uma busca para superar a rigidez de produção e de regulação vivenciada no período compreendido entre o pós 2ª Guerra Mundial e os anos de 1970.

A diferença entre Arrighi e Harvey está na maneira como cada um deles tentou explicar o atual momento de crise capitalista e as reestruturações propostas em busca de uma solução para continuar o aumento da taxa de lucro das grandes empresas e dos grandes investidores. Harvey busca a compreensão em um recorte temporal menor, ou seja, a partir da consolidação do fordismo e do keynesianismo, isto é, o período entre 1930 a e sua crise a partir dos anos de 1970; enquanto Arrighi busca compreender as características essenciais do que ele chama de capitalismo histórico como sistema mundial, em toda a sua longa duração, conforme apontado por Braudel. Assim, ele reconhece processos semelhantes de acumulação de capital em cada um dos ciclos estudados; como a existência de uma fase de expansão financeira em cada momento de finalização de um ciclo de acumulação. A fase financeira não é uma etapa final do desenvolvimento capitalista, mas integra o seu processo de desenvolvimento mundial. Arrighi também aponta para o fato de considerar que a flexibilização e o ecletismo não são características apenas do momento atual, mas características essenciais do capitalismo, conforme o resgate que esse autor faz de Fernand Braudel.

Permitam-me enfatizar aquilo que me parece ser um aspecto essencial da história geral do capitalismo: sua *flexibilidade* ilimitada, sua capacidade de mudança e *adaptação*. Se há, segundo creio, uma certa unidade no capitalismo, da Itália do século XIII até o Ocidente dos dias atuais, é aí, acima de tudo, que essa unidade deve ser situada e observada (BRAUDEL, 1982, p. 433, grifo no original, apud ARRIGHI, 2016, p. 4).

David Harvey, ao buscar compreender as mudanças que estavam ocorrendo nas formas de reprodução do capital, que vinha se caracterizando com predominância do setor financeiro, concluía que tais mudanças eram fruto de uma crise do paradigma fordista-keynesianista, compreendido entre o final da Segunda Guerra Mundial a 1973 – época em que houve um regime de acumulação e um modo de regulação que conferiram uma certa estabilidade ao sistema como um todo, resultando em altas taxas de crescimento da economia. A estabilidade vinha sendo garantia durante esse período em virtude do controle do trabalho – o fordismo – e pela forma de atuação do Estado, durante o período Keynesiano.

Esses dois fatores – econômico e político – criaram ao longo de um período um “conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico” (HARVEY, 2011) que configuraram o que passou a ser chamado de paradigma fordista-keynesianista.

Importante pensar no papel que o Estado teve neste período; segundo Harvey, o Estado keynesianista buscou criar uma série de novos regulamentos para conformar o fordismo e readequar suas ações para recuperar a economia após a Grande Depressão econômica, provocada pela quebra da Bolsa de Nova York, em 1929.

O comentário de Harvey (2012, p. 20) citado abaixo é capaz de nos apresentar o contexto em que esse regime de acumulação fordista-keynesiano e sua regulamentação foram gestados e o porquê da sua aceitação social.

A reestruturação das formas de Estado e das relações internacionais depois da Segunda Guerra Mundial pretendia impedir um retorno às condições catastróficas que tanto ameaçaram o poder capitalista na grande crise dos anos 1930. Pretendia ainda impedir o ressurgimento das rivalidades geopolíticas interestados que levaram à guerra. Foi preciso assegurar a paz e a tranquilidade domésticas e firmar alguma espécie de acordo de classe entre capitalistas e trabalhadores. O pensamento da época talvez mais bem representado por um texto influente de dois cientistas sociais eminentes, Robert Dahl e Charles Lindblom, publicado em 1953. Tanto o capitalismo como o comunismo em suas formas puras tinham falhado, alegaram eles. O único caminho que restara era chegar a uma correta combinação de Estado, mercado e instituições democráticas para garantir a paz, a inclusão, o bem-estar e a estabilidade.

Para Harvey, esse período de acumulação foi regulado e sustentado por três bases de apoio: o *trabalho organizado*, sob as bases do fordismo; o *compromisso do grande capital corporativo*, garantindo constantes investimentos que assegurassem a efetividade e o aumento da produção; e o *Estado*, comprometendo-se com uma série de regulamentações e também assumindo obrigações internas, como o compromisso de garantir uma expansão internacional da produção.

Outro autor que compartilha da análise feita por Harvey de que o paradigma fordista-keynesianista buscou uma superação momentânea dos limites que o próprio modo de produção capitalista enfrenta para a sua reprodução é Francois Chesnais. Esse autor aponta que “o regime fordista nasceu de relações políticas impostas ao capital e não por ele escolhidas [...] Constata-se a presença de uma dimensão de construção deliberada de instituições e de relações destinadas a conter conflitos e as contradições inerentes ao capitalismo” (CHESNAIS, 2002, p. 1).

Harvey demonstra que a estabilidade para acumulação não se baseia apenas nas estratégias internas, ela precisava ser enfrentada também no nível internacional, já que não se tratava de uma economia capitalista dependente somente do seu mercado interno, pois o grande fluxo internacional de mercadorias, matérias-primas e capital era cada vez mais acentuado, até mesmo porque o capitalista depende dessa constante expansão geográfica para superar os limites da sua demanda interna. Assim, tratava-se também de formar um mercado de massa global. Era esse o intuito das grandes corporações, que encontrou no arcabouço do Acordo de Bretton Woods seu pilar de sustentação internacional, propiciando que os EUA se consolidassem como a nova potência mundial a dar as cartas desse jogo cada vez mais internacionalizado. Não podemos nos esquecer de que é a partir desse contexto que nascem o FMI – Fundo Monetário Internacional – e o Banco Mundial, instituições internacionais que terão papel relevante no processo de mundialização do capital.

Assim, a expansão internacional do fordismo correu numa conjuntura particular de regulamentação político-econômica mundial e uma configuração geopolítica em que os EUA dominavam por meio de um sistema bem distinto de alianças militares e relações de poder (HARVEY, 2011, p. 132).

No entanto, a crise do modelo fordista-keynesiano já podia ser percebida por indícios nos anos de 1960. O período de estabilidade de acumulação capitalista que garantiu a sua reprodução não estava isento das contradições que o próprio modo de produção capitalista

gera no seu interior. As contradições podem ser apaziguadas por um período de tempo, mas não podem ser eliminadas.

O período de 1965 a 1973 deixou claro que o fordismo e o keynesianismo não conseguiam mais conter as contradições do processo de acumulação ampliada de capital.

A grande barreira para superar as novas dificuldades era apontada pelo excesso de rigidez que o modelo fordista-keynesianista criou, nos contratos trabalhistas, nos investimentos feitos a longo prazo, nos sistemas de produção em massa e nos compromissos sociais assumidos pelo Estado (seguridade social, direitos de pensão). Enfim, o regime de acumulação e seu modo de regulação já não respondiam às novas contradições do processo de reprodução capitalista.

Essas mudanças implicavam transformações e reestruturações nos três pilares de sustentação do modelo anterior: na organização do trabalho, no mundo corporativo e na atuação do Estado.

Enquanto o fordismo representava uma certa estabilidade e rigidez, o novo regime de acumulação procura ser mais flexível em vários campos: na forma de produzir, nos contratos de trabalhos e nas expressões culturais. Tais valores não apenas serviram de base para reorganizar as formas de acumulação de capital, mas também para organizar um novo conjunto de regras que redefinirão a própria sociedade. Nesse momento, construía-se um novo sistema normativo que estendeu a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida.

A crise do fordismo-keynesianismo se acentuou entre as décadas de 1970 e 1980, dando início a um período de reestruturação econômica e de rearranjos políticos, sociais e espaciais. Para Harvey, já estava claro que nesse período a regulação que até então teria gerado um certo equilíbrio ao processo de acumulação capitalista estava ruindo e uma nova regulação estava começando a ser elaborada. O novo período o autor denominará de *acumulação flexível*.

Acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões

geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. [...] Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compressão do espaço-tempo” no mundo capitalista (HARVEY, 2011, p. 140).

O autor nos apresenta de forma muito clara os componentes do novo regime de acumulação e também enuncia os princípios que servirão de base para valores, normas e regras que comporão o seu regime de regulação.

Podemos perceber que, nessa nova conjuntura, a questão chave é a flexibilização. Se por um lado essa flexibilidade anunciava novas possibilidades de criação e inovação para os mais variados setores, ela será, na maior parte do tempo, utilizada para desmontar o poder organizado das classes trabalhadoras a fim de que aceitassem as novas condições de trabalho mais flexíveis, o que implicou grandes perdas salariais, sindicais e de valores que sustentavam a identidade e a combatividade dessas classes trabalhadoras.

Chesnais (2005, p. 55) também analisa a condição da classe trabalhadora neste novos tempos de acumulação flexível, e aponta que as empresas agora, sob a lógica das finanças, precisam garantir aos seus acionista cada vez mais uma maior rentabilidade, e para isso reorganizam as condições de trabalho, segundo ele “o rigor salarial e a flexibilização do emprego, assim como o recurso sistemático ao trabalho barato e pouco protegido, por meio da deslocalização e da subcontratação internacional, permitiram esse movimento” [de aumento de rentabilidade para os acionistas das grandes empresas, desde os anos de 1990].

Para as empresas, significou a necessidade de grandes rearranjos internos para conseguir produzir atendendo a um número cada vez maior de demandas específicas, já que não era mais possível apenas produzir de forma massificada e padronizada. Muitas empresas investiram pesadamente em novas tecnologias para conseguirem se readequar às novas exigências de velocidade e de diversidade. Além disso, as empresas precisaram adaptar também suas formas de administração; se antes a figura do administrador das grandes empresas industriais caracterizava-se pelo gerenciamento dos processos produtivos, hoje as empresas buscam o administrador financeiro, para atender muito mais aos interesses dos acionistas. “Os grupos são dirigidos por pessoas para as quais a tendência da Bolsa é mais importante do que qualquer outra coisa” (CHESNAIS, 2005, p. 54).

Para o Estado, ainda de acordo com Harvey (2011, p. 161), houve variações na forma de cada Estado-Nação adotar esses novos princípios, mas o que ficava evidente era uma

mudança em como e onde a modalidade de intervenção que os governos passaram a adotar, sejam eles de tendências mais à esquerda ou de direita. “Isso não significa, porém, que o intervencionismo estatal tenha diminuído de modo geral, visto que, em alguns aspectos – em particular no tocante ao controle do trabalho –, a intervenção do Estado alcança um grau bem mais fundamental”.

Ao lado de tantas mudanças, uma muito significativa foi a reorganização do sistema financeiro global. O mundo financeiro, que estava desde os anos 1930 sob rigoroso controle, a partir dos anos de 1970 vai conhecer um acelerado processo de desregulamentação e de inovação financeira.

A formação de um mercado de ações global, de mercados futuros de mercadorias (e até de dívidas) globais, de acordos de compensação recíproca de taxas de juros e moedas, ao lado de acelerada mobilidade geográfica de fundos, significou, pela primeira vez, a criação de um único mercado mundial de dinheiro e de crédito (HARVEY, 2011, p. 152).

A novidade desse novo regime de acumulação não estaria necessariamente apenas nas estratégias de extrair mais-valia (absoluta e relativa) do processo de trabalho, Harvey (2011, p. 181) chama atenção para o que ele considera realmente novo nesse regime, que é o extraordinário crescimento dos mercados financeiros.

O que parece realmente especial no período iniciado em 1972 é o florescimento e transformação extraordinários dos mercados financeiros [...] Tem havido fases da história capitalista – de 1880 a 1929, por exemplo – em que o “capital financeiro” (como quer que seja definido) parece ocupar uma posição de fundamental importância no capitalismo – apenas para perder essa posição nas crises especulativas que sobrevêm. Na atual fase, contudo, o que importa não é tanto a concentração de poder em instituições financeiras quanto à explosão de novos instrumentos e mercados financeiros, associada à ascensão de sistemas altamente sofisticados de coordenação financeira em escala global.

[...] Estou, portanto, tentado a ver a flexibilidade conseguida na produção, nos mercados de trabalho e no consumo antes como um resultado da busca de soluções financeiras para as tendências de crise do capitalismo do que o contrário. Isso implicaria que o sistema financeiro alcançou um grau de autonomia diante da produção real sem precedentes na história do capitalismo, levando este último a uma era de riscos financeiros igualmente inéditos. (grifo nosso)

O que já aparecia na análise de Harvey era que o capital portador de juros (também designado capital financeiro ou finanças) passou a ter um papel primordial no novo regime de acumulação capital. Tal centralidade foi fruto de um processo de desregulamentação e

desbloqueio do sistema financeiro realizado pelos Estados mais poderosos, que teve início já nos anos de 1960, ganhou força com o final do Acordo de Bretton Woods e se completou com uma série de desregulamentações que iriam ocorrer ao longo dos anos 1970/80.

Além de Harvey, François Chesnais também partilha da tese da preponderância que o capital financeiro passou a ter a partir dos anos de 1980. Segundo Chesnais (1998, p. 11):

O crescimento espetacular das transações financeiras foi um dos fatos mais significativos da década de 80 e já marcou os primeiros anos da década de 90. Efetivamente, a esfera financeira representa a ponta-de-lança do movimento de mundialização da economia; *é nessa esfera que as operações do capital envolvem os montantes mais elevados; é aí que sua mobilidade é maior; é aí que, aparentemente, os interesses privados recuperaram mais completamente a iniciativa, em relação ao Estado.* (grifo nosso)

O importante que queremos ressaltar da citação de Chesnais é que há uma massa de capital acumulado ao longo do período de estabilidade e crescimento econômico, durante o período fordista-keynesiano, que, diante da crise desse mesmo modelo, já não consegue mais se valorizar na esfera da produção, pelas próprias regras, normas e regulamentações criadas para garantir a reprodução do capital.

Esse montante de capital vai procurar valorizar-se na esfera financeira, como capital de empréstimos. Tal capital portador de juros será então a ponta de lança do novo regime de acumulação: “[...] de 1980 a 1992, a taxa média de crescimento anual do estoque de ativos financeiros foi 2,6 maior que a da formação bruta de capital fixo do setor privado dos países da OCDE” (CHESNAIS, 1998, p. 14).

Chesnais também compartilha com Harvey a concepção teórica de que esse novo momento de acumulação capitalista só pode ser compreendido como fruto da crise do modelo fordista-keynesiano.

Nem a reconstituição do capital portador de juros, nem a mundialização financeira a que ela conduz podem ser compreendidas fora do que os regulacionistas chamam de “crise do modo de regulação fordista” (Boyer, 1986) e que os marxistas descrevem como ressurgimento, num contexto determinado, de contradições clássicas do modo de produção capitalista mundial, a saber, a superprodução e o sobre-investimento. A reconstituição de uma massa de capitais procurando se valorizar fora da produção, como capital de empréstimo e de aplicação financeira, tem por origem o esgotamento progressivo das normas de consumo e a baixa rentabilidade dos investimentos industriais [...] (CHESNAIS, 2005, p. 38, grifo nosso).

Outro apontamento feito por Harvey e por Chesnais diz respeito ao fato de esses autores reafirmarem que o capitalismo não é apenas um arranjo econômico e que a

reprodução do capital depende também de uma organização social e de determinadas formas de dominação social para que o ciclo de acumulação se reproduza. “O capitalismo não é simplesmente um ‘sistema econômico’, uma forma de organização da produção material. Também é – principalmente, até – um modo de dominação social, uma forma de organização do poder” (CHESNAIS, 2002, p. 15).

As transformações que foram sendo gestadas e implantadas, a partir de 1980, que pretendiam controlar a inflação, acelerar o crescimento econômico e ampliar as taxas de lucro, superando a crise econômica e política do fordista-keynesianismo tiveram um caráter conservador e neoliberal. Os discursos que procuravam legitimar as mudanças eram: a sociedade está excessivamente regulamentada, sobretaxada e submetida ao poder e pressão de sindicatos de funcionários públicos e particulares. Para os ideólogos do neoliberalismo era preciso recuperar a liberdade. Liberdade entendida como liberdade de mercado. Dardot e Laval (2016, p. 189), ao resumirem algumas das atuações desse momento neoliberal, conseguem nos dar uma excelente ideia do que foi gestado a partir da década de 1980 e que hoje estamos vivenciando de forma cada vez mais acentuada em vários países.

A política conservadora e neoliberal pareceu, sobretudo, constituir uma resposta política à crise econômica e social do regime “fordista” de acumulação de capital. Esses governos conversadores questionaram profundamente a regulação keynesiana macroeconômica, a propriedade pública das empresas, o sistema fiscal progressivo, a proteção social, o enquadramento do setor privado por regulamentações estritas, especialmente em matéria de direito trabalhista e representação dos assalariados. A política de demanda destinada a sustentar o crescimento e realizar o pleno emprego foi o principal alvo desses governos, para os quais a inflação se tornara o problema prioritário (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 189).

Para Dardot e Laval (2016), não se trata apenas de “menos Estado”, ao contrário disso, o Estado promoveu um verdadeiro reengajamento sob novas bases, novos métodos e novas ações. O Estado estaria ainda mais forte para favorecer o livre mercado e formar indivíduos, cuja subjetividade se baseia na competição e na concorrência de todos contra todos. Essa é a liberdade proposta pelo neoliberalismo.

[...] se o compromisso social-democrata era sinônimo de intervencionismo do Estado, o compromisso neoliberal era sinônimo de livre mercado. O que se destacou menos foi o caráter disciplinar dessa nova política, que dá ao governo o papel de guardião das regras jurídicas, monetárias, comportamentais, atribuiu-lhe a função oficial de vigia das regras de

concorrência no contexto de um conluio officioso com grandes oligopólios e, talvez, mais ainda, confere-lhe o objetivo de criar situações de mercado e formar indivíduos adaptados às lógicas de mercado (DARDOT; LAVAL, 2016 p. 191).

Os autores utilizados para nos auxiliar no entendimento do atual momento do desenvolvimento capitalista mundial apontam para o fato de estarmos vivendo um período de predomínio de uma acumulação financeira; várias transformações impostas à regulação do mundo do trabalho, às formas produção e circulação de capital e mercadorias pelo mundo, às formas de construção da subjetividade contemporânea e à forma de atuação dos Estados.

O conhecimento dessas características do atual momento de reprodução do capital contribui para compreender como a produção dos espaços urbanos mundialmente passará a adotar esses novos preceitos, especialmente as grandes metrópoles mundiais.

Essas transformações adotadas pelos grandes centros hegemônicos capitalistas irão provocar muitas mudanças em escala. Vale lembrar que não estamos apartados desses grandes centros de poder capitalistas, muito ao contrário disso, em muitas situações estamos em uma relação de subordinação à dinâmica do capital internacional, pois não podemos deixar de lembrar da nossa formação socioeconômica de país que já foi colônia e teve (e ainda tem) o seu desenvolvimento atrelado à lógica da evolução capitalista mundial. Entretanto gostaríamos de fazer uma ressalva apoiada nas discussões de Francisco de Oliveira. Embora reconheçamos que a condição de subordinação seja uma consequência da dinâmica do desenvolvimento capitalismo mundial, isso não isenta a responsabilidade de nossas elites dirigentes em relação às nossas condições socioeconômicas tão precárias para grande parte da população brasileira.

No plano teórico, o conceito do subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor “atrasado” e um setor “moderno”, não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão-somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”, se se quer manter a terminologia (OLIVEIRA, 2013, p. 32).

O economista Chico de Oliveira nos lembra sobre a necessidade de reconhecer que as condições precárias de grande parte da sociedade brasileira também são fruto da disputa e da oposição de classes da própria sociedade brasileira.

Ao enfatizar o aspecto da dependência – a conhecida relação centro-periferia –, os teóricos do “modo de produção subdesenvolvido” quase deixaram de tratar os aspectos internos das estruturas de dominação que conformam as estruturas de acumulação próprias de países como o Brasil: toda a questão do desenvolvimento foi vista pelo ângulo das relações externas, e o problema transformou-se assim em uma oposição entre nações, passando despercebido o fato de que, antes em oposição entre nações, o desenvolvimento ou o crescimento é um problema que diz respeito à oposição entre classes sociais internas (OLIVEIRA, 2013, p. 33).

Parece-nos que Chico de Oliveira ressalta a importância tanto da produção econômica de cada país, bem como das disputas que se dão na arena política interna para o controle do Estado nacional brasileiro.

Dadas essas considerações, que procuraram nos situar nas atuais condições de reprodução do capital, restaria saber como essas condições se manifestam – tomam forma e se materializam – na produção das cidades brasileiras, especialmente nas grandes metrópoles.

2 REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL E NA METRÓPOLE PAULISTANA

A maneira como o Brasil se insere no novo momento de reprodução do capital, a partir dos anos de 1980, decorrente das mudanças provocadas pelo final do paradigma fordista-keynesianista, pode ser lida sob várias perspectivas. Neste capítulo procuramos analisar como a reestruturação produtiva brasileira que, de certa maneira, já vinha acontecendo desde o final dos anos de 1960 contribuiu para o que estamos chamando de metamorfose da metrópole de São Paulo.

Não pretendemos inventariar ou sintetizar a história do desenvolvimento econômico e industrial brasileiro, mas relacionar as mudanças ocorridas na indústria de transformação – particularmente no Estado de São Paulo – com os processos de reestruturação econômica e espacial que passaram a ocorrer na metrópole paulistana a partir da década de 1970.

Entre os vários autores, como Wilson Cano, Carlos Américo Pacheco, Clélio Campolina Diniz, Sandra Lencioni, Barjas Negri, que se dedicaram ao estudo das características da industrialização brasileira, desde a sua formação até o atual período, há um consenso de que esse processo ocorreu de forma concentrada territorialmente até a década de 1970, tendo o Sudeste e mais particularmente a capital paulista e a sua região metropolitana como o *locus* privilegiado dessa concentração, porém as análises sobre as razões que levaram ao processo de desconcentração industrial apresentam teses diferenciadas, como veremos a seguir.

Começamos por Negri (1996), que, ao realizar uma síntese dos vários momentos desse processo, nos ajuda a compreender os marcos do desenvolvimento industrial brasileiro, em cada período. Segundo esse autor, os períodos são:

a) Período pré-1929 – caracteriza-se pela consolidação do capitalismo no Brasil e está intimamente relacionado à acumulação de capital promovida pela indústria cafeeira. Esse período produz uma intensa atividade urbana que não se restringe apenas à cidade São Paulo e a Santos, mas se alastra pelo interior paulista, “passando a exigir investimentos urbanos e constituindo-se em estímulo para atividades locais como transportes, comunicações e armazenamento” (NEGRI, 1996, p. 12).

b) Período de 1929/33-1955 – momento de expansão e diversificação da indústria e da agricultura, unificando o mercado nacional – “vai evidenciar a aceleração da concentração industrial em São Paulo” (NEGRI, 1996, p. 12).

c) Período de 1955 e 1967 – marca o aprofundamento da expansão diversificada da indústria – “consolida-se a integração do mercado nacional e a concentração industrial em São Paulo” (NEGRI, 1996, p. 12).

d) Período pós-1967 – caracteriza a segunda fase de industrialização pesada, “quando o governo adota explicitamente políticas de descentralização industrial do estado de São Paulo para o resto do país” (NEGRI, 1996, p. 12).

Ainda, de acordo com a análise de Negri (1996), a política adotada pelo governo federal, após 1967, buscou descentralizar as indústrias do estado de São Paulo em direção ao resto do país. É nesse momento que se inicia um processo de desconcentração industrial do estado de São Paulo para outras regiões; é nessa época também que as indústrias do interior passam a crescer a taxas médias superiores à indústria da Grande São Paulo e do Brasil, “processo conhecido como ‘interiorização’ da indústria paulista” (NEGRI, 1996).

Negri (1996, p. 13) analisa esse duplo processo da desconcentração da indústria paulista, ou seja, procura entender por que o crescimento industrial do estado de São Paulo, no período entre 1970 a 1990, teve sua participação no Valor da Transformação Industrial do país diminuída, passando de 58% para 49,2% – embora ainda muito significativa –, e por que a Região metropolitana em relação ao interior paulista, no mesmo período, reduziu de 74,7% para 53,3% sua participação no VTI estadual.

A tentativa de compreender a desconcentração industrial mobilizou vários pesquisadores. Para Negri (1996, p. 15), os primeiros autores, da década de 1980, foram influenciados pelos estudos, especialmente dos autores dos EUA, acerca do que se chamou de reversão da polarização.

Desde o início da década de 1980, a problemática da desconcentração da indústria paulista vem chamando a atenção de vários pesquisadores. As principais avaliações desse fenômeno foram influenciadas pelos estudos acerca dos processos de “reversão da polarização”, evidenciados em países

desenvolvidos, sobretudo nos EUA. Estas explicações buscavam relacionar as chamadas “polarizações reversas” com o desenvolvimento de “deseconomias de aglomeração”,⁸ provocadas pelo crescimento industrial e urbano nos grandes centros, que ocorria paralelo ao surgimento de novas economias de aglomeração em outros centros urbanos.⁹

Para Negri (1996), reproduzir essa explicação, oriunda de uma realidade industrial muito distante da realidade brasileira apresentou muitas lacunas. “[...] É impossível imaginar que a complexidade dos processos em curso, num país da dimensão do Brasil e com sua história econômica recente, marcada por grandes transformações estruturais, pudesse estar dentro de um quadro explicativo tão simplificado, ainda que essa simplicidade possa parecer atraente”.

Portanto Negri (1996) irá dialogar com Carlos Roberto Azzoni e Clélio Campolina Diniz, para construir sua explicação do processo. Pois esses autores procuraram compreender o processo de desconcentração industrial abordando outros aspectos. Segundo ele,

Azzoni conclui afirmando que, “longe de constituir-se um sinal de reversão da polarização, o fenômeno observado em São Paulo estaria mais próximo de um espraiamento da indústria *dentro da área mais industrializada do país*, em um processo de tipo ‘desconcentração concentrada’. Seria aproximadamente um tipo de suburbanização das atividades industriais em âmbito mais abrangente, o que é possível pelas oportunidades abertas pelo desenvolvimento tecnológico, em um sentido amplo, para a separação das atividades produtivas das atividades de comando empresarial”.¹⁰

[...] Levando adiante sua argumentação, seu conceito de “campo aglomerativo” inclui as cidades num raio, a partir da RMSP, de aproximadamente 150 quilômetros. Nesse “campo aglomerativo”, mais abrangente que a RMSP, não existiriam grandes diferenças quanto às economias de aglomeração, mesmo existindo diferenças de custos locacionais, segundo o tamanho das cidades.

Assim, essa macrorregião transforma-se em um campo de forças que passa a atrair as mais variadas atividades econômicas (NEGRI, 1996, p. 17, grifo do autor).

⁸ Segundo NEGRI (1996, p. 15), por “deseconomias de aglomeração” entendia-se um conjunto de variáveis, entre as quais se destacam os maiores custos de transportes, de terrenos, de serviços e de infraestrutura urbana, incluindo-se outras que provocaram alteração na organização da produção e na sua produtividade, como maiores dispêndios de tempo com transporte, ampliação do poder sindical da classe trabalhadora, questões ambientais, com deterioração das condições de vida nos grandes centros urbanos, queda na produtividade do trabalho etc.

⁹ NEGRI (1996) cita como referência o trabalho de H. Richardson, *Polarization Reversal in Development Countries. Papers of the Regional Science Association*, 1980, vol. 45, p. 67-85.

¹⁰ AZZONI, Carlos Roberto. Indústria e reversão da polarização no Brasil. São Paulo. IPE-USP, 1986. Ensaio Econômico n. 58, 1986, pp. 125-126 apud NEGRI, Barjas. *Concentração e desconcentração Industrial em São Paulo (1880-1990)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. p. 17.

Essa análise de Azzoni (1986) – ou parte dela – foi incorporada por autores que trabalharam com a ideia de que a desconcentração industrial, a partir da década de 1970, levou a um espraiamento da indústria da RMSP para o seu entorno, num raio de aproximadamente 150 quilômetros, uma espécie de “desconcentração concentrada”.

Ainda segundo Negri (1996), Azzoni deixou de abordar aspectos importantes, entre eles: como explicar que outras regiões localizadas para além do raio de 150 km da metrópole apresentaram desenvolvimento industrial no período, como São José do Rio Preto e Ribeirão Preto? A explicação de Azzoni não respondia a questão.

Ao discutir as análises realizadas por Diniz (1991)¹¹, Negri (1996, p. 17) aponta para o fato de que esse pesquisador incorpora em sua análise sobre a desconcentração industrial outros aspectos também relevantes, demonstrando a complexidade dos fatores envolvidos para a compreensão das mudanças ocorridas em relação à localização geográfica das indústrias brasileiras, a partir da década de 1970. Alguns desses aspectos analisados por Diniz levavam em conta:

- a) a distribuição espacial dos recursos naturais;
- b) o papel do Estado;
- c) o processo de unificação do mercado nacional e suas consequências para a concorrência intercapitalistas e para as estruturas produtivas regionais;
- d) as economias de aglomeração;
- e) a concentração regional da pesquisa e da renda, que obstaculiza a desconcentração regional da indústria.

Diniz (1991) analisa essa série de fatores para compreender as razões da perda de posição relativa da indústria paulista nos anos de 1970 e afirma que o espraiamento industrial no Brasil não ocorreu apenas dentro do limitado raio de 150 km da área metropolitana de São Paulo. Para esse pesquisador, houve um *desenvolvimento poligonal*, abarcando as cidades do

¹¹ DINIZ, Clelio Campolina. Desenvolvimento poligonal no Brasi, nem desconcentração nem contínua polarização. Belo Horizonte, outubro de 1991. Mimeo. p. 1-53 apud NEGRI, Barjas. *Concentração e desconcentração Industrial em São Paulo (1880-1990)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. p. 19.

interior do Estado de São Paulo, o sul do triângulo de Minas Gerais, o norte do Paraná, estendendo-se para o Estado de Santa Catarina e nordeste do Rio Grande do Sul e para a região central de Minas Gerais.

A partir do debate que realiza com Azzoni (1986) e Diniz (1991), Negri (1996) tece algumas considerações sobre a desconcentração industrial de São Paulo, observando em sua análise que vários fatores foram importantes nesse processo, lembrando que: a) embora tenha ocorrido uma concentração industrial, no período de 1929 a 1970, na capital paulista e no seu entorno – que se transformou na região metropolitana e no centro industrial do Brasil e da América Latina, abarcando um parque industrial moderno e diversificado, com a presença de capital nacional e internacional –, nesse mesmo período, o interior do estado também manteve um crescimento industrial bastante significativo, ou seja, a indústria não se instalou apenas na capital e na região metropolitana, mas também esteve presente durante todo o processo no interior do Estado, como resultado da própria modernização das indústrias ali localizadas e também da modernização da agropecuária, desenvolvendo conjuntamente atividades urbanas; b) o Estado já vinha atuando de forma significativa para a desconcentração industrial, desde a segunda fase da industrialização pesada. Nesse período, vários municípios de outras regiões do Brasil passaram a reivindicar políticas capazes de atrair investimentos via incentivos fiscais e creditícios, que resultou na criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, no Nordeste; da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e da Zona Franca de Manaus, ambos na Região Norte. Esses incentivos ganharão maior relevância a partir do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), de 1967, que, juntamente com políticas regionais, criou polos de desenvolvimento como os Polos Petroquímicos da Bahia e do Rio Grande do Sul, e, não menos importante, foi o c) avanço da agropecuária para além do estado de São Paulo.

Como resultado desses vários fatores, conclui (NEGRI, 1996, p. 229):

[...] a desconcentração industrial da área metropolitana de São Paulo foi efetiva: sua participação relativa no VTI da indústria de transformação do país declinou de 43,4%, em 1970, para 34,2% em 1980 e para 29,4% em 1985. Contribuíram para esse processo os investimentos produtivos do II PND, a agroindustrialização da Periferia Nacional e do interior paulista, as deseconomias de aglomeração e o dinamismo da ação sindical metropolitana, bem como o conjunto das ações governamentais de desconcentração metropolitana e de interiorização do desenvolvimento econômico de São Paulo, notadamente no que se refere à extraordinária expansão da infraestrutura viária e de telecomunicações nesse período.

Em 1996, NEGRI, concluía que a desconcentração industrial da RMSP, a partir da década de 1970, era relativa e que a RMSP ainda era o mais importante polo industrial do país, com a presença de vários segmentos industriais modernos e complexos, articulados ao restante do país, além disso, a metrópole já se apresentava como o centro financeiro e de serviços mais importante do país, ganhando um aspecto de metrópole internacional.

Outra referência importante para a compreensão desse processo é Lencioni (1991), que, ao analisar a indústria têxtil nesse quadro de reestruturação produtiva e espacial, reforça a ideia de que o debate sobre a desconcentração industrial não diz respeito apenas à mudança na localização espacial; o que se deveria buscar compreender, além da localização, era o processo de concentração e centralização do capital realizado na busca de valorização. Além disso, o interior e a capital paulista não deveriam ser interpretados separadamente, como processos distintos, mas ambos como parte de um mesmo processo, no qual concentração e dispersão espacial formam uma mesma unidade dialética.

Nas últimas décadas, a centralização do capital se acentuou aprofundando o caráter desigual do desenvolvimento brasileiro. O fortalecimento de tais processos na industrialização recente significou o revigoramento da tendência à concentração espacial da produção industrial, inclusive têxtil. Em São Paulo essa concentração foi reforçada numa área de raio de 150 km da capital paulista e, indo além dessa distância, na direção das principais vias de transporte. Por assim dizer, os processos de concentração e centralização do capital se deram num quadro de ampliação da metrópole paulista, muitas vezes assumido como resultado de uma descentralização industrial (LENCIONI, 1991, p. 9).

Ainda de acordo com a autora, é importante levar em consideração que o que se pretende demonstrar é que a nova configuração do espaço paulista manifesta “uma forma de metrópole, ampliada e expandida, resultante espacial de um processo de desconcentração e não de descentralização da indústria paulista em escala regional” (LENCIONI, 1991, p. 53).

A metrópole expandida, percebida pela autora, já na década de 1990, reforçava os processos de concentração e dispersão das atividades, “recriando e desconcentrando a metrópole”. Assim a metrópole expandida é processo e produto do desenvolvimento desigual que ao diferenciar os espaços que a compõem ao mesmo tempo os homogeneíza para reproduzir as “condições gerais de produção, tanto materiais como sociais”. Lembrando, ainda, que

o reforço da metropolização não significa apenas igualdade, mas também diferença, na medida que se gestam hierarquias nessa homogeneização que resituam as várias cidades da metrópole desconcentrada.

[...] todavia, cabe ressaltar, a ideia de desconcentração é importante para sugerir o reforço da metropolização, mas é insuficiente para explicar as bases do primado metropolitano (LENCIONI, 1991, p. 55).

Reiterando o centro da questão apresentada por Lencioni (1991), a metrópole desconcentrada é fruto de um processo que desconcentra atividades econômicas, diferenciando-as e ao mesmo tempo as homogeneizando, mas esses processos não significam descentralização, pois o controle do capital e das ordens para sua reprodução se concentra e se centraliza cada vez mais. “O fato é que a reprodução do capital [...] ocorre dispersando as unidades produtivas, mas centralizando a decisão, o investimento e, principalmente, o excedente econômico. [...] a reestruturação é um produto de mudanças e um processo de desconcentração socio-espacial face à situação mundial e às dificuldades econômicas atuais” (p. 56).

Levando em consideração a análise de Lencioni (1991), podemos perceber que há uma vasta área no sudeste do território brasileiro – a metrópole paulistana e as metrópoles ao seu entorno, que alguns pesquisadores tratam por macrometrópole e outros por cidade-região – que expressa esse processo de concentração e dispersão das atividades econômicas, realizando espacialmente processos de homogeneização das condições gerais de produção e ao mesmo tempo criando espaços diferenciados, mas que se mantêm articulados por uma rede integrada, por meios de comunicação e de transportes. A desconcentração industrial teve como eixo as principais rodovias do Estado de São Paulo e provocou mudanças na função de muitas cidades, reafirmando a importância da cidade de São Paulo e de sua área metropolitana, no comando da economia, pois São Paulo detém um lugar privilegiado como sede das grandes empresas nacionais e internacionais, exercendo um papel de gestão das empresas.

Esse processo de metropolização do espaço vem provocando intensas transformações nas metrópoles e nas cidades menores do interior do Estado e na própria cidade central da metrópole paulistana, como discutiremos no capítulo 3.

Como podemos observar no mapa 4, de acordo com a Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A – EMPLASA, essa área do território brasileiro é um dos maiores aglomerados urbanos do Hemisfério Sul, é composta pela Região Metropolitana de São Paulo, além das Regiões Metropolitanas da Baixada Santista, de Campinas, de Sorocaba e do Vale do Paraíba e Litoral Norte, e das Aglomerações Urbanas de Jundiaí e de Piracicaba, além da Unidade Regional de Bragantina. Essa grande mancha urbana representa 53,4 mil

km² (21,5% do Estado de São Paulo), é composta por 174 municípios; concentrava 74,7% da população estadual em 2018 e 81,9% do PIB estadual (2016). De acordo com a EMPLASA/IBGE, em 2016, o PIB da macrometrópole paulista foi de R\$ 1.669.448,64, enquanto o PIB do estado de São Paulo, nesse mesmo ano, foi de R\$ 2.038.004,93. Essa imensa região gera essa expressividade econômica porque abriga em seu território indústrias de alta tecnologia, comércio diversificado, serviços complexos; uma agroindústria significativamente produtiva e grandes polos de produção de conhecimento e pesquisa. Além disso, conta com os maiores portos, aeroportos e complexos rodoviários do país. O Porto de Santos, em 2017, teve 28% do movimento de exportações e importações do país.¹²

Um outro elemento importante que nos ajuda a compreender a importância econômica da macrometrópole, e também o processo de concentração e centralização de capital presente nessa área do território brasileiro, é a presença do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos, localizado no município de Guarulhos, que foi privatizado em 2012¹³ e passou a ser denominado GRU Airport. O movimento de embarques e desembarques de passageiros, em 2018, foi da ordem de 42.230.432 – sendo 27.342.424 domésticos e 14.888.008 internacionais.¹⁴ Além do expressivo movimento de passageiros, esse aeroporto possui um importante papel na movimentação de cargas pelo território nacional e internacional. Ele é o maior complexo logístico aeroportuário do Brasil, interligando o Brasil a 34 países, a todas as capitais e às principais cidades brasileiras, opera mais de 720 voos diários, por 40 empresas aéreas nacionais e internacionais. Movimenta produtos de diversos segmentos, como eletrônicos, farmacêuticos, têxteis, alimentos, peças e acessórios automotivos. Esse Terminal Aeroportuário de Guarulhos também é responsável pelo maior

¹² Dados obtidos no site da EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A. Disponível em: <<https://emplasa.sp.gov.br/RMSP>>. Acesso em: 20 set. 2019.

¹³ A Concessão do Aeroporto de Guarulhos teve o valor de R\$ 16,213 bilhões, pelo consórcio Invepar, composto pelas empresas de investimentos e Participações em Infra-Estrutura S/A e Acesa (Airports Company South África), da África do Sul. As privatizações da infraestrutura aeroportuária no país (Guarulhos, Viracopos e Brasília), realizadas em 2012, tiveram como pano de fundo a necessidade de investimentos neste setor para preparar o país para a Copa do Mundo em 2014 e para as Olimpíadas em 2016. Maiores detalhes sobre as concessões podem ser obtidos na reportagem: MELO, Débora. *Aeroportos de Guarulhos, Campinas e Brasília são arrematados por R\$ 24,5 bi.* UOL. São Paulo. 06 de fev. 2012. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/02/06/aeroportos-de-guarulhos-campinas-e-rasilia-sao-arrematados-por-mais-de-r-24-bilhoes.htm>>. Acesso em: 30 set. de 2019.

¹⁴ Estatísticas 2018. GRU Airport. Relatório Operacional. São Paulo. 2018.

Disponível em: <<https://www.gru.com.br/pt/RelatorioOperacional/2018-12.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2019.

volume de exportação por via aérea do Brasil.¹⁵ A sua localização em Guarulhos está conectada ao acesso a importantes rodovias que o ligam a todo o país, com destaque para sua atual ligação com o Porto de Santos, pelo rodoanel Leste e pela Av. Jacu Pêssego/Nova Trabalhadores.

¹⁵ Conforme informações do site institucional da GRUAirport. Disponível em: <<http://www.grucargo.com.br/terminal-de-cargas.aspx>>. Acesso em: 30 set. 2019.

Mapa 4 – Macrometrópole paulistana

Esse contexto de reestruturação produtiva e espacial tem promovido novos arranjos e hierarquias territoriais reorganizando a divisão social e territorial do trabalho, trazendo implicações diretas aos moradores e trabalhadores dessas metrópoles contemporâneas. Pois essas imensas áreas urbanizadas representam uma dispersão no território das formas urbanas, que precisam se integrar para promover a fluidez da troca de pessoas, mercadorias, capital e informações, necessitando, assim, do desenvolvimento das redes materiais e imateriais de circulação.

As redes materiais, como as de circulação viária, têm redimensionado a distância entre os lugares, na medida em que podem encurtar o tempo de locomoção entre várias cidades nessa imensa aglomeração urbana. As redes imateriais, representadas pelos sistemas de comunicação e informação, proporcionam uma ligação direta entre cidades distantes, favorecendo a aproximação de pontos dispersos pelo território. Portanto, esses novos padrões de integração entre os lugares também trazem novos desafios à pesquisa do processo de metropolização do espaço.

Esse novo momento da metrópole nos impõe novos desafios para a pesquisa e para gestão desses imensos territórios, especialmente em sociedades cuja formação social é marcada pelos processos de subordinação aos grandes centros mundiais de poder econômico e político e pela herança de um passado escravocrata, cujas marcas perduram até hoje em nossas relações sociais. Esses dois fatores por si só geram condicionantes muito particulares da nossa realidade em relação às grandes metrópoles mundiais.

Um outro aspecto que nos ajuda a compreender os processos dessa reestruturação produtiva e espacial é pensar como o Estado brasileiro atuou nesses diferentes momentos do desenvolvimento econômico. Segundo Abdal (2017), tanto no período marcado pela forte concentração industrial (1930 a 1970) como no em que se buscou a desconcentração industrial (1970 a 1985), prevaleceu o mesmo padrão de desenvolvimento, o nacional-desenvolvimentista, com objetivo de construir, consolidar e integrar um mercado nacional.

Nesse período, a forte intervenção do Estado procurou criar condições para o que se chamou de substituição de importações. A partir de 1960, mesmo com as políticas de desconcentração industrial, buscava-se a promoção do desenvolvimento fora da RMSP, mas “integrada e complementar a ela” (p. 109).

Para Abdal (2017), de 1985 a meados de 1990, a crise de financiamento do Estado brasileiro interrompe o período nacional-desenvolvimentista, promovendo abertura comercial, desregulamentações, privatizações, caracterizando uma mudança significativa na forma de atuação do Estado, buscando a integração internacional da economia, minimizando as intervenções do tipo desenvolvimentista, permitindo que as forças do mercado impusessem às empresas processos de reestruturação produtiva para manter a competitividade no mercado internacional.

Essa forma específica pode ser caracterizada como uma *estratégia de integração competitiva ao sistema econômico internacional*, na qual a construção daquela matriz industrial integral e integrada cede lugar à construção e manutenção de especializações nas atividades em que se dispõe de vantagens comparativas (ABDAL, 2017, p. 109-110).

Uma das características importantes desse período não diz respeito apenas à mudança na forma de atuação do Estado, mas revela que a reestruturação produtiva também significou, para algumas empresas, um rápido processo de modernização e inovação tecnológica, refletindo em um acentuado aumento da produtividade acompanhado de taxas significativas de desemprego, “cujos principais determinantes foram a externalização de atividades não ligadas ao centro de produção, a introdução de novas formas de organização da produção e a eliminação de linhas e produtos menos competitivos” (ABDAL, 2017, p. 110).

A década de 1990 marcou a readequação do Estado brasileiro às pressões mundiais para se conformar às novas demandas a fim de dar continuidade à reprodução do capital. Os novos posicionamentos adotados pelo Estado em suas várias frentes de atuação vão refletir a incorporação dos preceitos neoliberais.

Na década de 1990 os países periféricos se viram forçados pelas agências multinacionais a adotar reformas neoliberais para a solução do endividamento. As políticas “desenvolvimentistas” foram substituídas pela adoção da cartilha neoliberal do Consenso de Washington no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) baseado nos seguintes pontos: política fiscal baseada em superávit orçamentário do governo; redução das despesas públicas e gastos sociais; controle inflacionário através de altas taxas de juros; desregulamentação da economia; privatização de empresas públicas; e taxas de câmbio livre (NOBRE, 2018, p. 293).

O processo de reestruturação produtiva e as novas formas de atuação do Estado irão manter o padrão de desconcentração industrial, com perda de atividades industriais, especialmente na região metropolitana de São Paulo e em sua cidade central.

As transformações pelas quais passou o Estado de São Paulo e sua Capital, a cidade de São Paulo, originam-se na década de 1970, mas tiveram expressão na década de 80, quando ficou claro o processo de desconcentração industrial. A indústria de transformação do Estado de São Paulo representava, em 1970, 58,1% do valor da transformação industrial do Brasil, e, a da região metropolitana, 43,4%. Em 1980 esses valores passam a 54,4% e a 34,2% e, em 1995, a 49,9% e a 26,6%, respectivamente (PACHECO, 1998; LENCIONI, 1995). O interior do Estado de São Paulo, ao contrário, viu seus índices serem positivos.

De 1995 até 2010 os indicadores disponíveis indicam essa mesma tendência, de perda relativa da atividade industrial tanto na região metropolitana de São Paulo como no núcleo metropolitano: a cidade de São Paulo. Mas uma observação é fundamental: embora o peso relativo da indústria paulista em relação ao País tenha diminuído, a liderança industrial encontra-se, ainda, na região metropolitana de São Paulo (região administrativa composta por 39 municípios), cabendo o segundo lugar ao interior paulista e, o terceiro, ao Estado do Rio de Janeiro e ao de Minas Gerais. Esse interior não é, no entanto, qualquer parcela a retroterra da região metropolitana (LENCIONI, 2011, p. 137).

Ao atualizarmos os dados sobre a participação paulista na indústria brasileira, no período de 2003 a 2016, verificamos que a participação da indústria paulista no Valor da Transformação Industrial – VTI brasileiro passou de 43,8% para 37,5%, demonstrando a continuidade do processo de desconcentração, embora o Estado de São Paulo ainda apresente um papel significativo na produção industrial do país.¹⁶

Alguns setores mostraram uma maior taxa de desconcentração, como as categorias de *bens de consumo duráveis*, em que a participação passou de 53,1% para 43,8%, e de *bens intermediários*, cuja participação passou de 43,6% para 36,4%. Já a participação da categoria de *bens de capital* permaneceu estável, passando de 52,7% para 52,3%. Em relação à participação do setor de *bens de consumo não duráveis*, houve uma pequena redução de 35,9% para 32,5%. Embora haja uma perda da indústria no território paulista, é notório que a sua participação na economia brasileira ainda é muito significativa, como pode ser observado, detalhadamente por categorias de uso e setor de atividades, na tabela abaixo.

¹⁶ Conforme: Mapa da Indústria Paulista, 2003-2016. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE. Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Estado de São Paulo. São Paulo. Abril 2019.

Tabela 1 – Participação do Estado de São Paulo no VTI brasileiro, segundo categorias de uso e setor de atividade. Brasil e Estado de São Paulo – 2003 e 2016

		Em porcentagem	
Categorias de uso	Setor de atividade	SP / Brasil	
		2003	2016
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO		43,8	37,5
Bens de consumo não duráveis	Produtos alimentícios	36,1	33,3
	Bebidas	26,1	20,5
	Produtos dp fumo	2,4	0,2
	Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	73,2	70,5
	Vestuário e acessórios	33,6	23,6
	Couros e artefatos de couro	14,9	15,0
	Subtotal	35,9	32,5
Bens de consumo duráveis	Automóveis, camionetas e utilitários, peças e acessórios	60,0	52,1
	Móveis	30,4	27,3
	Aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo	20,9	4,0
	Eletrodomésticos	49,6	36,5
	Subtotal	53,1	43,8
Bens intermediários	Produtos de madeira	15,4	13,5
	Celulose e produtos de papel	47,7	34,4
	Impressão e reprodução de gravações	56,7	43,3
	Derivados do petróleo	46,0	36,5
	Biocombustíveis	61,9	29,5
	Produtos químicos	48,6	44,6
	Borracha e de material plástico	60,6	47,6
	Minerais não metálicos	32,8	33,6
	Metalurgia	24,9	22,2
	Produtos têxteis	43,3	35,1
	Produtos metal	49,0	36,8
	Subtotal	43,6	36,4
Bens de capital	Equip. de informática, eletrônicos e ópticos (exceto aparelhos de recepção...)	44,0	50,1
	Caminhões e ônibus	54,6	63,8
	Cabines, carrocerias e reboques	33,0	25,6
	Outros equipamentos de transporte	54,7	52,9
	Máquinas, aparelhos e materias elétricos (exceto eletrodomésticos)	55,2	52,2
	Máquinas e equipamentos	54,7	53,8
	Subtotal	52,7	52,3
	Fabricação de produtos diversos	51,6	41,9
	Manut., repar. e instal. De máquinas e equip.	40,6	30,1

Fonte: Fundação Seade. IBGE, Pesquisa Industrial Anual - PIA.

Fonte: Mapa da Indústria Paulista, 2003-2016. SEADE/2019.

Em relação à participação dos municípios no valor da transformação industrial – VTI do estado de São Paulo, no mesmo período, se destacamos a participação dos 20 principais municípios, veremos que também houve uma queda na sua participação na composição do VTI do estado. A mesma pesquisa da SEADE demonstra que a desconcentração da atividade industrial desse conjunto de municípios está expressa na diminuição da participação de 63,3%

para 50,9%, conforme pode ser observado em detalhes nas tabelas abaixo. Segundo a pesquisa da SEADE (2019, p. 10),

esse movimento deveu-se, especialmente, à redução da contribuição do município de São Paulo, que, embora tenha permanecido no topo da lista, teve queda de 14,8% para 9,0%, e dos municípios da região do Grande ABC, cuja participação regrediu de 11,4% para 7,2%. Essas perdas são consequência da reestruturação do setor metal-mecânico e da cadeia produtiva automobilística da área metropolitana, assim como da instalação de novas unidades no interior do Estado. Outro município com recuo importante foi São José dos Campos (de 7,1% para 4,5%).

Os municípios que mais se beneficiaram da desconcentração industrial no Estado foram Sorocaba, que passou da 13ª para a 9ª posição, e os pertencentes à Região Administrativa de Campinas: em 2003, cinco municípios da RA (Paulínia, Campinas, Jundiaí, Piracicaba e Americana) estavam entre os 20 principais municípios; em 2016, eram sete (Paulínia, Campinas, Jundiaí, Piracicaba, Sumaré, Indaiatuba e Hortolândia).

Tabelas 2 e 3 – Ranking dos 20 municípios com maior participação no VTI no Estado de São Paulo – em 2003 e 2016

2003			2016			Em %
Participação	Municípios	Ranking	Ranking	Municípios	Participação	
14,8	São Paulo	1	1	São Paulo	9,0	
7,1	São José dos Campos	2	2	Paulínia	5,4	
6,9	Paulínia	3	3	São José dos Campos	4,5	
5,0	São Bernardo do Campo	4	4	Cubatão	3,4	
4,1	Cubatão	5	5	Guarulhos	3,3	
4,0	Guarulhos	6	6	São Bernardo do Campo	3,0	
2,5	Campinas	7	7	Campinas	2,4	
2,2	Santo André	8	8	Jundiaí	2,4	
2,0	Barueri	9	9	Sorocaba	2,4	
1,7	Jundiaí	10	10	Piracicaba	2,0	
1,6	Mauá	11	11	Taubaté	1,7	
1,6	Diadema	12	12	Mauá	1,6	
1,5	Sorocaba	13	13	Santo André	1,4	
1,4	Suzano	14	14	Jacareí	1,3	
1,4	Piracicaba	15	15	Sumaré	1,3	
1,3	Taubaté	16	16	Indaiatuba	1,2	
1,2	Jacareí	17	17	Hortolândia	1,2	
1,1	Americana	18	18	Diadema	1,2	
1,0	São Caetano do Sul	19	19	Suzano	1,1	
0,9	Mogi das Cruzes	20	20	Barueri	1,1	
63,3	Total			Total	50,9	

Fonte: Mapa da Indústria Paulista, 2003-2016 – SEADE/2019.

As regiões metropolitanas, inclusive as que compõem a macrometrópole (RMs de São Paulo, de Campinas, do Vale do Paraíba e Litoral Norte, de Sorocaba, da Baixada Santista), com exceção da RM de Campinas, tiveram perda no VTI industrial, de 79,3% para 70,2%, embora esse conjunto de metrópoles ainda tenha uma participação extremamente significativa no Estado de São Paulo. Apenas as Aglomerações Urbanas de Piracicaba e de Jundiaí apresentaram crescimento na participação do VTI do Estado no mesmo período, passando de 7,1% a 10,5%, no total do Estado de São Paulo.¹⁷ Conforme pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 4 – Participação das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas no VTI do Estado de São Paulo – 2003 e 2016

Regiões metropolitanas e aglomerações urbanas	Em %	
	2003	2016
Total	100,0	100,0
RM de São Paulo	40,6	30,9
RM de Campinas	15,8	16,1
RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte	11,7	9,9
RM de Sorocaba	4,3	6,2
RM da Baixada Santista	4,6	4,0
RM de Ribeirão Preto	2,5	3,1
Subtotal	79,3	70,2
Aglomeração urbana de Piracicaba	4,2	6,1
Aglomeração urbana de Jundiaí	2,9	4,4
Subtotal	7,1	10,5
Demais municípios	13,6	19,3

Fonte: Fundação Seade. Secretaria da Fazenda e Planejamento. IBGE.

Fonte: Mapa da Indústria, 2003 -2016. SEADE/2019.

¹⁷ O Mapa da Indústria Paulista, 2003-2016, Seade, 2019, não apresentou dados regionalizados para a Aglomeração Urbana de Bragança Paulista.

Ao analisar as dinâmicas das localizações industriais no Estado, a pesquisa SEADE/2019 apresenta as seguintes conclusões: a desconcentração da atividade industrial no período de 2003 a 2016 se deu de maneira mais acentuada nas áreas metropolitanas, especialmente na metrópole de São Paulo, que passa de 40,6% para 30,9%. A explicação para essa perda da região metropolitana de São Paulo encontra-se no fato de o município de São Paulo ter perdido participação no período (passando de 14,8% para 9,0%), mas também é preciso levar em conta que a reestruturação produtiva dos setores automobilísticos e metal-mecânico na região do grande ABC também contribuiu para essa diminuição da participação no VTI industrial do Estado. Os dados por municípios indicam que São Bernardo do Campo caiu de 5,0% para 3,0%; Santo André, de 2,2% para 1,4%.

Por outro lado, as regiões de Campinas e Sorocaba foram as que mais se beneficiaram com esse processo de desconcentração, pois têm tradição industrial e recebido um novo impulso, abrigando segmentos que historicamente operavam na região metropolitana de São Paulo. Segundo Aparício e Kalemkarin (2013, p. 12), outro fator importante que tem contribuído para atração de indústrias mais modernas e diversificadas para área entre Sorocaba e Campinas são as universidades e os centros de pesquisa de Campinas, garantindo para as novas indústrias avanços tecnológicos e mão de obra qualificada. É nessa área que está se consolidando o que vem sendo chamado de “corredor asiático”, de acordo com Aparício e Kalemkarin (2013, p. 4):

Corredor asiático é uma expressão informal utilizada para caracterizar a presença crescente de empresas japonesas, sul-coreanas e chinesas nas RAs de Campinas e Sorocaba, em especial no segmento automotivo e nos de máquinas e equipamentos de informática e produtos químicos. Entre as maiores estão Toyota, Hyundai, Honda, Stanley, Sumitomo, LG, Samsung, Huawei, ZTE, CJ e Ajinomoto.

Diante dos dados que nos atualizam sobre o processo de desconcentração industrial no período 2003 a 2016, e que demonstram a perda significativa do parque industrial localizado na cidade de São Paulo e em sua região metropolitana, uma das questões que se apresenta é em relação ao mercado de trabalho. O que teria acontecido com a massa de trabalhadores que ajudou a construir a metrópole industrial do século XX? Diante desse novo quadro da metrópole, que se reestrutura e se diversifica, como se apresentam os dados sobre os postos de trabalho? Se houve saída das indústrias e aquelas que ficaram em São Paulo, seja no município ou na área metropolitana, estão se readequando aos novos parâmetros de competição globalizada, o que aconteceu aos seus trabalhadores?

Uma dos aspectos importantes diante da reestruturação produtiva, especialmente a partir da década de 1990, é que a região metropolitana de São Paulo continuou ocupando um papel de destaque na economia nacional, apesar de perder parte de seu parque industrial, o que vem acontecendo é que a sua produção de riqueza está se concentrando cada vez mais no setor de serviços, composto por atividades diversas e com características muito distintas, em relação à qualificação e à renda de seus trabalhadores. Ao observar os dados presentes no gráfico 1, que traz a distribuição do Valor Adicionado por subsectores de atividade econômica do Estado de São Paulo e da Região Metropolitana em 2010, é possível perceber a importância do setor de serviços na geração total de riqueza.

Gráfico 1 – Distribuição do Valor Adicionado por subsectores de atividade econômica – Estado de São Paulo e Região Metropolitana de São Paulo – 2010

Fonte dos dados: Fundação Seade. Organizados por APARICIO, BESSA e GASPAR.

Não é apenas na região metropolitana que o setor de serviços tem ganhado destaque. Ao analisarmos os dados sobre a participação dos vários setores da economia na geração de riqueza na cidade de São Paulo, percebemos que, no município sede da região metropolitana, os serviços se tornaram ainda mais significativos, conforme podemos observar no gráfico 2, sobre a distribuição do valor adicionado por setores de atividades econômicas do município

no período de 2002 a 2016. É notório entender que a cidade de São Paulo tornou-se o principal centro nacional do setor de serviços.

Os serviços são os mais diversificados possíveis e grande parte deles é prestada às empresas nacionais ou estrangeiras, o que denota uma grande quantidade de serviços que atendem ao setor produtivo ou de gestão de empresas, como os de marketing, jurídicos, contábeis, de tecnologia da informação, financeiros; outros estão ligados aos setores sociais, como saúde e educação; além dos serviços distributivos, que correspondem aos ligados ao comércio, transporte e telecomunicações.

Gráfico 2 – Distribuição do Valor Adicionado, por setores de atividades econômicas do município de São Paulo em 2002-2010.

Fonte dos dados: Fundação Seade. Organizados por APARICIO, BESSA e GASPAR.

O resultado da desconcentração industrial não apenas provocou uma migração da mão de obra do setor industrial para o setor de serviços, mas também significou mudanças profundas na qualidade do emprego. O emprego industrial, por mais que tivesse baixos rendimentos, ainda assim sempre foi o setor que apresentou o maior número de trabalhadores com carteira assinada e com uma presença de organização sindical importante na defesa dos direitos dos trabalhadores.

A massa de trabalhadores, dispensada da indústria, foi sendo incorporada por empregos temporários, precários, informais, subcontratados e autônomos, geralmente ligados ao mercado de prestação de serviços que exige pouca qualificação.

Cabe ressaltar que a redução do emprego industrial e o aumento do emprego em serviços não representaram apenas uma “migração” de trabalhadores entre os setores, mas implicaram uma alteração na qualidade do emprego. O emprego com registro em carteira de trabalho, que é predominante na indústria, é gradualmente substituído por ocupações autônomas ou temporárias – caracterizadas por vínculos contratuais precários e por maior instabilidade no emprego. Além disso, faz-se necessário lembrar outro fator que acarreta mudanças importantes no mercado de trabalho: a intensificação da terceirização de mão de obra, modalidade de contratação que ganha força a partir da década de 1990 e que se populariza com o passar do tempo, avançando, inclusive, para as atividades-fim das empresas, não estando mais presente somente nas ocupações de apoio (DIAS; SERRAO, p. 57).

Segundo Dias e Serrao (2015, p. 66), ao se analisar a distribuição dos empregos formais, no período de 1985 a 2012, na região metropolitana, confirma-se que a indústria perdeu participação de forma acentuada quando comparada ao setor de serviços. Ao final de 2012, apenas 22% dos trabalhadores formais estavam localizados no setor industrial. O comércio, no mesmo período, passou de 11,2% para 18,4% dos trabalhadores ocupados, enquanto o setor de serviços passa de 46,4% para 59,4%. Enquanto o emprego formal no comércio cresceu 64,3% e o setor de serviços, 28,0%, o setor produtivo recuou 47,1%.

Um movimento semelhante ocorreu com o município de São Paulo, nesse mesmo período, 1985-2012, de acordo com Dias e Serrao (2015, p. 66 e 67):

Movimento parecido ocorreu com o município-polo, São Paulo. Os serviços atingem no ano de 2012 praticamente dois terços (64,6%) dos empregos formais, ao passo que a indústria se tornou o setor que menos empregava (17,5% do total), e o comércio passou a representar 17,8%. A indústria paulistana regrediu significativamente sua participação: passou de 35,1% para 17,8%, o que totaliza 50,1% a menos. O comércio quase dobrou seu peso, registrou ganho de 48,9% na participação, e os serviços ampliaram em 23,8% a participação entre 1985 e 2012.

Em pesquisa mais recente, que já incorpora dados do período da crise econômica que teve início em 2014, os dados do *Informes Urbanos*, boletim elaborado pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, de dezembro de 2018:

A indústria de Transformação [em relação ao Brasil] foi duramente atingida pelo decréscimo do nível de emprego: o crescimento estancou já em 2013,

dando lugar a uma queda que colocou o volume de empregos em 2016, praticamente no mesmo patamar de 2007.

[...] Entre 2010 e 2016, portanto, a cidade de São Paulo perdeu 130.982 empregos na indústria de transformação, com destaque para o grupo de confecção de artigos de vestuário e acessórios, com 21.210 empregos a menos (25,5%).

[...] Considerando apenas os doze maiores grupos de atividade industrial em 2010, apenas um teve saldo positivo em 2016: a fabricação de produtos farmacêuticos, com crescimento de 1,3% no nível de emprego, o que significa saldo positivo de 245 empregos entre 2010 e 2016.¹⁸

O próprio Boletim *Informes Urbanos* chama atenção para a seriedade da perda de empregos no setor de confecção e vestuário, devido ao alto grau de informalidade nas relações de trabalho deste setor, pois “56% dos trabalhadores da indústria da confecção no município de São Paulo não tinha carteira assinada ou trabalhavam por conta própria” (2018, p.3). Além disso, a perda de empregos registrada diz respeito aos trabalhadores deste setor que mantinham relações formais de trabalho, o que deixa claro que a situação, com os informais pode ser ainda pior.

Diferentemente da indústria farmacêutica, que se destaca pela presença de oligopólios, vem incorporando trabalhadores mais qualificados. “Trata-se, portanto, de indústria de capital intensivo, composta por grandes multinacionais, cujo crescimento tem sido uma tendência mundial”. (2018, p.4).

Os dados apresentados até aqui, longe de buscarem uma análise exaustiva do desenvolvimento econômico e do mercado de trabalho da região metropolitana de São Paulo e

¹⁸ São Paulo (cidade). Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento. (Prefeitura de São Paulo). *O emprego industrial na cidade de São Paulo no decênio 2006-2016*. Informes Urbanos. no.36. Dezembro de 2018.

de seu município central, têm um papel de nos ajudar a construir um panorama das principais mudanças decorrentes do processo de reestruturação produtiva nas últimas décadas, em decorrência não só de processos internos, mas também das imposições do movimento geral de reprodução do capital. Como discutimos na apresentação teórica desta tese, pensar a metrópole ou cada lugar que a compõe não pode se dar de forma descolada dos processos de totalização da sociedade.

O movimento de formação da metrópole industrial do século XX e a sua atual metamorfose para uma metrópole contemporânea, mais diversa e mais complexa, são produto e condição para que esses processos socioespaciais aconteçam. O período de concentração industrial na metrópole produziu muita riqueza e, embora tenha constituído um mercado de trabalho assalariado com relações mais formais, não significou melhores condições de vida para a maioria de seus trabalhadores, pois o parque industrial de São Paulo se formou e se consolidou com muita exploração de sua classe trabalhadora, como discutiremos a partir dos processos de luta e resistência que estudamos no Jardim Helian, localizado em Itaquera, na cidade de São Paulo. A vida que se vive nesse lugar nos revela as contradições desse processo de formação e de transformação da metrópole de São Paulo.

2.1 REESTRUTURAÇÃO DA METRÓPOLE PAULISTANA

Os dados e a discussão realizados até aqui procuram demonstrar o que afirmamos no início desta tese: a metrópole contemporânea, do século XXI, já não é mais a metrópole industrial do século XX. A metrópole contemporânea traz novas características e, no entanto, é o resultado de uma verdadeira metamorfose daquela que já foi uma metrópole industrial. O que vem ocorrendo é uma transformação de sua estrutura, de sua função e de sua forma. As novas paisagens que estão em plena reconfiguração, desde o final dos anos de 1990, demonstram as condições e os resultados da reprodução da metrópole sob novas condições impostas pelo atual processo de globalização.

Ao pensar esse processo de reestruturação em nossa sociedade, Lencioni aponta:

Em síntese o processo de metropolização demarca uma nova época que emerge da dinâmica da economia global e produz um novo tipo de metrópole. No caso específico de São Paulo, esse processo tem origem nos anos 70 do século XX e está associado ao processo de desconcentração

industrial que ocorreu no Estado de São Paulo, líder na produção industrial do Brasil (LENCIONI, 2011, p. 137).

Diante de um quadro de mudanças tão profundas, o poder público, na esfera municipal, ao propor políticas de desenvolvimento econômico para a metrópole que vinha se configurando nesse novo quadro de desconcentração industrial, também procurou garantir áreas e incentivos para as indústrias em seu território. O Plano Diretor de 2002, Lei 13.430, de 13 de setembro de 2002, em seus artigos 14 e 162, expressa essas intencionalidades, reafirmando o papel da cidade de São Paulo como um centro industrial, comercial e de serviços.

Art. 14 – É objetivo do Desenvolvimento Econômico e Social sintonizar o desenvolvimento econômico da Cidade e a sua polaridade como centro industrial, comercial e de serviços com o desenvolvimento social e cultural, a proteção ao meio ambiente, a configuração do espaço urbano pautado pelo interesse público e a busca da redução das desigualdades sociais e regionais presentes no Município.

[...]

Art. 162 – As Zonas Industriais em Reestruturação – ZIR são porções do território em processo de reestruturação com a implantação de usos diversificados e ainda destinadas à manutenção e instalação de usos industriais.

Parágrafo Único. As Zonas Industriais em Reestruturação – ZIR incorporam as atuais zonas de uso industrial Z6 e Z7, definidas pela legislação de uso e ocupação do solo vigente na data da aprovação desta lei e as ZUPI, criadas por Lei Estadual, mantidos seus perímetros.

Lembramos ainda que, com o processo de desconcentração industrial, a partir dos anos de 1980, o parque industrial da cidade de São Paulo já dava mostras de que vinha se reconfigurando. Tais modificações passam a ter maior expressividade na década de 1990, revelando os impactos socioespaciais desse processo, tais como: esvaziamento de grandes plantas industriais de áreas de industrialização mais antigas – como as localizadas no antigo eixo ferroviário Santos-Jundiaí –; realocação de algumas indústrias para cidades próximas à metrópole; formatos e estrutura industriais cada vez mais compactos e alto grau de automação e consequente aumento do desemprego. Como podemos observar na tabela abaixo, o emprego nos principais grupos da indústria de transformação continua em queda, no município de São Paulo, no período de 2010 a 2016.

Tabela 5 – Emprego nos principais grupos da indústria de transformação – Município de São Paulo, 2010 e 2016.

Grupo de atividade industrial *	Perda/ganho 2010/2016			
	2010	2016	N.º absoluto	%
Total indústria de transformação	505.236	374.254	-130.982	-25,9
Total Grupos selecionados	280.735	206.308	-74.427	-26,5
141-Confeção de Artigos do Vestuário e Acessórios	83.039	61.829	-21.210	-25,5
222-Fabricação de Produtos de Material Plástico	33.087	24.815	-8272	-25,0
294-Fabricação de Peças e Acessórios para Veículos Automotores	25.929	14.705	-11.224	-43,3
259-Fabricação de Produtos de Metal não Especificados Anteriormente	25.168	16.807	-8361	-33,2
109-Fabricação de Outros Produtos Alimentícios	23.018	22.402	-616	-2,7
212-Fabricação de Produtos Farmacêuticos	19.176	19.421	245	1,3
282-Fabricação de Máquinas e Equipamentos de Uso Geral	14.315	9.321	-4.994	-34,9
253-Forjaria, Estamparia, Metalurgia do Pó e Serviços de Tratamento de Metais	13.875	6.183	-7.692	-55,4
181-Atividade de Impressão	12.074	9.175	-2.899	-24,0
206-Fabricação de Sabões, Detergentes, Produtos de Limpeza, Cosméticos, Produtos de Perfumaria e Higiene Pessoal	10.721	9.196	-1.525	-14,2
286-Fabricação de Máquinas e Equipamentos de Uso Industrial Específico	10.681	6.112	-4.569	-42,8
273-Fabricação de Equipamentos para Distribuição e Controle de Energia Elétrica	9.652	6.342	-3.310	-34,3

* Conforme agrupamento por CNAE 2.0 Seção.

Fonte: MT/ Rais, Consulta realizada em 13 nov. 2018; Elaboração: SMUL/ Geinfo

Importante frisar que, mesmo com a saída de algumas plantas industriais para outros municípios ou para outros estados, em muitos casos, as sedes dessas indústrias permaneceram na capital, ou, ainda, essas mesmas indústrias são usuárias de uma intrincada rede de serviços de tecnologia e informação que é oferecida na capital.

Há uma grande complexidade nas relações entre a rede de serviços e a produção industrial e seria incorreto pensar esses dois setores como concorrentes entre si. De fato, a cidade vem assumindo um papel de comando e gestão da produção econômica, não só em seu território, mas na escala nacional. Isso foi possível graças a um grande avanço dos meios de comunicação e transporte, mas vale frisar que as indústrias que aqui ficaram também estão passando por um processo de modernização para acompanhar os novos paradigmas de produção, que foram ganhando corpo com a crise do modelo fordista.

Essa significativa reestruturação econômica não ocorreria sem provocar reestruturações espaciais na metrópole paulistana, ou nos demais municípios ao seu entorno. Se, por um lado, a metrópole, ao se reproduzir, configurou novas áreas pensadas para atender ao capital financeiro e imobiliário, como é o caso das operações urbanas Faria Lima, Água

Espraiada e Centro, por outro, o poder público também precisou pensar em reservar e reconfigurar novas áreas para atender ao setor produtivo, como foi o caso ao propor a Operação Urbana Rio Verde Jacu, para a Zona Leste de São Paulo, em 2002.

Essas novas condições da metrópole de São Paulo são marcadas por intensos processos de mudanças, que transformam os processos espaciais e sociais já conhecidos na metrópole – que se configurou com o nosso processo de industrialização e urbanização, consolidado a partir da década de 1950 –, mas que atualmente parecem recolocar as desigualdades sociais e as dinâmicas de produção em um ambiente de muita heterogeneidade, por mais que os processos de produção capitalista procurem homogeneizar a produção e o espaço.

Manter uma área destinada à ocupação industrial, na Zona Leste, não foi propriamente uma novidade proposta pelo Plano Diretor de 2002, pois essa região já possuía uma zona industrial, localizada no Distrito Parque do Carmo, em Itaquera, delimitada pela Lei Municipal 8.001/73, que completou a Lei Municipal 7.805/72, que dispunha sobre o uso e ocupação do solo do município de São Paulo. Essas leis, na época, reconheciam o papel de destaque da indústria no território do município.

A Lei 7.805/72 procurou garantir a permanência, a regulação e a normatização dessa atividade em solo urbano, criando a Zona 6;¹⁹ posteriormente, a Lei 8.001/73 criaria a Z7, complementando a Lei 7.805/72 e delimitando mais duas novas zonas industriais no município. Uma delas na Zona Leste, no Parque do Carmo, em Itaquera, e uma outra na zona norte, no distrito de Pirituba. A Lei 8.001/73 foi alterada pela Lei 9.300/81,²⁰ definindo essas

¹⁹ A Lei 7805/72 foi a primeira lei de zoneamento da cidade de São Paulo. Ao normatizar o uso e ocupação do solo no município, delimita como Z6 (predominantemente industrial) as áreas industriais já consolidadas, definidas por grandes glebas em bairro como Lapa, Barra Funda, Mooca, Brás, Ipiranga, Vila Prudente, Santo Amaro, Socorro e Campo Grande.

De acordo com a antiga SEMPLA – Secretaria Municipal de São Paulo:

Z6 – Zona de uso predominante industrial. Nesta zona, os usos residenciais e os de comércio e serviço de âmbito local são permitidos com restrições maiores de instalação (quanto ao recuo) do que nas demais zonas, tendo em vista incentivar assim a instalação dos usos industriais e os comerciais e de serviços de grande porte. Pode ocupar 0,7 da superfície do lote e construir uma vez e meia a sua área.

²⁰ Z7 – foi proposta pela Lei 8.001/73 e alterada pela Lei 9.300, de 24 de agosto de 1981. A Z7 era considerada de uso predominantemente industrial e destinada exclusivamente a usos não residenciais, permitindo educação de até 0,8 da área do lote. A Lei 9.300/81 introduziu nesta zona regras específicas para o uso e parcelamento do solo, visando a uma ordenação industrial mais organizada e compatível com uma melhor qualidade de vida.

duas áreas como predominantemente industriais e propondo índices urbanísticos diferentes daqueles propostos para a Z6.

A virada para o século XXI deixava evidentes os novos desafios para o poder público planejar o desenvolvimento econômico e social da cidade. Com o novo Plano Diretor, de 2002, e com a nova lei de zoneamento, aprovada em 2004 – após 30 décadas da primeira lei de zoneamento –, o poder público irá repensar qual seria o novo papel para as áreas da cidade de São Paulo que vinham sofrendo um esvaziamento de parcelas urbanas que tradicionalmente foram ocupadas por indústrias.

O novo zoneamento, promovido pela Lei 13.885/2004, buscou estimular novas atividades e novas formas de ocupação para essas áreas. Assim, propôs, para áreas classificadas como Z6, pela Lei de Zoneamento de 1972, novos usos mistos e reparcelamento das grandes glebas industriais – o que garantiu ao capital imobiliário e financeiro novas fronteiras de investimentos na capital. As zonas 6, que eram classificadas como predominantemente industriais, passaram a ser classificadas como Zonas de Uso Misto. Em relação às zonas industriais que ainda se apresentavam dinâmicas, o zoneamento de 2004 as enquadrava como ZPI, Zona Predominante Industrial (nessa nova classificação foram incluídas áreas industriais ativas de Zona 6 e as duas áreas classificadas anteriormente como Z7).²¹ O mapa abaixo nos ajuda a ver a localização dessas áreas e, particularmente, a zona industrial da Zona Leste, no Parque do Carmo, em Itaquera (classificada como Z7, na Lei de 1972, e posteriormente como ZPI, com a Lei de 2004). Essa área industrial localizada em Itaquera fará parte do perímetro delineado pelo poder público para promover intervenções na Zona Leste, por meio de uma operação urbana, assim como em demais áreas de cidade.

Disponível em: <<http://www.prodiam.sp.gov.br/sempla/zone.htm>>. Acesso em: 01 out. 2019.

²¹ De acordo com a Lei 13.885, de 25 de agosto de 2004:

ZM – Zonas Mistas: são porções do território, da Macrozona de Estrutura e Qualificação Urbana, destinadas à implantação de usos residenciais e não residenciais, inclusive no mesmo lote ou edificação, segundo critérios gerais de compatibilidade de incômodo e qualidade ambiental, que têm como referência o uso residencial.

ZPI – Zonas Predominantemente Industriais: caracterizam-se como porções do território destinadas à implantação de usos diversificados onde a preferência é dada aos usos industriais incômodos e às atividades não residenciais incômodas.

Imagem 1 – Zoneamento Z6 e Z7 (Lei de 1972) e ZPI (Lei de 2004) – Município de São Paulo

Fonte: Prefeitura de São Paulo. Desenvolvimento Urbano. Agosto/2014.²²

Diante desse contexto, pensar e repensar a metrópole paulistana faz-se necessário. Desvendar a dinâmica dessas metamorfoses contemporâneas nos parece muito importante para, inclusive, avaliarmos o caminho que desejamos seguir enquanto sociedade urbana.

A poucos meses de sua morte, em 1991, Lefebvre encerrou com a seguinte observação o que talvez tenha sido sua última longa entrevista: “Afinal de contas, a questão é a seguinte: o futuro está determinado ou ele é contingente? Isto é, dependente de nossas decisões. De fato, ele não está determinado. O que não quer dizer que não existam determinações. Há determinações, mas não determinismo. É preciso considerar que a história continua...” (COMBES, Francis; LATOUR, Patrícia. *Consertaion avec Henri Lefebvre*. Paris: Messidor, 1991. p. 113 apud MARTINS, 1999, p. 12).

²² SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO (Prefeitura de São Paulo). Zoneamento ajudou a preservar o emprego industrial em São Paulo. *Informes Urbanos*, n. 22. Ago. 2014.

Como já afirmamos, a pesquisa procurou analisar as transformações que estão ocorrendo em parte da Zona Leste dessa cidade, sem deixar de relacioná-las à totalidade do movimento da sociedade contemporânea.

Outro marco importante a ser levado em consideração nesse novo momento da metrópole é a presença, de forma cada vez mais acentuada, de concepções e estratégias neoliberais nas formas de regular e normatizar o processo de produção do espaço urbano. Por exemplo, o poder público municipal em São Paulo, ao elaborar o Plano Diretor Estratégico, aprovado em 2002, adotou como um dos principais instrumentos urbanístico, para reorganizar o seu território, as operações urbanas, procurando realizar intervenções em grandes áreas da cidade, em parceria com o capital privado.

Esses projetos urbanos mobilizaram grandes áreas da cidade para favorecer o capital imobiliário e financeiro, especialmente na área central e no quadrante sudoeste, embora uma das operações urbanas também previsse estimular um processo de renovação de uma área industrial na Zona Leste, também sob esses novos marcos regulatórios, como iremos discutir nesta tese.

2.2 NOVO CONTEXTO SOCIOECONÔMICO E O PLANEJAMENTO URBANO

Os modelos de urbanismo sempre estiveram em diálogo com a dinâmica econômica e com o seu contexto histórico e geográfico. De maneira geral, o urbanismo característico do período fordista, ou seja, pós-Segunda Guerra Mundial, especialmente nos países europeus, fortemente abalados pela guerra, incorporou orientações do paradigma fordista-keynesianista, aplicando-os na reconstrução, tanto física quanto social, de suas grandes cidades devastadas pela guerra, por isso os governos procuravam oferecer à sua população pleno emprego, habitação decente, previdência social, bem-estar social e a crença na construção de um futuro melhor. Essa era a tendência que os governos europeus buscavam, variando em grau de país para país.

Os princípios do planejamento urbano também irão conhecer grandes mudanças a partir da crise do regime de acumulação fordista. Podemos dizer que os princípios regulacionistas que norteavam o planejamento urbano das décadas anteriores vão sendo substituídos pelos princípios do empreendimento empresarial. Se antes o planejamento era induzido pelo desenvolvimento econômico, depois ele precisava ser o motor do desenvolvimento econômico.

A estratégia principal para o desenvolvimento econômico das cidades seria pensá-las como atores sociais que teriam que se autopromover na tentativa de atrair o grande capital, nacional e internacional, inserindo-se de forma competitiva na hierarquia interurbana, o que já nos parece um grande equívoco – pensar as cidades como sujeitos sociais e não como um produto e condição dos processos sociais.

Nesse novo modelo caberia às lideranças políticas e empresariais locais elaborarem planejamentos estratégicos para implementar mudanças físicas, econômicas e sociais necessárias, valorizando os atributos internos como uma forma de diferenciação no “mercado de cidades”. A forma de administrar a cidade passa a adotar estratégias e mecanismos utilizados pelas empresas ao competirem no mercado pela venda de seus produtos (BARROS, 2013, p. 125).

É nesse contexto, pós-década de 1970, que ganha força a concepção de planejamento estratégico. Nessa concepção, há um maior comprometimento em preparar as cidades para atrair o grande capital internacional, seja ele produtivo ou financeiro, do que preparar as cidades para atender aos anseios e às necessidades de sua população, lembrando que o discurso que se produz, pelo poder público e pelos agentes imobiliários, sempre procura ressaltar que as intervenções propostas buscam a construção de uma cidade mais justa, democrática e sustentável.

Como afirmou a urbanista Raquel Rolnik,²³ “o Estado deixou de ser um planejador para se tornar um agenciador do capital, abrindo espaço para os diversos produtos financeiros ligados ao urbano, como os grandes projetos urbanos, as operações urbanas, previstas nos Planos Diretores das grandes cidades”. Ela também chamou a atenção para as diversas formas que o capital financeiro tem utilizado para ampliar a sua atuação no espaço urbano, entre elas:

- criação de um mercado de securitização para produtos imobiliários;
- construção de shoppings centers, centros logísticos, resorts, hotéis, centros de convenções com capitais dos fundos de pensões nacionais e internacionais;
- utilização de parcerias público-privadas, em que o setor público assume praticamente todos os riscos dos investimentos no urbano, por exemplo, grandes investimentos em infraestrutura em áreas da cidade que se quer valorizar ou revalorizar;

²³ Aula proferida na disciplina de pós-graduação, Teoria do Desenvolvimento e do Planejamento, ministrada pelo Prof. Dr. Cândido Malta Campos Filho e Profa. Dra. Marly Namur, na FAU (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo) da Universidade de São Paulo – USP, em 12 de dezembro de 2016.

- mudanças na legislação para os fundos imobiliários, empréstimos bancários para aquisição de imóveis.

A concepção de planejamento estratégico que chega ao Brasil, ao final da década de 1980, vai encontrar também uma grande parte dos movimentos sociais urbanos, alguns setores das universidades e da população em geral mobilizados na luta pelo reconhecimento da função social da propriedade privada e da gestão democrática da cidade, preceitos garantidos e expressos no texto da Constituição Brasileira de 1988, em seus artigos 182 e 183, que tratam sobre política urbana, mas que só seriam regulamentados depois de muitos embates entre os vários agentes interessados na produção do espaço urbano, em 10 de julho, de 2001, com a promulgação da Lei 10.257, conhecida como Estatuto da Cidade.

O Estatuto da Cidade reconhecia e fortalecia a autonomia do município, de acordo com os princípios e diretrizes da política de desenvolvimento urbano constantes dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988.

O município passa a ser o principal órgão executor das políticas urbanas, pois, a partir da Constituição de 1988 e do reconhecimento pelo Estatuto da Cidade, será ele quem definirá o uso e a ocupação da terra urbana. O instrumento que o qualificará para essa nova função será o Plano Diretor Participativo.

Já que o município passou a deter uma grande autonomia para planejar e gestar o seu território, a questão que vários urbanistas se colocaram diante desse novo quadro era: dependendo da correlação de forças no município, a lei poderá ter aplicação efetiva ou não.

Após a promulgação do Estatuto da Cidade de 2001, a cidade de São Paulo já teve dois Planos Diretores Estratégicos. O primeiro deles elaborado e aprovado durante a gestão de Marta Suplicy, do Partido dos Trabalhadores, cujo mandato foi de 2001 a 2004. Esse primeiro Plano Diretor Estratégico passou a vigorar para o período de 2002 a 2012 e continha em seu texto o ideário do direito à cidade e da gestão democrática da cidade, conquistado pela luta dos movimentos sociais urbanos, mas também incorporou princípios do planejamento estratégico para construção de uma cidade-mercadoria, resultante da presença e da força dos setores ligados ao capital imobiliário.

Além das preocupações com as desigualdades internas, o Plano Diretor de 2002 trazia em seu discurso a ideia de cidade mundial, aquela que deveria ser preparada e integrada à economia mundial.

Nos anos de 1990, a indústria e as economias paulista e metropolitana, de modo geral, voltaram a experimentar taxas positivas de crescimento, além de impulsionar programas de modernização, reforçando seu papel hegemônico no estado e no país e consolidando a posição como cidade mundial. Sem parâmetros norteadores e políticas concertadas e compensatórias, a reestruturação produtiva – motivada tanto por imperativos tecnológicos quanto pelas injunções das políticas governamentais (majoritariamente no nível federal) – vitimou trabalhadores, mormente aqueles vinculados ao mercado formal de trabalho, e os segmentos mais carentes da população, que viram suas condições de vida e trabalho se agravarem sobremaneira em decorrência desses processos. A região metropolitana de São Paulo foi a que mais sentiu os efeitos dessa crise (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2004, p. 49-50).

De acordo com Barros (2013, p. 205), o PDE de 2002 trazia em seu texto vários instrumentos que poderiam garantir parte dos direitos a uma cidade mais justa e democrática, dentro da lógica burguesa, como: regularização de favelas, IPTU progressivo no tempo, demarcação de ZEIS, regras para as Habitações de Interesse Social, garantias para cobrança de outorga onerosa etc. Tais instrumentos representaram o resultado da luta política dos movimentos sociais pela reforma urbana, num longo processo de embate político com os agentes do setor privado, desde o período de redemocratização do país.

No entanto, juntamente com esses princípios mais democráticos, o mesmo texto se valeu da visão neoliberal e mercadológica sobre como desenvolver a cidade, garantindo ao capital imobiliário prerrogativas para se reproduzir, por exemplo, a partir das operações urbanas, que serviram como áreas específicas da cidade para grandes investimentos públicos e privados e viabilizaram novas formas de especulação imobiliária, em grande parte articulada ao capital financeiro, na cidade de São Paulo. O poder público passaria a partir do planejamento urbano, criar novas frentes de investimentos para o capital imobiliário.

A Prefeitura de São Paulo, no Plano Diretor de 2002, e na sua visão de reestruturação da cidade diante dos novos desafios, como o próprio Plano reconhecia, assim se posicionava sobre as operações urbanas:

As operações urbanas constituem o instrumento que abre as maiores oportunidades, devido à possibilidade de “modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alteração das normas edilícias, considerando o impacto ambiental delas decorrentes”, conforme dispõe o Estatuto da Cidade (art. 32)

É nas operações urbanas que se procura atrair o interesse dos empreendedores imobiliários. Nelas, um plano de melhoramentos deverá garantir a permanência ou recuperação de um ambiente urbano, que assegurará a valorização dos imóveis, pois os investimentos deverão preservar ou recuperar vantagens locacionais para os seus empreendimentos imobiliários (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2004, p. 157 e 161).

Assim o PDE, de 2002, mantinha as operações urbanas já existentes, propostas pelos governos anteriores, e propunha outras operações urbanas para uma grande parte do território da cidade.

O que se tornava evidente era que, desde meados dos anos de 1980, o poder público na esfera urbana vem adotando e aperfeiçoando instrumentos de política urbana para readequar o território da cidade de São Paulo a esse novo contexto econômico. Por isso, instrumentos de política urbana como as operações urbanas passaram a ser adotados em São Paulo – desde meados dos anos de 1980 até os dias atuais – por governos com diferentes posições político-ideológicas, como os de Mário Covas, Jânio Quadros, Luiza Erundina, Marta Suplicy, Paulo Maluf, José Serra, Gilberto Kassab e Fernando Haddad.

No discurso governamental de todos eles, as operações urbanas viriam a cumprir o papel de induzir o desenvolvimento de áreas que “reclamam” por uma requalificação e, ao mesmo tempo, iriam ordenar a atuação do setor imobiliário nessas áreas ou dos investidores dos setores produtivos. Podemos ver a abrangência de propostas de alterações urbanas por meio desses instrumentos a partir do mapa 1.

Vejamos como o próprio poder público define esse instrumento urbanístico:

Quando às operações urbanas, o conceito foi introduzido no projeto de lei do Plano Diretor de 1985, como sendo “intervenções conjuntas dos setores privado e público, por iniciativa deste, destinadas a produzir transformações urbanas localizadas”, sendo necessária elaboração prévia de projeto urbano, definição dos procedimentos econômicos e administrativos e a distribuição dos benefícios futuros, custos e encargos envolvidos. O instrumento “operação urbana” foi instituído pelo artigo 27 da Lei n. 10.676/1988 (Plano Diretor). A inclusão das Operações Urbanas na Lei Orgânica do Município em 1990 (artigo 152), como instrumento urbanístico de parceria público-privado, veio reforçar sua importância.

O Plano Diretor Estratégico estabeleceu em seu artigo 225 o conceito de Operação Urbana Consorciada e delimitou, então, nove áreas para sua aplicação: Diagonal Sul; Diagonal Norte; Carandiru e Vila Maria; Rio Verde Jacu; Vila Leopoldina; Vila Sônia; Celso Garcia; Santo Amaro; e Tiquatira, além das Operações Urbanas já existentes: Faria Lima, Água Branca, Centro e Água Espraiada (SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, 2012, p. 167).

O governo de Fernando Haddad, prefeito pelo Partido dos Trabalhadores (2013-2016), ao elaborar o atual Plano Diretor Estratégico, aprovado em 2014, parece ter realizado uma espécie de autocrítica acerca da efetividade do instrumento urbanístico operação urbana, para realmente promover o que se promete no Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001.

Art. 32 [...]

§ 1º Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental.

O documento *O Arco do futuro na São Paulo de hoje*,²⁴ elaborado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, em 2016, na gestão do prefeito Fernando Haddad, ao analisar os resultados obtidos com as operações urbanas, conclui que a aplicação desse instrumento na cidade de São Paulo tem um longo percurso e, por isso, é possível reconhecer a sua trajetória histórica.

São Paulo, reconhecidamente, reúne o maior acúmulo na utilização desse instrumento no cenário nacional. Foi aqui que se iniciou a experiência das operações urbanas, ainda antes de serem institucionalizadas pelo Estatuto da Cidade, em 2001.

[...] Grosso modo, nota-se uma evolução histórica por parte da aplicação direta do instrumento como mecanismo simples de associação público-privada para aferição de contrapartida por incentivos urbanísticos, notadamente o potencial construtivo adicional (p. 65).

No entanto o documento também reconhece as limitações que as operações urbanas representaram para o desenvolvimento de uma cidade mais justa, sustentável e democrática. Uma delas diz respeito à prioridade dada às obras viárias em detrimento de um projeto de transformação da mobilidade urbana.

Ao mesmo tempo em que se consolidaram como instrumento urbanístico, as operações urbanas têm sido objeto de muitas críticas. Um aspecto que pode ser considerado quase consensual diz respeito à ausência de um projeto urbano, resumindo-se as intervenções à realização de uma lista de obras

²⁴ SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU. *O Arco do Futuro na São Paulo de hoje*. São Paulo. SMDU, 2016, p. 65 e 66.

viárias. Tanto a extensão da Avenida Faria Lima (Nova Faria Lima) como a construção da ponte da Avenida Água Espraiada (atual ponte da Avenida Octávio Frias de Oliveira) são exemplos eloquentes desse aspecto. [...] Acabaram por reproduzir o modelo da urbanização centrado no automóvel individual (p. 65).

O documento comenta ainda sobre o acirramento da questão habitacional em áreas de operações urbanas, onde houve um grande número de remoções de famílias pobres dos perímetros que foram valorizados. Mais adiante se reconhece que, “mesmo assim, é notório que nenhum dos governos recentes, com orientações políticas bastantes distintas, abriu mão das Operações Urbanas” (p. 66).

As críticas apontadas a esse instrumento não se limitam àquelas que o próprio poder público reconheceu, mas vão muito além disso. Um aspecto importante a ser observado é que esse instrumento também serviu como meio para um intenso processo de financeirização na produção do espaço urbano. Os investidores nos CEPACs (Certificados de Potencial Adicional de Construção) passaram a encarar a cidade como mais um dos ativos financeiros disponíveis no mercado de valores mobiliários. O Balanço das Operações Urbanas,²⁵ de 2016, elaborado pela Diretoria de Gestão das Operações Urbanas, da SP Urbanismo, informa que as Operações Urbanas Água Branca, Água Espraiada, Faria Lima e Centro arrecadaram um total, no período de 1997 a 2016, de R\$ 10,067 bilhões.²⁶ Outro dado de interesse que o documento traz é a informação sobre em que os recursos arrecadados foram aplicados, no período de 2000 a 2016. O valor aplicado foi de R\$ 6,496 bilhões e foi gasto da seguinte forma: 44% com obras e serviços, 19% com habitação, 4% com saneamento e 11%, com transporte.

A crítica ao fato de que os valores arrecadados com as Operações Urbanas foram direcionados muito mais para obras e serviços viários parece ficar evidente a partir dos dados fornecidos pelo próprio poder público. Além disso, muito também já se falou sobre o fato de essas operações estarem em locais já valorizados e que elas alimentaram esse processo de valorização de áreas da cidade com boa infraestrutura, conferindo ao setor imobiliário e financeiro alta lucratividade.

²⁵ SÃO PAULO (cidade). SP Urbanismo. Diretoria de Gestão das Operações Urbanas. Gestão das Operações Urbanas na cidade de São Paulo. São Paulo. 2016. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/OUCs_BALAN%C3%87O_GERAL.pdf>. Acesso em: 01 out. de 2019.

²⁶ Esses valores incluem receitas de aplicação financeira e foram atualizados com base em outubro no IPC/Fipe.

O documento também reconhece que a nova gestão urbana, sob a prefeitura de Fernando Haddad, seguirá adotando, quando necessário, o instrumento urbanístico operação urbana consorciada, como forma de atuar e intervir nas áreas da cidade, classificadas pelo novo Plano Diretor de 2014 como a Macroárea de Estruturação Metropolitana (MEM), ou área do Arco do Futuro.

Apesar das críticas e possíveis contradições, o pacto social em torno do Plano Diretor Estratégico (PDE) de 2014 não só manteve as operações urbanas como estabeleceu um território importante para o cumprimento dos seus objetivos, a Macroárea de Estruturação Metropolitana (MEM) [...] a ser transformado por projetos urbanos.²⁷

A gestão de Fernando Haddad conclui que a gestão integrada entre várias Secretarias, Departamentos e Órgãos Técnicos da Prefeitura de São Paulo, como Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras (SIURB), Companhia Metropolitana de Habitação (COHAB), SP Urbanismo, teria, agora, a partir dessa longa experiência com as operações urbanas consorciadas propostas em São Paulo, condições técnicas e políticas para que esses instrumentos urbanísticos sejam aplicados com mais eficiência em nome da construção de uma sociedade mais igualitária. E que o poder público deveria acompanhar com mais competência todo o processo, desde a concepção, a elaboração e a gestão das operações urbanas, além de contar com as novas formas de participação popular, também amadurecidas ao longo desses processos. Parece-nos que o fetiche da técnica e do planejamento urbano como solução de problemas e contradições mais estruturais vem permanecendo em várias gestões.

A partir dessa percepção, a gestão é concebida como implementação de um novo modelo de fazer cidade. Atenção na concepção, na discussão e na implementação de projetos se refletem em aspectos que vão desde os mais simples, como a garantia de ciclovias nas pontes, até as mais complexas, como as relativas às intervenções nos cursos d'água (se vão ser canalizados, se vão ter partes lineares), ou se a habitação de interesse social vai implicar sempre (e exclusivamente) remoções ou se vai contemplar reurbanização. São exemplos que mostram que há espaço para uma nova forma de intervenção no território, a partir de decisões sobre como deve ser a

²⁷ SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU. *O Arco do Futuro na São Paulo de hoje*. São Paulo. SMDU, 2016, p. 66.

implementação de intervenções públicas aprovadas e acordadas anteriormente (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2016, p. 67).²⁸

O fato é que, passados todos esses anos desde o primeiro Plano Diretor, tivemos pouquíssimos avanços nas conquistas que poderiam garantir o direito à cidade, tais como construção de moradias populares; controle de impactos ambientais, como a ocupação das áreas de mananciais; melhorias significativas no transporte público. As mudanças ainda parecem muito pontuais diante de uma cidade tão desigual que se reproduz a partir de um intenso processo de segregação socioespacial. A cada Plano Estratégico o discurso de acabar, ou ao menos minimizar, a desigualdade socioespacial se reafirma. Tal qual a metrópole, esse discurso se reproduz apenas com novas roupagens, mas mantendo as mesmas contradições geradas pela reprodução do capital.

Estamos agora sob a vigência de um segundo Plano Diretor Estratégico, aprovado no dia 30 de junho de 2014 e sancionado em 31 de julho pelo prefeito Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT), Lei 16.050/2014. O plano traz uma série de diretrizes para orientar o desenvolvimento e o crescimento da cidade pelos próximos 16 anos.

O atual Plano também traz uma série de intervenções propostas para a cidade como um todo, reconhecendo que elas organizam a cidade para o seu caráter metropolitano e macrometropolitano, como demonstra o texto oficial que apresenta o Arco do Futuro do Plano Diretor Estratégico de 2014. O mapa abaixo, com a Macroárea de Estruturação Metropolitana (MEM), também é capaz de nos indicar como toda cidade de São Paulo está mobilizada para ser metamorfoseada pelo capital.

O Arco do Futuro é um território estratégico para alterar o modelo de desenvolvimento urbano de São Paulo em direção a uma cidade mais equilibrada dos pontos de vista urbanístico, ambiental, econômico e social. Seu perímetro combina três elementos estruturantes no processo de formação da cidade: os dois principais rios – Pinheiros e Tietê, que drenam as principais bacias hidrográficas; a existência das ferrovias, que determinaram a localização das estruturas produtivas ao longo dos séculos XIX e XX, e a presença de antigas áreas industriais, cuja reestruturação abre espaço a um novo aproveitamento pela cidade.

[...] *O Arco do Futuro pretende articular processos de transformação urbana de escala macrometropolitana e metropolitana à mobilidade e*

²⁸ SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU. *O Arco do Futuro na São Paulo de hoje*. São Paulo. SMDU, 2016, p. 67.

acessibilidade de escala local, mediante, por exemplo, a articulação de infraestruturas de mobilidade como linhas de trem da CPTM, avenidas expressas e rodovias. Busca-se promover a qualificação desses eixos, hoje barreiras urbanas e meios de deslocamento e passagem, convertendo-os em centralidades lineares e destinos (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2017, grifo nosso).²⁹

Mapa 5 – Macroárea de Estruturação Metropolitana (MEM) – PDE, de 2014

Fonte: SMDU, 2014.

²⁹ PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO (2017). Secretaria Municipal de Urbanismo. Disponível em: <<http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/estruturacao-metropolitana>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

A partir do atual PDE, de 2014, buscou-se criar os instrumentos normativos, regulatórios, financeiros e urbanísticos para reorganizar a dinâmica da metrópole. Ao propor esse novo Plano Diretor, o poder público incorporou parte do que já estava em andamento e previsto desde o Plano Diretor de 2002, como as Operações Urbanas Consorciadas Faria Lima, Água Espraiada, Centro e Água Branca, mas, em 2016, revogou a Operação Urbana Consorciada Jacu-Pêssego, incorporando, no Arco Jacu-Pêssego, parte do que estava sendo proposto desde 2002 para o desenvolvimento da Zona Leste.

A fim de compreendermos o que o poder público vem planejando para parte da Zona Leste de São Paulo, desde a proposição da Operação Urbana Consorciada Rio-Verde Jacu, no Plano Diretor de 2002, e analisarmos como essas propostas estão em diálogo com os novos tempos da metrópole, iremos discutir, no próximo capítulo, a trajetória dessa proposta.

3 A PRESENÇA E AUSÊNCIA DO ESTADO NA CONSTRUÇÃO DA PERIFERIA LESTE

Quando o engenheiro e arquiteto Prestes Maia assume a prefeitura de São Paulo, entre 1938 a 1945, a cidade já anunciava o seu intenso crescimento urbano e a sua expansão para todas as direções, evidenciando a formação de uma metrópole espraiada e ainda mais segregada social e espacialmente que nos momentos anteriores.

Na época, Prestes Maia e seu parceiro da Escola Politécnica de São Paulo, João Florence de Ulhôa Cintra, compartilhavam da mesma convicção em relação ao crescimento urbano da cidade de São Paulo. Ambos acreditavam que o poder público, por meio do planejamento urbano e de suas intervenções, seria capaz de ordenar, organizar e disciplinar a cidade que já anunciava ser uma das maiores metrópoles industriais do território brasileiro.

Antes de assumir a função de prefeito dessa cidade, Prestes Maia, juntamente com Ulhôa Cintra, já vinham publicando artigos pelo Instituto de Engenharia que expressavam a visão de grandiosidade que a metrópole vinha assumindo e a necessidade de planejar o seu crescimento de forma racional. Estavam influenciados por concepções presentes no urbanismo europeu e americano sobre como planejar, de forma racional, o crescimento das grandes cidades industriais. Por isso, defendiam planejar de forma racional e disciplinada as transformações necessárias para organizar e promover o crescimento da metrópole industrial de São Paulo.

[...] Era necessário um plano para disciplinar a cidade em seu crescimento e reordenar a área central. [...] Expuseram suas ideias aos vereadores e publicaram-nas, parcialmente no Boletim do Instituto de Engenharia. Seguiu-se a elaboração de um trabalho que passou para a História como Plano de Avenidas (TOLEDO, 1996, p. 199).

Para estes engenheiros e urbanistas, “São Paulo marcha com passo mais rápido do que o normal, e de tal modo se vai distanciando das suas congêneres deste e de outros continentes, que não pode subsistir dúvida que ela está em uma fase decisiva da sua existência: a da sua passagem para o rol das grandes metrópoles” (MAIA; CINTRA, 1924).

Os estudos que promoveram foram constituindo um corpo de conhecimento técnico que fundamentaram o *Plano de Avenidas*, que começou a ser colocado em prática desde os anos de 1930. Tal Plano propunha estruturar da cidade a partir de um sistema de circulação

radiocêntrico, composto por um perímetro de irradiação, formado pela área central da cidade, de onde partiriam avenidas radiais e avenidas marginais, reorganizando a área central e expandindo a metrópole, a partir do uso do automóvel, para áreas cada vez mais amplas.

A circulação era a essência do projeto, afinal não podemos nos esquecer do seu importante papel na lógica de produção de valor em uma sociedade capitalista, pois a unidade entre produção e consumo se dá pela circulação, seja de produtos, mercadorias e trabalhadores. Como nos esclareceu Marx ([1857-1858], 2011, p. 432) sobre o papel da circulação no processo de valorização, “[...] quanto mais a produção se baseia no valor de troca e, em consequência, na troca, tanto mais importantes se tornam para ela as condições físicas da troca – meios de comunicação e transporte. É da natureza do capital mover-se para além de todas as barreiras espaciais”.

Mais adiante, Marx aponta para o importante papel do espaço e do tempo na produção do valor. Esses dois elementos, tempo e espaço, sempre foram a matéria-prima para a produção do valor, portanto foram também o ponto-chave para o planejamento das grandes cidades capitalistas. Em cada momento em que a cidade foi planejada, esses dois elementos foram centrais na produção de um espaço urbano cada vez mais voltado para a reprodução do capital. Vejamos como Marx nos apresenta a maneira como esses elementos estão essencialmente articulados na produção do valor. Por isso, tempo e espaço tornam-se elementos importantes das condições gerais de produção que visa à geração de valor.

A circulação sucede no espaço e no tempo. Considerada do ponto de vista econômico, a condição espacial, o levar o produto ao mercado, faz parte do próprio processo de produção. O produto só está efetivamente pronto quando está no mercado. O movimento pelo qual chega lá ainda faz parte de seus custos de fabricação. Ele não constitui um momento necessário da circulação, considerada como processo particular do valor, pois um produto pode ser comprado e mesmo consumido no seu local de produção. Todavia, esse momento espacial é importante, na medida em que a extensão do mercado, a possibilidade de troca do produto, está relacionada com ele. A redução dos custos dessa circulação *real* (no espaço) faz parte do desenvolvimento das forças produtivas pelo capital, diminuição dos custos de sua valorização.

[...] Esse momento espacial – o levar o produto ao mercado, que constitui uma condição necessária para sua circulação, exceto em que o próprio local de produção é um mercado – poderia ser mais precisamente considerado como transformação do produto em mercadoria. Ele só é mercadoria no mercado. [...] (MARX, [1857-1858], 2011, p. 440-441).

Em segundo lugar, o momento temporal. Esse momento é parte essencial do conceito da circulação. Suponha que o ato da transformação de mercado em dinheiro seja fixado contratualmente, o que custa tempo – contar, pesar, medir. A redução desse momento é também desenvolvimento da força

produtiva. Esse é o tempo concebido apenas como condição externa para a transição do estado de dinheiro ao de mercadoria; a transição é pressuposta, trata-se do tempo decorrido durante esse ato pressuposto. Isso faz parte dos custos de circulação. Um outro tempo é o que transcorre antes que a mercadoria se transforme em dinheiro; ou o tempo durante o qual ela permanece mercadoria, valor unicamente potencial, e não efetivo. Tal tempo é pura perda.

De tudo o que foi dito, segue-se que a circulação aparece como processo essencial do capital. [...] A *permanente continuidade* do processo, a passagem desimpedida e fluente do valor de uma forma à outra, ou de uma fase do processo à outra, aparece como condição fundamental para a produção fundada sobre o capital em um grau muito diferente do que em todas as formas de produção precedentes (MARX, [1857-1858], 2011, p. 441).

Seguindo sua argumentação, Marx ainda nos esclarece de que maneira o tempo de circulação está integrado à produção de valor.

[...] Ainda que a própria circulação não produza nenhum momento da determinação de valor, determinação que repousa exclusivamente no trabalho, ainda assim, depende de sua velocidade a velocidade com a qual o processo de produção se repete, a velocidade com que os valores são criados – em consequência, dependem dela, se não os valores, [ao menos] a massa de valores, em certa medida. Em outras palavras, os valores e os valores excedentes postos pelo processo de produção x o número de vezes que o processo de produção pode ser repetido em um dado período. Quando falamos da velocidade da rotação do capital, presumimos que só detêm a passagem de uma fase à outra as barreiras externas, e não as barreiras resultantes do processo de produção e da própria circulação (como nas crises, superprodução, etc.). Além do tempo de trabalho realizado no produto, o tempo de circulação do capital ingressa igualmente como momento da criação de valor – do próprio tempo de trabalho produtivo. Se o tempo de trabalho aparece como atividade ponente de valor, esse tempo de circulação do capital aparece como o tempo da desvalorização (MARX, [1857-1858], 2011, p. 444).

Ressaltamos que, na década de 1930, a metrópole paulista já se apresentava como um *locus* importante da produção industrial no território brasileiro, por isso vinha sendo produzida a fim de criar as condições gerais de produção, na medida em que se transformava espacialmente e socialmente, a partir das grandes intervenções do poder público, para facilitar a circulação de pessoas, mercadorias, matérias-primas etc. Além de as intervenções viárias contribuírem para a circulação de pessoas e mercadorias, logo para o processo de produção do valor, conforme apontado pelas citações acima da obra de Marx, o próprio espaço urbano tonava-se uma rica fonte de investimento para os especuladores imobiliários da época.

Prestes Maia, assim como Haussmann na Paris do século XIX, sabia que reurbanizar parte da cidade e criar novas vias de circulação contribuiria para elevá-la a um novo patamar.

Aquela cidade da riqueza do café já havia gestado a forma da metrópole moderna e industrial e Prestes Maia, com seu Plano de Avenidas, pretendia dar corpo a essa metamorfose. O Plano previa um espaço com maior fluidez e com novas áreas incorporadas à dinâmica urbana de forma mais integrada.

Ao levarmos em consideração a expansão das indústrias, a necessidade de criar novas áreas para moradia dos trabalhadores e das demais classes sociais, a expansão do mercado de consumo urbano, veremos que o Plano de Avenidas pretendia ampliar a circulação, facilitando a integração espacial dos vários elementos que compõem a produção e o consumo, potencializando a geração de valor na cidade. As grandes avenidas que seriam construídas a partir desse momento expressavam como o espaço urbano se estruturava como meio, condição e resultado da produção capitalista.

Vejamos como os autores do Plano de Avenidas apresentam a ideia de circulação:

Circulação: Devem, antes de tudo, as ruas e praças satisfazer às necessidades do movimento da cidade, de maneira a mais perfeita; é essa a sua missão primordial. Deve para isso começar o planejador de uma cidade, ou bairro, por estabelecer as verdadeiras correntes de circulação, tanto presentes como as que o futuro permite prever. Dessas, as principais são sempre as que conduzem do centro aos subúrbios e vice-versa. A direção sofrerá, entretanto, a influência dos núcleos próximos, tais como estações de estradas de ferro, portos, lugares de distração ou outros pontos de atração. Dá isso lugar a uma rede de linhas radiais ou raios, como o relancear de olhos sobre uma das duas plantas juntas mostra instantaneamente. São, pois, as artérias radiais as primeiras e mais importantes, ao estabelecer a rede de viação. Dividem essas artérias a cidade e os subúrbios em uma série de setores. E, como esses se vão tornando mais amplos para o lado de fora, surge a necessidade de reparti-los por meio de raios de segunda ordem, cujo objetivo é atingir, sem grande demora, qualquer ponto, partindo do núcleo central. A segunda categoria de linhas de circulação é a que serve para estabelecer a ligação entre os diversos setores. Em conjunto, formam uma série de circunferências em torno do centro da cidade. São as ruas anulares ou “rings” que se distinguem nas de primeira, segunda e terceira ordem, etc. conforme sua significação no plano geral [...] (MAIA; CINTRA, 1926, p. 121-123 apud TOLEDO, 1996, p. 120).

O Plano de Avenidas, além de representar os grandes investimentos estatais para remodelar a cidade e revalorizar novas áreas, também consolidava um modelo de segregação socioespacial marcado pelo padrão centro-periferia, pois a partir da expansão e da abertura das novas avenidas, associadas a um sistema de transporte coletivo por ônibus, e não mais por bondes, permitiria a expansão da cidade para a periferia.

3.1 PADRÃO CENTRO-PERIFERIA DE URBANIZAÇÃO

Para Caldeira (2000), o padrão centro-periferia teve início por volta dos anos de 1940, fruto de um processo que articulou várias ações governamentais e de agentes privados na produção do espaço urbano. Tais ações podem ser resumidas à elaboração e execução do Plano de Avenidas; à mudança na postura dos industriais que passaram a promover a ideia da casa própria para os trabalhadores, se desresponsabilizando pelo custo de moradia dos trabalhadores; à ação dos sindicatos, que, sob influência dos anarquistas, trataram a questão da moradia como um problema individual de cada trabalhador, e não como um problema coletivo, embora tenham promovido boicotes ao pagamento de aluguel, criando as “ligas de inquilinos”; e, por último, à Lei do Inquilinato, de 1942, que congelou os valores dos aluguéis, com base nos valores de dezembro de 1941. Essa lei foi sendo alterada sucessivamente, mas esteve em vigor até 1964. Segundo Caldeira (2000, p. 218), “Em São Paulo, a consequência imediata foi uma diminuição do mercado de aluguéis, já que se deixou de construir unidades de aluguel. Isso acelerou a partida de trabalhadores para a periferia, onde podiam encontrar terrenos baratos (e irregulares) para autoconstruir suas casas”.

Somado a esses fatores, mas não menos importante, foi o grande crescimento populacional da cidade nesse período, especialmente com as migrações internas, desde o começo dos anos de 1930. “Desde 1934 várias restrições foram impostos à imigração estrangeira. No mesmo período, secas no Nordeste fizeram com que muitos se deslocassem para São Paulo. Durante o período de 1935-1939, 96%, das 285 mil pessoas que migraram para o estado de São Paulo eram brasileiros” (MORSE, 1970, p. 302 apud CALDEIRA, 2000, p. 218).

A cidade e a região metropolitana iriam crescer a taxas elevadas, até por volta da década de 1980. O crescimento populacional só iria apresentar uma diminuição a partir dos anos de 1990, como podemos observar no quadro abaixo.

Tabela 6 – Evolução da População do Município de São Paulo e da Região Metropolitana de São Paulo – 1872 a 2018

Evolução da população do Município de São Paulo e da Região Metropolitana de São Paulo - 1872 a 2018				
Ano	São Paulo	Taxa de crescimento anual (%)	Região metropolitana Total	Taxa de crescimento anual (%)
1872	31.385			
1890	64.934	4,12		
1900	239.820	13,96		
1920	579.033	4,51		
1940	1.326.261	4,23	1.568.045	
1950	2.198.096	5,18	2.662.786	5,44
1960	3.781.446	5,58	4.739.406	5,93
1970	5.924.615	4,59	8.139.730	5,56
1980	8.493.217	3,67	12.588.725	4,46
1991	9.646.185	1,16	15.444.941	1,88
2000	10.434.252	0,91	17.879.997	1,68
2010	11.253.503	0,76	19.683.975	0,97
2018	11.753.659	0,55	20.856.507	

Fonte: Para 1872 -2010, Censos IBGE
Para 2018, Emplasa
Organizado por Barros, Marli.

Poderíamos resumir esse padrão centro-periferia, que perdurou no período de 1940 até, aproximadamente, o final dos anos 1980, a partir das características abaixo. De acordo com Caldeira (2000, p. 218), o padrão centro-periferia, expressa as seguintes características:

- 1) é disperso em vez de concentrado [...];
- 2) as classes sociais vivem longe umas das outras no espaço da cidade: as classes média e alta nos bairros centrais, legalizados e bem-equipados; os pobres na periferia, precária e quase sempre ilegal;
- 3) a aquisição da casa própria torna-se a regra para a maioria dos moradores da cidade, ricos e pobres;
- 4) o sistema de transporte baseia-se no uso de ônibus para as classes trabalhadoras e automóveis para as classes média e alta. Esse padrão de urbanização consolidou-se ao mesmo tempo em que a cidade tornou-se o centro industrial do país, com a expansão de indústrias pesadas em substituição às indústrias têxteis e de alimentos (uma mudança associada à implantação da produção de automóveis), e quando a cidade recebeu grande fluxo de migrantes do Nordeste do Brasil. Durante esse período, a expansão urbana e a dinâmica industrial ultrapassaram os limites do município de São Paulo [...]

O papel desempenhado pelo sistema de transporte público por ônibus terá grande relevância para a ocupação das periferias, pois os ônibus se tornaram muito mais viáveis do que o sistema de bondes, operado pela São Paulo Tramway Light & Power Co., para promover a circulação da população para as longínquas periferias pouco ocupadas. Os primeiros ônibus começam a circular em 1924 e em pouco tempo já haviam acabado com o monopólio da Light.

O sistema de transporte coletivo baseado no ônibus, ao contrário [do bonde], nada requer senão o próprio veículo. Pode realizar trajetos tortuosos destinados a servir loteamentos esparsos, viabilizando economicamente linhas que atendem a periferia. Por outro lado, a concessão de linhas de ônibus a empresas particulares propiciou a junção de interesse entre empresários de ônibus e loteadores, de grande utilidade na viabilização da ocupação dos loteamentos periféricos e de extrema importância na aceleração do processo de especulação imobiliária.

Na década de 1950, estas transformações do quadro de transportes coletivos se consolidam em São Paulo [...] em 1966, as empresas de ônibus particulares já transportavam três quartos dos passageiros urbanos, porcentagem que em 1948 não superava 12,6% (KOWARICK; BONDUKI, 1994, p. 152).

Os vários autores (KOWARICK, BONDUKI, ROLNIK, CALDEIRA), entre tantos outros que estudaram a formação das periferias, reafirmaram a conjunção destes fatores para a formação das vastas periferias da metrópole industrial. Reiterando que o padrão periférico de expansão da cidade se baseou em loteamentos clandestinos ou irregulares, autoconstrução, baixos salários e um sistema de transporte coletivo baseado em ônibus.

Nos anos de 1970, não só a cidade de São Paulo tinha crescido a partir desse padrão de segregação socioespacial, mas a região metropolitana também crescia com as mesmas condições, nas quais a população de baixa renda tinha péssimas condições de moradia e de vida. Como veremos na discussão do capítulo 5, no qual discutiremos a formação do bairro Jardim Helian, em Itaquera.

Desde os estudos realizados em 1968, pelo PUB (Plano Urbanístico Básico), as disparidades socioespaciais na cidade de São Paulo já estavam ali demonstradas: 52,4% dos domicílios não tinham serviços de água; e 41,3% eram desprovidos de esgotos. Na periferia a situação ainda era pior, apenas 20% das casas tinham rede esgotos e 46% de água (CAMARGO et al. 1976, p. 26).

As condições de moradia e de vida dos moradores da periferia tiveram significativas melhorias em alguns aspectos e outros ainda se apresentam de forma precária. Os movimentos

sociais que surgiram na década de 1970 desempenharam importante papel nas conquistas das melhorias dessas áreas, como também discutiremos no capítulo 5 desta tese, ao analisar as lutas e resistências dos moradores do Jardim Helian, em Itaquera.

Ao final dos anos de 1980, esse padrão, centro-periferia de crescimento urbano concentrou emprego e melhores equipamentos urbanos na área central e no vetor sudoeste da cidade, mas espalhou para suas periferias as moradias da população de baixa renda, construindo territórios completamente vulneráveis, sob o ponto de vista econômico, social e ambiental.

Esse modelo vem sofrendo modificações pelos novos fluxos econômicos globalizados; pelo processo de desconcentração industrial, que gerou significativas mudanças na estrutura de emprego e renda da população – como discutimos no capítulo 2 – além das mudanças nas formas de consumo e moradia, representados pela construção dos grandes shoppings centers em vários bairros da cidade; além dos grandes condomínios fechados, destinados à moradia, trabalho e lazer. Embora diante de um novo padrão de crescimento urbano, as desigualdades socioespaciais, a concentração de riqueza e emprego nas áreas centrais e no setor sudoeste da cidade juntamente com dispersão da população pobre para as periferias – cada vez em territórios mais distantes, na área metropolitana – ainda permanecem presentes como demonstra o mapa abaixo.

Mapa 6 – Oportunidades de Emprego e Vulnerabilidade Social no município de São Paulo

Fonte: SMDU/2014.

Ao analisarmos as taxas de crescimento acelerado do município de São Paulo e da área metropolitana, nas décadas anteriores, constataremos que, ao final dos anos de 1980, houve uma significativa redução desse crescimento, embora a situação de alguns distritos em São Paulo, ou mesmo de alguns municípios da região metropolitana, ainda continue com expressivas taxas de crescimento quando comparados à média do município ou à média da região metropolitana.

O município de São Paulo, com sua área de 1.521,11 km², tem uma população de 12.176.866 (IBGE, 2018), cresceu no período de 2010/2018 a uma taxa de 0,99%

(EMPLASA, 2019).³⁰ Essa taxa de crescimento é extremamente menor do que as taxas dos anos de 1950, 1960, 1970, 1980. Nesses anos, a população cresceu a taxas anuais de 5,18%; 5,58%; 4,59%; 3,67%; respectivamente. No período 1980/91, o crescimento foi de 1,16%; em 1991/2000, foi de 0,76%, e, em 2000/2010, foi de apenas 0,76%, segundo dados do IBGE.³¹

Podemos observar o crescimento populacional da cidade de São Paulo e verificar a sua dinâmica no território. No período de 1980 a 2000, há uma acentuada perda de população das áreas mais centrais; para alguns autores essa perda de população está relacionada às mudanças que passam a ocorrer com a reestruturação da base produtiva da metrópole. Por outro lado, as áreas mais periféricas, entre 1980 a 2000, apresentam taxas de crescimento populacional positivas e elevadas, só diminuindo seu ritmo a partir de 2000.

Mapa 7 – Taxas Geométricas de Crescimento do Município de São Paulo – 1980 a 2010

Taxas geométricas de crescimento anual

Fonte: IBGE. Censos Demográficos.
Elaboração: Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SMDU / Departamento de Estatística e Produção de Informação - DIPRO

Fonte: SMDU/2012.

³⁰ Dados da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A (EMPLASA, 2019). Disponível em: <<https://emplasa.sp.gov.br/RMSP>>. Acesso em: 12 out. 2019.

³¹ Dados dos Censos Demográficos: 1980, 1991, 2000 e 2010, elaborados pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura do Município de São Paulo.

A região metropolitana, com uma área de 7.946,96 e com 21.571.281 habitantes (IBGE, 2018), cresceu a uma taxa de 1,15%, no período de 2010/2018 (EMPLASA, 2019).³² Embora a média de crescimento da área metropolitana tenha sido de 1,15%, alguns municípios tiveram taxas de crescimento acima de 2%, no mesmo período, tais como: Arujá, com 2,10%; Cajamar, com 2,09; Mairiporã; 2,47; Pirapora do Bom Jesus, com 2,12%; Santa de Parnaíba, 2,88%; Cotia, 2,48%; Vargem Grande Paulista, 2,33%. Mesmo assim, o período recente apresenta um crescimento muito menor quando comparado aos anos de 1950, 1960, 1970, 1980, nos quais as taxas de crescimento da metrópole foram de 5,44%; 5,93%, 5,56; 4,46% *anuais*, respectivamente.³³

3.2 A FORMAÇÃO DA ZONA LESTE

Antes de as grandes vias do *Plano de Avenidas* de Prestes Maia serem construídas, já existiam vários caminhos que faziam a ligação do primeiro núcleo urbano com a sua porção ao leste. Algumas vias tiveram sua origem a partir dos caminhos herdados da população indígena que transitava pelo Planalto Paulistano e a Baixada Santista, e os europeus ao chegarem aqui reorganizaram sua circulação pelo território a partir desses caminhos.

Os primeiros contingentes de colonos europeus, por sua vez, já não encontraram quadros naturais intactos, mas parcialmente modificados. É frente a esses quadros que os referidos colonos reagiram com novo processo, dessa vez, entretanto, aproveitando, direta ou indiretamente, a experiência ameríndia expressa por seu intermédio.

[...] insiste-se, portanto, em face do exposto, que mesmo formas mais atuais de organização do espaço, na aparência inteiramente novas, não podem ser dissociadas, *in totum*, de formas anteriores (PETRONE, 1995, p. 13).

A ocupação do território do Planalto Paulista, que teve seu primeiro núcleo de ocupação pelos europeus nos Campos de Piratininga, no século XVI, foi marcada pelo processo de aldeamento dos povos indígenas que por aqui viviam, como um dos componentes do processo de colonização e dominação do território. Como nos lembra Petrone (1995), os aldeamentos foram se organizando na medida em que os europeus foram se fixando no

³² Dados da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A (EMPLASA, 2019). Disponível em: <<https://emplasa.sp.gov.br/RMSP>>. Acesso em: 12 out. 2019.

³³ Dados do IBGE, citados por CALDEIRA (2000, p. 213).

planalto paulista. Segundo o autor, os primeiros aldeamentos estavam localizados próximos a São Paulo.

Sendo São Paulo de Piratininga o centro mais significativo desse processo [de colonização] no planalto, compreende-se que a política de aldear tenha frutificado antes nos seus arredores. Entre os primeiros frutos encontram-se Pinheiros e São Miguel, surgidos, praticamente, em plena fase de rearranjos do povoamento em face dos choques entre colonos e indígenas, ainda no momento caracterizado pela instabilidade e insegurança do processo (PETRONE, 1995, p. 113).

A região ao leste dos Campos de Piratininga teve a sua primeira reconfiguração com a presença dos colonizadores europeus, no caso, os jesuítas, ao construírem o aldeamento São Miguel de Ururay. Petrone (1995, p. 114) cita Machado de Oliveira, ao afirmar que, entre as aldeias de São Paulo, Pinheiros, Barueri e São Miguel “tiveram a primazia em sua fundação, pela circunstância de acharem-se suas localidades dentro do círculo que foi teatro das primeiras lutas travadas entre os conquistadores e as tribus dos Guayanazes, que habitavam os campos de Piratininga”.³⁴

O que intentamos assinalar com as informações sobre os aldeamentos indígenas de São Paulo é a origem, desde 1560, da ocupação da região leste, às margens do rio Tietê, na desembocadura do rio Baquirivu, o que demonstra como essa área tem uma das ocupações mais antigas no território do Planalto Paulista que se tornaria a cidade de São Paulo.

Realmente, há localidades que se colocam entre as mais antigas de nosso Estado: é o caso, por exemplo, de *São Miguel* e de *Itaquaquecetuba*, antigos aldeamentos de índios, que datam do seiscentismo. A *Penha*, com a fama de seus milagres, também é do seiscentismo. Do século XVIII, são dois núcleos de certo destaque: *Itaquera*, antiga fazenda dos padres Carmelitas, e *Lajeado*. Do século passado (XIX), datam *Poá* e *Guaiaúna*. Mas foi nos últimos 25 anos que se deu a multiplicação das “vilas”, intensificada em virtude do partilhamento de grandes propriedades e da criação de subúrbios residenciais (AZEVEDO, 1945, p. 55).

Outro dado relevante sobre os aldeamentos que nos ajudam a compreender o processo de formação da região leste diz respeito à organização dos aldeamentos espacialmente. Eles se organizavam de forma concentrada, formando verdadeiros núcleos indígenas. “A própria

³⁴ OLIVEIRA, José Joaquim Machado. Notícia raciocinada..., p. 222 apud PETRONE: Pasquale. *Aldeamentos Paulistas*. São Paulo: Edusp, 1995. p. 114.

origem dos aldeamentos sugere a concentração [...] com o tempo, pelo menos um fator permaneceu como instrumentos de convergência, e esse foi o templo, a igreja” (PETRONE, 1995, p. 223). No Aldeamento de São Miguel, a Capela de São Miguel teve origem na sua fundação e foi construída em seu centro, por volta de 1580, reconstruída em 1622. É considerada um dos patrimônios históricos mais importantes de São Paulo e da Zona Leste, foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em 1938.

Outra importante informação sobre a estrutura dos aldeamentos diz respeito à produção agrícola realizada pelos indígenas, praticada de forma itinerante, com técnicas rudimentares, com utilização de fogo como instrumentos de trabalho, além da precariedade na produção agrícola, também construíam suas casas com materiais muito rudimentares.

É evidente que, no conjunto, a agricultura foi a principal atividade exercida pelos indígenas nos aldeamentos. É esse fato, aliás, que justifica a consideração dos aldeamentos como núcleos tipicamente rurais. Tendo em vista esse aspecto, todos os aldeamentos contaram, de início, com terras para cultivar. Com o tempo elas se tornaram um sério problema, inclusive influenciando de modo decisivo na decadência da atividade agrícola e, consequentemente, dos próprios aldeamentos (PETRONE, 1995, p. 279).

Ainda de acordo com os estudos de Petrone (1995, p. 372), os aldeamentos conheceram um processo de decadência, desde meados do século XVIII, e as antigas áreas que tiveram a presença desses aldeamentos darão origem ao que o autor chamou de cinturão caipira no entorno de São Paulo. Esse cinturão será marcado pela presença de uma agricultura de subsistência com técnicas e produção rudimentares.

[...] A área, como já se disse em outra parte, ficará à margem do processo de valorização do solo em termos de lavouras comerciais rentáveis. [...] Escada, Itaquaquecetuba, São Miguel, Guarulhos, Embu, Itapeverica, Carapicuíba e Barueri, ao lado de alguns outros caracterizados por diferente vida pretérita, passaram a constituir, em tono e mais ou menos próximo de São Paulo, uma constelação de núcleos decadentes; se pouco quilômetros os uniam à grande cidade, tudo na sua vida e nos seus aspectos indicava que haviam estagnado num passado relativamente distante, o tempo contribuindo, portanto, a barreira entre eles e a metrópole. Mesmo Pinheiros, o mais próximo entre todos, permaneceu nessa condição quase até o início do último quartel do século XIX.

Além do aldeamento de São Miguel de Ururay, algumas sesmarias foram sendo formadas na área compreendida entre São Miguel, ao Norte da região Leste, e as nascentes do Rio Aricanduva, ao sul da região. A Fazenda Caguaçu, formada pelos Carmelitas, seria uma das ocupações da região que datam do século XVIII; a partir da instalação dos carmelitas tem

início uma pequena produção agrícola na fazenda e nos seus arredores, além daquelas que já existiam, mais ao norte, nas proximidades do aldeamento de São Miguel.

O fato é que essa região permaneceu isolada da capital por um longo período, sendo esse isolamento rompido com a chegada da Estrada de Ferro do Norte, o que tornaria a região uma área suburbana. A ocupação no entorno da Estrada de Ferro se deu pelas famílias dos trabalhadores que construíram essa estrada, pelos que trabalhavam nas pedreiras, nas olarias e nos pequenos serviços ligados ao comércio e ainda pelos trabalhadores das indústrias instaladas na região da Penha, Guarulhos e Mogi das Cruzes e imigrantes que começaram a chegar ao território.

Por muito tempo essa área da cidade de São Paulo cresceu lentamente e permaneceu como arrabaldes afastados da área urbana, passando a sofrer transformações no final do século XIX e início do XX, com a riqueza gerada pela produção do café no oeste paulista, com a entrada de um número expressivo de imigrantes e com a construção das linhas férreas nos vales fluviais desta cidade. E algumas décadas depois somou-se a isso o processo de industrialização.

O eixo ferroviário da Zona Leste surgiu ainda em meados do século XIX com o intuito de integrar todo o território nacional a partir do Município da Corte, o Rio de Janeiro. Com a proclamação da República, em 1889, passou a se chamar Estrada de Ferro Central do Brasil. Em 1930, conforme o mapa SARA Brasil, havia na região alguns bairros loteados, com sistema viário desenhado, mas ainda não urbanizados, espalhados ao longo de eixos de transporte. Os primeiros vetores eram a própria ferrovia, que chegava ao centro da cidade por Guaianases, Itaquera, Penha e Mooca - que ganharia na década seguinte uma variante a norte, paralela ao Rio Tietê - e da antiga Estrada São Paulo-Rio de Janeiro, que chegava ao centro pela Av. Celso Garcia e que se transformaria, ainda, nas avenidas São Miguel e Marechal Tito, construindo o primeiro grande eixo de desenvolvimento urbano a leste do centro (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2016, p. 7).

O geógrafo Aroldo de Azevedo, em sua tese, de 1945, sobre os subúrbios orientais de São Paulo, descreve essa área oriental da cidade como um grande subúrbio, caracteriza-a como uma zona ocupada por uma maioria de brasileiros de ascendência europeia de primeira geração e uma população estrangeira mais recente, como os ibéricos e portugueses na Penha, os japoneses em Itaquera e italianos e eslavos (que não se destacavam numericamente diante dos demais) em outros pontos desta área. “A maioria dessa população trabalha na Capital, como operários, comerciários ou funcionários públicos de pequena categoria. Outros exercem

suas atividades na própria região, trabalhando na lavoura, nas olarias, nas fábricas, no pequeno comércio” (1945, p. 53).

Como aponta Martins (2001, p. 76), a noção de subúrbio expressava uma hierarquização dos poderes e da estruturação urbana. “A noção de subúrbio sublinha o que é propriamente a urbe, a cidade, aquilo que ele não é espacialmente, mas de algum modo é economicamente. Ao mesmo tempo, atenua o novo contraste entre a cidade e a roça, o bairro rural, a fazenda. [...] Até o início do século XX, o subúrbio era constituído de toda a região agrícola tributária da cidade de São Paulo”. Mas os subúrbios não dizem respeito apenas a uma localização espacial, mais do que isso, apresentam um conteúdo social, segundo Martins (2001, p. 75-76):

A designação “subúrbio” nos fala de uma nova concepção do espaço que nele vê as variações de um estilo, de uma vida com estilo, da vida vivida, de certo modo, como obra de arte, preocupada com os adornos e os detalhes, a beleza do insignificante, ainda que no agudo contraste desses adornos da realidade branca com a servidão dos índios administrados e a escravidão dos negros, de origem africana, escravidão que começou a se disseminar no subúrbio nessa época. Esses eram os pobres e desvalidos que andavam descalços e vestiam apenas ceroulas, um requisito de afirmação estamental da ausência de qualidade e de humanidade dos que nasciam condenados a servir. Até então o subúrbio fora indígena e bastardo, caipira da mestiçagem entre índias e brancos (MARTINS, 2001, p. 75-76).

O período entre 1930 a 1960 seria um dos primeiros momentos que destacaríamos, de acordo com Francisco de Oliveira, como de reestruturação das formas internas de acumulação capitalista, passando de um ciclo baseado em uma economia agrário-exportadora para uma economia urbano-industrial. Tal reestruturação promoveu intensas transformações socioespaciais na cidade de São Paulo – lócus de um intenso processo de industrialização – e acarretou em um grande crescimento das áreas periféricas da cidade, neste caso, na Zona Leste, tornando-a uma das maiores áreas de moradia da classe trabalhadora.

A Revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial. Ainda que essa predominância não se concretize em termos da participação da indústria na renda interna senão em 1956, quando pela primeira vez a renda do setor industrial superará a da agricultura, o processo mediante o qual a posição hegemônica se concretizará é crucial: a nova correção de forças sociais, a reformulação do aparelho e da ação estatal, a regulamentação dos fatores, entre os quais o trabalho ou o preço do trabalho, têm significado, de um lado, de destruição das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário-exportadora e, de outro, de criação das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado

interno. Trata-se, em suma, de introduzir um novo modo de acumulação, qualitativa e quantitativamente distinto, que dependerá substantivamente de uma realização parcial interna crescente (OLIVEIRA, 2013, p. 35).

Esta região da cidade de São Paulo, a partir dos anos de 1950 vai aos poucos se transformando em um imenso espaço periférico, especialmente a partir da intensificação do processo de industrialização baseado em baixos salários, na intensa migração interna, nos loteamentos populares e no processo de autoconstrução de moradias. Os subúrbios vão transformando-se em bairro populares sem infraestrutura adequada; sem oferta de emprego para a maioria de seus moradores que precisarão deslocar-se diariamente, de forma muito precária, para o trabalho em outras zonas da cidade de São Paulo, como para a área central e para o quadrante sudoeste.

Os subúrbios passam a ter outros conteúdos sociais e a exercer novos papéis na estrutura urbana, já não seriam mais tratados por subúrbios, mas sim por periferias. Pereira (2001) aponta que o Plano Urbanístico Básico (1968) e o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (1971), documentos oficiais de planejamento urbano, passaram a utilizar a palavra periferia para designar as novas áreas de expansão urbana, demonstrando uma divisão funcional, de uso e ocupação do solo. “Esta palavra acompanharia a chegada à cidade de uma última onda de migrantes, nos anos 1970, e começa a ser empregada concomitantemente à ocupação de áreas da aglomeração onde passariam a se desenvolver novos loteamentos não regulamentados ou habitações construídas com materiais, a princípio, precários” (PEREIRA, 2001, p. 32).

O conceito de periferia vai ganhando corpo nos estudos, assim como a formação desses espaços segregados da cidade de São Paulo. Martins (2001, p. 78) aponta uma importante distinção entre o subúrbio e a periferia, pois para este autor a periferia se caracterizaria por uma “ocupação antiurbana do solo urbano, [...] um amontoado de habitações mal construídas, precárias, provisórias, inacabadas, sem infraestrutura que começaram a se disseminar no entorno da cidade a partir dos anos sessenta.” Mais adiante em seu texto, o autor também destaca o papel que a especulação imobiliária exerce na formação destas áreas precárias: “[...] A periferia já é o produto da especulação imobiliária, ruas estreitas, calçadas estreitas, falta de praças, terrenos minúsculos, casas ocupando na precariedade de seus cômodos todo reduzido espaço disponível para a construção, falta de plantas, muita sujeira e fedor” (p. 78).

A periferia nos anunciava o negativo da cidade, sem, no entanto, estar fora dela. A periferia se estruturou com a cidade e seu processo de metropolização, como ocorreu com a Zona Leste da cidade.

Para Bonduki (2001, p. 93-94), o estudo das periferias não poderia estar apartado do estudo das políticas públicas, especialmente aquelas que dizem respeito ao direito à moradia. Para esse pesquisador, que começou seus estudos sobre as periferias na década de 1970,

o conceito de periferia estava muito ligado ao do loteamento periférico. [...] Nosso trabalho pretendia mostrar que o modelo econômico que foi implantado no regime militar gerava uma precarização das condições de vida da população que, além dos problemas do trabalho e do arrocho, sofria o que Kowarick passou a chamar de espoliação urbana. Logo em seguida, desenvolvemos a ideia do trinômio sobre o qual se baseia a expansão da cidade: loteamento periférico, casa própria e autoconstrução. [...] A lógica do padrão periférico é a lógica da extensão ilimitada da cidade: loteamentos muito baratos, para onde vai a população que precisa da terra, como bucha de canhão, sofrendo durante anos as dificuldades relativas à falta de infraestrutura, mas que também pressiona o Estado pela chegada de investimentos (BONDUKI, 2001, p. 93-94).

Os estudos produzidos nas décadas de 1970 e 1980, auge da formação das nossas periferias, foram muito precisos em caracterizar as condições precárias da urbanização nessas áreas urbanas, tanto do ponto de vista urbanísticos, quanto do ponto de vista das precárias condições socioeconômicas de seus moradores, revelando a intensa exploração e espoliação às quais estavam submetidos. Mais do que isso, as periferias mostravam como faziam parte de um perverso processo de acumulação de capital, que ganha preponderância a partir da industrialização na década de 1930.

A presença do Estado nessas áreas periféricas era quase nula no que diz respeito aos serviços de infraestrutura que garantiriam uma vida urbana com qualidade. Esses territórios eram sinônimos de muita carência e ausência de políticas públicas. Por outro lado, o Estado se fez presente, a partir da construção dos grandes conjuntos habitacionais, no final dos anos de 1960, com os empreendimentos realizados pela COHAB (Companhias de Habitação Popular), fundadas em 1965, como órgãos responsáveis para implementar a política de habitação do BNH (Banco Nacional da Habitação e do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), criados em 1964, logo após o Golpe Civil-Militar, cujo objetivo era construir moradias para a população de baixa renda, por meio da ampliação do crédito imobiliário no Brasil – com recursos do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), ou seja recursos provenientes dos próprios trabalhadores – estimulando a produção em larga escala de moradias populares, o que resultou

no estímulo ao setor financeiro, à construção civil e a outros setores da economia como metalurgia, siderurgia, mineração, moveleiro, eletrodomésticos etc.

A COHAB-SP escolheu a Zona Leste para a construção da maioria desses conjuntos habitacionais, pois essa Companhia comprou os grandes terrenos mais baratos e distantes da área central. “Em abril de 1979, a administração da COHAB-SP fazia uma avaliação dos terrenos adquiridos, num total de 16.929.339,207 m², em sua maioria em grandes glebas, na Zona Leste. [...] Os terrenos em Itaquera I foram adquiridos pelo BNH, em 1969, e equivaliam, de início a 2.691.385,50 m²” (DAMIANI, 1993, p. 94).

Os grandes e padronizados conjuntos habitacionais passariam a marcar a paisagem da periferia Leste, especialmente na região de Itaquera, onde a COHAB-SP adquiriu a maior extensão de terras e construiu o Itaquera I, inaugurado em 1978, que compreende os conjuntos Padre José de Anchieta, Padre Manoel da Nóbrega e Padre Manoel da Paiva, na década de 1970, chegando a ter quase 70.000 mil moradores. Na época, ainda não havia o metrô e um dos principais meios de transporte para o Centro, a 17km de distância, era o trem. Os moradores dessa região enfrentaram muita dificuldade com o transporte público, que foi amenizada com a chegada do metrô, em 1979, tendo a ligação até Itaquera, somente em 2000. Esses conjuntos estão localizados entre o metrô Arthur Alvim e Corinthians-Itaquera.

A construção de moradia em massa na Zona Leste não pararia com o Conjunto Itaquera I; em 1980 seria construído o Conjunto Habitacional Itaquera II, José Bonifácio, para 110 mil habitantes, também localizado em Itaquera.

Deák e Freitas (s/d, p. 6 e 7) citam trechos de artigos do jornal *Folha de S. Paulo* e do jornal *O Estado de São Paulo* que descreviam com muita precisão a magnitude do que estava sendo construído na Zona Leste de São Paulo, naquele período. Além disso, já era possível perceber a construção de uma centralidade na região de Itaquera, nessa área mais oriental da Zona Leste de São Paulo.

Nos anos 1960, quando a cidade não tinha mais para onde crescer, o dique foi rompido com a abertura da Radial Leste pelo ex-prefeito Faria Lima. São Paulo começou a correr rumo ao que então se chamava de “lestão” e não parou mais: viadutos, grandes avenidas, conjuntos habitacionais, loteamentos clandestinos ou não, em menos de uma década a zona rural de Itaquera, Guaianases, São Miguel Paulista, Itaim Paulista e São Mateus foi sendo incorporada à área urbana. Logo depois de assumir, o ex-prefeito Olavo Setúbal anunciou que, até 1985, o metrô chegará a Itaquera: o atual governo começou a rasgar a Via Leste; o Corinthians vai construir ali o seu estádio; a Cohab, que já plantou casas e apartamentos para abrigar 150 mil

peças, tem terras e planos para mais 600 mil e, se ainda havia alguma dúvida de que Itaquera-Guaianases constituirão o maior bairro de São Paulo, antes do final dos anos 80, basta dizer que as grandes construtoras desembarcaram nestas novas fronteiras da cidade (*Folha de São Paulo*, 25/06/1981 apud DEÁK; FREITAS (s/d), p. 6 e 7).

Os autores também citam uma outra reportagem que, com o mesmo tom, demonstra a magnitude das transformações em curso na Zona Leste:

A cada fim de semana, 200 novas famílias mudam-se para lá, atraídas pela terra ainda barata e pelas moradias populares. Apenas a COHAB, com os conjuntos Itaquera I, II e III ainda não inteiramente concluídos, levará para o bairro perto de 200 mil pessoas [...] Estimulado por esse crescimento, está nascendo grande núcleo comercial, formado por profissionais liberais e pequenos negociantes. [...] A região é carente de tudo [...] mas nada disso consegue frear a ocupação de Itaquera, onde a cada dia o poder público identifica oito construções clandestinas (*O Estado de São Paulo*, 15/10/1981, apud DEÁK; FREITAS (s/d), p. 6 e 7)

Damiani (1993, p. 94), ao investigar, diretamente com os responsáveis técnicos da COHAB-SP, as razões que levaram à construção desses conjuntos na porção leste da cidade, nos esclarece que

assim traduzia a questão Henri Cherkezian: “na verdade, veja, a intenção não foi construir grandes conjuntos, a intenção é que nós tínhamos grandes terrenos, o problema era diferente”. Também, no que se refere à concentração de conjuntos na Zona Leste, ele responde: “foi por exclusão, não foi por opção”. E emenda o fato de haver uma série de projetos do estado, como metrô, e da prefeitura, como a canalização do Rio Aricanduva, a duplicação da avenida Itaquera, etc. em direção à Zona Leste.

A construção dos grandes conjuntos habitacionais, direcionados à população de baixa renda, que não conseguia ter acesso à moradia em bairros de melhor qualidade urbana, evidenciava a concepção de que o pobre deveria permanecer afastado da cidade, vivendo nessas áreas periféricas, de preferência de forma ordenada e padronizada, como desejam os políticos e técnicos do período da Ditadura civil e militar, ao elaborarem as políticas habitacionais daquele período, procurando reproduzir, a partir das formas urbanas, a massa de trabalhadores de baixa renda.

É uma situação, portanto, em que o Estado avança sobre a periferia. Organiza-a. E do ponto de vista do morador, trata-se de conseguir a casa própria, solução que desde os anos 40, deste século [XX], persiste como utopia para as camadas populares.

Os grandes conjuntos habitacionais significavam uma experiência urbana de imensas dimensões e, protegidos pelo Decreto Municipal no. 14.025, avançavam sobre a cidade clandestina ou a periferia não dominada: a

periferia desurbanizada e pobre, de maioria de casas autoconstruídas, muitas vezes irregulares.

Os grandes conjuntos habitacionais são periféricos, instalados em terrenos adquiridos a preços reles. Os custos do terreno devem ser ínfimos, para viabilizarem o empreendimento. E para melhor aproveitamento, soma-se a ampliação das densidades de ocupação do solo, que o decreto citado possibilita (DAMIANI, 1993, p. 90).

Além dos conjuntos habitacionais, é importante compreender como a trama viária contribuiu para a intensa e rápida ocupação da região, quase todas as principais vias seguem paralelas: a ferrovia, o metrô, a Radial Leste, Marginal Tietê, configurando e reafirmando um padrão de deslocamento centro-periferia.

A via férrea, que chegou neste território em 1875, foi um importante elemento de estruturação e ligação da Zona Leste às áreas mais centrais, como a Estrada de Ferro Companhia São Paulo e Rio de Janeiro – rebatizada Estrada de Ferro Central do Brasil –, que atravessava a região, no sentido leste-oeste. Hoje este é o trecho da Linha 11– Coral – da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM).

Atualmente essa linha férrea faz uma importante ligação metropolitana no sentido Centro e Leste. Com saída da Estação da Luz destinando-se à Estação Estudantes de Mogi das Cruzes, segue paralela à linha 3 – Vermelha do Metrô. Essa linha corta toda a Zona Leste em sua parte mais central, passando pelas Estações Dom Bosco, José Bonifácio e Guaianases. Segue pelos municípios de Ferraz de Vasconcelos, Poá, Suzano e Mogi das Cruzes. De acordo com dados da CPTM, de abril de 2019, essa linha transporta, em média por dia útil, 752,8 mil passageiros. É a linha com o maior número de passageiros transportados por dia.³⁵

Outro ramal ferroviário, sentido leste-oeste, foi inaugurado bem depois, em 1932, seguindo ao norte da Zona Leste, no vale fluvial do rio Tietê, a chamada Variante da “Central do Brasil”, passando por São Miguel e Itaquaquecetuba. Hoje é a Linha 12 – Safira, da CPTM, transporta 272,0 mil passageiros, em média, por dia útil.³⁶ Parte da Estação Brás, segue pelas estações Tatuapé, Engenheiro Goulart, USP Leste, Comendador Francisco

³⁵ Dados da CPTM, referente abril de 2019. Disponível em: < <http://www.cptm.sp.gov.br/a-companhia/Pages/a-companhia.aspx>>. Acesso em: 03 out. 2019.

³⁶ Dados da CPTM, referente abril de 2019. Disponível em: < <http://www.cptm.sp.gov.br/a-companhia/Pages/a-companhia.aspx>> Acesso em: 03 out. 2019.

Matarazzo, São Miguel Paulista, Jardim Helena, Jardim Romano, Engenheiro Manoel Feijó, Itaquaquecetuba, Aracaré, finalizando em Calmon Viana, no município de Poá. A linha 12 segue próxima ao leito fluvial do Rio Tietê, ao norte da Zona Leste, diferentemente da Linha 11, que segue na área mais central da Zona Leste.

Além dos caminhos ferroviários, a Zona Leste foi sendo integrada ao Centro por outras vias, que também reforçaram o sentido leste-oeste, consolidando o modelo centro-periferia de urbanização, juntamente com os demais fatores discutidos acima. Como, por exemplo, a Radial Leste, projetada em 1945, por Prestes Maia, acompanha o trecho patrimonial pertencente à Estrada Férrea Central do Brasil. Essa via teve o seu primeiro trecho inaugurado em 1957, ligando o Parque Dom Pedro até o Tatuapé; um segundo trecho, ligando o Tatuapé à Vila Matilde, inaugurado em 1967; e, ao final dos anos de 1980, chegava a Itaquera. A sua extensão e melhoramentos foram crescendo junto ao crescimento da Zona Leste. Em 2008, um novo trecho ganha um túnel e novas obras até a região de Arthur Alvim; em 2011, passa a ser objeto de licitação para ganhar um novo trecho entre Itaquera e Guaianases, como uma das obras que preparariam a Zona Leste para a Copa do Mundo de 2014.

A Marginal Tietê, via transversal, com 24,5 km de extensão, inaugurada em 1957 e com várias ampliações desde esse período, é composta por um conjunto de vias e cumpre um importante papel na circulação em São Paulo, na escala local, ligando as várias regiões da cidade: Norte, Sul, Oeste e Leste, mas também cumpre papel de interligação metropolitana, pois promove o acesso às Rodovias Castelo Branco, Anhanguera, Bandeirantes, Presidente Dutra, Fernão Dias, Ayrton Senna, além da ligação com o Aeroporto de Internacional de Guarulhos.

Na década de 1970, outra forma de acessar os bairros da Zona Leste se deu pela construção da linha 3 – Vermelha, que hoje compreende o trecho entre as estações Palmeiras-Barra Funda, até Corinthians-Itaquera. A construção dessa linha não se deu de uma única vez. Ela teve início em 1972 e o primeiro trecho, entre a Sé e Brás, foi inaugurado em 1979. Em 1980, seguiria do Brás até a Mooca; em 1981, chegou ao Belém e meses depois ao Tatuapé. Em 1982, a ligação se expandiu para a Santa Cecília; em 1983, ao Anhangabaú. Em 1986, chega à Penha; em 1988 à Estação Guilhermina Esperança e um mês depois a Arthur Alvim; em 1988 chega a Itaquera (Estação Corinthians-Itaquera); ainda em 1988 também é expandida para Barra Funda (atual Palmeiras-Barra-Funda).

De acordo com dados do Metrô, a Linha 3-Vermelha, transporta 60.000 passageiros/hora/pico, por dia.³⁷

A descrição acima das principais vias de ligação da Zona Leste ao centro da cidade de São Paulo procurou demonstrar que a acessibilidade à Zona Leste foi sendo construída para abrigar grande parte da classe trabalhadora de baixa renda ou para abrigar novas indústrias que não conseguiam mais se alojar próximas às áreas mais centrais – seja pelo alto custo dos terrenos com melhor infraestrutura, seja pela ausência de grandes glebas disponíveis para as plantas industriais. Além disso, esses vetores de expansão no sentido Leste, seja ao longo das ferrovias ou das vias principais, com poucas conexões norte-sul, demonstravam a crescente dependência das áreas centrais e do vetor sudoeste, onde se encontra o maior número de empregos. Uma das consequências mais perversas desse modelo é a necessidade de grandes deslocamentos pelo município diariamente.

A discussão realizada até o momento reforça a ideia de que o Estado não está ausente na produção do espaço da periferia, como muitas vezes se afirma. A questão é investigar como o Estado está presente nessas áreas e de que maneira atua. Além disso, reiteramos que as periferias se constituem em lugares diversos, e, portanto, as investigações precisam levar em consideração as particularidades das áreas a serem investigadas.

Um outro fator importante que configurou a Zona Leste diz respeito à criação de um Polo Industrial em Itaquera, reivindicado, desde os anos de 1980, pela Associação das Indústrias de Itaquera (AIRI), fundada em 1979, que sempre exerceu um importante papel, como segmento do setor privado, na luta pela construção e consolidação desse Polo industrial.

Em 1979 ainda prevalecia a Lei de Zoneamento 7.895, de 1972, que enquadrava a área como Z8-100, zona rural. Tal zoneamento permitia um uso residencial unifamiliar, ou de atividades especiais, ou ainda de indústrias de tipo especial. A Lei 9.300, de 1981, reorganizava o uso e a ocupação do solo, definindo uma zona predominantemente industrial (Z7-001 e Z8100/001). Essas modificações na lei de uso e ocupação do solo propunham uma

³⁷ Dados disponíveis em: <<http://www.metro.sp.gov.br/sua-viagem/linha-3-vermelha/estacao-itaquera.aspx>>. Acesso em: 03 out. 2019.

transição de zona rural para zona urbana, criando novos parâmetros urbanísticos e regulamentando a maior parte da área para uso industrial.

De acordo com as reivindicações empresariais e dos interesses governamentais, essas leis permitiriam um uso industrial com objetivo de gerar emprego e renda para os moradores da região, especialmente para os moradores dos conjuntos habitacionais. A instalação de indústrias na região sempre foi polêmica, pois encontra-se muito próxima à Área de Proteção Ambiental (APA) Fazenda e Parque do Carmo, que restringe uma série de usos industriais. Além disso, nesse período os movimentos sociais e ambientalistas vinham crescendo na região.

O crescimento da Zona Leste acompanhou e alimentou o processo de consolidação da metrópole industrial e da reprodução de sua classe trabalhadora. Tornou-se a região com o maior número de habitantes da cidade de São Paulo – segundo o Censo de 2010, do IBGE, a Zona Leste contava com 3.998.237 habitantes, por volta de 35% da população total dos 11.253.503 habitantes do município de São Paulo.

Ainda hoje, os indicadores sociais mostram a permanência de grandes desigualdades presentes em seu território, quando comparada com outras regiões da cidade de São Paulo, conforme pode ser vista nos mapas 8, 9 e 10.

Mapas 8 e 9 – Distribuição de Domicílios, segundo Faixa de Renda, 2010 – Município de São Paulo

Mapa 10 – Distribuição do Emprego Formal – Distritos do Município de São Paulo – 2014

Distribuição do Emprego Formal, exclusive Administração Pública
Distritos do Município de São Paulo
2014

Como apresenta processos diferenciados de ocupação, de atividades econômicas e de condições socioeconômicas de sua população, a administração pública municipal, a dividiu em duas macrorregiões: Macrorregião Leste 1, é a porção mais próxima ao Centro, composta pelas Administrações Regionais da Mooca, Penha, Vila Prudente e Aricanduva. Esta região tem grande parte de seus distritos localizados próximos à área central, portanto possui um processo de urbanização consolidado há mais tempo. Parte de seus distritos, como os localizados no Brás, Mooca e Pari, teve seu processo de formação relacionado ao primeiro surto industrial da cidade de São Paulo e hoje compreende áreas que estão em pleno processo de reconfiguração produtiva e social.

A região Leste 1 da cidade de São Paulo é composta pelas subprefeituras da Mooca, Penha, Vila Prudente, Aricanduva e Sapopemba, configurando a porção leste do município mais próxima ao Centro. É um território de grandes diversidades, tanto físicas quanto sociais: áreas de grandes intensidades de atividade de comércio e serviços, como o Brás e o Pari; áreas predominantemente residenciais com vulnerabilidades ambientais, como a antiga fazenda da Juta em Sapopemba; sítios históricos, como a região central da Penha; além de bairros bastante estruturados, com baixa vulnerabilidade, porém ainda com predominância monofuncional (residencial horizontal) e uma densidade demográfica e de variação de usos a ser explorada (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2016, p. 5).³⁸

E a Macrorregião Leste 2, conforme mapa 11, composta pelas Administrações Regionais Ermelino Matarazzo, São Miguel Paulista, Itaim Paulista, Itaquera, São Mateus, Guaianases e Cidade Tiradentes, também possui uma grande diversidade em seu histórico de ocupação e estruturação urbana, porém apresenta um quadro bem maior de vulnerabilidade, especialmente nos distritos mais ao extremo leste, como Cidade Tiradentes, Guaianases e Itaim Paulista. De acordo com o Censo de 2010, do IBGE, tem 2.380.783 habitantes, ou seja 21% da população do município de São Paulo e 12% da região metropolitana. Essa macrorregião Leste 2, por ter alguns de seus distritos na divisa com os municípios ao leste, ao norte e ao sul da região metropolitana, tem uma dinâmica não apenas local, mas em alguns casos em escala metropolitana. A Administração Regional de Itaquera vem se constituindo como uma centralidade importante nessa área do território.

³⁸ São Paulo (cidade). Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras. Quadro Analítico. Macrorregião Leste 1. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU). Dezembro 2016.

Mapa 11 – Subprefeituras da Macrorregião Leste 2 – Município de São Paulo

Fonte: Prefeitura de São Paulo/Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. 2016.

Como podemos observar no mapa 12 abaixo, sobre a evolução urbana dessa região, as áreas localizadas na sua parte mais central (em Itaquera) e ao norte (Ermelino Matarazzo e São Miguel Paulista) tiveram um crescimento acelerado a partir dos anos de 1950, especialmente porque nesse momento esta região transformava-se uma grande periferia e absorvia grande parte da população trabalhadora de baixa renda e os intensos fluxos da migração nordestina, além de algumas indústrias que se instalaram nessas áreas, como a Nitroquímica, em 1935, em São Miguel Paulista; a Companhia Industrial São Paulo e Rio –

Cisper, em 1947, entre Engenheiro Goulart e Ermelino Matarazzo; a Celosul (pertencia ao Grupo Matarazzo), em 1941, em Ermelino Matarazzo. As áreas ao norte e central formaram as primeiras manchas urbanas, vinculadas à ocupação próxima às primeiras linhas férreas.

Mapa 12 – Evolução da mancha urbana na macrorregião Leste 2 – Município de São Paulo – 1553 a 2002

Fonte: Prefeitura de São Paulo/Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. 2016.

Atualmente, nessa macrorregião Leste 2, ainda predomina o uso residencial de baixo e médio padrão, ela possui uma zona industrial em Itaquera e conta também com três importantes Unidades de Conservação: Área de Proteção ambiental –APA da Várzea do Tietê, ao norte; APA Parque e Fazenda do Carmo, em sua área mais ao sul; APA Mata do Iguatemi, ao sul da macrorregião, Administração Regional de São Mateus.

No período de 1980/2010, a população da Macrorregião Leste 2 praticamente dobrou nesses 30 anos, passando de 1.247.239 habitantes para 2.380.783 habitantes, embora as taxas de crescimento para esse mesmo período diminuíssem, passando de 3,53% anos de 1980 para

0,52% entre 2000 e 2010. Por outro lado, apresenta apenas 0,09 de empregos formais por habitante, enquanto a média do município é de 0,41.³⁹

Outro dado relevante apresentado pela Prefeitura de São Paulo sobre a Macrorregião Leste 2 é que 37,25% da área urbanizada atinge os graus 5 e 6 no Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS.⁴⁰

Ao pensar a metrópole contemporânea, que assume novas formas urbanas – ainda mais fragmentadas e mais dispersas –, também reconhecemos a presença da estrutura do padrão centro-periferia que guiou o crescimento da metrópole industrial, desde o começo do século XX.

Todos esses fatores citados acima e no capítulo anterior, como: desconcentração industrial, mudanças na estrutura de emprego e renda oriundas desse processo; mudanças no padrão de crescimento populacional; novas demandas econômicas, políticas e tecnológicas impostas por um processo cada vez mais global de reprodução do capital; políticas públicas assumindo cada vez mais preceitos neoliberais formam a base para reestruturação urbana da metrópole contemporânea. Esses processos já se fazem tão presentes que são assumidos nos discursos e nos planejamentos do poder público, desde o final dos anos de 1990.

³⁹ São Paulo (cidade). Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras. Quadro Analítico. Macrorregião Leste 1. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU). Dezembro 2016. p. 8.

⁴⁰ O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social é um indicador criado pela fundação Seade, em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Foi inspirado no Índice de Desenvolvimento Humano e procura exprimir de forma sintética um conjunto de dimensões para mensurar as condições de vida de uma dada população. Consideram-se, para elaborar o índice, várias condições socioeconômicas e demográficas, tais como renda, longevidade, escolaridade, faixa etária, etc. Os resultados classificam a distribuição da população classificando-as em até 7 grupos de referência. O grupo 1 indica baixíssima vulnerabilidade; o grupo 2, muito baixa; o grupo 3, baixa; o grupo 4, média; o grupo 5, alta; o grupo 6, muito alta e o grupo 7 é para área rurais. De acordo com esse Índice, grande parte do território da Macrorregião Leste 2 está classificada como Grupos 5 e 6. A descrição abaixo nos dá as referências da vulnerabilidade do território.

Grupo 5 (vulnerabilidade alta – setores urbanos): 993.163 pessoas (8,9% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R\$1.380 e em 28,8% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 42 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 20,1%. Dentre as mulheres chefes de domicílios 20,5% tinham até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 10,3% do total da população desse grupo.

Grupo 6 (vulnerabilidade muito alta – aglomerados subnormais): 833.261 pessoas (7,5% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R\$1.207 e em 34,1% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 40 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 22,6%. Dentre as mulheres chefes de domicílios 22,1% tinham até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 11,2% do total da população desse grupo.

Como discutimos anteriormente, os projetos de reestruturação da cidade de São Paulo, a partir dos anos de 1990, foram concebidos para toda a cidade, especialmente a partir do instrumento urbanístico, operação urbana consorciada. O poder público vem planejando, a partir dos Planos Diretores, elaborados em 2002 e em 2014, projetos de intervenção urbana procurando reconfigurar a cidade para um novo momento de reprodução social, fortemente marcada pelas novas formas de reprodução do capital.

Se na década de 1970, as periferias já constituíam espaços diversificados, hoje são mais heterogêneos do que naquele período, o que vem demonstrando os vários estudos a respeito desses espaços urbanos. Atualmente, há vários debates enfatizando que, além da precariedade presente nessas áreas, há também importantes movimentos sociais que lutam pela transformação desses espaços, como discutiremos no capítulo 5. Além do espaço de luta política por meio dos movimentos sociais, há também a formação dos coletivos de cultura que têm rediscutido e recolocado a questão das identidades dos moradores dessas áreas, assim como o importante papel de luta e resistência exercido pela cultura. Assim nos esclarece Raimundo (2017, p. 28):

Hoje, superada em parte, as necessidades por equipamentos e infraestrutura, a questão cultural tornou-se também uma pauta de luta dos movimentos sociais e culturais das periferias.

Dessa forma, as periferias de São Paulo seriam parte do território nos quais grupos, realizados por fora do mercado, através das artes, representadas pela literatura marginal, música, teatro, movimento *hip hop*, constroem discursos contra a racionalidade imposta pelas grandes corporações e construtores hegemônicos da cidade. Fortalecendo-se a cada dia, definiriam as periferias como lugares nos quais, a *práxis* política e a valorização da cotidianidade recriam possibilidades reais de construção do possível que muda as trajetórias de vida não somente dos protagonistas dos movimentos sociais e culturais, como dos outros moradores (RAIMUNDO, 2017, p. 28).

A Zona Leste da cidade de São Paulo não ficou fora dessa metamorfose que a metrópole contemporânea vem vivendo ao se reconfigurar diante da transição de um modelo fordista de produção para um modelo flexível, sob a hegemonia do capital financeiro e imobiliário. A pergunta que nos colocamos é qual o papel que a Zona Leste está sendo chamada a cumprir nesse devir e quem são os agentes que estão protagonizando essas mudanças, e, não menos importante, como os seus moradores estão vivenciando nestes novos tempos.

4 DA OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA RIO VERDE-JACU AO ARCO DO FUTURO: AS ESTRATÉGIAS DO ESTADO E DO CAPITAL NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA ZONA LESTE

*O novo tempo do mundo chega à Zona Leste.*⁴¹

Harvey (2015, p. 11) inicia a discussão sobre as transformações que ocorreram em Paris, no século XIX, com os seguintes dizeres:

Um dos mitos da modernidade é que ela constitui uma ruptura radical com o passado. A ruptura é supostamente de tal ordem que possibilita enxergar o mundo como uma tábula rasa, sobre a qual o novo pode ser inscrito sem referência ao passado – ou, se o passado ficar no caminho, mediante sua obliteração. Assim, a modernidade sempre diz respeito à “destruição criativa”, quer do tipo pacífico e democrático, quer do tipo revolucionário, traumático e autoritário.

[...] eu chamo de mito essa ideia de modernidade porque a noção de ruptura radical tem certo poder de persuasão diante das abundantes evidências de que não ocorre nem pode ocorrer. A teoria alternativa da modernização (em vez de modernidade), devida de início a Saint-Simon e levada muito a sério por Marx, é que nenhuma ordem social pode conseguir mudanças que já não estejam latentes dentro de sua condição existente.

Citamos essa passagem de Harvey porque iniciamos a discussão sobre os projetos de reurbanização para a Zona Leste, especialmente aqueles concebidos a partir de 2000, como foi o projeto da Operação Urbana Consorciada Rio Verde Jacu (OUCRJ), proposta do PDE de 2002, aprovada em lei em 2004, revisada em 2007 e revogada em 2016, dando lugar à proposta do Arco Jacu-Pêssego, no PDE de 2014. Lembramos que todos esses projetos dialogaram uns com os outros, com o histórico de formação da Zona Leste e, ao mesmo tempo, com a dinâmica da reprodução geral do capital.

⁴¹ Milton Santos, em seu livro *A Natureza do Espaço*, de 2002, nos fala sobre a diferenciação dos lugares no mundo contemporâneo. Se antes os elementos da natureza eram os principais responsáveis por essas diferenciações, a ação humana, por meio do trabalho, da técnica, da ciência — no processo de transformação da natureza e dos ambientes já construídos — passaram a determiná-las cada vez mais. Mas quem comanda essas ações, como elas se dão? Há alguns atores hegemônicos que buscam dar direção a elas, impondo aos diferentes lugares as suas intencionalidades, embora essas ordens atinjam os lugares de formas diferenciadas, além de encontrar resistências ou receptividade ao novo que se apresenta.

Para Milton Santos, o tempo do mundo é o tempo mais externo que chega aos lugares, é o tempo das grandes empresas internacionais e das instituições supranacionais, que buscam submeter e atualizar cada lugar à lógica da produção de valor.

O constante discurso de ruptura e de superação da condição periférica da Zona Leste na metrópole, a partir de projetos de modernização para a região, tem sido a retórica, dos planos e projetos do poder público, há muito tempo, como iremos discutir. Assim como afirma Harvey, o mito da modernização redentora está em todos esses projetos.

Como discutimos nos capítulos anteriores, a metrópole industrial, gestada e consolidada no século XX, ao se reproduzir contemporaneamente, transforma-se e se reconfigura de tal ordem que adotamos o exemplo da metamorfose, como Lencioni (2011) vem utilizando há algum tempo. A sua reprodução é complexa, cria várias dinâmicas, mantém parte do que era; recria novas formas e funções e ao mesmo tempo atualiza atividades que já existiam em seu território. Dessa forma, a metrópole tem se globalizado, mantido a sua centralidade no território nacional e na região da macrometrópole, reafirmando-se como um importante centro de gestão do capital, mas também como um lugar de produção de valor. Essas várias escalas de relações, nas quais está inserida, a têm deixado cada vez mais diversa e complexa, embora as relações de produção tendam a buscar uma homogeneidade para que possa se reproduzir. A dialética entre homogeneização, diferenciação e hierarquização se reproduz e se reatualiza a todo instante nesse espaço, o que tem criado os diversos padrões de urbanização, no território da metrópole.

Desde o seu processo de reestruturação produtiva, e com forte presença do setor imobiliário e financeiro nas novas dinâmicas urbanas, é possível identificar uma parte de seu território sendo readequado para atender a esses interesses, como já havíamos apontado anteriormente, há um espaço financeirizado na metrópole, ele pode ser localizado em parte da área central e no quadrante sudoeste, que vem se reproduzindo a partir de construções residenciais e corporativas, sob a lógica do financeiro.

O poder público, aliado aos interesses do capital, vem contribuindo para planejar esses espaços diferenciados da cidade. A cidade sempre os teve, desde a sua formação, mas eles também vão se atualizando e se transformando na medida em que a cidade se reproduz sob uma nova lógica. Nesse sentido, o planejamento tem papel relevante na estruturação de cada lugar da cidade, pois exerce a função de mediador para a essa reprodução, criando as condições institucionais necessárias para que isso ocorra. Esses processos acontecem com resistências, tensões e conflitos, entre os vários agentes envolvidos nessa produção do urbano, que é antes de mais nada uma produção social.

O que buscamos analisar nesta tese são as determinações sociais que motivaram as novas propostas de transformações do território e, mais particularmente, o que vem sendo concebido e realizado na Zona Leste da metrópole. Para isso, não podemos perder de vista, que essas transformações não ocorrem de maneira isolada, mas se relacionam com dinâmicas gestadas em diversas escalas: metropolitana, nacional e global. Para Santos (2001, p. 138), a compreensão de cada lugar não se explica por ele mesmo, ao contrário disso, precisamos compreender como cada lugar é afetado e transformado pelas mais diferentes dinâmicas. Segundo ele,

todos os lugares existem em relação com um tempo do mundo, tempo do modo de produção dominante, embora nem todos os lugares sejam, obrigatoriamente, atingidos por ele. Ao contrário, os lugares se diferenciam, seja qual for o período histórico, pelo fato de que são diversamente alcançados, seja quantitativamente, seja qualitativamente, por esses tempos do mundo. O tempo do mundo seria o tempo mais externo, abrangente de todos os espaços, independentemente de escala. Haveria, nessa hierarquia e nessa ordem, tempos do Estado-Nação e tempos dos lugares (SANTOS, 2001, p. 138).

Estamos diante de um novo tempo-espaço, que vem se reconfigurando desde o final dos anos de 1980, com as novas formas de reprodução do capital, segundo Santos (2002, p. 146), “diante da nova história e da nova geografia é o nosso saber que também se dissolve, cabendo-nos reconstituí-lo através da percepção do movimento conjunto das coisas e dos eventos”.

Seguimos para a compreensão desse novo tempo-espaço para Zona Leste, pensando em sua situação geográfica na metrópole. Reiteramos que, ao consultarmos as propostas do poder público para os processos de intervenção em suas diferentes regiões da metrópole, fica evidente a diferenciação espacial presente em suas propostas. Assim como há áreas que estão sendo planejadas para atuação de forma mais intensa do setor imobiliário e do financeiro, em parceria com o poder público, utilizando-se do instrumento operação urbana consorciada, há áreas que o mesmo instrumento urbanístico procura organizar espaços produtivos, objetivando criar as condições necessárias para a reprodução das indústrias. Vejamos parte dessas intencionalidades, como demonstram os textos técnicos da prefeitura do Município de São Paulo.

A Operação Urbana Consorciada Faria Lima (OUCFL), aprovada pela Lei de 11.732, de março de 1995, segundo o poder público,

tem como objetivo a melhoria da acessibilidade viária e de pedestres, a reorganização dos fluxos de tráfego, priorizando o transporte coletivo, bem como a criação e qualificação ambiental de espaços públicos e o atendimento habitacional às comunidades que vivem em ocupações irregulares localizadas em seu perímetro ou no entorno imediato (PREFEITURA DE SÃO PAULO, SMUL).

Em relação à Operação Urbana Água Espraiada (OUCAE), criada pela Lei 13.260, de acordo com o poder público,

[...] proposta com o objetivo de promover a reestruturação da região que contempla parte da Marginal Pinheiros, Avenida Chucri Zaidan, Avenida Jornalista Roberto Marinho, assim como a área ao longo do córrego Jabaquara. Prevê intervenções como a abertura e extensão da Avenida Roberto Marinho até a Rodovia dos Imigrantes, propondo a criação de um parque linear ao longo do córrego Jabaquara (Via Parque), um novo sistema viário e o reassentamento de centenas de famílias em projetos de Habitação de Interesse Social na proximidade (PREFEITURA DE SÃO PAULO, SMUL).

A Operação Urbana Anhangabaú/Centro, proposta pela Lei 11.090/91,

[...] foi criada com o objetivo de promover a melhoria e a revalorização da área central, para atrair investimentos imobiliários, turísticos e culturais e reverter o processo de deterioração do Centro. Abrange as regiões dos chamados Centro Velho e Centro Novo, bem como parte de bairros históricos como Glicério, Brás, Bexiga, Vila Buarque e Santa Ifigênia (PREFEITURA DE SÃO PAULO, SMUL).

A Operação Urbana Consorciada Água Branca (OUCAB), proposta pela Lei 11.774, de maio de 1995, “tem os objetivos de promover modificações na circulação e mobilidade, no sistema de drenagem, construir habitação de interesse social, criação de parques lineares e construção de parques públicos” (PREFEITURA DE SÃO PAULO, SMUL).

A Operação Urbana Diagonal Sul, proposta no PDE 2002 e rebatizada em 2015, na gestão do prefeito Fernando Haddad, como Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí (OUCBT), traz uma diferença em relação às demais operações urbanas. A princípio ela foi planejada como uma intervenção para atualizar os territórios da orla fluvial do rio Tamanduateí, que vinham perdendo indústrias, desde os anos de 1980. Assim, o instrumento urbanístico propunha ações com objetivos de refuncionalizar o território com novos usos e novas formas de ocupação. O poder público, assim como nas demais áreas, pretendia disponibilizar naquela época uma grande área para atuação do setor imobiliário e

financeiro, para construção de residências, edifícios corporativos, novos serviços e novas modalidades de comércio. Ao ser atualizada em 2015, reconhece a importância do setor produtivo nesse eixo, mesmo diante da saída de algumas empresas. Portanto, diferentemente das demais operações urbanas, incorporou instrumentos para fortalecer e atrair o setor industrial e não apenas o de serviço e o de comércio. De acordo com os novos objetivos:

Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí pretende equilibrar a oferta de empregos e de moradias na região, promovendo o adensamento populacional e construtivo, além de uma maior diversidade dos serviços e do comércio local. Esta ação reduzirá o tempo de deslocamento entre o trabalho e a habitação e maior integração social da população, resultando em oportunidades a toda a população. O projeto urbanístico é composto por um programa de intervenções públicas e por parâmetros urbanísticos que geram a requalificação das orlas fluviais, o atendimento habitacional, a melhoria das conexões interbairros e a qualificação do habitat urbano. Pretende ampliar a arborização urbana, implantar novos parques e incrementar o sistema de drenagem como algumas das estratégias ambientais necessárias. Associado a todas estas melhorias há ainda um programa de preservação dos territórios produtivos da região existentes ao longo da ferrovia e das indústrias, assim como à valorização do patrimônio da cidade voltado ao trabalho e a história (PREFEITURA DE SÃO PAULO, SMUL, grifo nosso).

A Operação Urbana Rio Verde Jacu, proposta em 2002, também estava no contexto de reformulação de toda a metrópole, mas trazia, desde aquela época, a proposta do poder público de, ao atualizar a região para os novos tempos-espacos, atender aos interesses do setor industrial, embora também intencionasse atrair os setores de serviços e comércio. Enfim, para essa área da metrópole, o poder público pretendia manter a sua função produtiva, entretanto sob as novas determinações do atual momento de reprodução do capital, no qual a incorporação de conhecimento e de ciência nos processos produtivos tem sido, cada vez mais, um atributo incorporado na produção de bens e serviços.

A busca por integrar a Zona Leste na dinâmica produtiva da metrópole não é recente, o seu território vem sendo construído e reconstruído sob as determinações de cada momento. Quando a metrópole crescia sob a hegemonia da produção industrial, essa região passou a ser produzida e ordenada para atender a esses interesses, seja pela construção de moradias populares, seja pelas indústrias que ali foram se instalando.

Se a década de 1970 foi um marco da ação do Estado na Zona Leste, produzindo um espaço para a moradia da classe trabalhadora – a partir dos grandes conjuntos habitacionais –, atualmente, para “reatualizar” esse lugar para as novas demandas do capital, o Estado novamente tem que enfrentar algumas das condições ambientais e sociais presentes nesse

território. Construir esse espaço significava também produzir a natureza daquele lugar. Para Smith (1988, p. 109), “a menos que o espaço seja conceituado como realidade completamente separada da natureza, a produção do espaço é um resultado lógico da produção da natureza”.⁴²

4.1 ANTECEDENTES DA OPERAÇÃO URBANA RIO VERDE-JACU

Como discutimos nos capítulos anteriores, a existência de uma zona industrial na Zona Leste, mais especificamente no Distrito do Parque do Carmo, na Administração Regional de Itaquera, não é recente, essa área foi delimitada desde a primeira lei de zoneamento da cidade em 1972.

Os interesses do capital privado, do setor industrial e da especulação imobiliária na região já eram significativos, desde os anos de 1960; por considerá-la estratégica, primeiro, pela sua proximidade das regiões industriais de Guarulhos, do ABC, do Porto de Santos, do Aeroporto de Guarulhos (1985), das rodovias que foram sendo construídas – Presidente Dutra (em 1933), Anchieta (1969), Imigrantes (1976), Mogi-Bertioga (1982). Segundo, pelo crescimento populacional, marcado por trabalhadores de baixa qualificação profissional, especialmente, depois da construção dos grandes conjuntos habitacionais, que fez a população de Itaquera saltar de 15.246 mil habitantes, em 1950, para 129.314 mil habitantes, em 1970, e para 431,191 mil habitantes em 1991, conforme dados do Censo do IBGE. Terceiro, a região apresentava ainda estoque de terras, com grandes glebas, tonando-se um grande mercado de terras baratas. Quarto, a riqueza hidrográfica da região, fator importante para vários processos produtivos.

⁴² Nessa importante obra de Smith, a discussão sobre a produção do espaço, a partir de um ponto de vista marxista, concepção com a qual estamos trabalhando, ganha ainda mais potência explicativa para entendermos a produção desigual do espaço, quando refletimos sobre o sentido da produção da natureza apresentada pelo autor. Vejamos do que se trata a produção da natureza: “[...] a ideia da produção da natureza é paradoxal, a ponto de parecer absurda, se julgada pela aparência superficial da natureza mesmo na sociedade capitalista. A natureza geralmente é vista como sendo precisamente aquilo que não pode ser produzido; é antítese da atividade produtiva humana. Em sua aparência mais imediata, a paisagem natural apresenta-se a nós como o *substratum* material da vida diária, o domínio dos valores-de-uso mais do que como o dos valores-de-troca. Como tal, ela é altamente diferenciada ao longo de qualquer número de eixos. Todavia, com o progresso da acumulação de capital e a expansão do desenvolvimento econômico, esse *substratum* material torna-se cada vez mais o produto social, e os eixos dominantes de diferenciação são, em sua origem crescentemente sociais. Em suma, quando essa aparência imediata da natureza é colocada no contexto histórico, o desenvolvimento da paisagem material apresenta-se como um processo de produção da natureza. Os resultados diferenciados dessa produção da natureza são os sintomas materiais de desenvolvimento desigual” (p. 67).

Essas particularidades da Zona Leste foram tornando-a atrativa para determinados investimentos. Por isso, parte dos empresários, ligados ao ramo industrial, passou a pressionar o governo para realizar investimentos públicos na região, melhorando suas condições de infraestrutura. A melhoria da fluidez no território, no sentido norte-sul, ainda precária, e os problemas com enchentes nas áreas de inundação de alguns rios da região passam a ser demandas para a região.

Embora já houvesse vias importantes fazendo ligação leste-centro, como já discutimos no capítulo anterior, a ligação norte-sul era um importante obstáculo a ser superado. Em 1968, a Prefeitura de São Paulo inicia os estudos para a canalização do rio Jacu, mas até 1974 a obra não foi considerada prioritária, porque os órgãos governamentais ainda consideravam a região pouco urbanizada e com baixa densidade populacional, quadro que iria ser alterado a partir da construção dos grandes conjuntos habitacionais e das outras formas de habitação para a população de baixa renda que crescia vertiginosamente nesta região da cidade, a partir do início dos anos de 1980. A Estrada do Pêssego, que percorria o sentido norte-sul, margeando o rio Jacu, como era conhecida, era apenas uma via local, entre São Miguel, Itaquera e São Mateus, terminando no cruzamento com a Avenida Ragheb Chohfi.

Entre as bacias hidrográficas presentes na região estão parte da bacia do Alto Tietê, a do rio Jacu e a do rio Aricanduva; trataremos apenas da discussão sobre a bacia do rio Jacu, pois a OUCRVJ tem como seu eixo estruturante a Av. Jacu Pêssego, construída à margem do rio Jacu, como pode ser observado no mapa 13.

A bacia hidrográfica do rio Jacu é composta pelo rio Jacu e rio Verde, e afluentes importantes como os córregos Jacupeva e Limoeiro. O rio Jacu e o rio Verde possuem sentido S-N e drenam uma importante área de Itaquera e de São Miguel Paulista, em direção a sua foz, na vertente esquerda do Rio Tietê, com a extensão do eixo principal de 13,5 km.

Os dois projetos estratégicos mais importantes da OUCRVJ – Projeto Estratégico Entre Rios, que contém o Polo Econômico e o Polo institucional, estão localizados entre esses dois importantes rios, como veremos mais adiante.

Mapa 13 – Bacia Hidrográfica do Rio Jacu com as principais avenidas

Fonte: Prefeitura de São Paulo. Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica. 2016.⁴³

Em 1985, a DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S/A – retomou os estudos para canalização do rio Jacu e construção de uma via norte-sul, de caráter rodoviário, com o objetivo de implantar um anel viário metropolitano. Em 1988, na gestão de Jânio Quadros, prefeito de São Paulo de 1989 a 1993, a empresa Municipal de Urbanização – EMURB – passa a gerenciar a execução da obra. Nesse período executou-se apenas 10% do total previsto. Na gestão seguinte, de Luiza Erundina, prefeita pelo Partido dos Trabalhadores – PT, de 1989 a 1993, um novo trecho foi canalizado. Como demonstra o documento da

⁴³ Prefeitura de São Paulo (cidade). *Caderno de Bacia Hidrográfica Córrego Jacu*. Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras. Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica. São Paulo. Agosto, 2016. p. 19.

EMURB, há uma preocupação em reestruturar as vias de circulação da metrópole, embora permanecesse a concepção ainda radial concêntrica de Prestes Maia, a metrópole pedia novas vias para a sua expansão.

Na gestão de Paulo Maluf, prefeito de 1993 a 1996, do Partido Progressista – PP, em 1996, foi inaugurado mais um importante trecho, ligando a Av. Ragueb Chohfi à Ponte Santos Dumont, que dá acesso à Rodovia Ayrton Senna, num total de 18 km, realizando-se juntamente com a avenida a canalização de 8 km do rio Jacu.

Em 1995, o documento da EMURB apresentava a seguinte justificativa para a realização da obra:

[...] a interligação do Projeto Jacu-Pêssego com as Avenidas Marginais dos rios Tietê e Pinheiros e com o Corredor da EMTU, ainda não totalmente implantados, será parte do Anel viário Metropolitano, o que demonstra a importância do papel desta ligação para o tráfego geral da cidade.

Essa ligação fará parte do corredor de exportação, recebendo o tráfego pesado de outras regiões do país com destino ao Porto de Santos. Sua implantação proporcionará economia nos tempos de viagem, colaborado para o barateamento dos produtos.

[...] Além disso, com a canalização do córrego Jacu serão reduzidas significativamente as inundações que assolam a região, propiciando a recuperação de suas condições sanitárias.

O projeto jacu-Pêssego irá, portanto trazer benefícios à região, transformando a Zona Leste num polo de atração para o estabelecimento de novas instalações comerciais e industriais, contribuindo para a consolidação do processo de urbanização, em particular para a implantação do Polo Industrial de Itaquera, em estudo (EMURB, 1995, p. 4).⁴⁴

Assim ao final da década de 1990, já se evidenciava o interesse do poder público, tanto da esfera municipal como estadual, em promover transformações na Zona Leste da cidade de São Paulo. As intervenções na bacia do rio Jacu expressavam esses interesses, dando início à construção do Complexo Viário Jacu-Pêssego/Nova Trabalhadores. Os investimentos nesse projeto viário procuravam solucionar um dos problemas apontados como estruturais para aquela região, ou seja, a precariedade das vias para deslocamentos no sentido norte-sul, articulando os diversos lugares dentro dessa área, bem como ligando-a com as principais vias de circulação na escala metropolitana ou até mesmo macrometropolitana.

⁴⁴ SÃO PAULO (cidade). Empresa Municipal de Urbanização – EMURB. *Estudos ambientais do Projeto Jacu-Pêssego*. São Paulo, outubro de 1995. p. 4.

É nesse período que se iniciam as novas obras do complexo viário Jacu-Pêssego/Nova Trabalhadores, composto por vias expressas e semi-expressas, para suprir os deslocamentos na direção norte-sul e facilitar a integração entre alguns municípios da região metropolitana de São Paulo e o Porto de Santos. De acordo com a DERSA (Desenvolvimento Rodoviário S/A), o custo do empreendimento foi da ordem de 1,9 bilhão,⁴⁵ estava em curso uma visão de transformação da área que poderia facilitar os fluxos de capital, mercadoria e pessoas, na medida em que se facilitasse o acesso aos dois maiores equipamentos de logística de transporte de cargas e mercadorias do país, o Aeroporto Internacional de Guarulhos e o Porto de Santos.

Seu trajeto original ligava as Avenidas Dr. Assis Ribeiro e Ragueb Chohfi, conectando os distritos de São Miguel Paulista, Vila Jacuí, Itaquera, José Bonifácio, Parque do Carmo, São Rafael e Iguatemi. Nos anos 2000, o Governo do Estado concluiu a ampliação da avenida até a Rod. Ayrton Senna, a norte, e até o trecho sul do Rodoanel, em Mauá, totalizando aproximadamente 30 km. Garantia-se, assim, integração mais rápida com a Marginal Tietê e os municípios a leste da Região Metropolitana, além de tornar-se corredor de ligação entre o Aeroporto de Guarulhos, no sistema Ayrton Senna-Dutra, e o Porto de Santos, sistema Anchieta-Imigrantes (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2016, p. 8).

⁴⁵ O complexo Viário Jacu-Pêssego foi sendo construído em algumas etapas e recebeu grandes investimentos do governo federal, estadual e da prefeitura. O primeiro trecho foi inaugurado em 1996, na gestão de Paulo Maluf, nessa época era apenas uma via local, ligando os bairros de São Miguel, Itaquera e São Mateus. Em junho de 2008, foi entregue o trecho que faz a ligação ao norte com a Rodovia Ayrton Senna; em 2010 foi entregue o trecho que faz a ligação ao sul entre São Mateus com o município de Mauá. E em 2012, a última etapa foi completada fazendo a ligação com a Avenida dos Estados, em Santo André, e o trecho sul do Rodoanel, em Mauá, na região do ABC.

Imagem 2 – Complexo viário Jacu-Pêssego, Zona Leste do Município de São Paulo

Fonte: DERSA/SP.⁴⁶

Para o poder público o complexo viário Jacu-Pêssego se tornou a espinha dorsal para o desenvolvimento da região e para a localização de novos projetos. A partir de 2002, com a formulação do Plano Diretor Estratégico, essa área da cidade passa a ser vista como estratégica para o desenvolvimento em várias escalas: local, metropolitana e regional. E, a partir disso, alguns instrumentos urbanísticos e fiscais foram sendo criados para atrair investimentos privados e para justificar os investimentos públicos na Zona Leste.

Mas não era apenas o setor privado que pressionava o governo para transformar a região, as preocupações com a realidade social presentes na Zona Leste também não são novidade trazida pelo Plano Diretor Estratégico de 2002; poderíamos dizer que, desde a sua transformação em uma grande área periférica, vários atores sociais, especialmente aqueles presentes no território, sejam como moradores ou aqueles que de alguma forma ali atuam, já traziam a preocupação com a necessidade de pensar as carências e precariedades da região.

Deve-se lembrar que essa região da cidade teve uma forte atuação dos movimentos sociais, sindicais e da Igreja Católica, desde os anos de 1970, ora lutando contra a Ditadura

⁴⁶ Disponível em: <<http://www.dersa.sp.gov.br/empreendimentos/complexo-viario-jacu-pessego/>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

civil e militar, ora por melhores condições de vida nos bairros e por melhores salários nas fábricas, ou mesmo por todos esses motivos. Assim, como iremos discutir e analisar no capítulo 5, os movimentos sociais, sindicais e parte da Igreja católica se debruçavam sobre essas questões havia um bom tempo, mas outros atores sociais também vinham se articulando para propor ao poder público, na esfera municipal e estadual, ações para a Zona Leste.

As formas de atuar e tentar se representar diante do poder público, foram variando ao longo do tempo, mas para pensarmos as diretrizes da OUCRV, vale trazer à tona a formação do Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste (FDZL), em 1999, que nasce um contexto de discussão das concepções de planejamentos estratégicos, que defendiam novas configurações para as cidades diante da rede internacional e cidades.

O Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste (FDZL) foi fundado em 10 de novembro de 1999, por iniciativa de um grupo de empresários ligados ao Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – Distrital LESTE (CIESP Leste) e à Associação das Indústrias da Região de Itaquera (AIRI), e com o apoio da Federação das Indústrias do estado de São Paulo (FIESP), tendo por objetivo constituir um grupo capaz de disputar os investimentos públicos da cidade de São Paulo, reproduzindo para a Zona Leste (ZL), o que estava em andamento em outras regiões da cidade (SOARES, 2016, p. 22).

Para Soares (2016), o FDZL se forma num contexto em que vários grupos empresariais se organizam para disputar campos de influência no direcionamento das políticas públicas sobre a reestruturação que se dá na cidade a partir dos anos de 1980, com o processo de desconcentração industrial, com as novas imposições da economia globalizada e o discurso de transformação da cidade industrial em cidade do terciário avançado. Não podemos esquecer que esse momento é também de consolidação das parcerias público-privadas, da atuação das Organizações não-governamentais, ONGs; das Organizações Sociais de Interesse Público (OSCIPIs),⁴⁷ em diversos setores públicos, antes de atuação exclusiva do Estado. O novo tempo do mundo chega de várias formas ao Brasil e à cidade de São Paulo.

O Fórum, embora criado pelos representantes do setor privado, buscou atrair para as discussões sobre o desenvolvimento da Zona Leste comerciantes, diversas ONGs que atuam na região, representantes de movimentos sociais, da igreja católica, estudantes, universidades, políticos de vários partidos, representantes do SESC, SESI, entre outros.

⁴⁷ A Lei federal 9.990, de 23 de março de 1999, foi aprovada sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB.

De acordo com Soares (2016), o Fórum passou por momentos muito distintos, ao longo do tempo e, embora tenha organizado um Estatuto, grupos de trabalhos, seminários e encontros, perdeu, com o passar dos anos, um pouco de sua capacidade propositiva. Ao analisar as diferentes concepções de desenvolvimento para Zona Leste dos vários e diferentes participantes, do FDZL, a pesquisadora constata que, praticamente, havia duas visões a respeito do desenvolvimento para Zona Leste. Os participantes ligados aos movimentos sociais e moradores da própria Zona Leste apresentavam uma visão de desenvolvimento local, pensando as questões em escala local, pretendiam resolver problemas do bairro, do distrito – são ou estão ligados aos movimentos sociais. Por outro lado, há um grupo – representado por empresários e comerciantes – cuja visão sobre desenvolvimento para a Zona Leste está pautada pelo planejamento estratégico de competição entre cidades e têm uma visão que defende um desenvolvimento mais regional e mais articulados com as parcerias público-privadas.

A análise da formação do Fórum revelou três momentos distintos e muito bem marcados na sua trajetória, desenhando o movimento realizado pelo grupo ao longo de seus 15 anos de existência.

Esses três momentos se referem aos períodos de mudanças fundamentais na estrutura e composição do Fórum, operadas a partir de três diretorias. No primeiro momento fica clara a questão do empresariado, grupo que instituiu o FDZL; no segundo momento há uma tentativa dos movimentos sociais de se apropriarem do Fórum; no terceiro momento é a visão empresarial retoma a frente do FDZL por meio da perspectiva da sustentabilidade.

O primeiro momento compreende o período da fundação do FDZL em 1999 e vai até o ano de 2003; o segundo momento do Fórum foi datado nesse estudo a partir de 2004 e vai até 2012; e o terceiro momento inicia-se em 2013 até os dias atuais (SOARES 2016, p. 35).

O trabalho de Soares (2016) revela a existência da disputa entre vários grupos em torno dos rumos que o poder público poderia assumir ao planejar as diretrizes do futuro da cidade e sobre qual seria o papel da Zona Leste nesse novo cenário de reestruturação produtiva.

Quando a Prefeitura do município de São Paulo é assumida, em 2002, novamente por uma prefeita do Partido dos Trabalhadores, Marta Suplicy, a Zona Leste passa a ganhar uma nova centralidade nas discussões sobre o seu desenvolvimento. Nesse momento é formulado e constituído, por um grupo de assessoria do próprio gabinete da prefeita, o PRODEL, Programa de Desenvolvimento Econômico da Zona Leste.

Uma observação se faz importante sobre os participantes desse grupo; além de várias Secretarias da Prefeitura de São Paulo, outras prefeituras da Região Metropolitana irão compô-lo, como representantes da prefeitura de Mauá e Santo André, vereadores da Câmara de São Paulo e deputados estaduais da Assembleia Legislativa. Segundo Negrelos (2009), a realização desse projeto seria extremamente interessante para as prefeituras de Mauá e Santo André, pois contribuiriam para uma circulação de caráter metropolitana e integraria essas regiões em um maior circuito produtivo e de fluxos de mercadorias.

Mauá não tem ligação com nenhuma rodovia diretamente, apesar de possuir um parque industrial de base petroquímica muito importante e Santo André precisa articular-se com São Bernardo do Campo e Diadema para atingir as rodovias Anchieta e Imigrantes, respectivamente.

Para Santo André há um interesse adicional, que é a conexão, desde Mauá, com a Avenida dos Estados, que comporta o Projeto do Eixo Tamanduateí, em cuja extensão segue o vetor sul-norte, chamado “Diagonal Sul” e “Diagonal Norte” (NEGRELOS, 2009, p. 6).

Para Negrelos (2009), o que estava em jogo não era apenas a intencionalidade de transformar a Zona Leste, mas uma estratégia para reorganizar uma grande área do território metropolitano para fazer frente às novas demandas de reprodução do capital.

Como veremos mais adiante, essa centralidade que se buscava para a Zona Leste ganharia visibilidade, na gestão de Marta Suplicy, e, posteriormente, não apenas no Brasil, mas mundialmente com os preparativos para a Copa do Mundo de 2014.

O Plano Estratégico Diretor de 2002, ao planejar o desenvolvimento da cidade para o período de 2002 a 2014, adota o instrumento urbanístico Operação Urbana Consorciada para reconfigurar grande parte da cidade e, também, como mecanismo de desenvolvimento para a Zona Leste. Assim dizia o Plano Diretor de 2002:

As operações urbanas constituem o instrumento que abre as maiores oportunidades, devido à possibilidade de “modificações de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações das normas edilícias, considerado o impacto ambiental delas decorrente”, conforme dispõe o Estatuto da Cidade (art. 32).

É nas operações urbanas que se procura atrair o interesse dos empreendedores imobiliários. Nelas um plano de melhoramentos deverá garantir a permanência ou recuperação de um ambiente urbano, que assegurará a valorização dos imóveis, pois os investimentos deverão preservar ou recuperar vantagens locais para os seus empreendimentos imobiliários.

[...] *Outra oportunidade está na região leste, ao longo da avenida Jacu-Pêssego e no cruzamento desta com o Parque do Carmo, a Área de Proteção Ambiental do Carmo, e terras da Cohab, e na extensão de uma via até*

Guaianases, ocupando o lugar dos trilhos da ferrovia que foram retirados. Essa operação tem por objetivo o aumento das oportunidades de trabalho da população local (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2004, p. 161, grifo nosso).⁴⁸

A proposta apresentada em 2002, com o nome de *Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacu* (OUCRJ), pelo governo da prefeita Marta Suplicy, do Partido dos Trabalhadores, vai sendo refinada a partir de vários estudos urbanísticos, econômicos e de impactos ambientais técnicos e legais para que pudesse ser apresentada oficialmente. Esses estudos contaram com as equipes técnicas de várias Secretarias da Prefeitura, mas também com consultorias externas, como o escritório de consultoria internacional AT Kearney,⁴⁹ que elaborou o estudo “Atração de Investimentos em atividade industrial para a Zona Leste de São Paulo”, para identificar as potencialidades de investimentos econômicos e industriais na Zona Leste. De acordo com Negrelos (2009), esses estudos traziam uma série de referências e estudos de casos internacionais implantados em vários lugares do mundo.

Dentre os expedientes utilizados pela Prefeitura de São Paulo para a elaboração do programa e do projeto da operação urbana podemos destacar: 1) em 2003/2004 - Contratação de consultoria internacional, que elaborou um estudo continuado “Atração de investimentos em atividade industrial para a Zona Leste de São Paulo”, do campo econômico-empresarial para a identificação das potencialidades de implantação de determinados setores de atividade econômica industrial, no interior do qual encontramos uma análise de casos internacionais de implantação de “zonas de desenvolvimento econômico”: Lodz (Polônia/1997), Xangai (China/a partir de 1983), Hsinchu (Taiwan/a partir de 1980), Seoul (Coreia do Sul/a partir de 1964), Shannon (Irlanda/a partir da década de 1960), Monterrey (México/a partir dos anos 1960), San Jose (Costa Rica/1990), Zona Franca de Manaus (Brasil/1967), Bangalore (Índia/1990). 2) em 2004 - Construção de base metodológica fundamentada em três linhas estruturadoras do programa, consideradas “linhas de ação para gerar crescimento econômico, transformação urbana e inclusão social” (NEGRELOS, 2009, p. 9).

A Operação Rio Verde-Jacu é aprovada e torna-se a Lei 13.872, em 12 de julho de 2004, passando a ser regulamentada pelo Decreto 45.082, de 4 de agosto de 2004.

⁴⁸ *Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, 2002-2012*. Secretaria Municipal de Planejamento Urbano de São Paulo (SEMPLA) (Org.). São Paulo: Editora Senac; São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2004, p. 157 e 161/162.

⁴⁹ A AT Kearney é uma empresa norte-americana, de consultoria de gestão de negócios, fundada em 1926, que atua em 41 países, e passou atuar no Brasil em 1993. É considerada uma das maiores empresas de consultoria do mundo.

Imagem 3 – Localização da Operação Urbana Rio Verde-Jacu, na Zona Leste do Município de São Paulo

Fonte: Prefeitura de São Paulo/SMDU.

Essa Operação Urbana passa a fazer parte de um conjunto de propostas e iniciativas relativas ao Programa de Desenvolvimento Econômico da Zona Leste (Prodel), articulando um conjunto de medidas, como: a) articulação físico-territorial; b) um Programa de Incentivos Seletivos para Zona Leste (Lei Municipal 13.833, de 27/5/2004); e c) Investimentos em capacitação em educação em conhecimento (Lei Municipal 13.806, 10/05/2004).

A Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacu foi criada pela Lei nº 13.872, de 12 de julho de 2004, como parte de um programa que propõe a mudança da região pelo desenvolvimento econômico e social, visando à melhoria das condições gerais da região e da população residente. *Articulada ao Programa de Desenvolvimento da Zona Leste, tem por objetivo criar condições para a atração de investimentos geradores de emprego e renda e incentivar a instalação de atividades industriais e de prestação de serviços na região, especialmente os destinados à formação e capacitação profissional* (PREFEITURA DE SÃO PAULO, p. 6, grifo nosso).⁵⁰

Dada a complexidade do projeto de intervenção a ser elaborado pelo poder público, essa operação urbana foi estruturada em duas partes: a Parte I, correspondente ao proposto na Lei 13.872/04, e a Parte II, demandando mais estudos por parte do Executivo, foi proposta

⁵⁰ PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. *Operação Consorciada Rio Verde-Jacu*. Termo de Referência para Contratação de Empresa ou Consórcio de Empresas para Elaboração de Estudos Urbanísticos e Estudos Complementares de subsídio para atualização da Lei 13.872/04. Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SMDU). Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/trouc_rio_verde-jacu_-_versao_consulta_publica_1289322052.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2017.

apenas em 2007, na gestão seguinte, de José Serra/Gilberto Kassab, pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Como já apontamos, uma diferença dessa operação urbana em relação às demais, propostas para outras áreas da cidade de São Paulo, é que, enquanto as demais têm um caráter arrecadatório – especialmente a partir dos CEPACs –, esta, ao contrário, buscou oferecer subsídios ao setor privado para investir na região.

4.2 A EVOLUÇÃO DA OUCRVJ

Em discurso proferido, em 2004, na inauguração do Centro de Educação Tecnológica em Saúde Pública na Cidade Tiradentes, Zona Leste São Paulo, a prefeita Marta Suplicy, do Partido dos Trabalhadores, revelava a intensão do poder público em promover grandes mudanças para Zona Leste, como destacado no trecho abaixo:

É com grande orgulho que posso afirmar, hoje, que a Zona Leste – até a pouco esquecida pelos poderes públicos – começa a encontrar seu rumo. A luta de vocês por educação, trabalho e saúde encontrou dois governos (o federal e o municipal) dispostos a enfrentar o desafio da inclusão social e do desenvolvimento econômico da região.

[...]

Agradeço ao Presidente Lula, seu empenho pessoal. Na Zona Leste moram um terço da população paulistana, mas só 8% do total dos empregos na capital. Sua presença aqui mostra como podemos unir forças para inverter a lógica que faz da Zona Leste o lugar de maior concentração de desemprego e da pobreza de São Paulo.

Estamos criando todas condições para promover o emprego na região, atrair investimentos e qualificar a população da Zona Leste.

Partiremos desse discurso da prefeita Marta Suplicy para dar início às nossas discussões sobre qual ou quais concepções de desenvolvimento para essa região da cidade de São Paulo foram construídas ao longo de diversas gestões, mas que partilharam uma estratégia comum: buscar o desenvolvimento da região por meio dos grandes projetos urbanos, expressos nas propostas contidas no instrumento urbanístico operação urbana. O discurso sobre a necessidade de superação das desigualdades socioeconômicas e espaciais, presente do PDE de 2002, está fortemente respaldado no que diz respeito ao desenvolvimento urbano presente na Constituição Brasileira de 1988 e no Estatuto da Cidade de 2001.

O discurso da prefeita traz alguns dados relevantes: primeiro, há uma indicação de que, então, o poder público passaria a priorizar a Zona Leste em seus projetos de desenvolvimento; segundo, essa prioridade do poder público é uma resposta ao processo de

luta da própria população em busca de melhores condições de vida na região e por, último, que o governo federal também estaria envolvido nessa grande tarefa de desenvolvimento do local. Por outro lado, veremos que os projetos de desenvolvimento também estiveram fortemente ancorados nas propostas internacionais de planejamento estratégico das cidades que visavam a inserir a cidade em uma dinâmica da economia global, por meio dos grandes projetos urbanos e pela parceria entre poder público e setor privado.

Esses indicativos no discurso da prefeita nos colocam diante de algumas questões: os planos municipais conseguiriam resolver os problemas gerados pela pobreza a partir de projetos locais? O tempo da sua gestão seria suficiente para alcançar tais objetivos? O capital privado teria o mesmo interesse na região para passar a fazer os seus investimentos ali, gerando emprego e renda? Essas são algumas das questões que nos orientaram a analisar os projetos propostos para a região.

O PDE de 2002, Lei 13.430/2002, apresenta pela primeira vez o perímetro da OUCRJV, como podemos ver no mapa 2 e na imagem abaixo, ainda era uma área mais restrita ao longo da Av. Jacu Pêssego/Nova Trabalhadores até o limite do Parque do Carmo. Essa operação urbana encontrava-se dentro da Macroárea de Reestruturação e Requalificação, abrangendo, parcialmente áreas de São Miguel Paulista, Itaquera e São Mateus.

Com a Lei 13.885/04, referente aos Planos Regionais, o perímetro da OUCRVJ sofre uma ampliação, e com a Lei 13.872/04, que a regulamenta, sofrerá novamente uma outra ampliação, como pode ser visto na imagem abaixo. Essa operação foi aprovada em 2004, mas não pode ser implantada, pois não haviam sido elaborados os estudos de impacto ambiental EIA/RIMA.

Imagem 4 – Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacu, na proposta do PDE, na Lei específica 13.872/2004, e no Plano Regional Estratégica, Lei 13.885/2004

Fonte: GRILLO (2013).

O documento Termo de referência para contratação de empresa ou consórcio de empresas para elaboração de estudos urbanísticos e complementares de subsídio para atualização da lei de 13/872/04⁵¹ assim define a área: a região da OUCRVJ está localizada na Zona Leste do Município, incluindo áreas das regiões administrativas de São Miguel, Itaquera e São Mateus, cortadas de norte a sul, pelo complexo Jacu-Pêssego/Nova Trabalhadores, como pode ser visto nas fotos 1, 2 e 3. Abrangendo um território de aproximadamente 10.510 ha (área bruta dos distritos) e concentra 1.095.635 habitantes (IBGE, 2010), o que representa 0,9% da população total residente na cidade.

⁵¹ Prefeitura de São Paulo (cidade). *Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacu*. Termo de referencia para contratação de empresa ou consórcio de empresas para elaboração de estudos urbanísticos e estudos complementares de subsídio para atualização da Lei 13.872/04. Secretaria de Desenvolvimento Urbano. São Paulo, s/d. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/trouc_rio_verde-jacu_-_versao_consulta_publica_1289322052.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.

Foto 1 – Vista aérea da Região de São Miguel Paulista (trecho norte da OUCRVJ)

Foto 2 – Vista aérea da Região de Itaquera (trecho central da OUCRVJ)

VISTA AÉREA DA REGIÃO DE ITAQUERA.
Fonte: SECOM/PMSP - 21 a 25 de fevereiro de 2011.

Foto 3 – Vista aérea da Região São Mateus (trecho sul da OUCRVJ)

VISTA AÉREA DA REGIÃO DE SÃO MATEUS.
Fonte: SECOM/PMSP - 21 a 25 de fevereiro de 2011.

Entre os dados importantes para a Prefeitura planejar a reestruturação da região, um deles diz respeito à distribuição do emprego formal na área da OUCRVJ. De acordo com o Relatório:

Segundo a Relação Anual de Informações Sociais 2007 – RAIS, aproximadamente 48% dos empregos formais da área da Operação Urbana estão nos grupos de serviços administrativos, nos serviços em geral e vendedores do comércio em lojas e mercados, atividades pouco complexas. *Cerca de 24,5% dos empregos formais relacionam-se a atividades pouco complexas de produção de bens e serviços industriais (incluindo construção civil)* e apenas 5% estão relacionados a atividades complexas da produção de bens e serviços. Quanto à distribuição de empregos por estabelecimento da área da OUCRVJ, esta é maior na indústria de transformação observando-se a seguinte proporção: 7 empregos por estabelecimento comercial; 12,79 empregos por estabelecimentos de serviços, e *18,53 empregos por estabelecimento industrial* (total de empregos formais 84.868 na OUCRVJ, representando 2,72% do total de empregos formais da cidade) (PREFEITURA DE SÃO PAULO, s/d, p. 4, grifo nosso).

Embora o maior número de empregos na região esteja relacionado aos serviços administrativos, e nos serviços em geral, de pouca complexidade, a indústria, os serviços industriais (incluindo construção civil), emprega 24,5% dos trabalhadores da região, além de ser a indústria que oferece o maior número de empregos por estabelecimento: 18,53. Os dados nos revelam que, apesar do baixo número de empregos na região em comparação com a cidade, ainda há uma presença do setor industrial naquela área. Para o poder público, essa seria uma das razões para se incentivar a instalação de novas indústrias na área definida como Polo Econômico, que abrange a área tratada por Polo Industrial de Itaquera.

A Lei 23.872, de 12 de julho de 2004, que instituiu a OUCRVJ, ao apresentar quais são as diretrizes gerais e específicas desse projeto para gerar desenvolvimento na região, reafirma o papel da indústria nesse novo contexto, como podemos ver nos artigos 2º e 3º da lei, citados abaixo.

Art. 2º.

Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacu tem como diretrizes gerais:

I - criar as condições para a atração de investimentos geradores de emprego e renda;

II - incentivar a instalação de atividades industriais e de serviços na região e estabelecer condições para a sua ocupação racional e produtiva;

III - melhorar as condições de circulação de pessoas e de distribuição de bens e serviços;

IV - elaborar projetos de melhoria das condições ambientais e urbanísticas da região do extremo leste da cidade;

V - direcionar a aplicação dos recursos públicos na região;

VI - apoiar a implementação dos planos urbanos e de desenvolvimento da região;

VII - promover a integração inter e intra-regional através da complementação do sistema viário;

VIII - promover a diversificação do uso do solo.

Art. 3º Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacu tem como diretrizes específicas:

I - criar condições para incremento e viabilização das atividades industriais, comerciais e de serviços existentes e das que venham a ser implantadas;

II - implantar, em Áreas de Projetos Especiais, um sistema de áreas verdes e espaços públicos especialmente junto aos córregos e áreas de risco, de propriedade pública ou privada, por meio da urbanização e remoção da ocupação inadequada ou irregular;

III - promover a melhoria das condições de habitabilidade e a regularização fundiária, edilícia e urbanística das áreas ocupadas irregularmente e dos conjuntos habitacionais já consolidados;

IV - promover a provisão habitacional à população de baixa e média renda mediante implementação de novas tipologias residenciais, incentivo a novos empreendimentos imobiliários públicos e privados e adoção dos programas habitacionais de acesso à moradia;

V - implementar o programa de intervenções constante do Capítulo IV desta lei.

Naquele momento, a lei trazia, em seu artigo 8º – que discorre sobre as possibilidades de modificação dos índices de das características de parcelamento, uso e ocupação do solo, e das normas edilícias –, a possibilidade de utilização dos CEPACs – que fazia parte da tentativa de atrair o capital imobiliário para a região. Chegou-se a prever que 15% da arrecadação com CEPACs seria destinado para provisão de moradia popular,⁵² o que não ocorreu, porque não houve interesse do mercado imobiliário na região.

Art.8º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações das normas edilícias e estabelecer as formas de pagamento das contrapartidas para os lotes contidos no interior do perímetro da Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacu, nos termos desta lei.

§ 1º O pagamento das contrapartidas poderá ser feito em dinheiro, obras, bens imóveis ou certificados de potencial adicional construtivo – CEPAC.

§ 2º O cálculo das contrapartidas financeiras levará em conta:

I - até a realização do leilão de venda do CEPAC, a fórmula referida nos arts. 213 e 214 da Lei Municipal no. 13.430, de 2002 – Plano Diretor Estratégico [...].

⁵² Esta proposta de uso de 15% dos CEPAC foi feita quando as diretrizes da OUCRVJ foi revista na gestão Kassab, em 2007.

Mesmo não tendo sido implantada, em 2004, os estudos para a sua viabilidade tiveram continuidade pelos órgãos técnicos da Prefeitura, em diferentes gestões; de acordo com Grillo (2013, p. 161), “partir de 2006, os melhoramentos viários desta operação começaram a ser revistos dentro da EMURB e, em 2008, a responsabilidade de desenvolver estudos para atualização dessa legislação passou para a recém-criada Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU, criada com o corpo técnico de SEMPLA responsável pelo planejamento urbano”.

Outro fator que fez com que a OUCRVJ não se concretizasse foi a falta de interesse do mercado imobiliário pela região, por isso a proposta de venda de CEPACs não se realizou. Assim reafirma Grillo (2013, p. 161):⁵³

Vale ressaltar que esta operação, de forma diversa dos outros perímetros estabelecidos nas áreas ditas mais nobres da cidade, não conta com interesse do capital imobiliário para dinamizá-la. Na verdade durante um período longo o Estado deve realizar grandes investimentos em infraestrutura para aparelhar o território e alcançar seu principal objetivo que é dinamizar a economia da região e gerar grande quantidade de empregos.

Os estudos técnicos sobre a viabilidade da OUCRJ continuaram internamente, coordenados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU, e, em 2012, pelo consórcio CDIW, composto pelas empresas Diagonal Empreendimentos Gestão de Negócios Ltda., JW Jorge Wilhelm Consultores Associados, Idom Ingeniería y Consultoría e Consult Soluções Patrimoniais, que venceu a licitação,⁵⁴ promovida pela SMDU, para realizar todos os estudos técnicos necessários para elaborar o PUE – Plano Urbanístico Específico,⁵⁵ da OUCRJ, como os Projetos Estratégicos; Estudo de capacidade de suporte da infraestrutura e mobilidade; o Estudo de avaliação econômica; o Estudo de impacto ambiental e o Plano de

⁵³ Vale ressaltar que a avaliação feita por Grillo (2013, p. 161) não é apenas a de alguém que está dentro da academia, pois a autora coordenou, como técnica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, os estudos referentes à OUCRVJ, no período de 2008 a 2012.

⁵⁴ Processo de Licitação nº 2010-0.345.158-2, para contratação de empresa ou consórcio para elaboração dos estudos urbanísticos e dos estudos complementares das Operações Urbanas Consorciadas Rio Verde-Jacu (Lote 01), Lapa-Brás (Lote 02) e Mooca-Vila Carioca (Lote 3), de 12 de abril de 2012. O consórcio CDIW foi o vencedor para o Lote 01 (Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacu).

⁵⁵ De acordo com o Estatuto da Cidade, toda operação urbana precisa desenvolver um Plano Urbanístico Específico, para o perímetro objeto da intervenção.

comunicação da Operação Urbana. O valor total do trabalho cobrado pela Consultoria CDIW, incluindo todas as etapas e fases de estudo, foi de R\$ 10.822.821,83.⁵⁶

Os estudos promovidos pelo Consórcio CDIW se pautaram pelo documento Termo de referência para contratação de empresa ou consórcio de empresas para elaboração de estudos urbanísticos e complementares de subsídio para atualização da lei de 13/872/04, além de partir dos estudos que já haviam sido realizados pelos diversos órgãos do corpo técnico da Prefeitura de São Paulo, ao longo desses vários anos, especialmente pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

A continuidade dos estudos pelo Consórcio CDIW e pela SMDU seguiu sofisticando as propostas anteriores em relação aos parâmetros urbanísticos, ambientais, sociais e econômicos para a região. Em documento produzido pelo CDIW, eles assim se apresentam:

A perspectiva adotada para a análise das propostas PMSP reconheceu um processo de construção técnica ao longo do tempo, não linear e que atravessou diferentes gestões e suas diferentes visões. Permaneceu, entretanto, o objetivo de reorientar o desenvolvimento de uma região que se caracteriza por uma expansão desordenada, sem controle e sem qualidade urbana (CONSÓRCIO CDIW, 2013, p. 11).⁵⁷

Um dos primeiros aspectos apresentados pela avaliação era o reconhecimento da grande extensão da área da OUCRVJ e, portanto, da necessidade de setorizá-la a fim de propor para cada setor condições e parâmetros de uso e ocupação do solo de forma diferenciada. Além disso, as propostas buscaram indicar uma composição de uso do solo garantindo a presença da indústria, do comércio e dos serviços na área delimitada para a operação urbana. O território passaria a ter as seguintes áreas: Setor de Comércio e Serviço (CS); Setores de comércio, Serviços e Indústrias; Setores de Urbanização Controlada (MPA); Setores de Uso Misto, como pode ser visto no mapa 14.

⁵⁶ Informação disponível no site da Prefeitura de São Paulo. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/ourv_quadro_01_custos_fases_1310247170.pdf>. Acesso em: 18 out. 2019.

⁵⁷ Relatório Integrado, 2.1.4 – Operação Urbana Consorciada Rio Verde Jacu. Prefeitura de São Paulo. SP Urbanismo São Paulo Urbanismo. Consórcio CDIW. Outubro, 2012. p. 11.

Mapa 14 – Setores do Perímetro da Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacu

4.3 DIFERENCIAÇÃO DAS PROPOSTAS PARA O PERÍMETRO DA OUCRVJ

Nesse aspecto, notamos a intencionalidade do setor público de induzir na região o comércio e os serviços, já que há uma predominância de uso residencial, inclusive de baixo e médio padrão. Tal mudança no uso do solo se justificaria pela necessidade de gerar emprego e renda na própria região, também relacionados ao comércio e aos serviços, além de atrair os investimentos do setor imobiliário, a partir de uma nova dinamização econômica e da mudança dos parâmetros urbanísticos anteriores, especialmente porque em vários setores passa a ser permitido um aumento do potencial construtivo.

4.3.1 Setores de Comércio e Serviços

As áreas destinadas ao comércio e serviço estão localizadas no eixo da Av. Jacu Pêssego, Avenidas Luiz Aires/José Pinheiro Borges, em Itaquera, e Av. Mateo Bei/Sapopemba e Ragueb Chohfi, em São Mateus, que são áreas que exercem um papel de centralidade na região, pelo comércio e serviços existentes ali e pelo seu fluxo viário. O que se propõe para estas áreas:

- a) incentivo ao remembramento para composição de lotes de 1.500m², por meio da concessão de gratuidade de construção adicional de 20% da área do lote resultante;
- b) incentivo para usos de estoques construtivos de comércio e serviços nesses setores, buscando-se uma proporção 70% para esses fins e 30% para usos residenciais diversificados;
- c) incorporação de usos comerciais em conjuntos habitacionais HIS e HMP (10%);
- d) incentivos para alargamento dos passeios públicos;
- e) soluções alternativas de drenagem.

Há um interesse do poder público em transformar o uso do solo e seu parcelamento nessas áreas, inclusive propondo remembramento e verticalização, o que geraria uma nova configuração. Além disso, elas compõem as áreas de incentivos fiscais oferecidos para atrair esses setores para a Zona Leste. Em nossa análise, há aqui uma nova contradição, pois, ao realizar trabalho de campo, especialmente na Av. Jacu-Pêssego, em um trajeto (norte-sul) da Marginal Tietê até São Mateus, constatamos uma grande quantidade de pequenos comércios e serviços, típicos da periferia, ao lado das grandes redes atacadistas que estão chegando ao local, como Atacadão, Assai e grandes supermercados como Carrefour, entre outros. A

questão que se coloca é: para quem serão destinos os incentivos fiscais? Aos pequenos comerciantes e prestadores de serviços ou apenas ao grande negócio? As grandes redes de comércio que estão se instalando nesses locais desarticulam o pequeno comércio e serviços presentes não apenas nesses eixos, mas nos bairros no seu entorno.

Uma outra questão colocada pelo próprio Consórcio foi sobre a verticalização gerada futuramente nessas vias, que poderia sobrecarregar o trânsito local, tornando-as incompatíveis com o trânsito mais pesado de caminhões oriundos das áreas industriais no entorno.

4.3.2 Setores de Comércio, Serviços e Indústrias

São áreas já incorporadas ao perímetro da lei de incentivos seletivos para estimular a criação de empregos. São as áreas predominantemente industriais, que se encontram em Itaquera, que apresentam fragilidades ambientais, por isso o tipo de ocupação e a densidade precisam ser levados em conta, porque estão próximas – ou até mesmo as contêm – de várias cabeceiras de rios e possuem importantes fragmentos de Mata Atlântica do local. Dentro desse setor se encontra, também, a Nitroquímica, em São Miguel, onde não se espera um incremento de atividades, mas apenas a sua regularização, e, por último, a área ao sul da OUCRVJ, em São Mateus.

As diretrizes para transformações dessas áreas são:

- a) incentivar a modernização das atividades industriais, visando a menores impactos urbanos e ambientais;
- b) estimular a criação do Polo Econômico – Projeto Estratégico Entre Rios;
- c) incentivar condomínios industriais e logísticos no limite com Mauá, devido a sua localização estratégica;
- d) estimular atividades de logística de carga para implantar atividades de abastecimento, terminais intermodais e outros equipamentos de interesse metropolitano e macrometropolitano.

É possível perceber que, a partir das diretrizes propostas para essas áreas, os incentivos já não dizem respeito às atividades industriais tradicionais, busca-se estimular na região atividades industriais consideradas inovadoras, tanto em seu aspecto produtivo, como na relação com o ambiente e nas formas de gestão.

Além disso, o estímulo aos setores de logística, armazenamento, terminais intermodais, parece reforçar a construção de uma centralidade para uso em escalas metropolitana e macrometropolitana.

É importante verificar como a mão de obra qualificada para essas novas atividades industriais seria formada e qualificada no próprio território. Caso contrário, a geração de emprego não será para os moradores da própria região, mas para profissionais qualificados de outras regiões da cidade.

4.3.3 Setores de Urbanização Controlada

Nesses setores estão localizadas as áreas de proteção ambiental presentes no território, como a APAs do Carmo e do Iguatemi, além das bacias dos rios Verde e Jacu, do Aricanduva e do Itaquera. Além disso, nessas áreas estão presentes ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), antigas chácaras e ocupações irregulares.

As diretrizes para essas áreas procuram manter as normativas de proteção ambiental e de uso restrito, de acordo com as legislações já vigentes.

4.3.4 Setores de Uso Misto

São as áreas restantes do perímetro da OUCRVJ, encontram-se entre os grandes eixos viários e metroferroviários, das três Subprefeituras. São áreas onde predominam ocupação residencial horizonte de baixo e médio padrão e os conjuntos habitacionais. As diretrizes propostas para esses setores, de maneira geral, buscam estimular a ocupação vertical, promovendo um maior adensamento da área, além de incentivar um uso mais diversificado, com adensamento residencial e uso comercial no térreo. Os parâmetros urbanísticos propostos procuram reverter o uso residencial horizontal de pequeno porte, típico dos bairros mais pobres. Segundo as diretrizes, a proporção desses usos seria de 70% de uso residencial e 30% para comércio e serviço. As realocações das famílias removidas por estarem em área de risco, áreas desapropriadas e em habitação subnormal seriam para essas áreas, com os empreendimentos de HIS e HMP.

4.4 OS PROJETOS ESTRATÉGICOS PARA A OUCRVJ

A PUE da OUCRVJ buscou incentivar a mudança no padrão de uso e ocupação do solo, a partir de critérios urbanísticos e de incentivos fiscais previstos para várias áreas do perímetro da operação urbana. Além dos setores, também foram desenhados cinco Projetos Estratégicos, distribuídos nos territórios das subprefeituras de São Miguel Paulista, Itaquera e São Mateus, que fazem parte do seu perímetro.

Segundo o *Relatório 2.1.2 – Projetos Estratégicos*, elaborado pelo Consórcio CDIW, a elaboração e proposição dos cinco projetos Estratégicos, conforme mapa 15, levou em consideração:

a estrutura viária, o uso e ocupação do solo, as concentrações habitacionais e de atividades econômicas, definindo um esquema de mobilidade que responde a estrutura das vias, classificadas de forma geral e conceitual em estruturantes, coletoras e locais, e que permite criação de “superquadras” onde se permite escalar os usos e os deslocamentos populacionais (CONSÓRCIO CDIW, 2013, p. 2).⁵⁸

Tais Projetos Estratégicos teriam a função de dinamizar a área onde estão instalados, valorizando as potencialidades do território. Vejamos quais são projetos o que eles pretendiam.

⁵⁸ Relatório 2.1.2 – Projetos Estratégicos – Operação Urbana Consorciada Rio Verde Jacu. Prefeitura de São Paulo. SP Urbanismo São Paulo Urbanismo. Consórcio CDIW. Junho, 2013. p. 2.

Mapa 15 – Projetos Estratégicos da Operação Urbana Consorciada Jacu-Pêssego

Fonte: SMDU/2012.

4.4.1 Projeto Estratégico São Miguel Paulista

O Projeto Estratégico São Miguel Paulista localiza-se no centro do Distrito administrativo de São Miguel, região que se destaca pela presença de importantes referenciais do patrimônio Histórico (Capela e a Matriz de São Miguel Arcanjo) e por significativa infraestrutura de transportes públicos (estação de trem da CPTM e terminal da SPtrans e importantes vias de acesso metropolitano).

Essa região do Projeto Estratégico é marcada por atividades econômicas ligadas ao comércio, apresenta 5.500 postos formais nessa atividade e uma quantidade expressiva de empregos relacionados ao grupo de atividades administrativas e de serviços complementares, como limpeza em prédios e domicílios, e no de serviços de apoio a edifícios.⁵⁹ De acordo com o Relatório, a área apresenta tendência às atividades comerciais, que está relacionada pelo intenso fluxo de pessoas em virtude dos transportes públicos na região, por isso tem potencial para aumentar o comércio voltado para a população local e para aquelas de outras regiões que circulam na área em função dos terminais de transportes públicos.

O Projeto Estratégico sugere como atividade “âncora” a qualificação da orla ferroviária, com a implantação de parques, instituições de lazer e cultura, espaços para feiras, exposições e serviços e áreas verdes. A intenção é qualificar a área e valorizar o patrimônio histórico presente nela.

4.4.2 Projeto Estratégico Caititu e seu entorno, em Itaquera

O Projeto Estratégico Caititu localiza-se no distrito administrativo de Itaquera, ao longo da Avenida Itaquera, delimitado pelas Avenidas do Imperador, Jacu-Pêssego e Águia de Haia e ao norte do Polo Institucional de Itaquera, onde se encontra a estação de metrô Itaquera. O padrão de ocupação predominante é a habitação horizontal de baixo e médio padrão, com presença de ocupações irregulares.

⁵⁹ Dados do Relatório 2.1.2 – Projetos Estratégicos – Operação Urbana Consorciada Rio Verde Jacu. Prefeitura de São Paulo. SP Urbanismo São Paulo Urbanismo. Consórcio CDIW. Junho, 2013. p. 11.

É a área que se caracteriza pela maior ausência de atividades econômicas. O comércio e os serviços são de pequeno porte, típicos de bairros pobres, e destinados ao público local. A proposta do Projeto Estratégico é criar ali um parque equipado e articulado com os novos espaços de circulação, lazer e equipamentos públicos. Propõe-se investir em qualificação e treinamento da população jovem da região, para que possa usufruir das oportunidades dos futuros empregos.

4.4.3 Região entre Rios (Rio Verde e Rio Jacu) – Itaquera

O projeto Estratégico Entre Rios está localizado na área central da OUCRV, a leste do Parque do Carmo e a cerca de 2 km do Polo Institucional de Itaquera. As principais vias de acesso são a Av. Jacu-Pêssego e a Av. Adriano Bertozzi. O perímetro desse projeto engloba o terreno doado pela Prefeitura para construção de um novo campus da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), que desde 2017, vem oferecendo cursos, especialmente de extensão, a partir do seu Instituto das Cidades, em uma pequena instalação e vem lutando por verbas para construção do campus e a implantação dos cursos de graduação.

As atividades comerciais dessa área concentram-se basicamente na Av. Jacu Pêssego e os industriais na Av. Adriano Bertozzi.

Essa área apresenta atividades comerciais e industriais, mas com poucas grandes empresas. Os quase 5.000 mil empregos na região concentram-se nessa área, principalmente na indústria. A maioria das empresas não é de grande porte, caracteriza-se por indústrias de metais sanitários, produtos trefilados de metal e alimentos.⁶⁰

O que caracteriza a região é a sua ocupação rarefeita e irregular, com extensas áreas não ocupadas ou subutilizadas, por tratar-se de antigas áreas rurais. É considerada a mais estratégica da OUCRVJ, por essas características e pela sua localização na Av. Jacu-Pêssego, que facilita a interligação com a região do ABC, o Rodoanel, a Rodovia Ayrton Senna, Guarulhos, o Aeroporto e o Porto de Santos. Está no meio de um corredor viário que se liga a vários municípios da região metropolitana e à macrometrópole, como pode ser visto no mapa.

⁶⁰Dados do Relatório 2.1.2 – Projetos Estratégicos – Operação Urbana Consorciada Rio Verde Jacu. Prefeitura de São Paulo. SP Urbanismo São Paulo Urbanismo. Consórcio CDIW. Junho, 2013. p. 12.

Por isso o que se prevê para essa região é a criação de um Parque Tecnológico, para gerar emprego e renda no local, mas sem excluir atividades típicas de um Polo Industrial.

Aqui se observa um importante aspecto dessa incorporação da Zona Leste nesse novo momento de reprodução do capital. Os Polos industriais, como é o caso do Polo Industrial de Itaquera, diante das novas formas de produção e gestão, são considerados ultrapassados e inviáveis, nesse novo momento do urbano, pois precisam de grandes extensões de terra, que hoje em áreas altamente urbanizadas estão com seus estoques cada vez mais reduzidos. Como o Relatório do consórcio CDIW revela:

Cada território viu a necessidade de criar formas de atrair novas empresas e produzir novos produtos, cada vez mais criativos e inovadores, para poder competir em âmbitos geográficos de diferentes magnitudes, local, regional e mundial, daí parques tecnológicos e científicos que conseguiam criar dinâmicas bastante eficazes, uma vez que possibilitavam de forma mais direta com as empresas do entorno (CONSÓRCIO CDIW, 2013, p. 3).⁶¹

O Relatório apresenta uma concepção mais ousada ainda, pois a concepção de Parque Tecnológico também apresenta restrições, portanto o que se deseja criar, ao longo do tempo, é algo ainda mais avançado. Haveria uma transformação de Polo Industrial, para Parque Tecnológico, chegando ao que é denominado de Parque Dinamizador ou Tecnópolis. Segundo a proposta, essa modalidade de indução econômica é a que mais dialoga com as metrópoles contemporâneas. Vejamos como esta ideia é esclarecida pelo próprio Consórcio CDIW:

Este modelo [Parque Dinamizador] é baseado em princípios do Urbanismo Contemporâneo e se orienta com uma maior integração entre urbanismo, a produção de conhecimento, o desenho arquitetônico e o desenvolvimento econômico. Com o Parque Dinamizador se incrementa o grau de assistência a programas, serviços, espaços para lazer, qualidade ambiental, e também se amplia a presença de universidade/instituições de pesquisa com a integração de outros usos do solo e funções (CONSÓRCIO CDIW, 2013, p. 3).⁶²

O que se apresenta é uma atualização da área que já era um Polo Industrial ou Polo Econômico em Itaquera. As intervenções nessa área buscariam construir, a longo prazo, um Parque Dinamizador, integrando a produção econômica com a produção de conhecimento – representado pela presença dos campi da USP-Leste e da UNIFESP-Campus Zona Leste – e

⁶¹ Relatório 2.1.2 – Projetos Estratégicos – Operação Urbana Consorciada Rio Verde Jacu. Prefeitura de São Paulo. SP Urbanismo São Paulo Urbanismo. Consórcio CDIW. Junho, 2013. p. 3.

⁶² Ibidem, p. 3.

juntamente a uma ocupação ordenada do solo, também sob novos parâmetros urbanísticos e ambientais. Essa “sinergia” seria capaz de modernizar a região e gerar emprego e renda. A ideia central do Projeto Estratégico Entre Rios era criar nessa área da Zona Leste a tal “sinergia” entre:

- a) empresas de outros setores para oferecer produtos e serviços demandados pelas empresas instaladas ali (serviços financeiros, seguros, consultoria, assessoria fiscal e jurídica, laboratórios, logística, marketing e publicidade);
- b) empresas que fornecem serviços para as pessoas que trabalham no local (restaurantes, hotéis, serviços, creche, comércio, escolas, serviços médicos e bancários, entre outros).

O Relatório assim define as intenções para essa área:

Certamente, o Parque Dinamizador do Entre Rio não deve se configurar como uma ilha de atividade econômica em meio de um tecido rural e residencial, e sim, como um espaço urbano com todas as funções e serviços próprios dos espaços urbanos cuja característica essencial seja a especialização na produção de conhecimento e tecnologia (CONSÓRCIO CDIW, 2013, p. 4).⁶³

De acordo com as propostas de indução do desenvolvimento econômico para região da OUCRVJ, é possível perceber que a intenção não é apenas manter um espaço destinado ao setor produtivo em Itaquera, agora trata-se de estimular uma “modernização” do setor produtivo no território. Essa “modernização” está fortemente vinculada à produção de conhecimento e de novas tecnologias, para responder aos novos processos de competição e acumulação de capital.

A questão que se coloca em relação a esse novo perfil é em que medida os atuais moradores da região serão contratados por essas novas empresas. Como garantir a qualificação dos trabalhadores para esse novo momento? Além disso, sabemos que tratar a questão apenas como qualificação da mão de obra é um dos mitos da modernização.

⁶³ Relatório 2.1.2 – Projetos Estratégicos – Operação Urbana Consorciada Rio Verde Jacu. Prefeitura de São Paulo. SP Urbanismo São Paulo Urbanismo. Consórcio CDIW. Junho, 2013. p. 4.

Outro aspecto abordado pelo projeto de intervenção diz respeito ao tempo necessário para o tal Polo Dinamizador realmente ofertar um número razoável de empregos. Por isso o documento técnico fala em uma progressão de desenvolvimento, a partir da instalação na região de determinados grupos de empresas que gerariam os primeiros empregos e iriam criando uma sinergia para atrair novas empresas. De acordo com esses estudos:

[...] Identificou-se determinados usos de especial relevância em sua potencialidade catalisadora para dinamizar a localização da atividade econômica do PE entre rios. Entre os que se destacam, além dos possíveis usos tecnológicos, certas implantações específicas como os *call centers*, os *back offices* de empresas médias ou grandes, e os *strip center* como modelo de implantação comercial local especialmente válida para estes contexto territorial (CONSÓRCIO CDIW, 2013, p. 4).

Portanto, o universo temporal e as atividades correspondentes seriam:

a) Curto prazo (5 primeiros anos) e médio prazo (6º ao 10º ano ou 15º ano): gerar empregos com carteira assinada, que se adequem ao perfil da mão de obra local, e ao mesmo tempo criar condições para que as gerações futuras ou os jovens possam se qualificar para os próximos empregos que exigirem novos perfis. Por isso recomenda-se a criação de CEUS, ETECs, FATECs na região. A ETEC e a FATEC foram previstas e construídas no Polo Institucional.

b) Longo prazo (11º ou 16º ano ao 30º ano): momento da concretização de todos os projetos transformadores propostos (renovação e melhorias urbanísticas, geração de empregos locais, capacitação e qualificação dos jovens da região, instalação de universidades) e a criação de um parque tecnológico. “O parque tecnológico pressupõe muito mais do que um espaço físico para incubadoras, empresas de tecnologia e centros de pesquisa”. De acordo com a definição dada no documento: “[...] parte do princípio de se desenvolver um ‘sistema local de inovação’, em que haja integração entre universidade (ensino, pesquisa e extensão focadas em inovação e tecnologias aplicadas), as empresas e o Estado” (p. 8).

O poder público também previu uma série de investimentos para a área no entorno do metro Itaquera, para criar ali o que é chamado de Polo Institucional. A intenção era criar a “tal da sinergia” entre os Projetos Estratégicos Entre Rios (Polo Econômico) e o Polo Institucional. Podemos ver na imagem abaixo os empreendimentos previstos para o Polo Institucional, a partir de investimentos da prefeitura e do governo do estado.

Imagem 5 – Polo Institucional de Itaquera

1. Fórum	4. Ensino e Capacitação Profissional	7. Polícia Militar
2. Rodoviária	5. Incubadora e Laboratórios	8. Obra social Dom Bosco
3. FATEC/ETEC	6. Centros de Convenções e Eventos	9. Parque Linear Rio Verde

Fonte: SMDU/2011.

De todos os equipamentos propostos, os que até agora se efetivaram foram a FETC/ETEC e o Poupatempo, como investimentos públicos, as demais obras ainda não saíram do papel.

Outro dado relevante dos estudos realizados pelo Consórcio CDIW e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) era a aposta de o desenvolvimento industrial inovador na região se dar vinculado ao desempenho do Pré-Sal, vejamos como o documento apresenta essa informação:

Acreditamos que o *momentum* é a expansão do segmento de petróleo e gás (proposta de longo prazo para Entre Rios). [...] segundo informações extraídas da reunião de 30 de outubro de 2010 com Sr. José Alexandre, o segmento de máquinas e equipamentos, representado pela ABIMAQ, teria interesse na região, devido à sua boa localização em relação aos portos de São Sebastião e Santos, em atividades ligadas ao Pré-Sal paulista. Neste sentido, disponíveis da OUCRJ seriam atrativas, dada a pouca

disponibilidade alternativa de áreas a custos competitivos (CONSÓRCIO CDIW, 2013, p. 8).

Não têm sido esses os caminhos que os projetos tomaram na região, especialmente pelo momento que passamos a viver no país, com os processos de privatização do Pré-Sal, o que tem refletido em baixo crescimento industrial não só nesse setor como em muitos outros.

Todas essas intervenções, que procuram gerar desenvolvimento na área do Projeto Estratégico Entre Rios e na área da OUCRJ, precisam de um forte estímulo governamental por meio dos incentivos e da capacidade da municipalidade em atrair novas empresas para o local. Não foi por acaso que a decisão da abertura da Copa do Mundo e a construção do Estádio do Corinthians foram tão espetacularizados. A Zona Leste era apresentada, não apenas para a cidade de São Paulo, mas para o mundo, como a nova área de investimentos e crescimento econômico.

Assim é possível compreender por que o governo municipal criou o Programa de Incentivos Seletivos para a região, por meio das Leis 14.654/07 e 14.888/09; conforme o próprio nome da lei já dizia, os incentivos seriam selecionados para determinadas áreas e para determinados tipos de empresa, conforme imagem 6.

Esses incentivos buscavam disputar com outras regiões da cidade de São Paulo os investimentos privados, já que a Zona Leste está em desvantagem em relação às áreas com melhor infraestrutura, maior mercado consumidor, mão de obra mais qualificada etc. da cidade de São Paulo.

Na gestão de Kassab, em 2009, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano atualiza a Lei 13.833/04 (Programa de Incentivos Seletivos), que previa concessão de incentivos fiscais para investimentos empresariais que envolvessem a geração e manutenção de empregos locais. Essa lei foi alterada pelas Leis 14.654/07 e 14.888/09.

Assim, o Programa de Incentivos Seletivos passou a estabelecer incentivos para atrair as seguintes atividades econômicas:

- Transportes (Logística aeroviária, ferroviária e rodoviária).
- Tecnologia da Informação.
- Centros de Distribuição de Produtos.
- Atividades classificadas segundo intensidade de tecnologia e conhecimento.

Entre os incentivos previstos, o Programa de Incentivos Seletivos ainda prevê incentivos fiscais – Emissão de Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento:

I – até 40% do valor dos investimentos para atividades comerciais;

II – até 60% do valor dos investimentos quando a beneficiária for empresa industrial ou de serviços;

III – redução de 50% no IPTU referente ao imóvel objeto do investimento;

IV – redução de 60% no ISS sobre os serviços prestados pelo destinatário;

V – redução de 50% no ISS incidente sobre os serviços de construção civil referentes ao imóvel objeto do investimento;

VI – redução do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis referente ao imóvel objeto de investimento.

O conjunto de intervenções proposto pela Operação Urbana Jacu-Pêssego para a região não foi totalmente viabilizado e parece atrair aos poucos a iniciativa privada para a região, porém o poder público continua investindo na área. Um exemplo disso foram os investimentos realizados para a Copa de 2014, que privilegiaram uma série de incentivos fiscais para a construção do Estádio Arena Corinthians no distrito de Itaquera, promovendo novamente mudanças na Lei de Incentivos Fiscais para a região, alterando-a para Lei 15.931/11, para permitir os incentivos específicos concedidos para a construção do Itaquarão e os investimentos necessários na infraestrutura viária para garantir o acesso ao mesmo. O estádio foi construído pela Odebrecht, com obras que se iniciaram em 20 de maio de 2011, em uma área de 189.000m², ao custo de R\$ 820 milhões, com financiamento do BNDES e com incentivos do Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento (CID), que são certificados emitidos pela Prefeitura para estimular investimentos na Zona Leste. Os certificados podem ter um valor equivalente a até 60% do investimento total. O investidor que tiver esses certificados em mãos poderá utilizá-los como forma de pagamento de ISS e/ou IPTU no município de São Paulo. No caso da Arena Corinthians, o valor dos CIDs foi limitado a R\$ 420 milhões, independentemente do valor final da construção. Os certificados terão validade de até dez anos.

De acordo com a avaliação do Consórcio CDIW (2013), era preciso ter dotação orçamentária para tais incentivos e uma eficaz estrutura administrativa para avaliar e

estimular os incentivos, o que não aconteceu e que praticamente não atraiu investimentos para a região.

Imagem 6 – Localização das áreas seleccionadas para Programa de Incentivos Seletivos – Leis 14.654/07 e 14.888/09.

Fonte: SMDU/2011.

4.4.4 Projeto Estratégico na Av. Ragueb Chohfi – localizada na divisa de Itaquera com São Mateus

O Projeto Estratégico para essa área localiza-se ao longo de trecho viário de 2,5 km da avenida de mesmo nome. Está bem ao sul da OUCRVJ e incorpora a interseção das Avenidas Jacu Pêssogo e Ragueb Chohfi. Caracteriza-se como um dos principais corredores de ligação de extremo leste do município (Cidade Tiradentes), o que torna o trânsito local muito intenso e cria ambiente desfavorável para investimentos privados. A ocupação principal no local é de residências de baixo padrão e muitos assentamentos irregulares. Ali se apresenta uma expressiva rede de comércio e serviços, de caráter popular, voltados para o mercado da região.

O projeto Estratégico proposto para essa área é transformá-la em uma centralidade linear, a nível regional, com atividades econômicas que alterem o caráter dessa área mais popular. Apostase nas mudanças que serão geradas com a construção do Monotrilho, a Jacu-Pêssogo e as mudanças no viário naquela escala, que irão permitir maior fluidez ao território e a atração de um público externo.

4.4.5 Projeto Estratégico em São Mateus – Distrito de São Mateus

O Distrito de São Mateus encontra-se na porção sudoeste do território da OUCRVJ e constitui-se no principal polo de atividade econômica entre os distritos que compõem a OUCRVJ. O Projeto Estratégico para essa área localiza-se na área central do distrito, na Praça Felisberto Fernandes da Silva como ponto principal do perímetro.

Outra característica importante desse distrito é a elevada concentração de atividade industrial em relação aos outros distritos da OUCRVJ. A proximidade com a região industrial do ABC e com o Polo Petroquímico de Mauá influenciou a vocação industrial do distrito e consolidou áreas como o Parque São Lourenço.

Embora nesse distrito haja vários setores industriais, como produção de artefatos de metais, de plásticos, de peças para veículos, fundição de metais, cosméticos e perfumaria, o setor, ligado à confecção de peças e de vestuário, é o que mais gera emprego na região. Apresenta um grande número de pequenos estabelecimentos intensivos em mão de obra, ligados ao setor de vestuário. O comércio intenso nessa área também está relacionado ao

comércio varejista de vestuário de acessórios; segundo o estudo técnico do Consórcio CDIW (2013, p. 14), “este setor é o maior empregador, com 1.762 empregos (48% do emprego da OUCTVJ neste segmento)”.

O Projeto Estratégico propõe para a região de São Mateus criar incentivos fiscais técnicos e organizacionais, especialmente para empresas do ramo de vestuário, procurando gerar emprego e renda par aos moradores dessa área da cidade.

Em 2011, a Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo, em parceria com o SENAI, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria de Coordenação das Subprefeituras, lançou o Projeto *São Paulo Costurando o Futuro*, para capacitar trabalhadores de baixa escolaridade e de baixa renda para trabalharem no ramo de vestuário. Os cursos começaram a ser implantados alguns CEUs da Zona Leste.

Essa ação evidenciou, de forma clara, que, sob o discurso da qualificação da mão de obra desse setor, por meio da ação pública, o que se efetivou foi a abertura de uma série de microempresas que passaram a atender às grandes indústrias desse setor. E, como sabemos, uma das estratégias das grandes empresas para aumentarem a sua rentabilidade tem sido o processo de terceirização das suas atividades, como é o caso da indústria de confecção e vestuário em São Paulo, que tem articulado o que há de mais moderno com as formas mais exploratórias dessa mão de obra, pouco qualificada. Além disso, vimos no capítulo anterior 2, que esse setor é um dos que mais vem desempregando nos últimos anos e concentra um grande número de trabalhadores informais.

Após a discussão sobre as propostas de intervenção apresentadas, pela primeira vez pelo PDE de 2002, para uma área selecionada da Zona Leste, a partir da OUCTVJ, foi possível constatar que o que se pretendia era mobilizar uma grande parte da cidade de São Paulo para os novos parâmetros de acumulação capitalista, vigentes desde o final dos anos de 1980.

Também é notório perceber que o planejamento urbano, a partir de seu conhecimento técnico, exerce o papel de mediador da reprodução capitalista do espaço urbano. Buscou-se, com as propostas, estimular naquela porção da cidade uma atualização dos processos produtivos sob a nova lógica do capital.

A inserção desse fragmento da metrópole nesse novo momento hegemônico pelo capital financeiro e imobiliário procurou ordenar essa parte da cidade para o capital produtivo,

embora também propusesse para essa região uma atuação do setor imobiliário, que não ocorreu como se esperava, mesmo com os diferentes mecanismos atrativos oferecidos pelo Estado, como a venda de CEPACs que não chegaram a acontecer pelo total desinteresse do setor imobiliário de investir significativamente na região do extremo Leste de São Paulo.

O setor produtivo também não foi atraído como se esperava, mesmo com os vários subsídios e incentivos fiscais oferecidos. Há aqui, talvez, a influência do baixo empenho da economia brasileira, a partir de 2014.

No período de planejamento da OUCRVJ, havia expectativas com o crescimento da economia, pois o desempenho da economia brasileira entre 2004 e 2010 apresentou as maiores taxas médias de crescimento (4,5%), incentivado pelas condições externas favoráveis, tais como, liquidez internacional e *boom* dos preços das *commodities*, e pela expansão do consumo interno – fruto, inclusive, de políticas públicas distributivas e aumento real dos salários. Esses fatores contribuíram para elevar as taxas de emprego e a oferta de crédito ao consumidor. Esse cenário elevou as taxas de investimentos privado e público.

Mas a crise internacional da economia de 2008 também chegou ao Brasil, mesmo que em um momento posterior. A partir de 2015, há uma tendência de desaceleração da economia brasileira.

A partir de 2015 a tendência de desaceleração se acentua e a economia brasileira entra em recessão. Entre os anos de 2015 e 2016 todos os componentes da demanda agregada, com exceção das exportações, apresentaram taxas médias de crescimento negativas. [...]

Em suma, a crise financeira internacional vem a interromper um breve ciclo expansivo da economia brasileira, e tonou mais estreito seu espaço de política (FEIJÓ; CORRÊA; LEMOS, 2017, p. 1137).

A OUCRVJ foi proposta e atualizada em um momento de crescimento da economia brasileira, apostava-se na continuidade dos investimentos públicos e privados, não apenas na Zona Leste, mas em outras áreas de seu território.

Em 2013, o poder público, lança mais um incentivo fiscal para atrair empresas para a Zona Leste, com a Lei 15.931/2013 passou a incentivar a instalação de empresas intensivas em mão de obra, a partir de um Programa de Incentivos Fiscais para Prestador de Serviços na Zona Leste. Essa lei oferece para as empresas de serviços que se instalassem na região 100% de redução de IPTU; até 60% de redução de ISS; 100% de redução de ITBI e 100% de redução de ISS nos serviços de construção civil. Entre as empresas beneficiárias do Programa

estão os serviços de: informática, saúde, assistência médica e cuidados pessoais, educação, hospedagem, exposições cinematográficas, composição gráfica, lubrificação e limpeza de veículos, restaurante, alfaiataria, tinturaria, costura, centrais de *call center* e *telemarketing* etc. Como podemos perceber, são todos serviços que no geral acabam gerando empregos para uma população de baixa qualificação profissional.

Na escolha pelos locais que receberiam investimentos, o capital privado e os investimentos públicos continuaram a priorizar a região central e sudoeste dessa metrópole, como é possível perceber pelo alto rendimento dos investimentos na região da Faria Lima, Água Espraiada e Água Branca. Assim a OUCRJ, mesmo apresentando um significativo saber técnico sobre a região, não conseguiu alavancar interesses como as demais, por isso apenas alguns dos seus projetos, como a construção do Estádio do Corinthians em Itaquera, a FATEC, ETEC, Poupatempo, e grande parte das obras viárias foram saindo do papel, porém grande parte do que se esperava, especialmente em relação ao setor imobiliário, não decolou. A OUCRVJ ficou em último plano para os investidores particulares e para o poder público.

Entretanto, a construção a circulação viária, no caso o complexo viário Jacu-Pêssego, realizou-se, contribuindo para a integração entre os lugares não apenas da região metropolitana, mas, na escala regional, da macrometrópole paulista, tornando a região um importante eixo de circulação entre os municípios do interior, os municípios ao leste e ao sul da metrópole paulista integrando-os ao Porto de Santos e ao Aeroporto de Guarulhos.

Vale ressaltar que, nessa operação urbana que se propunha ao desenvolvimento econômico, os moradores são vistos apenas como um dos elementos da produção em si. Pensa-se em sua qualificação como mão de obra para servir aos futuros investimentos; além de se pensar em sua formação, como uma base técnica da produção. Além disso, os lugares produtores de conhecimento, como as universidades, são tratados como lugares que darão aporte para o surgimento de novas tecnologias para a produção econômica.

Tem-se uma visão operatória dos lugares e de seus moradores, todos devem estar a serviço da reprodução do capital, mas, como discutiremos no capítulo 4, a negatividade dessa forma de produção da sociedade e de seu espaço também está posta, ela emerge nas tensões e conflitos que se dão, não apenas no ambiente de trabalho, mas na disputa pelo direito à cidade, que se trava a todo instante pela população pobre.

Ao analisarmos o devir de um lugar, não devemos esquecer que essa tentativa de racionalização do capital, comandada pelos agentes econômicos hegemônicos, não se dá sem luta e resistências, outros projetos também estão em disputas. Não podemos esquecer que uma das particularidades da Zona Leste é o processo de lutas e resistências que aconteceram e acontecem ali, em busca de novos espaços-tempo. Essas lutas e resistências também precisam ser levadas em conta ao pensar o devir desse lugar. Se o capital deseja transformar a Zona Leste em um lugar apropriado para as novas formas de produção, há outros sujeitos que também atuam no território para colocar em marcha a negatividade desses projetos que se pretendem hegemônicos.

Por isso, também é importante lembrar que essa região tem uma forte tradição de atuação dos movimentos sociais desde os anos de 1970, com pautas reivindicatórias ligadas à saúde, educação e moradia, portanto, se há interesse do Estado e do capital privado pela área há também interesse daqueles que vivem nesses bairros.

Sem dúvida, a Zona Leste pode ser considerada hoje uma nova área de conflitos e disputas no atual processo de reestruturação socioespacial, pois parte dos trabalhadores organizados, em movimentos sociais, também vem pautando os fóruns de discussões sobre o que seria desenvolvimento para essa área da metrópole. Podemos citar como exemplos algumas conquistas dos trabalhadores organizados na região:

- Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura criada em 2004, é uma entidade da administração indireta da Prefeitura de São Paulo, vinculada à Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SDTE). Essa Fundação possui dois equipamentos públicos: O Centro de Formação cultural Cidade Tiradentes e a Escola Técnica de Saúde Pública Professor Makiguti, em Cidades Tiradentes; um dos distritos mais carentes da Zona Leste.

- Em 2007, a Prefeitura inaugurou o primeiro hospital construído por ela, o Hospital Municipal Cidade Tiradentes.

- USP-Leste – EACH, em 2005, em Ermelino Matarazzo. “É bom lembrar que a posição do governador era ampliar a USP no centro de São Paulo e o Campus só foi para a periferia por forte pressão dos movimentos sociais” (ARANTES; SANTOS, 2017, p.3).

- UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo), Campus Leste. Segundo Pedro Fiori Arantes, professor e Pró-reitor da UNIFESP, a chegada do campus na Zona Leste é uma conquista conjunta da universidade e dos movimentos sociais da Zona Leste.

A Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) está construindo um novo campus destinado ao Instituto das Cidades (IC), localizado na região Leste da cidade de São Paulo, tradicional área da classe trabalhadora numa iniciativa compartilhada com os movimentos sociais que ali atuam e que estiveram presentes em todas as etapas de implantação do novo Campus Zona Leste, desde a conquista do terreno até a discussão do projeto político-pedagógico. A abertura de novos campi universitários, em geral, é iniciativa de Estado, mas nesse caso, o campus é resultado de ampla luta de movimentos da Zona Leste da capital paulista, que desde a redemocratização entendem que é a disputa pelo direito à cidade e à cidadania depende também da capacidade da classe trabalhadora em criar centros de ensino e pensamento, com formulação de pesquisas, políticas e projetos dirigidos a compreender e propor soluções os problemas que afetam a vida do povo brasileiro (ARANTES; SANTOS, 2017, p. 2).

Embora reconheçamos as conquistas dos movimentos sociais urbanos, também é preciso reconhecer que estas muitas vezes não significaram ampliação e consolidação da cidadania da classe trabalhadora, por muitas vezes as conquistas se traduziram em investimentos localizados que não resultaram em uma mudança efetiva da atuação do Estado sobre a cidade e os processos de segregação socioespacial (PEREIRA; TANAKA, 2011).

Diante desses processos de reestruturação que vêm consolidando uma nova metrópole é preciso também compreender os novos conteúdos e as novas formas de luta que estão se dando na periferia.

O entendimento da cidade relacionado ao crescimento industrial e da formação da periferia baseado na exploração da mão-de-obra barata perdeu capacidade explicativa na medida em que, atualmente, sobram trabalhadores desempregados e a acumulação industrial deixa de ter papel central na estruturação socioespacial da metrópole paulistana. Os modelos teóricos anteriormente construídos, embora possam ainda estar presentes em esquemas explicativos sobre a expansão metropolitana de São Paulo atual, baseiam-se, como demonstrado, numa relação simbiótica entre indústria e periferia. Essa relação se perdeu e vem se mostrando insuficiente para a compreensão da realidade urbana nesse novo contexto, sem que tenhamos ainda outras proposições com força para substituí-la (PEREIRA; TANAKA, 2011, p. 200).

Como dissemos no início, o discurso que se utiliza para apresentar e legitimar as operações urbanas é sempre carregado de uma visão mítica da modernização das formas e das relações sociais, mas o que ele oculta é que em uma sociedade capitalista é inerente o processo de segregação socioespacial. Na medida em que se valoriza uma determinada região,

os mais pobres nela não permanecerão, pois a lógica da propriedade privada e da geração de valor não permite que todos se apropriem da riqueza produzida. As políticas públicas podem amenizar as disparidades, mas nunca eliminá-las.

A região de Itaquera vem se consolidando como uma centralidade no extremo da Zona Leste, e também na escala metropolitana, ao se tornar um lugar de comércio, serviços públicos e privados, com uma rede de transporte que a interliga a outros bairros da metrópole como a outros municípios da região metropolitana. Essa centralidade em construção não deixa de revelar a negatividade da metrópole contemporânea, por exemplo, o Jardim Helian, bairro localizado nessa centralidade, luta há muitas décadas pelo direito aos equipamentos públicos de saúde, como discutiremos no capítulo 5.

Ao revogar a OUCRVJ, em 2016, a princípio nos parece que a operação simplesmente não aconteceu, mas não é bem disso que se trata. Mesmo revogada, as suas propostas de intervenção e todo o conhecimento técnico e científico produzido sobre o território continuam a ser utilizados para a criação de novos projetos, ou na reciclagem de outros. De certa maneira, ela não aconteceu da forma desejada para determinados setores, como o imobiliário, que tudo indica irá aguardar os grandes investimentos públicos na valorização da área, para atuar na região de forma mais intensa, como faz em outras áreas mais valorizadas da metrópole.

4.5 DA OUCRVJ AO ARCO JACU-PÊSSEGO

O poder público, ao lançar o novo PDE, em 2014, posicionava-se da seguinte maneira em relação aos espaços industriais em São Paulo: “[...] A indústria não é mais a locomotiva que impulsiona e garante riqueza da cidade. Há um reconhecido processo de reestruturação produtiva que provoca a dispersão da atividade industrial e aumenta a importância do setor de serviços em São Paulo” (FRANCO, 2016, p. 3). Embora, no próprio texto de apresentação do Arco do Futuro, o então Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, aponta para o fato de o Plano Diretor Estratégico, de 2002, ter feito uma leitura equivocada do processo de reestruturação produtiva que vinha acontecendo na metrópole de São Paulo. Segundo o Secretário:

[...] O Plano Diretor aprovado em 2002 assumiu a ‘desindustrialização’ da cidade e propôs diretrizes para a substituição do parque fabril a favor imobiliário, o que resultou em uma substantiva diminuição das zonas predominantemente industriais. O Plano Diretor de 2014 reverte esta

expectativa e recupera territórios a serem destinados as atividades produtivas. Uma cidade sem produção industrial tem o seu futuro comprometido, pois a experiência recente mostra que o setor de serviços não compete com o setor industrial quanto à oferta de empregos qualificados e melhor remunerados.

Evidentemente a indústria urbana do século XXI deverá ser especializada, compatível com a ambiência da cidade e voltada a uma economia verde, o que demanda reconversão das estruturas produtivas existentes (FRANCO, 2016, p. 4).

Como podemos ver, o PDE de 2014 reconhecia a importância do setor produtivo na cidade, embora realçasse a sua necessidade de reestruturação, o que significa seguir os preceitos da produção pós-fordista. Nesse sentido, o que foi proposto no PDE para o Polo Econômico de Itaquera permanece com as diretrizes e concepções de reestruturação apresentada pela última revisão da OUCRVJ, em 2008.

Quando se elaborou o PDE de 2014, várias propostas dessa operação urbana foram incorporadas no novo Plano Diretor de 2014, como a manutenção do Polo Institucional de Itaquera, os incentivos para o Polo Econômico, os vários incentivos para investimentos na região para as áreas selecionadas, as propostas de regularização fundiária para grande parte do seu território, a preservação das áreas verdes e a construção de parques lineares, entre outras, mas não mais como Operação Urbana Consorciada, mas como uma das áreas do Arco do Desenvolvimento – uma das macroáreas do Arco do Futuro.

O discurso sobre uma modernização includente promovida pelo planejamento da cidade no novo PDE, de 2014 também se reproduz como no discurso do PDE de 2002, ou seja, o poder público diz que o Plano pretende construir uma cidade mais justa, menos segregada, com mais emprego e renda nas áreas mais pobres, orientar o crescimento da cidade nas proximidades do transporte público, qualificar a vida urbana nos bairros, melhorar a mobilidade urbana, implementar a política habitacional para quem precisa, socializar os ganhos da produção na cidade, incorporar a agenda ambiental no desenvolvimento da cidade, preservar o patrimônio e valorizar as iniciativas culturais e fortalecer a participação popular nas decisões dos rumos da cidade. Para planejar as diretrizes para todas as ações, o PDE de 2014 divide a cidade em Macroáreas de Reestruturação Metropolitana (Arco do Futuro); Urbanização Consolidada; Qualificação Urbana; Redução da Vulnerabilidade Urbana; Redução da Vulnerabilidade Urbana e Recuperação Ambiental; Controle e Qualificação Urbana; Contenção Urbana e Uso Sustentável e Preservação dos Ecossistemas Naturais, como podem ser vistas na imagem abaixo. As principais características dessas áreas são:

Imagem 7 – Macroáreas para Planejamento, conforme PDE 2014

Fonte: SMDU/2014.

a) Estruturação metropolitana: área onde se encontram grande oferta de infraestrutura e eixos de mobilidade, mas com desequilíbrios na relação entre emprego e moradia. Corresponde a 14,9% da área do município (227,5 km²).

b) Urbanização consolidada: área mais urbanizada do município, com vias saturadas e grande concentração de empregos e serviços, corresponde a 6,7% da área do município (102,3 km²).

c) Qualificação da urbanização: há uma combinação entre usos residenciais e não residenciais, possuindo moderada oferta de empregos e equipamentos. Corresponde a 13,5% da área do município (206,1 km²).

d) Redução da vulnerabilidade urbana: possui um elevado índice de áreas precárias, irregulares e de risco, além de baixa oferta de infraestrutura e equipamentos. É ocupada predominantemente por população de baixa renda. Corresponde a 10,9% da área do município (166,4 km²).

e) Redução da vulnerabilidade urbana e recuperação ambiental: concentração de áreas com elevado nível de vulnerabilidade socioambiental e de assentamentos precários e irregulares. Corresponde a 12,9% do município (197,0 km²).

f) Controle e qualificação urbana: áreas vazias ou subutilizadas com ou sem cobertura vegetal, áreas de reflorestamento, exploração mineral e algumas áreas industriais. Possui ocupação predominantemente horizontal. Corresponde a 11,8% do território (180,2 km²).

g) Contenção urbana e uso sustentável: grandes parcelas de vegetação natural, intercaladas com atividades agrícolas e chácaras. Localizada integralmente na Área de Proteção de Mananciais. Não inclui nenhum assentamento urbano. Equivale a 14,2% do município (216,8 km²).

h) Preservação dos ecossistemas naturais: possui áreas remanescentes florestais que conservam suas características naturais e é rica em biodiversidade. Não inclui nenhum assentamento urbano. Corresponde a 15,1% do território (230,6 km²).

Em relação ao desenvolvimento econômico, o poder público criou a Macroárea de Estruturação Metropolitana (MEM), ou Arco do Futuro; como podemos perceber é uma grande área – corresponde a 14,9% da área do município (227, 5 km²) – mobilizada para uma nova reestruturação, o que abre enormes frentes de investimentos para várias frações do capital, mas especialmente para o setor imobiliário. Essa grande área da metrópole não é homogênea e a produção do seu espaço foi sendo construída historicamente com o desenvolvimento da metrópole, assim há nela muitas diferenciações espaciais. Ela é composta pelo eixo:

a) Setor Orla Fluvial e Eixo Ferroviário, subdividido em: Arco Jurubatuba, Arco Pinheiros, Arco Tietê, Arco Leste e Arco Tamanduateí. Como pode ser observado no mapa 16. Esse setor é definido pelas planícies fluviais dos Rios Tietê, Tamanduateí e Pinheiros, onde historicamente foram construídas estruturas de mobilidade ferroviária, rodoviária, dando a esses lugares uma capacidade de articulação entre todas as regiões da cidade, assim como com os municípios da área metropolitana. O poder público considera essa área, estratégica para geração de empregos e de novas moradias. Por isso prevê para esses Arcos um aumento da densidade construtiva e demográfica e implantação de novas atividades econômicas.

Mapa 16 – Macroárea de Estruturação Metropolitana – Setor Orla Fluvial e Ferroviária

Fonte: SMDU/2014.

b) Setor Eixos de Desenvolvimento, composto por: Noroeste, Fernão Dias, Jacu Pêssego e Avenida Cupecê, conforme mapa 16. É nesse eixo que se enquadra a área que até 2016 teve demarcada a OUCRVJ. Essas áreas foram selecionadas pelo poder público por se tratarem de áreas com uma ocupação densa e vulnerável economicamente e com baixa oferta de empregos. Outro elemento que as caracteriza são territórios que possuem eixos viários estruturais que estabelecem uma comunicação intensa com os municípios ao seu redor, criando uma escala metropolitana para os fluxos que por eles circulam. São áreas para as quais estão previstos incentivos fiscais e urbanísticos para atrair novos investimentos privados para esses setores, assim como previa a OUCRJ, na Zona Leste. Nesse sentido, mantém as mesmas estratégias que estavam delineadas na Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacu.

Assim diz o documento elaborado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, que apresenta o PDE de 2014, sobre o Arco Jacu-Pêssego:

[...] Objetivos: Alavancar o desenvolvimento urbano e econômico no âmbito do Arco-Jacu-Pêssego, promovendo a integração física e funcional das áreas mais dinâmicas da região e incentivando o surgimento de novas atividades econômicas compatíveis com a sua localização estratégica no contexto metropolitano.

Implantar um sistema viário hierarquizado e articulado ao existente, que atenda às demandas de deslocamento da população e absorva as novas demandas de deslocamento de cargas e insumo (PREFEITURA DE SÃO PAULO/SMDU, 2016, p. 133).⁶⁴

Além desse documento elaborado Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, em 2016, outro documento, elaborado pela Prefeitura de São Paulo, em dezembro de 2016, *Caderno de Proposta dos Planos Regionais das Subprefeituras da Macrorregião Leste 2*, traz detalhamento os instrumentos fiscais e urbanísticos para o desenvolvimento do Arco Jacu-Pêssego. No detalhamento das propostas e diretrizes, encontramos várias das proposições presentes na OURVJ, como incentivos para instalação de empresas industriais, para o comércio e serviços, diretrizes para adensamentos construtivos, para construção de moradias populares, etc.

Além disso, a Lei 16.495/16, do Plano de Melhoramentos Viários do Arco Jacu-Pêssego, complementa as propostas do Plano dos Planos Regionais das três Subprefeituras envolvidas no antigo perímetro da OUCRVJ. É nesse sentido que a revogação da OUCRVJ, em 2016, não quer dizer que ela não tenha acontecido. Parte do que estava concebido por ela, como forma de intervenção e produção do espaço, foi incorporada pelo PDE de 2014.

⁶⁴ São Paulo (cidade). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU. *O Arco do Futuro na São Paulo de hoje*. São Paulo: SMDU, 2016, p. 133.

Mapa 17 – Macroárea de Estruturação Metropolitana – Setor Eixos de Desenvolvimento

Fonte: SDMU/2014.

Como podemos perceber, com o PDE de 2014, ao reorganizar a cidade em extensas macroáreas, o poder público passa a mobilizar grande parte de seu território para reestruturação urbanística, econômica e ambiental e isso significa mobilizá-las para investimentos e, de certa forma, sua reestruturação espacial, o que abre um campo enorme para os agentes privados que produzem o espaço urbano, evidenciando assim a relação intrínseca entre planejamento urbano e reprodução capitalista do espaço. A ideia, que até hoje tem força nas discussões sobre os problemas urbanos, de que tudo não passa de falta de planejamento e de que há uma ausência do Estado no caos urbano, na verdade o Estado, com a sua prerrogativa de normatizar a produção do espaço, está cada vez mais presente na produção do urbano. A questão é como ele atua e para quem atua. Como vimos nesta tese, o Estado tem se utilizado de diferentes instrumentos urbanísticos para mediar a reprodução do capital por meio da produção do espaço, garantindo os processos de acumulação de capital.

Os atuais instrumentos urbanísticos utilizados pelo planejamento urbano, embora sob um discurso da ordenação do espaço para resolver todas as mazelas criadas pelo capitalismo – segregação socioespacial, problemas ambientais, concentração de renda etc. – têm garantido um modelo de produção do espaço que perpetua exatamente aquilo que se diz “solucionar”, especialmente neste momento de forte vinculação do capital imobiliário ao capital financeiro.

Como apontamos ao longo de nossa análise, o planejamento urbano tem tido um papel muito importante na dinâmica imobiliária da metrópole, pois, a partir do processo de desconcentração industrial, aliado às novas demandas de reprodução do capital em uma economia cada vez mais globalizada, tem contribuído para o grande crescimento do setor imobiliário ao criar as novas frentes de investimentos na cidade, especialmente nos espaços que têm perdido indústrias. Além disso, com o processo de abertura de capitais nas bolsas de valores, a partir de 2000, as empresas ligadas ao imobiliário passaram por um processo de concentração e centralização de capital, favorecendo-as cada vez mais na determinação dos espaços urbanos em que iriam investir.

Como demonstra Rufino (2018, p. 102), as grandes empresas imobiliárias continuam atuando de forma concentrada, seja para lançamentos residenciais ou comerciais, na região central e no quadrante sudoeste, que compõem Macroárea de Estruturação Metropolitana (MEM), do atual PDE de 2014.

Se compararmos os lançamentos residenciais da totalidade empresas da Região Metropolitana de São Paulo, entre 2000 a 2006 e 2007 a 2013, constatamos uma forte ampliação da produção de unidades imobiliárias e uma crescente concentração da produção entre as maiores empresas. Na comparação da produção residencial entre os dois períodos, o número de unidades lançadas na Região Metropolitana de São Paulo foi elevado em 85%, passando de 336.827 para 577.315 unidades habitacionais. No primeiro período, as 23 maiores empresas eram responsáveis por 25% dos empreendimentos lançados e 37% do número de unidades. No segundo período, as 23 maiores empresas passaram a concentrar 41% dos empreendimentos e 57% das unidades.

Quando se observa a produção dessas empresas na metrópole em seu período de maior expansão (2007-2013), constata-se que uma atuação privilegiada nas áreas atualmente delimitadas como Macroárea de Estruturação (MEM) e, particularmente, nas áreas de Operações Urbanas Consorciadas (OUCs) (RUFINO, 2018, p. 102).

O PDE de 2014 nos parece flexibilizar ainda mais as regras de uso e ocupação do solo, ao propor uma nova modalidade de intervenção no espaço urbano, por meio do Projeto de

Intervenção Urbana (PIU), previsto no PDE e regulamentado pelo Decreto 56.901, de 29 de março de 2016.

Esse instrumento pode ser direcionado para grandes áreas ou para intervenções pontuais. A grande novidade é que pode ser proposto pelo próprio governo ou pela iniciativa pública ou privada, de acordo com o decreto:

Art. 1º O Projeto de Intervenção Urbana - PIU tem por finalidade reunir e articular os estudos técnicos necessários a promover o ordenamento e a reestruturação urbana em áreas subutilizadas e com potencial de transformação no Município de São Paulo, nos termos do disposto no artigo 134 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 – Plano Diretor Estratégico – PDE.

[...]

Art. 3º.

§ 1º Fica autorizada a promoção de chamamento público para manifestação de interesse na apresentação de projetos.

[...]

Art. 8º A SP-Urbanismo poderá iniciar a elaboração de PIU a partir de requerimento apresentado por meio de Manifestação de Interesse Privado – MIP, instruído com os elementos constantes do artigo 3º, observada a realização da consulta pública de que trata o § 1º do artigo 2º, ambos deste decreto.

Além de nos chamar a atenção o fato de a iniciativa privada poder propor tais projetos nessa grande da metrópole – não que isso não ocorresse antes –, nos perguntamos como o poder público conseguirá regular e distribuir tais projetos para as áreas mais carentes da cidade. Quais interesses o setor privado poderia ter em áreas mais distantes e carentes da metrópole? Ao levantar os PIUs propostos, nos deparamos com os seguintes dados:

- a) PIU – Em proposição: Arco Tietê, Minhocão, Nações Unidas, Vila Olímpia.
- b) PIU – Em andamento: Setor Central, Terminal Capelinha, Terminal Campo Limpo, Arco Jurubatuba, Bairros Tamanduateí; Arco Pinheiros.
- c) PIU – Em Implantação: Anhembi, Pacaembu, Terminal Princesa Isabel, NESP (distrito de Perus).

Como podemos notar, a maioria dos projetos concentra-se na zona central e no sudoeste da cidade, e não há referência a nenhum projeto desta modalidade para a Zona Leste. O que isso nos indicaria? Que mais uma vez o poder público e o capital privado têm deixado esta zona da cidade à espera das novas transformações? Essa seria uma outra e importante agenda de pesquisa.

Como apontamos no início desta tese, precisamos compreender o processo de produção do espaço procurando analisar as formas de atuação do Estado e do capital privado, mas precisamos também compreender como se movem as negatividades desse processo de produção capitalista do espaço, por isso no capítulo seguinte discutiremos as lutas e resistências vividas pelos moradores do Jardim Helian, bairro na área central de Itaquera, entre o Polo Econômico e Institucional daquela região.

5 O JARDIM HELIAN EM BUSCA DO DIREITO À CIDADE: LUTAS E RESISTÊNCIAS NA PERIFERIA DA METRÓPOLE

São os simples que nos libertam dos simplismos, que nos pedem a explicação científica mais consistente, a melhor e mais profunda compreensão da totalidade concreta que reveste de sentido o visível e o invisível. O relevante está também no ínfimo. É na vida cotidiana que a História se desvenda ou se oculta.

José de Souza Martins⁶⁵

Foto 4 – Jardim Helian, no Distrito Parque do Carmo, em Itaquera

Foto: Caco de Paula/Auá Brasil – Vista parcial do bairro, a partir da Associação dos Moradores do Jardim Helian. Ao fundo, parte do bairro Gleba do Pêssego.

A escolha do Jardim Helian se deu devido a sua localização em pleno centro da Subprefeitura de Itaquera, mapa 3, território da Zona Leste que ganhou centralidade nos projetos de intervenção propostos pelo poder público, desde a proposta da Operação Urbana

⁶⁵ MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*. Cotidiano e História na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec. 2000. p. 13.

Rio Verde-Jacu, de 2004, e pelo seu histórico de lutas permanentes. Sabemos que a dinâmica dos processos de estruturação e reestruturação é constante na sociedade, especialmente no urbano, mas a região onde se encontra o Jardim Helian tem sido o *locus* das mais recentes intencionalidades dos projetos governamentais de transformação para a Zona Leste, que, inclusive, ganharam visibilidade durante a Copa do Mundo de 2014. Como discutido no capítulo 3, a Zona Leste tem sido uma das novas fronteiras de investimentos para a reprodução do capital, dentro de um cenário de reestruturação produtiva pelo qual passa a metrópole paulistana, desde o final da década de 1990.

Além disso, o Jardim Helian apresenta uma interessante particularidade diante desse processo. Nesse local, nos deparamos com uma população que, a partir de sua Associação de Moradores, tem lutado por melhores condições de vida e resistido aos processos de segregação socioespacial tão característicos de nossas cidades. Os processos de lutas por melhores condições de vida e de moradia não acontecem apenas diante das transformações mais recentes, mas fazem parte do seu processo de formação, desde a década de 1970.

Cabe aqui uma ressalva antes de iniciarmos as discussões sobre esses processos de luta e resistência. A nossa intenção, neste capítulo, não é promover um estudo sobre o bairro em si, todavia, ao buscar compreender como os moradores desse lugar têm lutado por melhores condições de vida e pelo direito à cidade, no atual momento de reprodução da metrópole, nos deparamos com a necessidade de analisar a formação e reestruturação desse bairro no movimento da metrópole, pois nos defrontamos com moradores que construíram um histórico de lutas desde a formação do bairro e que, até hoje, têm mantido uma continuidade desse processo, fazendo um enfrentamento aos processos de reprodução do capital.

Para compreender algumas lutas realizadas pelos moradores do Helian sobre o viver na metrópole nesses últimos anos em que foram propostos pelo poder público os projetos de intervenção como a Operação Urbana Jacu-Pêssego e o Arco jacu-Pêssego, fomos desvelando um processo cujo fio condutor nos ligou à formação do bairro e nos fez compreender toda a sua riqueza.

O Jardim Helian nasce da negação da cidade para uma grande parcela da população, mas é a partir dessa negação que seus moradores passam a se ver como sujeitos de direitos e vão construindo processos de lutas e de resistências, que expressam a luta pelo mínimo necessário à vida, como os direitos mais básicos, por exemplo, acesso à água, à luz, ao

transporte, a creches para as crianças, e em alguns momentos até mesmo pelo direito à alimentação e emprego – como se deu nos anos da década de 1980, quando o nível de desemprego e de pobreza se acentuaram em consequência das políticas adotadas no período do milagre econômico.

Em nossas entrevistas com os antigos moradores do bairro e suas atuais lideranças, percebemos que a luta e a resistência compunham a própria lógica da formação do bairro em sua relação com a metrópole, ou seja, nos deparamos com um processo de luta que ajudou a construir o bairro e sua identidade na dinâmica com os processos mais gerais de expropriação e espoliação impostos a grande parte da classe trabalhadora da metrópole durante as décadas de 1970 e 1980. Assim, a resistência e a luta aparecem como uma prática socioespacial permanente no Jardim Helian, nos revelando o negativo da metrópole e a constante luta pelo direito à cidade.

Desde meados do século XX, a paisagem da metrópole industrial já apresentava com toda clareza as suas contradições: crescimento econômico ao lado de muita pobreza. Esse paradoxo expunha não apenas a metrópole como o *locus*, ou o reflexo das relações de produção, mas como ela própria também foi sendo produzida como uma mercadoria especial, sobre as leis do processo mais geral de acumulação capitalista. A especulação imobiliária chegava também às periferias em busca de lucro. Os loteamentos urbanos destinados à classe trabalhadora eram cada vez mais distantes. Iam sendo criados não como continuidade aos já existentes, mas sim em lugares mais longínquos, deixando verdadeiros vazios entre eles, à espera de valorização, contando com a própria atuação dos moradores em lutar por infraestrutura básica, o que levaria valorização a esses terrenos vazios entre os antigos e os novos loteamentos. Assim, transferia-se para o valor da terra a valorização alcançada pela presença dos serviços públicos de infraestrutura, tais como linhas de ônibus, rede de água, eletricidade, coleta de lixo etc., que ao chegar aos terrenos mais distantes valorizava os terrenos vazios. O livro *São Paulo 1975: Crescimento e pobreza*, encomendado pela Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, que contou com vários estudiosos para a sua elaboração, traz dados e análises significativas desse contexto, por exemplo:

A aparência desordenada do crescimento metropolitano pode ser vista no mapa atual da cidade: seu traçado irregular e o desconexo de seus espaços vazios e ocupados já sugerem momento distintos e formas disparatadas de ocupação do solo. Essa impressão de desordem ainda se agrava, quando conhecida a realidade que não consta do mapa: há 26 mil ruas e 5 mil loteamentos clandestinos na cidade (CAMARGO, 1982, p. 22).

Mais adiante, no mesmo texto, vemos uma das lógicas que rege esse processo:

O vertiginoso crescimento demográfico da região, que entre 1960-1970 foi de 5,5% ao ano junto com o processo de retenção dos terrenos à espera de valorização, levou ao surgimento de bairros cada vez mais distantes. Amontoam-se populações em áreas longínquas, afastadas dos locais de trabalho, impondo-se distâncias de deslocamento cada vez maiores. Acentua-se o processo de criação de “cidades-dormitórios”, verdadeiros acampamentos desprovidos de infraestrutura. Neste contexto, além do trabalho e da moradia, os transportes passam a ser um dos problemas cruciais (CAMARGO, 1982, p. 29-30).

É nesse contexto que o Jardim Helian se forma. A fim de identificar esse movimento dialético do bairro como espaço da segregação e ao mesmo tempo como espaço de luta e de resistência, na reprodução da metrópole, organizamos a discussão a partir de três momentos desde a sua formação. O primeiro deles diz respeito à transformação do território onde se encontra o Jardim Helian de área de subúrbio em periferia; o segundo deles trata da consolidação dos bairros periféricos na metrópole e o terceiro das atuais transformações do processo de metropolização.

5.1 DE SUBÚRBIO A PERIFERIA: A FORMAÇÃO DO JARDIM HELIAN

O Jardim Helian tem hoje aproximadamente 14 mil habitantes,⁶⁶ dos 68.528 moradores do Distrito do Carmo,⁶⁷ que se encontra na Subprefeitura de Itaquera, com 523,848 habitantes, segundo dados do IBGE de 2010.

Sua área, delimitada pela av. Jacu Pêssego, pelas ruas Sho Yoshioka, Adriano Bertozzi, John Speers e Malmequer do Campo, faz divisa com a Gleba do Pêssego (um dos loteamentos irregulares da área) e com o Parque do Carmo. Sua área é de 589 mil m². Nesse perímetro, encontra-se a Bacia Hidrográfica do Córrego Tone, com área aproximada de 481 mil m² que, por sua vez, integra a Bacia Hidrográfica do Rio Jacu, conforme o mapa 18. Assim como vários bairros de periferia, tem parte de seu território ocupado pela venda formal de lotes, mas possui ainda uma outra área ocupada de maneira informal, a Vila Socó e a Vila Califórnia, onde famílias de baixa renda ocuparam as áreas livres e construíram suas próprias

⁶⁶ Os dirigentes da Associação de Moradores do Jardim Helian realizaram um Censo, em 2013, para atualizar os dados sobre o número de moradores.

⁶⁷ IBGE, Censo de 2010.

casas, possuindo características físicas de uma favela, destacando-se a existência de poucos acessos à via pública oficial, com vielas de circulação interna estreitas e informais, grande adensamento habitacional e desorganização da ocupação do espaço – inclusive algumas casas são chamadas de casa-ponte, pois estão construídas em cima do córrego Tone.

As casas dessa área irregular também são construídas de alvenaria e estão em uma área de 24.113 m² (ainda cadastradas como área rural, sob o n. 038.358.449.440-7, e que foram demarcadas como ZEIS, no Plano Diretor de 2014, ao lado da área demarcada como zona Predominantemente Industrial) com aproximadamente 207 famílias. Hoje essas famílias lutam pela regularização fundiária dos lotes que ocupam, por meio de um processo que solicita o direito ao usucapião especial urbano coletivo, que tramita na justiça desde 2014.

**Mapa 18. Zoneamento e Uso e Cobertura da Terra - Jardim Helian
(Município de São Paulo)**

Legenda

— Avenida Jacu Pêssego

~ Hidrografia

••••• Bacia Hidrográfica Córrego Tone

Parque municipal

Unidade de Conservação municipal

Unidade de Conservação estadual

Demais distritos município de São Paulo

Distrito Parque do Carmo

Zoneamento

••••• Zona Especial de Interesse Social 1

— Zona Predominantemente Industrial

Uso e cobertura da terra

Cobertura vegetal predominantemente arbórea

Cobertura vegetal predominantemente herbácea

Cobertura vegetal predominantemente herbácea/arbustiva

Comércio e serviços

Escola

Indústria e Armazéns

Residencial horizontal baixo padrão

0 50 100 200 300
Metros

Sistema de referência: Sirgas 2000 UTM 23S

Fonte: Base cartográfica digital prefeitura de São Paulo (Geosampa);
Fundação Florestal, 2018 (WMS); Imagem: BING Satellite.
Organização: Marli de Barros, 2019, Geoprocessamento e Cartografia: Giorgia Linnios, 2019.

Município de São Paulo

Localização da Área de Estudo
Distrito Parque do Carmo

02,5 10 15
Km

A Associação dos Moradores do Jardim Helian conta com a assessoria do Escritório Modelo “Dom Paulo Evaristo Arns”, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), na elaboração e no acompanhamento do processo. Grande parte dessas famílias alugavam pequenas casas nesse local do proprietário Sr. Edegar Pereira Lima Júnior, desde 1980. As casinhas eram conhecidas como casinhas brancas do Sr. Lima – e, desde 1985, o proprietário parou de cobrar o aluguel das delas e simplesmente desapareceu da região. Os inquilinos durante muito tempo tentaram localizá-lo, mas não conseguiram. Depois de muitos anos, diante da insegurança da posse e da valorização que vem acontecendo na região, resolveram entrar na justiça para regularizar a situação das terras ocupadas, especialmente porque a irregularidade da posse faz com que os moradores não tenham acesso a todos os serviços essenciais, por isso a drenagem e o esgoto foram construídos pelos próprios moradores.

De acordo com o levantamento feito pelo Escritório Modelo da PUC-SP sobre estas famílias, a fim de caracterizá-las para o devido pedido de usucapião, os dados levantados reafirmam a condição de vulnerabilidade destas famílias: “Dentre essas famílias, 25% delas têm renda mensal de até 1 (um) salário mínimo; 43% vivem com rendimentos que giram em torno de 1 a 3 salários mínimos, apenas 8% recebem de 3 a 5 salários”.⁶⁸

Lembramos que o Estatuto da Cidade, Lei 10.257/2001, incorporou o direito ao usucapião coletivo como uma forma de dar concretude ao princípio da função social da cidade, presente no artigo 183 da Constituição Federal, e, assim, assegurar o direito à moradia às comunidades carentes dos espaços urbanos, garantindo regularização fundiária e urbanização de áreas precárias.

O usucapião coletivo pode ser solicitado por moradores de baixa renda, que passaram o ocupar o lugar – áreas com mais de 250 metros quadrados – para sua moradia, ou de sua família, há mais de 5 anos de forma ininterrupta, de forma pacífica e que não tenham

⁶⁸ Dados no Processo 1051014-12-20148.26.01000, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (p. 6).

propriedades de qualquer outro imóvel.

O processo já teve várias etapas, entre elas juntar aos autos vários documentos dos moradores, que comprovassem a “sua existência”, seus dados socioeconômicos etc. Como disse uma das lideranças da Associação dos Moradores: “as pessoas precisam provar que elas existem e que elas são muito pobres para poderem viver aqui neste pedacinho de terra”. O processo continua tramitando no Tribunal de Justiça de São Paulo e aguarda, a pedido do Juiz, uma perícia no terreno para mediação, mas que o orçamento para tal perícia tem um valor elevado para os moradores. De acordo com Sérgio, dirigente da Associação dos Moradores, o custo deste trabalho técnico foi orçado em R\$ 50.000,00 e, em um segundo orçamento, em R\$ 98.000,00.⁶⁹ O Escritório Modelo da PUC-SP os encaminhou para um curso na Secretaria Municipal de Habitação, sobre a legislação que dispõe sobre a regulamentação fundiária de áreas em comunidades carentes em São Paulo. Atualmente, a Associação está acionando a Secretaria Municipal de Habitação para regularizar essa área do jardim Helian.

O comércio e alguns serviços que se encontram no bairro são de caráter local e alguns são em conjunto com a própria moradia, caracterizando um uso misto. Essa forma espacial do bairro, com alta densidade populacional, casas com pouco ou nenhum quintal, ruas estreitas, vielas e becos, faz o convívio entre os seus moradores, especialmente aos finais de semana, ser de muita proximidade. Aos finais de semana, o Jardim Helian se parece com uma grande praça pública, crianças brincam nas ruas, moradores sentam-se em cadeiras nas calçadas, carros abertos com seus equipamentos de som oferecem música (geralmente muito alta) para quem quer e quem não quer ouvi-la, os pequenos bares estão sempre cheios de moradores tomando cerveja, como quem brinda o merecido descanso do final de semana. Esses espaços públicos são os lugares da sociabilidade de seus moradores, tanto em finais de semana rotineiros, como nos eventos e festas de maiores proporções realizadas pela Associação de Moradores e Amigos do Jardim Helian. A rua, a viela e os becos ainda funcionam ali como lugares de encontros. Lugares onde seus moradores se reconhecem, criam e reafirmam seus

⁶⁹ Informações concedidas por Sérgio M. Lima, dirigente da Associação dos Moradores do Jardim Helian, em 22 de outubro de 2019.

laços de proximidade, como se a vida fosse apenas feita desses laços de proximidade, mesmo nessa imensa metrópole.

Essa pequena descrição do bairro nos põe em contato com parte da realidade vivida cotidianamente por seus moradores. Há um outro aspecto que compõe essa paisagem: as carências que ainda se fazem presentes nesse lugar e que, desde a sua formação na trama da metrópole industrial, são enfrentadas por seus moradores e ao mesmo tempo são o motor de muita luta e resistência para aqueles que são fruto do intenso processo de segregação socioespacial. Entremos nessa trama.

A toponímia presente no bairro e na região é marcada pela história da sua ocupação e estruturação fundiária. O Distrito (Parque do Carmo) onde se localiza o Helian, o Parque urbano e a Área de Proteção Ambiental (APA) do Parque e Fazenda do Carmo⁷⁰ – uma grande área com remanescentes de Mata Atlântica, que outrora fora a Fazenda Caguaçu –, teve parte de suas terras vendidas em 1954 recebendo na época o nome de Fazenda do Carmo,

⁷⁰ A Área de Proteção Ambiental Parque e Fazenda do Carmo (APA do Parque e Fazenda do Carmo), com área de 867,59 ha que contém uma importante mancha remanescente de mata Atlântica, foi criada pela Lei 6.409, de 05 de abril de 1989, e regulamentada pelo Decreto Estadual 37.678, de 20 de outubro de 1993. Essa área é composta pelo Parque do Carmo (criado em 1976); pelo Sesc Itaquera (inaugurado em outubro de 1992); pelo Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo (criado pelo Decreto Municipal 43.329, de 12 de junho de 2003). A APA também apresenta em seu território outros usos tais como: loteamentos irregulares, indústrias, chácaras, Conjunto Habitacional Pêssego I (empreendido pela COHAB-SP).

Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, Lei 9.985/2000), o conjunto de unidades de conservação federais, estaduais ou municipais, é composto por 12 categorias de unidades de conservação. “Uma Área de Proteção Ambiental (APA) é uma categoria de Unidade de Conservação de Uso Sustentável definida como:

“Art. 15 – A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.”

Importante destacar que essa APA é resultado de um intenso processo de luta dos moradores da Zona Leste que conviviam com todos os problemas decorrentes da presença de um lixão e de uma Usina de compostagem instalados no local desde os anos de 1970. A partir de 1985, a população começou a se mobilizar e a realizar manifestações solicitando aos órgãos públicos a desativação da usina e do lixão. Solicitavam ainda a preservação da vegetação presente naquela região. Trata-se de um importante patrimônio ambiental da Zona Leste paulistana. Para conhecer melhor as características físico-ambientais da APA do Parque e Fazenda do Carmo, consultar: SECRETARIA DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE. Prefeitura do Município de São Paulo. Caderno do Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo. São Paulo, 2014.

Um trabalho importante que relaciona a existência da APA do Parque do Carmo e Fazenda do Carmo à história fundiária da região com a atuação dos movimentos sociais, no final dos anos 1980, pode ser consultada em: DELI, Fernando Rodrigues. *Da Fazenda Caguaçu à Área de Proteção Ambiental: a APA do Carmo no cerne da Zona Leste paulistana*. 159 f. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

situada entre os rios Verde e Jacu. Essa fazenda remonta aos primeiros habitantes na região, durante o período de colonização portuguesa. Pertenceu aos padres carmelitas, foi formada no século XVII, em 1722, pela compra de terras, e posteriormente, em 1772, pelo recebimento de outras terras como doação. Quase 200 anos depois, em 1919, parte de suas terras (1.233,5 alqueires paulistas)⁷¹ foi vendida para o Coronel Bento Pires, proprietário da Companhia Comercial Pastoril e Agrícola (CCPA), que deu continuidade à criação de gado e à agricultura que vinham sendo praticadas pelos carmelitas. Nesse período, o desenvolvimento de Itaquera já começava a se articular ao desenvolvimento da própria cidade de São Paulo e as terras dessa área a leste do centro urbano de São Paulo entram no circuito de valorização do mercado de terras, que já estava operando a todo vapor na cidade, desde o começo do século XX. Como analisou SEABRA (1987), diversas empresas de capital nacional, internacional ou misto passam a empreender nesse mercado, como a Companhia City (City of San Paulo Improvements and Freehold Land Co. Ltda.), organizada em Londres em 1912; a Companhia Cidade Jardim, formada nos anos de 1920; a Cia. Light (Brazilian Traction Light and Power Company Limited), organizada no Canadá em 1904. Esses são alguns dos exemplos mais conhecidos, mas outros empreendimentos ligados ao mercado de terras começam a despontar em toda as áreas da cidade, como é o caso da Companhia Comercial Pastoril e Agrícola (CCPA), que atuará na região leste. Vale lembrar que a Estrada de Ferro Central do Brasil, quando inaugura, em 1875, uma estação em Itaquera, que recebe o nome de Estação São Miguel, em referência ao núcleo do povoado ao norte do território, será um dos elementos que trarão valorização para os terrenos, especialmente os mais próximos à estação férrea.

A respeito da estruturação fundiária dessa área leste do município de São Paulo, particularmente no que diz respeito à região onde se encontram as Subprefeituras de São Miguel Paulista, Itaquera e São Mateus, Deli (2010) fez um minucioso levantamento das empresas que atuaram na região, empreendendo no mercado de terras, antes mesmo da CCPA. O autor também relata casos de grilagem de terras nesses territórios.

⁷¹ De acordo com a certidão emitida pelo 5º. Tabelionato de Notas da Cidade de São Paulo, conforme: DELI, Fernando. *Da Fazenda Caguaçu à Área de Proteção Ambiental: a APA do Carmo no cerne da Zona Leste paulistana*. 159 f. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

A Companhia Comercial Pastoril e Agrícola (CCPA) começará o processo de loteamento de sua propriedade em 1920, urbanizando parte das terras próximas à estação ferroviária de Itaquera e dividindo outra gleba em lotes rurais. Nesse momento, formam-se a Vila Carmozina e a Cidade Líder e o restante foi loteado com a finalidade de uso agrícola, o que deu origem ao loteamento rural da Colônia Japonesa, ou, como os registros oficiais dos lotes indicam, Secção Colônia de Vila Carmozina, em Itaquera.

Em 1951, o Coronel Bento Pires de Campos vende a Fazenda do Carmo a Oscar Americano de Caldas Filho, que novamente irá lotear uma de suas partes em grandes lotes urbanos, na tentativa de atrair integrantes da classe média e alta para a região de Itaquera. É nesse contexto que nasceu o bairro Jardim Nossa Senhora do Carmo, conhecido como o Morumbzinho da Zona Leste. A parte da fazenda que não foi loteada permaneceu como uma fazenda de lazer para sua família. Em 1974, quando Oscar Americano, falece seus herdeiros vendem uma parte à Prefeitura do Município de São Paulo – uma área de 1,5 milhão de m². É essa área em que se situava a sede da fazenda que se tornaria, em 1976, o Parque do Carmo. Em 1980, o restante das terras é vendido para a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB-SP).

Ainda nos anos de 1920, o coronel Bento Pires de Campos, inspirado por modelos agrícolas que observou em suas viagens à Europa e à América do Sul, planejou um núcleo colonial para parte de suas terras, no qual pretendia produzir hortaliças, frutas e legumes para abastecer o mercado de São Paulo. A sua intenção era trazer imigrantes japoneses para cultivá-las. O projeto do loteamento rural, que viria a ser conhecido como Colônia Japonesa, contou com a atuação de seu diretor, John Speers, em sua organização.

O geógrafo Aroldo de Azevedo, em sua tese de 1945, ao estudar os subúrbios orientais de São Paulo, aponta a significativa importância da Colônia Japonesa para a região de Itaquera e para própria cidade de São Paulo, que naquele período já era reconhecida como uma metrópole. Assim escreve sobre a Colônia Japonesa;

Ao sul de Vila Carmosina, em Itaquera, localiza-se um centro de povoamento que merece referência à parte: é a chamada *Colônia*, que se estende pela bacia do rio Jacu, vence o divisor de águas e alcança o vale do Aricanduva superior, em terras que pertenceram à antiga Fazenda Caaguaçu. Seu nome pode dar margem a interpretações errôneas, que desejamos desde logo esclarecer. Não se trata de um núcleo colonial, no sentido oficial e vulgar do termo; a “Companhia Comercial, Pastoril e Agrícola”, adotou-o para acentuar-lhe o caráter rural, em oposição ao caráter urbano da Vila Carmosina. Dividida em mais de 600 lotes de terras a antiga gleba, há 25

anos inteiramente despovoada, processou-se o povoamento e começaram a surgir os primeiros sítios. Hoje, mais de dois terços daquelas terras acham-se efetivamente ocupados, sobretudo o vale superior do rio Jacu. Gente de diferentes nacionalidades – brasileiros, japoneses, alemães, russos, lituanos, checoslovacos, poloneses – ali se fixou. Entretanto, basta percorrer a “Colônia” para sentir a predominância dos japoneses sobre quaisquer outras nacionalidades.

[...] Por intermédio de organizações cooperativistas (notadamente a “Cooperativa Agrícola de Cotia” e a “Sociedade Cooperativa Agrícola suburbana da Capital”), toda a produção é encaminhada para o mercado e as feiras da metrópole paulistana, através da rodovia e da estrada de ferro. Diariamente, por volta das 4 horas da madrugada, reúnem-se na estação de Itaquera os que vão vender seus produtos na Capital; mas por volta das 11 horas, já se acham novamente nos sítios da “Colônia” (AZEVEDO, 1945, p. 111-114).

França e Lemos (1985, p. 61 e 64), pesquisadoras que estudaram a formação do bairro de Itaquera, também destacaram a importância da imigração japonesa como decisiva na constituição da região e na formação de um cinturão verde que produzia frutas, legumes e hortaliças para o abastecimento da cidade de São Paulo, nas décadas de 1930 a 1970.

Para essas autoras, que corroboram os estudos de Azevedo, o processo de formação da Colônia Japonesa revela a importância não apenas desses imigrantes mas também de outros que foram se juntando a eles, ressaltando que foram os imigrantes japoneses que tiveram especial importância para o desenvolvimento agrícola da região porque trouxeram conhecimentos da agricultura de jardinagem praticada no Japão e, aos poucos, foram substituindo uma pobre agricultura de subsistência, quando a área fazia parte de um cinturão caipira, por uma agricultura comercial voltada para o mercado urbano na cidade. Segundo essas autoras:

O primeiro imigrante japonês que se instalou na Colônia foi o engenheiro agrônomo e também veterinário Tsunejiro Ishibashi [...] O senhor Taishi Yoshioka, com o qual mantivemos longos diálogos e que chegou à Colônia em 1933, afirmou terem chegado os primeiros proprietários em meados de 1924. Isso é confirmado por um trabalho datilografado que nos emprestou, datado de 1959 e intitulado “As Festas de Pêssego em Itaquera. Breve Notícias sobre a Colônia de Itaquera”. Em meados de 1924, teriam sido vendidos os primeiros lotes, de início com 1 ou 2 alqueires somente, um pouco mais extensos mais tarde.

[...] Acreditamos ter sido só após o incremento da emigração japonesa e da grande crise de 1930, que atingiu em cheio o café que teria sido engrossado o contingente de nipônicos na Colônia. O Senhor T. Yoshioka, que viveu os melhores dias da Colônia, como também assistiu à sua decadência, contou-nos que o apogeu da mesma situa-se os anos de 1947 e 48. Viviam então 280 famílias ali, entre proprietários e colonos, japoneses e outros (em pequeno número) tais como alemães, italianos, portugueses, russos e nacionais (FRANÇA; LEMOS, 1985, p. 61 e 64).

Foram também os imigrantes japoneses que introduziram a cultura do pêssego na região, ao final dos anos de 1930. Esse cultivo ganhou tanta notoriedade que a Festa do Pêssego passou a ser um dos principais eventos sociais da região. A primeira Festa do Pêssego aconteceu em 1945, quando o cultivo dessa fruta tornou-se a principal responsável pela prosperidade da Colônia, embora os agricultores também produzissem grande quantidade de caqui e goiaba.

Segundo o agricultor Patrício Yoshio Yoshioka,

o pêssego começou a ser cultivado em Itaquera porque a região não era área de baixada, o que tornava inviável o cultivo de hortaliças. Até 2000, a fruta foi o símbolo da Colônia. A representatividade no bairro foi tanta, que virou até nome da avenida – Jacu-Pêssego – que corta Itaquera. “Antes de virar avenida, a área era chamada de Estrada do Pêssego. Com a construção da avenida e pelo fato de o Rio Jacu passar por lá, virou Jacu-Pêssego, explica”.⁷²

O auge da produção agrícola da Colônia Japonesa se deu nos anos de 1940 e 1950, e a partir dos anos de 1960 o intenso crescimento da metrópole paulistana começa a reestruturar a região de Itaquera, o que dará início ao novo momento na ocupação dessa região.

Os loteamentos para população de baixa renda que começam a ser produzidos na região expressaram a valorização das terras em toda a cidade de São Paulo, especialmente nas áreas mais centrais ou naquelas com melhor infraestrutura urbana. A valorização das terras e os baixos salários da classe trabalhadora contribuíram para uma nova fase de ocupação dessa região, pois ela ainda apresentava terrenos mais baratos em virtude de sua pouca infraestrutura urbana, atraindo assim uma grande massa de trabalhadores empobrecidos.

Além disso, o número cada vez maior de migrantes, especialmente nordestinos, atraídos pelas indústrias e toda ordem de serviços que a metrópole oferecia, já não encontrava mais condições de viver em bairros com melhores equipamentos e serviços urbanos.

A década de 1970 marca um intenso processo de ocupação da Zona Leste e a Colônia Japonesa não ficará fora desse processo, agricultores que já não conseguiam mais se reproduzir enquanto tais passam a vender seus lotes a preços muito baixo, dando início a

⁷² Japoneses criaram o cinturão verde em São Paulo. Centenário da Imigração. Jornal *O Estado de São Paulo*. Economia e Negócios, em 04/03/2008.

vários novos loteamentos urbanos no que antes era uma área rural. A crescente ocupação do local, a linha férrea e o transporte coletivo por ônibus fizeram com que a prefeitura elaborasse as diretrizes gerais para desenvolver uma área industrial na região. Os lotes foram sendo vendidos para loteamento residenciais e para as indústrias que começam a se interessar pela região, em função dos terrenos mais baratos em relação àqueles mais próximos à área central.

A Zona Leste vai se constituindo como uma grande região de moradia da classe trabalhadora altamente expropriada na reprodução ampliada do capital. Esse período evidencia a consolidação de um processo de industrialização baseado em um modelo altamente concentrador, apoiado no rebaixamento do custo de reprodução de sua força de trabalho, seja por não lhe garantir salários suficientes para uma digna reprodução social com acesso aos bens urbanos necessários, ou por não lhe garantir renda suficiente para aquisição de moradia adequada em bairros mais equipados. Juntamente a essa exploração, a própria cidade era produzida cada vez mais sob a lógica da produção de valor. As áreas com melhor infraestrutura urbana e serviços ficavam fora do acesso das classes trabalhadoras.

Os bairros, vilas e jardins que vão se formando em zonas cada vez mais distantes das áreas com melhor infraestrutura – como era o caso do centro de São Paulo e de alguns bairros elegantes da zona sudoeste – são os novos espaços que expressam o modelo de expansão capitalista que se consolida no Brasil. Ao lado de muito crescimento econômico, especialmente no período do *milagre econômico*, como os dados estatísticos demonstravam, havia e há toda sorte de pobreza sendo produzida e reproduzida, formando uma unidade perversa que garante o processo de acumulação.

Para ressaltar ainda mais esta modalidade de capitalismo, mencione-se que, no auge do *boom* econômico, ocorrido após o golpe militar de 1964, conhecido como “milagre econômico”, enquanto a economia crescia a taxas superiores a 10% ao ano e a produtividade do trabalho aumentava 33% em São Paulo, o salário mediano – que corresponde à metade dos trabalhadores com nível menor de remuneração – decrescia, também em termos de poder aquisitivo real, em 15% (KOWARICK; CAMPANÁRIO, [1988], 1994, p. 67).

Se por um lado temos novas relações sociais de produção, baseadas na modernização trazida pela produção industrial, por outro também temos a permanência e a garantia do arcaico, representados pela pobreza e pela opressão. O novo e o velho convivendo lado a lado e alimentando o mesmo processo de acumulação e reprodução de capital.

As grandes metrópoles brasileiras representam esse modelo de expansão capitalista que tem suas bases na intensa exploração da sua força de trabalho, os exemplos nos quais essa relação se expressa são inúmeros e no urbano ele pode ser percebido nas condições de moradia da classe trabalhadora menos qualificada. Esses trabalhadores ou moram em cortiços e favelas em áreas centrais ou vivem em bairros com condições precárias de moradia e de urbanização. Lembramos ainda que em muitos casos a moradia, ou até mesmo o próprio bairro, é autoconstruída, em sistema de mutirão entre os membros da família ou com a ajuda de amigos. Os bairros pobres, que foram se formando na metrópole paulistana, a partir da consolidação da industrialização, traziam em suas paisagens a marca desse processo de autoconstrução – trabalhadores com baixa remuneração construíam suas residências e, muitas vezes a própria infraestrutura do bairro, aos finais de semana, nas folgas e nas férias, com a ajuda de amigos e parentes em sistema de mutirão.⁷³

O período do milagre econômico, nos anos de 1970, consolidou e aprofundou esse modelo de crescimento baseado na intensa exploração da classe trabalhadora. As citações abaixo relevam dados desse processo:

Uma não-insignificante porcentagem das residências das classes trabalhadoras foi construída pelos próprios proprietários, utilizando dias de folga, fins de semana e formas de cooperação como o “mutirão”. Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não pago, isto é, super-trabalho. Embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribuiu para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado – a casa – reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho – de que os gastos com habitação são um componente importante – e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é na aparência, uma sobrevivência de práticas de “economia natural” dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho OLIVEIRA ([1972] 2013, p. 59).

É nesse contexto que o bairro do Jardim Helian, que conta hoje com seus 14 mil moradores, foi formado. Como veremos ao longo do texto, a sua constituição traz as marcas da transição de uma área considerada subúrbio até os anos de 1950, para um bairro periférico,

⁷³ O documentário *Fim de Semana*, produzido, em 1976, dirigido por Renato Tapajós, retrata as condições de vida de parte da classe trabalhadora e o processo de autoconstrução dos bairros da periferia do município de São Paulo e de municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

que o processo de metropolização de São Paulo foi lhe impondo ao incorporá-la à sua dinâmica. Enquanto a elite continuava a ocupar as áreas, antigas e novas, com melhor infraestrutura e serviços urbanos, os trabalhadores de menor rendimento ocupavam as áreas cada vez mais distantes do centro e com toda ordem de carências. À elite, a cidade; aos trabalhadores pobres, a negação da cidade.

Como bem demonstrou Bonduki (1994), há uma profunda relação entre a pobreza dos trabalhadores e uma forte crise habitacional – que se agravou nos anos de 1950, com a formação das periferias. Como salienta o pesquisador, até meados dos anos de 1930, a grande maioria dos trabalhadores e da classe média tinha a sua necessidade de moradia garantida pela iniciativa privada – por empreendedores que construía moradias para aluguel ou por alguns industriais que produziram vilas operárias para os seus trabalhadores.

O setor de construção de casas de aluguel aferia considerável lucro com essa atividade econômica, até o congelamento do aluguel, instituído pela Lei do Inquilinato de 1942 e suas sucessivas modificações, que tornaram tal investimento desfavorável, o que levou a um desinteresse de investir nesse tipo de negócio. Diante dessa conjuntura, o número de imóveis disponíveis será reduzido ou, burlando o congelamento, os preços daqueles que estavam disponíveis irão subir para além das possibilidades dos ganhos salariais da maioria dos trabalhadores mais pobres.

A partir desse período, São Paulo, irá assistir ao surgimento de novas modalidades de moradia para a classe trabalhadora: o favelamento e a casa própria autoconstruída em loteamentos periféricos. “Ambas as soluções se caracterizavam pela inexistência de investimento privado ou público na construção da moradia, ou seja, transferência dos encargos de confecção das casas de empreendedores especializados para o próprio morador” Bonduki (1994, p. 123).

O intenso crescimento populacional da cidade, particularmente estimulado pela concentração industrial, só fez consolidar esse modelo como solução habitacional para as classes trabalhadoras: construção da casa própria pelo próprio morador, em lotes periféricos, comprados a prestações, em locais carentes de toda infraestrutura, juntando-se a isso a expansão de transporte coletivo por ônibus que avançava por novos loteamentos cada vez mais distantes do centro.

A própria especulação imobiliária da época fazia surgir vários loteamentos nas áreas mais longínquas da cidade. Loteamentos, em muitos casos, irregulares e carentes de infraestrutura, expressando a incorporação de novos terrenos no circuito de produção e valorização da própria cidade. Não era pelo fato de ser na periferia que a especulação imobiliária não se dava também nessas terras. A ocupação das periferias marcava um processo de urbanização crítica ou um modelo de urbanização sem cidade. Essa urbanização crítica também gestou processos de lutas constantes, pela água, pela luz, pelo transporte, por escolas, postos de saúde, enfim pelo direito à urbanização desses bairros que iam se formando distante do centro, como é o caso do Jardim Helian.

Lembramos ainda, a respeito do contexto da formação do Jardim Helian, outro dado relevante da ordem econômica, política e social desse momento, estávamos vivendo em plena ditadura civil-militar embalados pelas estratégias do milagre econômico, que favorecia ao processo de reprodução ampliada do capital industrial, mas juntamente a esse processo uma intensa segregação socioespacial, como resultado e condição de um crescimento econômico baseado em alta concentração de renda e de concentração espacial das diversas atividades econômicas: “Na medida em que as empresas se concentram espacialmente, o mercado para cada uma se amplia, possibilitando assim maior concentração empresarial do capital e na medida em que essa se dá as vantagens da concentração espacial se acentuam” (SINGER, [1973] 1985, p. 124).

Como nos lembra Lencioni (2008, p. 8), para entender a metrópole é fundamental que se compreenda os processos de concentração e centralização de capital. “Faz parte da racionalidade da acumulação capitalista concentra um grande número de população, renda, indústrias de alta tecnologia e trabalho qualificado, bem como fazer da metrópole difusa e espalhada territorialmente, uma única bacia de trabalho e habitat, dentre outros aspectos”.

Ainda de acordo com Lencioni (2008, p. 8), enquanto o conceito de concentração diz respeito ao aspecto quantitativo do processo de acumulação de capital e de produção do espaço, a centralização nos indica o aspecto qualitativo, pois a centralização “permite esclarecer os mecanismos de administração e controle do capital, que por meio dos serviços voltados às empresas reafirmam e renovam a centralidade da metrópole”.

Ainda seguindo a análise feita por Singer (1973), a concentração espacial do capital ocorreu em São Paulo a partir do mercado regional formado pela economia cafeeira, criando as bases para a formação do que viria a ser um grande parque industrial.

Essa concentração espacial das atividades econômicas se confirmou ainda mais com a entrada das indústrias internacionais no setor de bens de consumo duráveis, a partir dos anos de 1950. “Os novos ramos industriais já surgiram fortemente concentrados e a maior parte dos estabelecimentos foi localizada na área metropolitana de São Paulo ou em suas imediações: Baixada Santista, Campinas e Vale do Paraíba” (SINGER, [1973] 1985, p. 124).

A intensa concentração espacial de capital no município de São Paulo, em sua região metropolitana e em alguns municípios próximos, irá atrair grande parte da mão de obra de outras áreas do território brasileiro. Mais uma vez recorremos a Singer, que analisou a formação de um exército de reserva de mão de obra, naquele momento, como um produto e uma condição do desenvolvimento capitalista no Brasil. Segundo o economista, esse processo foi altamente concentrador de atividades econômicas na região Sudeste, especialmente nas grandes metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro. Mas a Grande São Paulo se destacava mais ainda mais nesse processo de mobilização de mão de obra.

O rápido crescimento demográfico da Grande São Paulo é consequência da amplitude do desemprego estrutural no país e do fato de que efetivamente a acumulação se processa em grande escala dentro dos seus limites. Em comparação com outras cidades, é provável que uma proporção maior dos migrantes que ocorrem à área metropolitana de fato logram integrar-se no processo produtivo (SINGER, [1973] 1985, p. 130).

Recorremos a essa breve contextualização do período em que se forma o Jardim Helian para compreendermos o seu devir na própria estruturação da metrópole. Se tomarmos como referência o contexto de sua formação, podemos perceber em sua paisagem e nos relatos de seus moradores as continuidades e as rupturas nas formas e nos usos que esse espaço revela diante do atual processo de urbanização.

Ao adentrarmos no bairro, já nos deparamos com diversos elementos em sua paisagem que nos revelam a historicidade do lugar e sua relação com a constituição da metrópole. É um fragmento da cidade de São Paulo, um fragmento que guarda ainda algumas marcas de seu processo de formação e dos indícios dos caminhos que o bairro pode vir a tomar. Como um arqueólogo em busca de pistas, materiais, fósseis, etc. que possam ajudar a reconstruir a história de um dado lugar, ali no Helian, também podemos perceber resíduos, cacos de outras

histórias, de outros momentos, de outros tempos-espacos. Não tão antigos quanto aqueles que os arqueólogos buscam, mas que pertencem a tempos menos distantes. Embora, hoje, o Helian revele características de um bairro típico de periferia, traz em sua paisagem e nos nomes de suas ruas algumas das marcas do período em que fora parte de uma área rural que se transformou em um subúrbio, nos anos de 1920, e que passou a ter suas terras loteadas e cultivadas, pelos colonos japoneses em sua grande maioria, embora o local também tenha recebido outros imigrantes de origem europeia, como os italianos, por exemplo.

O Helian nasce, no final dos anos de 1960, a partir de um loteamento do que fora parte a antiga Colônia Japonesa. Os nomes de algumas ruas revelam essa memória. Os seus primeiros moradores representam esses migrantes dos anos de 1960 e 1970 que vieram para São Paulo em busca de trabalho e melhores condições de vida na metrópole industrial e, dependendo do lugar que ocupavam, juntavam-se a uma população anterior existente de imigrantes ou de seus descendentes que também ali estiveram, em décadas anteriores, em busca de melhores condições de vida.

Eu sou Sérgio. Tenho 46 anos, estou aqui no Helian há 44 anos. Minha família chegou aqui do Nordeste, da Paraíba. Vieram procurar oportunidades vindo pra São Paulo. E hoje, entendendo um pouco do fragmento da História, eles chegam aqui num local que é a Colônia Japonesa. É um local rural, totalmente rural, totalmente reservado para os japoneses para fazer as plantações. E nesse sentido, a gente consegue historicamente, eu digo com eles, ocupar aqui. Hoje tentando entender um pouco da história do Helian, em nosso Projeto Memórias⁷⁴ [...] a ideia não é só fazer a história dos nordestinos. Em uma pesquisa mais geral, elas falam dos bairros periféricos como dos nordestinos. Eles são dos nordestinos, são dos paranaenses, dos mineiros. Então a gente não quer contar somente a partir da história dos nordestinos.

Como o próprio entrevistado relata, cada lugar tem a sua particularidade de formação e de trajetória. Há uma imensa riqueza de histórias na formação desses bairros periféricos. Muitas vezes esses lugares, com histórias tão ricas, são tratados de forma homogênea, como se ali não houvesse um passado anterior à sua transformação em bairro periférico. De uma forma geral, a periferia é tratada como uma grande superfície mal urbanizada e homogênea ou

⁷⁴ Nosso entrevistado, Sérgio M Lima, está escrevendo um livro sobre o Jardim Helian.

apenas como “bairro-dormitório”.⁷⁵ Em que pese serem realmente lugares com urbanização precária, essa maneira empobrecida de pensar a periferia a desconstitui da sua historicidade e das suas particularidades e, de certa forma, reproduz o pensamento tecnicista de muitos planejadores urbanos que apenas a veem como um espaço a ser remodelado, reurbanizado, revalorizado sem se levar em consideração a história de sua constituição. Nosso entrevistado, ao rememorar sobre o passado do Helian, foi nos revelando os usos e as formas de vida ali presentes e como estavam vinculadas à dinâmica da metrópole e à maneira como foram sendo transformadas no mesmo movimento de transformação da metrópole.

A gente também quer dizer para o povo que a gente fez uma ocupação de um lugar que já estava ocupado também. Então começamos a chegar na história do Helian, que aqui existiam três chácaras. Eu, por relatos dos antigos, achava que aqui tinha só uma olaria aqui, mas não... existiam três olarias aqui. Então tinham as chácaras e depois uma transição para olarias, por conta do tijolo. Porque o tijolo era muito forte na região. E aqui era bom de barro. E tinha o rio aqui também, o córrego Tone. [...] Em 1968 tinha um forno aqui. Quem chegou aqui em 1968, 1969, se lembra do forno. Nós conseguimos fotos que mostra o forno.

[...] A escola Lina também é antiga aqui. Era dentro da Colônia. Foi uma escola construída para os japoneses. Era a escola da Colônia. Aqui na Jacu-Pêssego. Há alguns aqui que lembra que tinha o idioma japonês.

[...] Os italianos também eram uma outra presença aqui: os Bassi, os Bertozzi. Eles também chegam para a plantação de uva.⁷⁶

Atualmente, diante do processo de metropolização, assistimos a uma implosão dos bairros, que não acontece de forma linear no tempo; na década de 1970 alguns bairros mais antigos já tinham se fragmentado violentamente embora permanecessem abstratamente integrados à metrópole. Mas não podemos nos esquecer de que, nesse mesmo período, outros bairros ainda estavam se formando nesse intenso e contínuo processo de reprodução da

⁷⁵ Essa expressão é muito recorrente para designar bairros periféricos, mas também é muito empobrecedora dos verdadeiros conteúdos sociais que esses lugares contêm. É um fato que a maioria de seus moradores trabalha em locais distantes de seu local de moradia, passando muitas horas fora, mas não podemos nos esquecer que nesses locais acontecem muitas formas de sociabilidade e de laços afetivos e de parentescos entre seus moradores e que ao longo do dia várias atividades e contatos sociais são realizados ali. Há um grande número de jovens, mulheres, crianças e desempregados que passam grande parte do dia nesses bairros, ou que trabalham em atividades formais e informais dentro do próprio bairro. Por que classificá-los apenas como bairro-dormitório? Não seria um grande reducionismo?

Nesse sentido, a antropóloga Teresa Pires Caldeira já havia feito esta observação, em 1979 quando realizou um trabalho etnográfico no Jardim das Camélias, localizado no Distrito de São Miguel Paulista, no qual detalhou a intensa e riquíssima vida no bairro. Consultar: CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

⁷⁶ Sérgio, em entrevista para autora, em 01 de setembro de 2019.

metrópole. Ao olhar para uma grande mancha urbana tudo parece muito homogêneo, mas a produção social e espacial na dinâmica do capitalismo mantém uma unidade contraditória entre processos homogeneizadores e diferenciadores dos lugares. Ao mesmo tempo em que o capital precisa reproduzir as mesmas condições gerais de produção em diferentes lugares – o que leva à homogeneização –, também depende da diferenciação espacial – fazendo com que cada lugar passe a exercer diferentes funções no processo de divisão social e territorial do trabalho. O Jardim Helian nasce e se consolida nessa dinâmica, como um bairro residencial de trabalhadores de baixa renda.

Uma das questões que se põe ao analisarmos o bairro é como compreender, nessa forma mais elementar de viver o urbano, os processos sociais e espaciais e sua relação com as transformações da metrópole. Seguimos os pressupostos teóricos que nos remetem a pensar o bairro na totalidade da metrópole, pensar a metamorfose do bairro juntamente com a metamorfose da metrópole. Como assegura Seabra (2003, p. 44),

[...] o bairro, a cidade e a metrópole, não são configurações aleatórias, ocasionais e tampouco integram a linguagem independentemente do movimento do real, do histórico, porque a metrópole contemporânea, tal como se conhece, é o devir histórico, da cidade e dos bairros. A metrópole, na sua complexidade, estava inscrita no movimento dos conteúdos da cidade com seus bairros.

O nível mais elementar, aquele que tem sustentando as metamorfoses da forma urbana, é o bairro. É no movimento da parte com o todo que se situa o bairro em relação à cidade. Além do mais, como a recíproca é verdadeira, a parte contém o todo nos seus fragmentos, sendo por isso a cidade uma totalidade em relação ao bairro. Trata-se de uma totalidade que se move no sentido de um devir histórico e cujos impasses redefinem o todo e as partes (SEABRA, 2003, p. 44).

Ao buscarmos a sua compreensão nesse devir, é possível captar ali as diferentes temporalidades em sua paisagem. É possível compreender a sociedade se materializando naquele lugar, mas a paisagem não nos revela de imediato as relações sociais que constituem a dinâmica desse fragmento da metrópole, é preciso ir além do que está visível, para interpretar os conteúdos sociais das formas materiais.

Os dramas e as histórias estão ali encarnados no uso do território, conscientes ou não, seus moradores expressam a lógica abstrata dos processos de produção de valor, inclusive da valorização do próprio espaço. Ali, todos estão submetidos à violência da equivalência, todos são força de trabalho. Submetidos ao processo formal de produção ou submetidos a ele de outras formas: pelo trabalho informal, pelo desemprego, pelo consumo.

Nos depoimentos de alguns moradores é possível perceber as tessituras do vivido que formam a trama desse bairro. As várias formas de uso do lugar foram sendo reestruturadas na medida em que o processo de metropolização vai reorganizando os lugares da metrópole para se adequar aos novos tempos de reprodução do capital cada vez mais globalizado. Muito recentemente, final de 2018, foi demolido o imóvel, adquirido em 1948,⁷⁷ que compunha a antiga chácara pertencente à família de Kinu Inoue, conhecida pelos moradores do Helian, especialmente pelas crianças da época, por Batian (avó, em japonês). Essa chácara, ainda no período do loteamento do Helian, produzia frutas (pêssegos, goiaba, caqui) e peixes para serem comercializados. A chácara não foi apenas local de divertimento das crianças, em seus tanques de criação de peixes, mas também local de trabalho para alguns dos moradores do bairro. Eles trabalhavam em época de colheita e plantio das frutas. Os antigos moradores do Helian trazem em suas memórias a relação de trabalho e de afeto que tinham com esse lugar.

A Casa da Batian, além de ser um local de trabalho, era um local de lazer, de divertimento, mesmo antes do SESC aqui na região. Ela (a Batian) estava sempre com um avental. Eu nunca tive muito contato com ela porque eu era muito menino. Os tanques eram os tanques de peixe, que a gente chamava de piscina, mas na verdade eram os tanques que foram de criação de peixe. Não sei nem como começou, mas a gente começou a frequentar lá. Dava algumas moedinhas pra ela. E ela se divertia com isso também; de ter as crianças lá. Ela gostava disso. Estava no auge [no período da formação do Helian]. Era um período da produção de pêssego, de caqui, de frutas. Eu fui vendedor também, como muitos meninos. Eu não trabalhei lá dentro, mas teve gente da minha família que trabalhou preparando a terra. Ela deu emprego para muita gente.⁷⁸

Se Itaquera era quase uma cidade do interior, o Jardim Helean era o próprio interior. Na avenida principal, a Estrada do pêssego, que nos levava para este bairro, existiam inúmeras chácaras que produziam, obviamente, pêssegos, ameixas, caquis e outras variedade de frutas também eram produzidas, e isto dava um ar extremamente interiorano para o local. Ainda na Estrada do Pêssego havia o Aquário (ainda existe hoje, completamente modificado) que muitas famílias a ele acorriam para comprar sangue de carpa que, segundo os antigos, era bom para curar bronquite.

⁷⁷ O Registro do imóvel é de 21 de dezembro de 1948, realizado no 9º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo. Segundo a transcrição n. 24.341, de 21 de dezembro de 1948, Nakasuke Inoue, japonês, casado, lavrador, residente e domiciliado em Itaquera, a Estrada “M”, s/n, adquire da Companhia Comercial Pastoril e Agrícola, com sede nesta capital, dois lotes de terrenos sob ns. 150-A e 150-D, na Secção Colônia de Vila Carmozina, em Itaquera.

⁷⁸ Depoimento de Sérgio, M. Lima, em entrevista para a autora, em 08 de agosto de 2019.

[...] Esta estrada dava para o Jardim Helean tínhamos que seguir pela Estrada “M”, uma rua estreita que cortava outras tantas chácaras até desembocar no bairro.

[...] A lembrança mais viva que tenho, [...] é quando dávamos nossos mergulhos na piscina da “Batian”. A “Batian” é uma senhora japonesa que, com filhos e netos, tinha uma dessas chácaras antigas e, em sua entrada principal, tinha dois tanques com água. Ali era a festa da molecada. Por uma moeda podia-se mergulhar e refrescar-se nos dias de calor.⁷⁹

Muitos trabalharam na Batian na enxada preparando a terra. No tempo de pêssego era necessário todo um trabalho, ensacar, etc. Era necessário proteger o pêssego contra a ação dos insetos.⁸⁰

[...] trabalhei muito anos com a Batian na chácara ensacando ameixa e na casa fazendo faxina. Meu irmão adorava nadar lá.⁸¹

Em 2018, a Associação dos Moradores do Jardim Helian, conjuntamente com a UNIFESP – Campus Zona Leste, organizou-se para tentar viabilizar, junto aos órgãos públicos, o tombamento da chácara da Batian, a fim de preservar o que ainda restou da memória chacareira no Helian, mas, no início de 2019, esse espaço de memória foi violentamente apagado, a nova lógica da financeirização do espaço teve mais força e a Construtora e Incorporadora Plano & Plano⁸² adquiriu o terreno e está construindo o condomínio Residencial Parque do Carmo – Iososuke 1 e 2, com duas torres de 18 andares, com um total de 298 apartamentos de 2 dormitórios de 40 ou 41m², financiados a partir das normas do HIS (Habitação de Interesse Social – Plano Minha Casa minha Vida), para novos moradores se instalem ali. A forma condomínio verticalizado, tão presente nesses tempos atuais de urbanização – e tão desejada pelos urbanistas e planejadores urbanos – materializa-se ali, mesmo que para atender a uma população considerada de baixa renda.

⁷⁹ Depoimento de Paulo Araújo de Lima, escrito em 2007, em forma de crônica, em comemoração aos 453 anos da cidade de São Paulo. Disponível em: <<http://coachpaulolima.blogspot.com/2007/01/so-paulo-453-anos-algumas-memorias.html>>. Acesso em: 02 ago. 2019.

⁸⁰ Depoimento no Facebook da Associação de Moradores do Jardim Helian, em post de 7 de agosto de 2018, que que convida os moradores a dar depoimentos sobre a antiga Chácara da Batian e postar fotos do local. Disponível em: <https://www.facebook.com/story.php?story_fbid=179860271025375&id=814168895363809>. Acesso em: 02 ago. 2019.

⁸¹ Idem (depoimento no Facebook, de Vera Aparecida).

⁸² A Incorporadora e Construtora Plano & Plano foi fundada em 1997 com objetivo de prestar serviços de engenharia e construção para o segmento de alto padrão. Em 2006 realiza uma *joint venture* com a Cyrela Brazil Realty e amplia seu portfólio e sua área de atuação; em 2009 adere ao Programa Federal de Habitação Popular Minha Casa Minha Vida e em 2011 vende mais de 2.900 unidades de produtos populares. Desde 2013 vem sendo classificada como uma das melhores empresas do setor, pelo prêmio Top Imobiliário, realizado pelo Jornal *O Estado de São Paulo* em parceria com o SECOVI (Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis e dos Condomínios Residenciais e Comerciais ou Sindicato da Habitação).

Foto 5 – Família de Sho Yoshioka com a produção de pêsego.

Fonte: UNIFESP-Campus Zona Leste.⁸³

⁸³ Foto que compõe a documentação do pedido de tombamento da “Casa da Ba-Tian” e jardins de pêsegos na Colônia Japonesa de Itaquera/Carmo, São Paulo, 2017.

Foto 6 – Vista aérea da Chácara da Família de Kinu Inoue (Batian)

Fonte: UNIFESP-Campus Zona Leste.⁸⁴

Foto 7 – Casa da Família de Kinu Inoue (Batian)

Fonte: UNIFESP-Campus Zona Leste.⁸⁵

⁸⁴ Foto que compõe a documentação do pedido de tombamento da “Casa da Ba-Tian” e jardins de pêssegos na Colônia Japonesa de Itaquera/Carmo, São Paulo, 2017.

Foto 8 – Casa da Família de Kinu Inoue (Batian), sendo demolida para a Construção do Condomínio Parque do Carmo, pela Incorporadora e Construtora Plano & Plano

Fonte: UNIFESP-Campus Zona Leste.⁸⁶

⁸⁵ Foto que compõe a documentação do pedido de tombamento da “Casa da Ba-Tian” e jardins de pêssegos na Colônia Japonesa de Itaquera/Carmo, São Paulo, 2017.

⁸⁶ Foto que compõe a documentação do pedido de tombamento da “Casa da Ba-Tian” e jardins de pêssegos na Colônia Japonesa de Itaquera/Carmo, São Paulo, 2017.

Fotos 9 e 10 – Edifícios do Condomínio Parque do Carmo, pela Incorporadora e Construtora Plano & Plano, no antigo terreno da Família Kinu Inoue (Batian)

Crédito: Marli de Barros/junho/2019.

O cotidiano urbano no Helian e de tantos outros bairros da periferia, revela as contradições postas pelas situações macroestruturais em que estão inseridos e também as ações e decisões que os moradores escolhem adotar diante daquilo que vem dessas ordens distantes. Ao procurar compreender o Jardim Helian como um bairro, foi preciso conhecer a sua formação e a sua afirmação, como um lugar de relações próximas, de relações imediatas de seus moradores, mas ao mesmo tempo também compreender aquilo que o nega, que o transforma junto com os novos tempos da metrópole. Tal qual um espectro, as intencionalidades e as novas estratégias do poder público e do capital privado rondam o lugar e aos poucos vão se materializando ali, mesmo que o conflito não esteja declarado abertamente aos projetos contidos na OUCRVJ, hoje Arco Jacu-Pêssego.

Os futuros moradores encontrarão ali um novo espaço-tempo, muito diferente daquele do início do Jardim Helian. Embora o bairro tenha se formado em um momento de metropolização, ele ainda apresenta um ritmo de vida de bairro. A própria precariedade do bairro e as tantas carências ali presentes forçaram seus moradores a partilharem um sentimento de coletividade, de pertencimento e de identidade. Além desses sentimentos mais simbólicos, que parecem dar uma certa coesão às relações entre seus moradores e às suas relações de vizinhança e de proximidade – muitas famílias têm ali outros familiares compondo uma rede de parentesco na demografia do bairro e em sua estruturação social.

Morar no Jardim Helian é maravilhoso. Aqui é comunidade, comum em unidade. A gente ainda não perdeu esse elemento. Aqui ainda tem muitos sinais do individual, mas o comunitário aqui é forte (Antonio Sérgio Lima).⁸⁷

Ao buscar compreender as lutas e resistências do Jardim Helian nos sentimos desafiados a romper de certa maneira com a leitura mais culturalista sobre o lugar – os sujeitos agindo sem influência da estrutura macroeconômica – ou das leituras mais estruturalistas marxistas – compreendendo-o apenas como um reflexo das determinações globais do modo de produção capitalista, como uma unidade comandada apenas pela lógica de reprodução do capital – ou seja, como estrutura sem sujeitos capazes de atuar.

⁸⁷ Depoimento de morador do bairro e diretor da Associação dos Moradores do Jardim Helian. Documentário produzido pelo SESC Itaquera, para o Projeto por Dentro da Quebrada – Jardim Helian, em 10 de março/2019.

Souza (1989), no ensaio em que discute como autores de diferentes abordagens teóricas trataram a unidade espacial bairro em seus estudos, após longa discussão, conclui:

Todavia, se os “paradigmáticos” ignoram o catalisador-bairro em sua plena complexidade como categoria de análise, ao perderem de vista na sua radicalidade a divisão e o conflito de classes inscritos nos bairros, também os marxistas, por outra via, tendem a não fazer justiça à densidade dos vínculos existentes entre o Espaço, particularizado como bairro, e as relações sociais, as especificidades nas suas ligações afetiva; simbólica, econômica e política com aquele referencial espacial (SOUZA, 1989, p. 148).

Como mostra o fragmento de seu texto, os autores que analisaram tenderiam a realizar uma dicotomia; ora analisam o bairro sem conflitos, ora analisam o conflito sem bairro. Para Souza (1989), seria necessária uma “abordagem holística”, na qual

[...] o bairro, qualquer bairro, é simultaneamente uma realidade objetiva e subjetiva/intersubjetiva, e estas duas dimensões interpenetram-se e condicionam-se uma à outra ao longo processo histórico. A rigor, a realidade social como um todo estabelece-se como uma dialética entre o objetivo e subjetivo. No entanto, o bairro pertence àquela categoria de “pedaços da realidade social” que possuem uma identidade mais ou menos inconfundível para todo um coletivo: o bairro possui uma identidade intersubjetiva aceita pelos seus moradores e pelos moradores de outros bairros da cidade, ainda que com variações (SOUZA, 1989, p. 148).

Partimos dessas concepções para compreender os processos de lutas e as resistências contemporâneas do Jardim Helian, procurando analisar como os seus moradores, a partir de suas experiências e decisões, reagem de forma particular aos conflitos do processo de reprodução da metrópole.

5.2 O JARDIM HELIAN NA METRÓPOLE: A LUTA POR DIREITOS

Ao entrevistarmos uma das primeiras moradoras do Jardim Helian, percebemos em sua fala as situações comuns de exclusão e precariedade que muitos moradores dessas áreas periféricas enfrentaram em busca da sobrevivência na metrópole. Ao relembrar suas histórias, esses moradores manifestam as circunstâncias da urbanização da sociedade. Uma urbanização marcada pela segregação, fragmentação e separações que materializam e contribuem para o desenvolvimento da formação social capitalista e estão presentes na produção do espaço urbano.

Em sua constituição, o Helian nasce como um loteamento da Imobiliária Triangular, que vendia seus lotes, a prestações, para trabalhadores da metrópole ali construírem suas moradias. Nesse fragmento da metrópole, conviverão juntos donas de casa, empregadas

domésticas, trabalhadores rurais e trabalhadores das indústrias que já existiam em seu entorno, como a Metalúrgica Montepino Ltda., instaladas no Distrito Parque do Carmo, desde o final dos anos de 1950, e a Metalúrgica Esteves S/A, que se instalou no Helian em meados dos anos de 1970, além de trabalhadores dos serviços menos qualificados. Como a maioria era de migrantes de diferentes lugares do Brasil, precisaram reconstruir suas vidas na metrópole. Nesse processo de ressocialização, vão configurando o bairro e, num primeiro instante, o que parece os unir é a condição de carência e a necessidade da luta por direitos básicos, como água, luz, transporte, posto de saúde. As lembranças dos primeiros moradores são permeadas pelos processos de luta por esses mínimos da urbanização.

O relato de Dona Luzia evidencia não apenas a formação do bairro, mas também o início das lutas pelos direitos mais básicos. Interessante perceber que essas lutas não eram isoladas, pois vinham ganhando corpo na metrópole e não apenas eram portadoras do desejo de um bairro melhor, mas também se misturavam às lutas contra a ditadura civil-militar e pela volta à democracia.

Dona Luzia,

Moro aqui desde 1969. Meu cunhado foi um dos primeiros moradores. Estava fundando aqui o Jardim Helian. Ele veio pra cá, pra dentro do mato. Era só mato. Eu vim de Minas, caçando um jeito de sobreviver, porque a situação lá era difícil. A minha irmã mais velha casou e foi morar no Paraná, mas não deu certo lá, então ela e meu cunhado vieram pra cá dois anos antes do que eu. Eles foram os primeiros moradores daqui.

Eu vim trabalhar em casa de família lá na cidade. Dormia no emprego. Aqui não tinha transporte. A gente saía daqui de madrugada e tinha que caminhar no barro, mais de meia hora para pegar o ônibus. Não tinha asfalto, não tinha nada. Aqui não tinha luz, não tinha água. Neste começo tinha aqui umas 20 casas, ao todo. A gente começou a andar atrás da luz, porque era terrível a escuridão aqui. A água, cada um tinha seu poço, era mais fácil. Aqui pra dentro, que hoje são casas, era um mato e tinha uma nascente, uma mina. Era onde a gente pegava água, por isso a gente foi correr primeiro atrás da luz.

[...] Nós formamos uma comissão, na época eram 9 pessoas [...] Fomos juntando as pessoas. Foi difícil, porque naquela época a gente não tinha nenhuma sabedoria de nada. Praticamente a gente não sabia nem conversar com os outros. Quem mais orientava era um pessoal, veio uns estudantes e davam as coordenadas. Mas depois a gente saiu fora deles, porque tinha um monte de movimentos. Ia pras portas de fábricas.

Eu depois saí fora. Eu disse: estou fora. Porque a gente está andando atrás de benfeitorias pro bairro. Não quero saber de bagunça de ir pras portas de fábricas. De greve. De movimento. Aí nós mesmos resolvemos, fomos na prefeitura. Pra ir atrás da água nós fomos na cidade. Na época era o Dr. Fleury. Chegamos lá eram vários bairros: Cidade A.E. Carvalho, São Miguel, estas vilas que tinham por aí. Chegaram lá com 5 ônibus de pessoas e nós estávamos só em 5 pessoas. [...] isso já era em 1972 ou 1973.

[...] Eu não lembro não destes estudantes. Sei que eles frequentavam ali na cidade. Na São Francisco, da USP. Eles queriam juntar nossas lutas com as greves. [...] Eu fiquei com medo. Em uma das vezes que a gente foi lá, em uma reunião na São Francisco, tinha um monte de policiais. [...] Depois a gente ficou sabendo que algumas pessoas morreram matadas. Eram crianças... Eu falo crianças, porque eram todos novinhos.⁸⁸

Foto 11 – Dona Luzia e Rodrigo Reis

Crédito: Marli de Barros/09/02/2019.

D. Luzia, uma das mais antigas moradoras do Jardim Helian. Foi uma das primeiras mulheres a lutar por água, luz e transporte para o bairro. Ao seu lado, Rodrigo Reis, dirigente na Associação dos Moradores do Jardim Helian, de 2012 até seu falecimento em 30 de junho de 2019.

Em seu relato, Dona Luzia releva os três principais elementos da metrópole naquele momento: a crescente pobreza, as lutas sociais na cidade, sejam elas por melhores condições de vida e trabalho, ou pelo fim da ditadura, e um processo crescente de industrialização baseado em uma intensa exploração e dominação da classe trabalhadora.

Em meados da década de 1970, essas lutas sociais não estavam presentes apenas no Helian, mas marcaram uma das principais características da época: os expressivos

⁸⁸ Moradora do Jardim Helian, desde 1969. Entrevista concedida à autora, em 09 de fevereiro de 2019.

movimentos populares que surgiram e que deram vozes aos moradores dessas áreas empobrecidas da metrópole.

O golpe civil-militar de 1964 provocou profundas transformações na sociedade brasileira, entre elas podemos citar o processo de oligopolização da economia, o fortalecimento do Estado – que visava a garantir o padrão de acumulação de capital apoiado na intensa exploração da classe trabalhadora –, juntamente com uma violenta repressão política, que desarticulou, perseguiu e reprimiu todas as formas democráticas de organização da sociedade civil. Há uma vasta literatura que nos relata o desmantelamento dos sindicatos, a perseguição s lideranças políticas, estudantis, universitárias e religiosas. Sem dúvida, foram anos muito difíceis para todos aqueles que vinham construindo nas décadas anteriores projetos de uma sociedade mais igualitária e democrática. O golpe representou uma ruptura violenta para a continuidade desse projeto. Mas esses períodos mais repressivos não fizeram que trabalhadores e moradores abrissem mão de suas lutas sobre um vasto campo de reivindicações no que diz respeito aos direitos trabalhistas e à luta por condições de moradia e vida.

Nesses tempos de repressão novas formas de organização precisaram ser reinventadas e gestadas pela classe trabalhadora e pelos moradores dos bairros pobres. Uma das características principais dessas novas formas foi a rejeição de práticas clientelistas tradicionais e a submissão ao Estado – posturas que marcaram o período anterior ao golpe.

Os sindicatos estavam sob total controle, por isso tinham pouco espaço para articular os trabalhadores em grandes eventos, especialmente dentro das fábricas, nesse contexto os bairros populares terão um papel central na rearticulação dos trabalhadores, em vários deles surgiram núcleos de organização popular, pois as demandas para resolução de problemas urbanos, como luta por água, luz, esgoto, creches, postos de saúde, contribuíam para unir os trabalhadores e fortalecer movimentos de resistência popular. Constituíam-se verdadeiros movimentos de massa que iam ganhando força e voz na metrópole.

Esses vários movimentos espalhados por toda a metrópole, além de suas pautas específicas, também abarcavam a luta contra a ditadura militar. Diversas formas de organização foram ganhando corpo e voz na conjuntura política da época, construindo uma consciência da exclusão e uma aprendizagem de luta. Obviamente essas lutas e processos de resistências não se deram de forma linear e homogênea por toda a cidade e sua região

metropolitana, há uma gama de diferenciações nessas trajetórias de lutas. Mas o que havia em comum em muitas delas foi uma certa união entre a luta da fábrica com a luta do bairro. Os exemplos mais marcantes desse momento de luta e resistência foram as greves operárias no final de décadas de 1970 e começo dos anos de 1980, especialmente as greves dos metalúrgicos em São Bernardo do Campo, bem como o Movimento Contra a Carestia (MCC), considerado um dos maiores movimentos populares que emergiram no contexto das lutas populares dos anos 1970 e 1980, que também mobilizou milhares de pessoas em torno de reivindicações que iam de encontro à política econômica defendida pelo regime militar.

Importante perceber que as mesmas condições econômicas, políticas e espaciais que contribuem para gerar a metrópole e a região metropolitana de São Paulo, ou seja, a entrada em um período de industrialização na década de 1950 que atraiu as indústrias multinacionais, especialmente para a região do ABC paulista, e concentra na cidade de São Paulo e no seu entorno do ABC não apenas o capital, mas uma mão de obra mais qualificada, serão as que criaram as bases para um processo de reivindicação e resistência ao arrocho salarial imposto durante o milagre econômico.

Naquela época, as questões que norteavam as pesquisas de um vasto campo das ciências sociais buscavam compreender as novas formas de organização da classe trabalhadora e dos movimentos populares. Grande parte dessas pesquisas reconhecia o papel extremamente importante que a Igreja Católica, inspirada na Teologia da Libertação, teve na articulação e conscientização das classes populares tanto na luta por direitos como na luta pelo fim da ditadura civil-militar.⁸⁹

⁸⁹ A partir da II Conferência Geral do Episcopado latino-americano, que se reuniu em 1968, em Medellín, na Colômbia, pensada para programar e aplicar as Diretrizes do Concílio Vaticano II, na América Latina. A Declaração de Medellín propõe uma atuação mais intensa e renovada da Igreja Católica, para ajudar a construir uma vida mais digna e justa para o “povo de Deus”. É a partir desta renovação da Igreja Católica que serão formadas as comunidades de Base, em todo o território brasileiro, tanto em áreas rurais como urbanas. “As comunidades eclesiais de base (CEBs) se multiplicaram, primeira e principalmente na zona rural, mas também tomaram conta da periferia das grandes cidades. Em 1981 calcula-se em 80 mil para todo o país, mas os números eram muito imprecisos. [...] elas podem surgir a partir de uma luta popular, ou da dinamização de uma capela tradicional, ou de uma novena, ou de um mutirão ou de um encontro para refletir sobre o Evangelho [...] Ela poderia surgir de qualquer atividade solidária de um pequeno grupo inspirado no Evangelho” (SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Experiências e Lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. São Paulo: Paz e Terra. 1988. p. 155, 156 e 157).

Telles (1994, p. 221) reconhece a importância da Igreja, com suas comunidades de base, na articulação dos movimentos populares da década de 1970, mas avalia a importância de reconhecermos que a articulação da Igreja não se dá a partir de um vazio. Segundo ela, não se pode ignorar que havia um vasto campo de experiências e vivências de lutas gestadas desde períodos anteriores que precisava ser levado em conta como momentos diversos de luta e resistência das classes populares. Segundo a pesquisadora,

o problema é que muitas vezes a importância da Igreja é qualificada a partir de uma noção de vazio que ela viria a preencher. É como se a estratégia autoritária vigente naqueles anos tivesse se realizado plenamente no real, a ponto de eliminar todo e qualquer vestígio da prática social e histórica. É como se, entre 1964 e os anos que aparecem sinais visíveis de sua atuação nos bairros da periferia de cidade (1974-1975), a história estivesse subsumida à racionalidade objetiva das transformações econômicas, políticas e institucionais em curso no país (TELLES, 1994, p. 221).

A discussão que a autora apresenta não deixa de reconhecer e validar o importante papel da Igreja Católica naquele período, ela nos faz lembrar da importância das várias experiências e práticas políticas vividas em diferentes tempos e espaços anteriores à atuação da Igreja e que vieram somarem-se a ela. Vale novamente citar a autora para relemburar a riqueza dessas experiências e práticas políticas vividas por muitos dos moradores e trabalhadores e que deram sustentação aos movimentos populares.

Nos relatos que se tem dos anos 70, há vários indícios da presença, nos bairros da periferia de São Paulo, de personagens diversos, portadores de experiências vividas em tempos e espaços diferenciados que se cruzavam e interagiam nos locais de moradia: militantes sindicais contemporâneos das grandes mobilizações do período pré-64 e que faziam a crítica do sindicalismo populista; operários católicos, vinculados à Ação Católica Operário (ACO) e à Juventude Operário Católica (JOC) que enfatizavam o trabalho de base e a organização de grupos operários em seus locais de trabalho e moradia; padres, freiras, agentes pastorais inspirados na Teologia da Libertação, articulando e organizando as comunidades eclesiais de base; operários que participaram da greve de 1968, que faziam oposição ao sindicalismo oficial defendendo a organização de comissões de fábrica como alternativa de uma prática operária independente do Estado; militantes com um origem vinculada às organizações clandestinas de esquerda, que discutiam as razões de sua derrota nos anos que se seguiram a 1968, fazendo a crítica de suas práticas e orientações políticas; trabalhadores que passaram pelas experiências reivindicatórias dos bairros e pelas comunidades de base da Igreja, antes de se integrarem nos meios da militância fabril e sindical; moradores articulando movimentos em seus bairros e enfrentando um Estado muito pouco sensível a reivindicações populares (TELLES, 1992, p. 221-222).

A longa citação acima é extremamente relevante porque é capaz de trazer à tona a riqueza dos processos de luta e de resistências que se organizaram e que demonstram que uma interpretação da periferia apenas como região de pobreza e exclusão não é capaz de compreender com profundidade como os processos sociais e espaciais estão entrelaçados. A forma material que os bairros pobres assumem não nos releva por completo os seus conteúdos sociais, é preciso sair dos voos panorâmicos e descer ao rés dos bairros, porque ali está a trama pelas quais as condições de uma época foram (e são) vividas. É preciso identificar e compreender as particularidades dos lugares, mesmo sabendo que todos estes estão sujeitos ao mesmo pano de fundo de uma ordem distante, de um tempo que se pretende hegemônico, especialmente o tempo da metrópole.

Nesse período, entre meados da década de 1970 e final dos anos de 1980, a Zona Leste teve uma grande mobilização e articulação na luta contra a ditadura civil-militar e por melhores condições de vida e moradia da classe trabalhadora. Nessa região da cidade, o papel da igreja católica foi de extrema importância nessa organização. Em 1975, a região da Zona Leste tinha 40 paróquias e 20 capelas que começaram a estruturar toda a organização das comunidades eclesiais de base, das quais participavam trabalhadores, moradores, militantes de esquerda que estavam na clandestinidade com objetivo de organizar a participação popular. A igreja nesse momento era um dos únicos espaços institucionais em que a ditadura não tinha coragem de intervir diretamente, talvez pela tradição religiosa e pela autoridade moral que essa instituição exercia socialmente. Em São Paulo, a igreja católica, na figura de Dom Paulo Evaristo Arns, tornou-se um ícone da resistência e da luta contra a ditadura civil-militar e por melhores condições de vida para a população mais pobre.

O trabalho das comunidades eclesiais de base ganha tanta importância na região da Zona Leste que em 1988 passaria a contar com 44 paróquias e com 257⁹⁰ comunidades eclesiais de base, que passam a funcionar como uma rede de organização, formação e articulação dos movimentos populares. Na Zona Leste, a região de São Miguel Paulista se torna uma forte referência desse processo.

⁹⁰ Informações obtidas no Documentário *Grita, Povo*, produzido pela TV UNICSUL e pelo Programa de Extensão.Doc do Curso de Comunicação Social. Centro de Ciências Sociais Administrativas e de Negócios, em 17 de março/2003. Duração 28 min.
Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xLvFV2AR0r8&feature=share>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

[...] Começamos a sair e a lutar pelo custo de vida, por educação. Hoje, quando você vê esta faculdade aqui na Zona Leste [USP-Leste], começou com a luta pela educação. [...] surgiu tudo de um grupo de mulheres. Aquele grupo foi se expandindo [...] aquelas mulheres foram descobrindo que conseguiriam fazer muitas coisas [...] daí surgiu o grupo de mães [...] foi onde eu participei mais [...] ali surgiu tudo: movimento pela educação, movimento pelo custo de vida [...] aquelas mulheres que não sabiam ler [...] não sei de onde elas tiraram tudo aqui. Sabedoria de vida.

A igreja teve um grande papel. Tudo isso foi graças à igreja. O pessoal rezava a vida. Celebrava a vida [...] A pessoa fazia história.

[...] Quando eu lembro de Dom Evaristo, de Dom Angélico, quando eu lembro de Dom Helder Câmara, Pedro Casaldáliga, eu me emociono [...] a Igreja foi mãe. Ela deu pernas e braços às pessoas. [...] O pessoal ia pras ruas lutar e gritar pelos seus direitos (Depoimento de Maria Cosmira Santos, ex-representante de CEBs).⁹¹

O Jardim Helian que está em plena formação nesse período encontra-se muito próximo a São Miguel Paulista e terá uma forte influência dessa força da igreja católica na organização de seus processos de luta e formação das lideranças locais. O relato de nosso entrevistado traz à tona essa influência da igreja:

A Igreja católica tem uma história forte aqui. As Comunidades Eclesiais de Base ajudaram. Não digo ajudaram, mas construíram com o local e deram embasamento para o povo. Formou algo que eu não consegui na escola [...] Eu estou até com um livro de catecismo meu. Este livro é permeado de cidadania. [...] eu buscava este livro, como quem buscava água, eu não conseguia encontrar. Encontrei com o Padre Ticão. Esse livro era comum para todos os bairros. Por exemplo, ele era polarizador, você tinha na região, a Igreja usava, a outra usava, então era um livro que fala em direitos, fala em água, que fala em luz, que fala em melhorias, em direitos elementares.

[...] Esta igreja aqui foi muito atuante. A partir do chão de barro, isso é o que eu me lembro muito; da cruz de madeira; mas não como aquela cruz que está levando você a só pensar em pecado e culpa, mas ela está levando uma outra mensagem. Uma mensagem de libertação mesmo. Olha, teu povo tá ali. Você é povo. Olha tem um lixo ali que está agredindo a tua terra. Você precisa ir lá para ajudar a mobilizar.

[...] Hoje a igreja também mudou [...] Hoje teria que se falar da universidade. Tinha que se falar para o povo igual à aquela época. Não perdendo a esperança, não deixando aqueles elementos de luta e de justiça. Ela também não está mais como aquela do livrinho. Que ensinava as crianças.

[...] A catequese, ela pode ter vários sentidos. Pode-se falar ela te fez a cabeça. Ela catequisou os índios, tirou a sua cultura, mas nós não. Nós aqui

⁹¹ Depoimento presente no Documentário *Grita, Povo*, produzido pela TV UNICSUL e pelo Programa de Extensão.Doc do Curso de Comunicação Social. Centro de Ciências Sociais Administrativas e de Negócios, em 17 de março/2003. Duração 28 min.

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xLvFV2AR0r8&feature=share>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

não. Neste sentido aqui ela foi muito boa, porque foi um sentido de não levar ideologia para nós e nem de fazer a cabeça, foi no sentido de libertação.⁹²

Uma outra moradora que entrevistamos relembra em sua história no bairro a formação dos grupos de ajuda e de solidariedade durante o período da década perdida, após o milagre econômico. Ela rememora, ao falar sobre a sua trajetória no bairro, como participou intensamente da luta dos trabalhadores desempregados do bairro que, na medida em que se organizavam, juntavam-se aos demais desempregados de outros bairros da metrópole. Era um período de muito empobrecimento da classe trabalhadora. Ressaltamos que nesse depoimento Dona Genilda também aponta para outras influências nas formas de organização e luta dos trabalhadores. Por um período, a Associação dos Moradores que se forma no bairro terá como presidente um morador que participava do PC do B, e não da Igreja Católica. Esse depoimento reafirma as observações feitas por Telles (1994) sobre a diversidade das experiências e práticas políticas que contribuíram para a organização dos movimentos populares nas décadas de 1970 e 1980.

Eu vim morar aqui em 1975. Eu era de Pernambuco. Casei e vim pra cá. Chorei muito. [...] Meu marido achou uma casa barata e comprou. Só tinha dois cômodos. Alguém que trabalhava com ele que indicou. Ele era motorista de ônibus de Guaianazes.

[...] A primeira luta que eu participei foi da luz. A gente foi na Regional: eu, Dona Maria batateira e tinha mais outra pessoa que eu não lembro quem era. Isso foi por volta de 1978. Era um grupo de mulheres. [...] Em 1983 teve o quebra-quebra dos desempregados na cidade. Foi um caos. Aí começou com um grupo de empresários a se preocupar com a situação. Eu lembro do Chico Whitaker, que era muito católico. Trabalhava na Cúria. Fez uma associação de solidariedade no desemprego. [...] Ele juntou [...] eram três católicos da Cúria, três espíritas e três evangélicos, formaram essa associação paulista. Onde eles faziam, conversando com os empresários. Eles depositavam um dinheiro e a gente formava os grupos nos bairros. Grupos de solidariedade no desemprego. Eu fui convidada para participar de um grupo porque eu estava desempregada. O grupo ficou muito grande. Você tinha que ter 100 desempregados, mas 100 empregados te dando apoio. [...] Os 100 desempregados eram do próprio bairro. Aí topei. A gente registrou o grupo. Aí vinha o dinheiro.

[...] Isso foi por muito tempo. Aí começou a gente fazer atividades para gente ganhar dinheiro. Fazia crochê, fazia pão caseiro. A gente dividia aquele dinheiro com quem estava trabalhando.

[...] Foi uma experiência muito boa. Porque você conhece muita gente. Aprende muita coisa. Porque o grupo não era só do desemprego, mas era

⁹² Depoimento de Sérgio M Lima, concedido por entrevista à pesquisadora, em 02 de setembro/2018.

também ver as coisas que estava faltando no bairro. Isso já era mais de 1980. Onde a gente se expandiu mesmo foi em 1982, 1984, 1985. A gente avançou em muitas coisas. [...] A gente juntava todo mundo e fazia as coisas, o escadão. [...] Nessa época a gente fez a luta do lixão. Era o Mário Covas. Ele era o prefeito biônico.

[...] Tinha o Genival, que batalhou muito aqui também, ele foi peça fundamental aqui no Helian. Lutou pela água, pela luz também. Ajudou muito a organizar.

[...] Quando eu entrei para a Associação [Associação dos moradores] o presidente era o Seu Sebastião. Eu acabei descobrindo que ele era do PC do B. Ele era muito radical nas coisas. A gente começava a discutir e a debater.

[...] Eu não fazia parte de nenhuma coisa religiosa.

[...] Depois veio a luta do SINE.⁹³ O SINE era para boi dormir. Como tinha muitos desempregados, nós nos organizamos para invadir este SINE. Tinha muita gente desempregada. Tinha gente da cidade inteira, até do Embu. O pessoal da Zona Leste se concentrava no Parque Dom Pedro. O pessoal da Zona Sul e da Zona Norte, na São Francisco.

[...] Era uma luta maior que a gente fez. Juntando a cidade inteira.

[...] Quando eu cheguei eu vi aquilo repleto de gente. A gente invadiu o SINE. E a polícia também invadiu nós. Não deixa nem entrar e nem sair. Eu levei 40 pessoas aqui do bairro.

[...] A nossa reivindicação era: emprego, passe para procurar emprego e comida. Eu lembro disso: cesta básica até arrumar emprego, o passe para você se deslocar e emprego. A gente queria emprego. Tinha 11 coisas, mas eu só lembro destas que foram mais marcantes.⁹⁴

O rico depoimento de Dona Genilda ainda traz um outro aspecto importante da época, apontado por Sader (1988), a formação dos movimentos sociais populares por toda as regiões periféricas da cidade, no período de 1970 a 1980, que, segundo o autor, seriam os novos sujeitos sociais e históricos. Naquele período, eram considerados novos porque apresentavam novas configurações adotadas por uma grande parcela da classe trabalhadora para organizar ações coletivas, configurando novos sujeitos políticos. Esses novos sujeitos sociais trazem os seguintes aspectos como novo para o período: se formam a partir de suas práticas e experiências; se pensam como sujeitos coletivos, cada indivíduo deixa de se ver de forma isolada e passa a se reconhecer mutuamente e agir a partir de decisões coletivas; e, por último,

⁹³ SINE – Sistema Nacional de Emprego, foi criado pelo Decreto 76.403, em 08 de outubro de 1975, em plena Ditadura Militar, tinha entre seus objetivos contribuir para organizar e sistematizar informações sobre o mercado de trabalho e subsidiar a política de emprego no país.

⁹⁴ Dona Genilda, moradora do bairro, desde 1975, como revela na entrevista, além de uma intensa participação em várias lutas que as mulheres organizaram no bairro, assumirá o cargo de Diretor Social da Associação de Moradores do Jardim Helian. Entrevista concedida à autora, em 09 de fevereiro de 2019.

se organizam não sob uma verdade universal, mas em diálogo com a Igreja, o sindicato, e as esquerdas. Sader (1988, p. 26) assim escreve:

É muito provável que na história política do país o período entre 1978 e 1985 (portanto entre as greves do ABC e a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral) fique marcado como momento decisivo na transição para uma nova forma de sistema político. Mas, por sua vez, este novo sistema político está condicionado por significativas alterações no conjunto da sociedade civil.

[...] A novidade eclodida em 1978 foi primeiramente enunciada sob a forma de imagens, narrativas e análises referindo-se a grupos populares os mais diversos que irrompiam na cena pública reivindicando seus direitos, a começar pelo primeiro, pelo direito de reivindicar direitos. O impacto dos movimentos sociais em 1978 levou a uma revalorização de práticas sociais presente no cotidiano popular, ofuscadas pelas modalidades dominantes de sua representação. Foram assim redescobertos movimentos sociais desde sua gestação no curso da década de 70. Eles foram vistos, então, pelas suas linguagens, pelos lugares de onde se manifestavam, pelos valores que professavam, como indicadores da emergência de novas identidades coletivas. Tratava-se de uma novidade no real e nas categorias de representação do real (SADER, 1988, p. 26).

Ao longo da pesquisa e a partir das entrevistas realizadas foi possível perceber como as falas dos moradores, especialmente a dos mais antigos, revelavam como a formação do Jardim Helian apresentava as contradições urbanas presentes na metrópole. Tais conflitos foram sendo elaborados e tornaram-se as razões das lutas por melhores condições de vida.

Aqui em volta não tinha empresa nenhuma [...] As pessoas trabalhavam tudo pelo lado da cidade. Eu lembro que a gente saía de madrugada para ir trabalhar. Muitas vezes eu saí até chorando de frio. Você sem roupa, sem nenhuma condição. Sem nenhuma condição, você tinha que ir descalço pra levar o calçado na mão, para lá embaixo lavar o pé na enxurrada e calçar para poder pegar o ônibus pra poder ir embora. Era uma viagem. A gente sofreu demais aqui. Sofreu demais da conta.

Aqui era tudo fechado de plantação, era mexerica, café, pêssego e caqui. Era tudo chácara aqui. Só não pra cá. Só desse outro lado aqui era uma mata. Neste lugar vieram um povo de lá [do Jardim] São Carlos e formou a Gleba [do Pêssego].⁹⁵ Foi de um dia pro outro.⁹⁶

⁹⁵ A Gleba do Pêssego é um bairro cuja ocupação se deu entre 1981 e 1982, fruto da luta organizada de 800 famílias despejadas do Jardim São Paulo, em Guaianases, para a conquista de moradia. A área onde se localiza pertencia à COHAB-SP; cerca de 150 famílias foram assentadas em forma de mutirão, as demais construíram suas próprias moradias depois de receberem seus lotes. Em 2003, o loteamento Gleba do Pêssego possuía 6.617 habitantes, distribuídos em 1.672 famílias. Além disso, esse loteamento encontra-se na área que pertence à APA do Carmo.

⁹⁶ Depoimento de Dona Luzia, em 02 de fevereiro em 2019.

Esses processos não eram particularidades do Helian, mas estavam estritamente ligados às lutas e resistências que caracterizaram a metrópole de São Paulo, nas décadas de 1970 a 1980.

O bairro formado nesse período ainda hoje apresenta carências, que revelam na paisagem e nas falas de seus moradores a lógica da reprodução do capital na qual os trabalhadores aparecem apenas como mera força de trabalho e como uma mercadoria que deve ser reproduzida a um custo cada vez mais baixo. Paradoxo da modernização tecnológica que moderniza o aparato tecnológico e barateia o trabalho humano na produção do valor, ampliando e renovando as formas de expansão capitalista combinada com o alargamento da pobreza.

O processo de metropolização ampliou a negatividade da metrópole e não resolveu suas contradições. Mesmo diante de algumas conquistas, pois é evidente que vários bairros formados entre as décadas de 1960 a 1980 conquistaram melhorias urbanas demandadas pelos movimentos sociais da época e traduzidas por políticas públicas nas décadas seguintes, como água, luz, coleta de lixo, creches, escolas, postos de saúde, transportes, embora esses serviços não sejam prestados com a qualidade e na quantidade que se fazem necessárias para atender à população desses bairros mais pobres, criando dessa forma uma diferenciação entre eles. Seria, portanto, necessário pensar a periferia como um local heterogêneo em relação à sua história de formação, à sua condição socioeconômica e ao nível de equipamentos públicos que possuem.

Mesmo assim, esses serviços e investimentos estatais não foram suficientes para elevar a condição de vida dos moradores dessas áreas em comparação às condições de vida de moradores das áreas mais valorizadas de São Paulo. Obviamente, a melhoria não se daria apenas por transformações espaciais, mas sim a partir de modificações mais estruturais. Trata-se da forma como se apropria da renda produzida socialmente.

O Jardim Helian também é um exemplo desse processo; embora tenha conquistado alguns dos serviços essenciais, como água e luz, sempre precisou lutar por demais serviços que ora se concretizaram precariamente ou estiveram ameaçados, como é o caso da Unidade Básica de Saúde, do transporte público, dos serviços de saneamento básico que têm parte da rede construída pela SABESP e parte construída pelos próprios moradores; além de serviços como asfaltamento, um escadão, também construído pelos próprios moradores, que facilita a

mobilidade e a acessibilidade ao bairro, ligando-o à av. Adriano Bertozzi, local importante para acesso ao transporte público.

Foto 12– Escadão construído pelos moradores, na década de 1970, que faz a ligação do Bairro com a Av. Adriano Bertozzi.

A construção do escadão ao mesmo tempo em que revela a espoliação dos moradores também tornou-se um importante local de encontro e de símbolo de trabalho cooperativo. Em vários momentos os moradores fizeram a sua manutenção por conta própria, pois nunca contaram com o poder público.

Foto cedida pela Associação dos Moradores do Jardim Helian. Autor desconhecido. s/d.

Fotos 13 e 14 – Escadão sendo pintado pelos próprios moradores.

Homenagem a Rodrigo Reis, Dirigente da Associação, que faleceu em 30 de junho de 2019, e ao Padre Toninho, da Igreja Católica, com uma importante atuação na região com os movimentos sociais, e que também faleceu em agosto de 2019.

Crédito: Sérgio Moreira Lima, Dirigente da Associação dos Moradores do Jardim Helian. Agosto/2019.

A presença dessa infraestrutura básica revela o processo de autoconstrução não apenas das moradias, mas do próprio bairro, condição tão bem esclarecida por Kowarich (1979), que, ao discutir os processos de espoliação urbana analisa, desde aquela época, como a força de trabalho estava submetida a formas de exploração para além da fábrica. O próprio uso precário do transporte, da moradia, da água, da luz, o acesso precário aos bens de consumo coletivo, as práticas de autoconstrução que aumentavam a jornada de trabalho expropriavam a população pobre e trabalhadora duplamente.

Sabemos que não há uma relação mecânica e automática entre situações de precariedade e carências com a mobilização e luta para superá-las, é preciso compreender como as carências e contradições são transformadas em conflitos por aqueles que as vivenciam e procuram se mobilizar para tentar enfrentá-las. No Jardim Helian, a luta de seus primeiros moradores foi sendo organizada por grupos quase espontâneos que se reuniam e decidiam como enfrentar os desafios do novo bairro em formação. Parece-nos que a própria experiência da luta e da vida cotidiana vivida conjuntamente foi dando ao grupo de moradores

um sentimento de coletividade e a experiência do fazer a luta foi contribuindo para o reconhecimento do grupo como um sujeito coletivo e não apenas como indivíduos em suas experiências isoladas diante das dificuldades impostas pelo viver na metrópole.

Como salienta Martins (2000, p. 12), “[...] o herói desse enredo é o homem comum, fragmentado, divorciado de si mesmo e de sua obra, mas obstinado no seu propósito de mudar a vida, de fazer História, ainda que pelos tortuosos caminhos de sua alienação e de seus desencontros, os difíceis caminhos cotidianos da vida”, tão atravessada pelas várias formas de dominação e exploração, fazem parte da História e delas querem se apropriar, tornando-se agentes de seus destinos. Assim, foram se reconhecendo cada vez mais como sujeitos de direitos e como um corpo coletivo, que precisavam juntos lutar pelos mínimos direitos. As próprias conquistas também serviam como um motivador para o enfrentamento de novas questões e para reconhecimento do grupo como uma comunidade. Novamente parte do relato de Dona Luzia sobre as primeiras lutas dos moradores do Helian traz esses aspectos:

Tinha um grupo que se reunia, tipo uma família. Estamos precisando daquilo, a gente se reunia, estamos precisando daquilo outro, a gente se reunia. Ainda não tinha a Associação [...] Com o passar do tempo foi juntando mais gente, foi juntando cada vez mais gente aí é que saiu a ideia de correr atrás do Posto de Saúde. Deixa eu fazer uma ideia de quando era isso... O primeiro Posto daqui veio em 1978. Menos não é não. Pré-natal eu não fiz aqui porque não tinha, eu fui fazer lá no Santa Marcelina. Era um Posto pequeno. Não tinha dentista. A única coisa que eu lembro era que é era muito pequeno.

[...] As nossas conquistas foram o escadão, a água, o posto. No início foi difícil, quando chegou a luz, aí eles acreditaram e algumas pessoas se juntaram mais a gente. Aí cresceu até a gente ir atrás da água. Aí chegou a água. Aí quando foi o Posto foi mais fácil, eles começaram a acreditar. [...] Já tinha muita gente, a gente fazia reunião que nas casas já não cabia. [...] Uma vez nós fizemos uma reunião à noite na rua. As casas eram pequenas. Se hoje é pequena, lá atrás era mal dois cômodos. Fizemos na rua. Uma vez eu lembro que tinha umas 30 para 40 pessoas.

A gente divulgava a reunião, um fala para o outro... olha, tal dia vai ter a reunião e um passava para o outro, com horário e tudo.⁹⁷

Ao passo que o bairro vai se consolidando e as carências permanecem compondo o cotidiano de seus moradores, a necessidade de lutar por melhorias vai ganhando formas de organização para mobilizar os moradores e se fazer representar diante do Estado. Pudemos

⁹⁷ Dona Luzia, entrevista concedida à autora, em 09 de fevereiro de 2019.

identificar em nossa pesquisa como a igreja católica, por meio das comunidades eclesiais de base, foi um dos agentes que contribuiu para que os moradores tomassem consciência dos seus direitos por melhores condições de vida e também do direito de participação democrática na cidade.

A luta por melhores condições de vida ia se misturando à luta contra a ditadura em grande parte da metrópole. Já naquele momento os movimentos sociais falavam em poder popular. O poder que emana do povo. As ruas da metrópole assistiam a uma série de movimentos de trabalhadores lutando por direitos trabalhistas, por melhorias nos bairros populares e pelo fim da ditadura. Essa conjuntura e as experiências vividas por cada um eram elaboradas de forma diferente pelos seus participantes, mas sem dúvida havia a construção de novas formas de fazer e pensar a política, o sindicalismo e a participação nos rumos da cidade. A negatividade de metrópole apresentava de forma explícita suas contradições, que naquele momento transformavam-se em conflitos em busca de soluções.

No Jardim Helian o próprio processo de luta e o crescimento do bairro foram exigindo que seus moradores organizassem suas reivindicações e suas demandas perante o poder público, bem como organizassem formas de luta e locais de encontros. A luta começa a fazer parte do cotidiano de seus moradores, representando um forte elemento de ligação entre um grupo de moradores com origem de diferentes lugares, muitos deles migrantes das zonas rurais, que vão se reconhecendo como um grupo frente às mesmas e árduas dificuldades cotidianas, seja no trabalho ou no bairro. A experiência da dificuldade e da luta é um dos elementos que ajudará na construção da identidade do grupo. A constatação do que eles tinham em comum contribui para sua organização, para o reconhecimento de seus objetivos, para criação de formas de luta, identificando ainda quem eram seus interlocutores. O depoimento de dona Genilda apresenta essa passagem da moradora que se vê em um lugar novo e muito precário e que, a partir do reconhecimento que outras mulheres também vivenciavam essas mesmas condições, a faz perceber a necessidade de se unirem em nome da luta para reivindicar direitos básicos.

[...] Acho que não tinha dez casas aqui. Era tudo mato. Tinha um caminhozinho pra gente passar. Eram poucas casas. Nossa, como eu chorava quando cheguei aqui. Casei e vim morar aqui [1975]. [...] Quando eu cheguei aqui não tinha nada. [...] A primeira luta foi a da luz. [...] foi por volta de 1978. Aí você começa a ter amizade. Você chega sozinha. Você não conhece nada. Aí você começa a se aproximar. [...] Nesse período não

existia a Associação de Moradores. A gente fala assim: vamos na Prefeitura, pedir. Aí a gente foi na Prefeitura pedir. Era um grupo de mulheres.⁹⁸

Nosso outro entrevistado aponta para a importante contribuição da Igreja Católica como um dos agentes na organização dos moradores do bairro para que se reconhecessem como uma comunidade, e não apenas como indivíduos. É essa conscientização que motivará a formação da Associação de Moradores do Jardim Helian.

A iniciativa de formar uma Associação de moradores que pudesse contribuir para organizar as demandas, organizar as formas de luta, confunde-se com a própria formação do bairro. Alguns de nossos entrevistados não se recordam com precisão qual seria a data oficial da formação da Associação, como também não há nenhum documento oficial que registre com precisão esse início, mas nos depoimentos coletados seus moradores sempre apontam meados da década de 1970 como o período mais aproximado dessa formação. O registro oficial do Estatuto Social da Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Helian só será feito em janeiro de 2006.⁹⁹

A primeira Sociedade de Amigos de bairro era ali onde é o posto de saúde hoje. Era um barraco de madeira improvisado, na época. Eu lembro quando eu era criança e meu pai me carregou pra lá. Acho que foi em 1974. Nós chegamos aqui em 1972. [...] Minha família veio de Campos Sales, no Ceará. [...] Eles queriam uma vida melhor, pra que a gente não passasse necessidade e se formasse.

[...] Quando meu pai chegou só existia o bairro Jardim Helian. A Associação foi implantada depois, em 1970... eu me lembro que nesta época que fizeram a primeira reunião e chamaram todo mundo pra poder participar. Eles até passaram um filme de como o bairro poderia funcionar e ficar melhor, ficar asfaltado, passar condução.

[...] Era uma luta por iluminação, água e asfalto.

[...] Eu ocupei o cargo de Diretor Tesoureiro, depois de diretor social. [...] Eu fiquei de 1980 a 1984. [...] Nós conseguimos asfaltar isso aqui, depois veio a iluminação (Erasmão Pereira dos Santos).¹⁰⁰

O documento mais antigo que localizamos na documentação da Associação, data de 1986, e é justamente um ofício, em nome dos moradores do Jardim Helian, endereçado ao

⁹⁸ Dona Genilda, em entrevista para a autora, em 09 de fevereiro de 2019.

⁹⁹ A Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Helian é uma sociedade civil sem fins lucrativos, registrada no 3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica, inscrita no CNPJ 07.871.092/0001-24, com sede na Rua Edmundo Abreu, 170, Jardim Helian. São Paulo.

¹⁰⁰ Erasmão Pereira de Souza, em entrevista concedida à autora em 09 de fevereiro de 2019.

prefeito Jânio Quadro, apresentando uma série de reivindicações de melhorias para o bairro. Reproduzimos abaixo alguns trechos do ofício.

Os moradores do bairro Jd. Helean (atrás do Parque do Carmo e da fábrica Esteves), vêm mui respeitosamente pedir ao Sr. Prefeito, que de uma verificada em nosso bairro, pois estamos enfrentando sérios problemas e entre eles um que mais precisamos ver solucionado é o asfaltamento e nossas ruas, pois todas elas se encontram em estado de calamidade e precário, são todas de terra.

[...] Temos o córrego que passa no meio da Vila e precisa ser limpo e canalizado, pois o mau cheiro e a sujeira acumulada está causando doenças em nossas crianças e criando sérios problemas.

[...] Há um morro ao lado que dá acesso para a COHAB 03 da Gleba do Pêssego, quando chove, as águas que descem do morro nos causa grandes problemas, pois a mesma invade as casas, deixa todos em pânico.

[...] Existe uma via pública onde passa ônibus e todo tipo de transporte, só que não há passagem para de pedestres, pois o mato chega a atingir 2 (DOIS) metros de altura, não tem por onde as crianças passarem para se dirigirem à escola que fica naquele local [...] *todos os maiores eleitores seus se encontram aqui neste local e precisam de sua ajuda para terem solução de todos estes problemas.*

[...] Há um terreno aqui no Jardim Helian que foi doado para a prefeitura fazer um posto de saúde já tem 15 (quinze) anos e até hoje nada foi feito, esta área tem aproximadamente 2.882 metros quadrados, e há algum tempo estão tentando invadir esta área para fazerem favelas, e nós que somos da comunidade procuramos impedir esta invasão [...]

[...] Que o sr. Mande fazer calçadas na Rua John Speers, pois essa rua não tem nenhuma segurança para as crianças e adultos que por ali precisam passa, não há iluminação (LINO JOSÉ GONÇALVES, 1986, grifo nosso).¹⁰¹

Os trechos do ofício da Associação dos Moradores do Helian demonstram, ainda em 1986, a imensa carência de infraestrutura urbana no bairro, mas também evidenciam a relação de apoio a Jânio Quadros, eleito pela segunda vez como prefeito em 1985, tomando posse em 1º de janeiro de 1986 – o que nos indica que a Associação dos Moradores foi conduzida por presidentes com diferentes orientações políticas.

A Associação dos Moradores do Jardim Helian foi se tornando um dos principais elementos de coesão social e de luta política dos moradores do Helian, desde aquela época. Ainda hoje, ela realiza diversas ações no bairro, como a Festa do Dia das Crianças, o Natal sem Fome, o Baile do Idoso, os diversos cursos de curta duração, as ações que atendem

¹⁰¹ O ofício é datado de 03 de fevereiro de 1986, assinado pelo Sr. Lino José Gonçalves, então presidente da Associação dos Moradores do Jardim Helian.

muitas vezes demandas particulares de situações de precariedade vividas por moradores do bairro, entre outras. Mas suas ações não se restringem ao assistencialismo ou à promoção de festas e lazer, Muito embora esse papel tenha sido relevante na reafirmação de um espaço de representação para os moradores do Helian, essas festas também têm cumprido um papel de fortalecimento das formas de sociabilidade entre seus moradores, inclusive das diversas faixas etárias.

Fotos 15 e 16 – Festa do Dia das Crianças, realizada em outubro de 2018.

Esta festa é um momento de muita integração dos moradores do Jardim Helian. Ela é organizada pela Associação dos Moradores do Jardim Helian e conta com o trabalho de muitos moradores do bairro.

Crédito: Rodrigo Reis, outubro de 2018.

Paradoxalmente, as circunstâncias de carências de infraestrutura fizeram com que os seus moradores literalmente construíssem parte do bairro: construíram suas próprias casas; o escadão (importante via de transposição para uma das avenidas principais); parte da rede de esgoto; o prédio onde se localiza a Associação de Moradores; pavimentaram parte das ruas; realizam ações simbólicas de limpeza e recolhimento de lixo das ruas do bairro e outras tantas ações. Embora essas atividades também representem um processo de espoliação do trabalhador, como discutido anteriormente, esse mesmo processo gerou em seus moradores um sentimento de apropriação e pertencimento ao lugar. Como afirmou Lefebvre (1978), o sentido do habitar se faz presente, já que seus moradores têm se apropriado desse lugar não no sentido de se tornarem proprietários, mas de vivenciá-lo, de usá-lo, de moldá-lo, de acordo com as suas necessidades mais verdadeiras, enfrentando os constrangimentos e os conflitos, reconhecendo ali uma forma de viver o tempo na metrópole.

5.2.1 Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Helian

A constituição de associações de moradores e amigos de bairros não é um fato recente, as organizações populares com base territorial, especialmente formadas para reivindicar demandas de moradores de bairros populares, têm um histórico desde o surgimento dos bairros operários, no início do século XX, como afirma Fontes (2013, p. 76):

Associações de moradores de bairros populares têm uma história antiga em São Paulo, embora ainda pouca estudada. É possível encontrar referências às chamadas ligas operárias de bairros como Mooca, Brás e Lapa no início do século XX. Essas organizações parecem ter desempenhado importante papel na mobilização de moradores de cortiços e nas ações diretas daquele período, como na famosa greve de 1917 (FONTES, 2013).

As organizações dos trabalhadores, entre o final do século XIX e início do XX, expressam um conteúdo social e político da cidade de São Paulo, pois naquele momento histórico a cidade já vinha conhecendo um intenso processo de reestruturação – transformava-se de forma intensa em uma cidade industrial. Naquele momento, a negatividade do trabalho dava forma às organizações de trabalhadores, influenciados pelos anarquistas, comunistas, socialistas, especialmente pelos trabalhadores imigrantes europeus e pela influência vinda da Europa. Esses trabalhadores organizavam-se para lutar por melhores salários e por melhores condições de trabalho nas fábricas, mas também contra as consequências das transformações

urbanas que aconteciam no Centro da cidade e que acabavam por expulsar moradores pobres, geralmente moradores de cortiços, prostitutas, biscateiros, quituteiras.

Ao passo que a cidade de São Paulo vai se tornando o centro de reprodução do capital industrial, baseada na expropriação dos trabalhadores, e ao mesmo tempo vai sendo reproduzida sob a lógica do valor, os processos de lutas e resistências se manifestam nas fábricas, a partir dos grêmios organizados para lutar contra o autoritarismo dos patrões e reivindicar menor jornada de trabalho, regulamentação do trabalho infantil e feminino etc.; e nos bairros, onde se manifestam pelas ligas dos inquilinos que protestavam e boicotavam aumentos dos aluguéis. Essas ações no começo do século XX tiveram grande influência dos anarquistas, que traziam em suas concepções de luta uma sociedade sem Deus, patrões ou Estado. Segundo Rolnik (1994, p. 104):

Tanto os movimentos grevistas, diretamente ligados ao mundo da fábrica, como os movimentos urbanos acabavam ganhando rapidamente as ruas. Nascidos dos becos e pátios dos bairros populares se convertiam em assembleias públicas, nos salões, esquinas, praças. Sair às ruas, paralisando e modificando a ordem reinante na cidade, era a estratégia de disseminação e articulação dos setores oprimidos e explorados proposta pelos anarquistas (ROLNIK, 1994, p. 104).

Essa mesma negatividade, que só veio a aumentar na transformação da cidade em uma grande metrópole industrial, particularmente com a entrada das empresas multinacionais pós-Segunda Guerra Mundial, fez expandir ainda mais os processos de organização das classes mais empobrecidas, seja no ambiente de trabalho, seja nos bairros empobrecidos.

É nesse período que as organizações de trabalhadores que lutavam por melhorias em suas condições de vida extrapolam as lutas por melhores salários nas fábricas e ganham os bairros populares. O Partido Comunista do Brasil exerceu um importante papel na organização dos Comitês Democráticos e Populares (CDPs) de bairros em várias áreas operárias da cidade de São Paulo, “articulando um amplo conjunto de demandas de melhorias urbanas e ampliação da democracia local e da gestão urbana” (FONTES, 2013, p. 76). Vários autores apontam essas experiências como fundamentais na organização dos trabalhadores para reivindicar o que hoje chamamos de direito à cidade. É dessa experiência que nascem em São Paulo as Sociedades Amigos de Bairro (SABs), que começam a despontar na cidade desde a década de 1940 – como já discutido, ao final da década de 1940 o padrão periférico e a expansão dos transportes coletivos pelos ônibus, e não mais por bondes, marcariam as novas

características urbanas para a época. A cidade que se consolidava como metrópole também apresentava novas formas de organização social e política.

Para Fontes (2013, p. 77), a ilegalidade imposta ao PCB, em 1947, e a repressão imposta a esse partido e aos CDPs não foram suficientes para acabar com o movimento de formação das SABs e a mobilização popular, porém representaram um momento de tentativa de cooptação desses movimentos pelos políticos populistas da época, como foi o caso de Jânio Quadros, que se aproximou dessas organizações e construiu sua carreira política em profundo diálogo com elas.

Kowarick e Bonduki, (1994, p. 156) também apresentam conclusões semelhantes à análise de Fontes (2013), pois autores apontam o jogo político populista da época de aproximação e cooptação desses movimentos,

[...] As Sociedades Amigos de Bairro (SABs) –, este tipo de movimento tendeu a crescer na mesma proporção em que crescia aceleradamente a abertura de loteamentos desprovidos de qualquer melhoramento urbano. A partir daí, é a dinâmica propriamente populista que permeia os movimentos populares da periferia.

[...] Na curta gestão de Jânio na prefeitura, o crescimento das SABS foi significativo, generalizando-se a concepção de que, para progredir, um bairro precisava ter uma Sociedade de Amigos (KOWARICK; BONDUKI, 1994, p. 156).

Jânio Quadros aproximou-se de grande parte desses movimentos associativos presentes em praticamente todos os bairros populares da metrópole. O político soube articular-se a essas organizações populares e a partir delas construir uma ascendente carreira baseada no discurso e na prática populista. Em 1950, foi o candidato mais votado para a Assembleia Legislativa; em 1953, quando candidata-se para Prefeitura da cidade de São Paulo, sua vitória também foi grandiosa, venceu em todos os bairros periféricos e só perdeu no elegante Jardim América. Em 1954, elege-se governador, novamente apoiado pelas SABs. Essa ligação de Jânio com as Sociedade Amigos de Bairros foi durante muitos anos uma base de apoio para esse político, que criou uma relação clientelista com essas organizações populares.

O que pretendemos destacar é que as associações de bairro, embora cooptadas pela ação política de Jânio e de outros políticos, não deixaram de representar uma forma de organização popular que expressava as reivindicações da classe trabalhadora. Fontes (2013, p.

85), ao analisar os conteúdos dos pedidos¹⁰² dessas associações endereçados a Jânio Quadros, no curto período de 1953-1954, aponta para as seguintes reivindicações:

As demandas das SABs fornecem um quadro bastante amplo das enormes carências de infraestrutura urbana e das dificuldades cotidianas da maioria da população da orgulhosa “metrópole do trabalho”. Exigia-se, assim, a participação efetiva no decantado progresso e desenvolvimento de São Paulo, o “direito à cidade”. Afinal, como lembravam os diretores da Sociedade Amigos de Vila Guemercindo, ao apresentar suas reivindicações em requerimento ao prefeito enviado em 24 de junho de 1953, “nada possuímos daquilo que um bairro de uma cidade moderna deve possuir”. Solicitações de pavimentação de ruas, instalação de telefones e iluminação pública, coleta de lixo, feiras livres para abastecimento e criação e extensão de linhas de ônibus representavam a grande maioria dos pedidos. Havia desde pedidos para instalação de um parque infantil e creche no bairro, por vezes com indicações detalhadas (incluindo mapas) de qual o melhor local para sua localização, até abaixo-assinados para a colocação de cortinas e persianas no grupo escolar da região (FONTES, 2013, p. 85).

No período entre 1940 e o início dos anos de 1960, sem dúvida, predominou uma relação populista com os movimentos populares, mas na década de 1960, tanto o campo como a cidade já demonstravam uma nova forma de os movimentos populares se relacionarem com o poder – um caráter mais autônomo em relação ao Estado, dando nova configuração às práticas de cooptações tão presentes nas estratégias populistas.

Vale reafirmar que os movimentos populares não foram meros expectadores do jogo político daquele momento, tanto que, a partir da renúncia de Jânio Quadros, em 1961, da Presidência da República, um novo momento de tensionamento se instaura e os movimentos populares voltam a ganhar a cena ao questionarem os projetos para o país em disputa na época. Lembramos que o governo de João Goulart (1961-1964) trouxe em seu Plano Trienal propostas de reforma agrária e urbana, como respostas aos avanços da organização popular.

O golpe civil-militar de 1964 viria a romper não apenas com o pacto populista de classes do período anterior, como com as novas formas de organização mais autônoma dos movimentos sociais e impor um poder autoritário que passou reprimir e controlar os movimentos populares em todo o território brasileiro. Na metrópole de São Paulo, isso

¹⁰² FONTES (2013, p. 71) analisou a relação entre as organizações populares, no caso específico as Sociedades Amigos de Bairros (SABs) com o poder político, a partir de um “*corpus* documental, compostos por mais de 250 processos, reunindo cartas, pedidos, petições, solicitações e abaixo-assinados encaminhados por Sociedade Amigos de Bairro ao gabinete do prefeito de São Paulo durante a gestão de Quadros nos anos de 1953 e 1954”.

significou uma grande repressão aos movimentos populares, sejam eles nas fábricas ou nos bairros, para garantir e acelerar o processo de acumulação de capital, beneficiando apenas a elite e parte da classe média.

Por outro lado, na década de 1970, os movimentos sociais de forma lenta e ainda fragmentária começam a se reorganizar e ganhar novamente protagonismo nas lutas por direitos, sejam eles no âmbito das fábricas ou dos bairros, como já discutimos anteriormente.

Essa breve retomada das condições sociais e políticas que davam as diretrizes macroestruturais no período de formação da metrópole paulistana nos auxiliam a refletir sobre o conteúdo de luta e resistência presente nas metrópoles brasileiras, no caso em análise, a metrópole de São Paulo.

Como discutido em parágrafos anteriores, Telles (1994) afirma que seria necessário compreender a diversidade de experiências de lutas que os vários sujeitos sociais portavam nas décadas de 1970 – quando os movimentos sociais populares voltam a se reorganizar – para que a análise não ficasse apenas como se a Igreja Católica tivesse atuado num espaço vazio de experiências anteriores. Ao resgatar a historicidade dessas formas de luta e resistências da classe trabalhadora no espaço urbano, fica evidente como essas lutas anteriores, por melhores condições de vida e trabalho, compõem o imaginário e as experiências concretas de resistência e de luta, que, conscientemente ou não, são acionadas em outros momentos.

Assim, quando investigamos a formação da Associação de Moradores do Jardim Helian, percebemos a fortíssima presença da Igreja Católica, em alguns relatos, por meio das comunidades eclesiais de base, que exerceu uma grande influência na conscientização de vários moradores do Jardim Helian sobre a importância e necessidade da luta por melhorias no bairro acontecer de forma cada vez mais coletiva. Como observa uma das lideranças do bairro e da Associação dos Moradores – que durante anos participou ativamente das atividades da igreja católica –, houve uma grande relevância da Igreja católica em sua formação como líder comunitário.

A Associação se confunde com a história da igreja, porque há elementos documentais, inclusive em um jornal que se chama *Grita Povo*,¹⁰³ que é de Dom Angélico que foi muito importante para a Zona Leste. Ele é um bispo progressista. Ele é hoje aposentado. Ele é uma referência no que se refere ao povo da Zona Leste. Quem é líder comunitário, que lutou, vai falar de Dom Angélico. Eu que era criança, era comum ouvir falar do nome dele. Muitas pessoas, mesmo não militantes, vão falar do nome dele.

[...] Hugo de Baclan, diz eu não posso ficar porque estou em outro local [...] depois ele entrega para Chico Falconi e depois vem o padre Paulo, isso era 1985 mais ou menos; [...] O padre Paulo fala em poder popular. Falava em mulheres. As mulheres celebrando. Onde que naquela época as mulheres celebravam? A igreja totalmente machista que não admitia nem coroinha mulheres. O Padre Paulo contrariava todas estas regras aqui. Eu fui ministro. Mas eram pouquíssimos homens. [...] Tem uma escola que se chama Padre Nildo do Amaral, como tem uma escola com nome do Padre Chico Falconi, também.

Achamos um documento de 197? da igreja de São Mateus, dizendo que o Helian estava no caminho certo, lutando pela água, pela luz. Ou seja, a luta da Associação vem dessa trajetória.

Como não tinha presença nenhuma do Estado, o pessoal se articulou também. Teve a história dos ônibus também [...] Eu fui naquele comício do Lula, em 1980 em São Bernardo. [...] Eu me lembro de muita gente, os ônibus saindo daqui desta rua. Por exemplo, meu pai foi um dos fundadores do PT também. O nome dele não vai aparecer nas atas, mas ele estava lá também.¹⁰⁴

Também se evidenciou na fala de Dona Genilda – moradora e membro da diretoria da Associação – que, além da Igreja católica, houve a presença de um representante do Partido Comunista do Brasil na direção da Associação, o que nos remete à análise de Telles (1994), quando destaca a diversidade das experiências vividas por trabalhadores, que serviu de referência para a prática da organização social dos movimentos populares entre os anos de 1970 e 1980.

¹⁰³ *Grita Povo* foi um jornal impresso que teve sua primeira edição, de número zero, em 1982, e manteve-se em uma circulação razoavelmente estável até 1991. Esse jornal foi um dos jornais de comunicação popular da época. Teve o objetivo de ser o porta-voz da região, seu responsável foi Dom Angélico. “Nas palavras de Dom Angélico [...] o jornal realmente foi a boca do povo, o clamor do povo. Foi o clamor da habitação, o clamor da creche, foi o clamor dos postos de saúde. Foi o clamor do povo que teve no “GRITA POVO” a sua voz. E foi um tempo árduo, de Ditadura Militar, de sofrimento que não era fácil”. Disponível em: <<http://blog.cruzeirosul.edu.br/?p=2002>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

O *Grita Povo* e tantos outros meios de comunicação popular, como rádios populares, peças teatrais, cartilhas socioeducativas, materiais audiovisuais e impressos, debates, cursos, foram produzidos pelo Centro de Comunicação e Educação de São Miguel Paulista (CEMI), localizado na Catedral de São Miguel Arcanjo, conhecida como Igreja do Povo, em São Miguel Paulista, que teve uma grande importância na organização dos movimentos populares na Zona Leste, na luta por melhores condições de vida e contra o regime autoritário durante o período da Ditadura Militar.

¹⁰⁴ Depoimento de Sérgio, em 01 de setembro de 2018.

A luz... eu não considero ainda uma luta. Eu considero uma luta quando você leva muita gente. A luta da luz foi um grupinho de mulheres que foi reivindicar. Nós íamos lá na lata, diretamente. Tinha o Genival também. Ele batalhou muito. [...] Ele foi peça fundamental aqui no Helian. A água, a luz acho que também. Nesse momento ainda não tinha uma Associação formal. Quando eu entrei para a Associação era o Sr. Sebastião o presidente. Acabei descobrindo que ele era do PC do B. Entrou eu, ele, o Valfrido [...] A luta que eu entrei... assim de cabeça. [...] foi a do Posto de Saúde. Tinha cada briga [...] Foi quando eles queriam transferir para a Gleba do Pêssego. Essa luta foi 1988, quando a Erundina assumiu. O Neder era Secretário.¹⁰⁵

O passar dos anos não resolveu todas as carências do jardim Helian, atualmente sua Associação de Moradores ainda é a porta-voz das lutas de seus moradores por direitos básicos. As contradições urbanas ainda estão lá presentes expondo as desigualdades da sociedade brasileira e a fragilidade de nossa democracia em ouvir e atender a participação das classes populares na gestão da cidade. É uma modernidade que não chega para todos. “A modernidade anuncia o possível, embora não o realize. [...] é uma espécie de mistificação desmistificadora das imensas possibilidades de transformação humana e social que o capitalismo foi capaz de criar, mas não é capaz de realizar” (MARTINS, 2000, p. 20).

Sem dúvida, a problemática urbana foi ganhando relevância ao longo dos anos de 1980 e a política urbana entrou na pauta da discussão jurídica quando se elaborou a Constituição Brasileira de 1988. Houve conquistas no campo jurídico, como o reconhecimento ao direito à cidade, expresso nos artigos 182 e 183 da nova Constituição de 1988, com o reconhecimento de vários direitos reivindicados pelos movimentos que lutaram pela reforma urbana, que se fizeram representar especialmente pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana – FNRU, tornando-se o porta-voz das demandas de vários movimentos populares urbanos.

Com a inclusão da política urbana no texto constitucional, inaugurava-se um novo momento de luta para os movimentos sociais. Era preciso fazer valer as proposições do novo texto sobre o desenvolvimento urbano, pois a Constituição transferia aos municípios o poder para pôr em prática a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

¹⁰⁵ Depoimento de Dona Genilda, em 09 de fevereiro de 2019.

Esse novo momento trazia a necessidade de elaborar uma lei federal para regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Brasileira de 1988, que trata das políticas urbanas. Foi nesse contexto que se inicia a elaboração do Estatuto da Cidade, que teve sua aprovação apenas em 10 de julho de 2001, depois de mais de 10 anos de muita disputa de interesses entre os setores mais conservadores da sociedade e os representantes do Movimento Nacional pela Reforma Urbana e das demais entidades populares ligadas à luta pelo direito à cidade.

O Estatuto da Cidade de 2001 também carreteou na obrigatoriedade de cada município – com mais de 20 mil habitantes, ou aqueles que integram regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas, ou onde o poder público pretender utilizar-se de alguns dos instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade, ou que integrem áreas de interesse especial ligados ao turismo e aqueles que façam parte de áreas que terão influência de empreendimentos que causem significativos impactos ambientais – elaborar um Plano Diretor Participativo, para regulamentar o uso e a ocupação da terra urbana, reconhecendo a função social da propriedade e enfrentando as grandes disparidades socioespaciais.

Em 2005, a reconhecida arquiteta Ermínia Maricato, com grande atuação nos movimentos sociais urbanos e pesquisadora da Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo, durante a 2ª Conferência Nacional das Cidades, realizada em Brasília, apresentava um posicionamento crítico em relação à implantação dos Planos Diretores, mas reconhecia a possibilidade de formação de lideranças dos movimentos sociais para atuarem para que a lei pudesse se transformar em realidade. Vejamos parte de seu discurso nessa Conferência:

[...] Seguramente a sociedade brasileira nunca discutiu tanto a política urbana estimulada pelas Conferências das Cidades e por essa Campanha do PD participativo. Novos atores políticos estão surgindo em todo o país e o debate sobre o universo urbano se amplia de forma inédita pois pela primeira vez ele é democrático.

[...] Considerando que o Estatuto da Cidade torna obrigatória a elaboração do PD em determinados municípios fica evidente a oportunidade ímpar de ampliar o debate sobre cada cidade formando novos sujeitos políticos e uma nova consciência sobre os problemas urbanos. Nenhum de nós entretanto acha que as mudanças serão profundas devido à aprovação dos PDs. Sabemos que leis, no Brasil, se aplicam de acordo com as circunstâncias e dificilmente contrariam interesse dos poderosos.

[...] Aparentemente tudo pode diante dessa tendência irresistível do mercado.

[...] Se a elaboração do PD gera, como tem acontecido, uma lista imensa de questões técnicas a serem levadas em consideração buscando (na peça escrita e discursiva) um padrão belga ou suíço na ocupação do solo sem levar em conta essa tradição brasileira de dominação desumana e exploração ambiental predatória o que podemos esperar do PD resultante? Que ele vá, de fato, dar prioridade ao que nunca se deu? Que ele vá “remar contra a

corrente”? Que ele vá deixar a tradição de “Plano Discurso” como cunhou o professor Villaça? O que vai acontecer com a demanda da moradia social, nunca antes priorizada, perdida no interior dessa lista imensa?

[...] É fundamental e pedagógico que as lideranças populares se informem e se instruem sobre todas as questões técnicas que envolvem um PD até para perceber quando a técnica encobre relações de injustiça. Mas cabe especialmente aos movimentos sociais exigir a mudança desse discurso e introduzir sua perspectiva de classe, esse é seu assunto fundamental, sem o qual nada mudará.

[...] A cidade não segue o plano mas segue, induzida que é, os investimentos públicos e privados que constroem um espaço “fashion”, pleno de simbologia pós moderna enquanto que grande parte das cidades está na pré-modernidade. Basta acompanhar os investimentos em circulação viária (privilegiando o automóvel ao invés do transporte coletivo) e em saneamento. Essa é a realidade do Rio, de Salvador, de Fortaleza, de Recife, entre outras. Essa tendência é tão inexorável que mesmo um prefeito bem intencionado tem dificuldade de mudar o rumo dos investimentos. Trata-se de um processo que é resultado de uma conjunção de fatores e parceiros e frequentemente inclui Câmaras Municipais inteiras (MARICATO, 2005).¹⁰⁶

Gostaríamos de ressaltar como, em seu discurso, Maricato (2005) reconhece um novo momento da luta pelo direito à cidade, embora também avalie que não basta a incorporação de alguns direitos na lei. Chama a atenção sobre o papel da técnica, alertando que não se trata em acreditar que a técnica resolverá problemas de ordem política, econômica ou mesmo as injustiças. Aliás alerta para o fato de que a técnica pode encobrir relações de injustiças, pois a trama de interesses e dos investimentos públicos e privados revela a produção da cidade a partir da lógica da reprodução do capital.

Outro aspecto importante de seu discurso é o fato de reconhecer que o debate sobre as questões urbanas tem proporcionado a formação de novos atores políticos e novas lideranças populares que devem se formar e se instruir para esse novo contexto de luta pelo direito à cidade garantir nesse debate o seu interesse de classe.

Desde 2005, pouca coisa mudou para a população de baixa renda da metrópole, embora tenha havido conquistas dos movimentos sociais no arcabouço jurídico das políticas

¹⁰⁶ MARICATO, Ermínia. O que esperar dos Planos Diretores? Disponível em: < http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_esperarplanodiretor.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2019. Profa. Titular da USP, Secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo (1989-1992), na Gestão da prefeita Luzia Erundina, do Partido dos Trabalhadores; e Secretária Executiva do Ministério das Cidades (2003-2005), sob a Presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores. Participou da criação do MC Cidades (2003) e coordenou a Política nacional de Desenvolvimento Urbano (até 2005).

urbanas, mesmo que na prática as ações ainda caminhem em passos lentos e pontuais. Por outro lado, esse mesmo arcabouço jurídico garantiu instrumentos fiscais e urbanísticos, como operações urbanas consorciadas, que se ampliaram assegurando ao capital financeiro e imobiliário a sua reprodução por quase toda a cidade.

Esse novo momento trouxe também novos desafios para os movimentos sociais, para as lideranças comunitárias e para as Associações de bairros. Se as primeiras lideranças do jardim Helian buscaram seus referenciais de luta e de organização política na igreja católica, ou na influência de militantes de esquerda que se encontravam na ilegalidade, quais seriam em tempo mais atuais os principais agentes da organização das práticas e dos discursos sobre as lutas populares?

Atualmente, diante de uma economia cada vez mais globalizada e com o Estado assumindo fortemente políticas de caráter neoliberal, várias carências ainda permanecem não resolvidas. Essa situação demonstra que a resistência precisa ser permanentemente reelaborada na sociedade capitalista, o que coloca a necessidade da luta constante para que uma grande parte dos moradores possa continuar (sobre)vivendo nessa sociedade.

Uma das características que diferencia o Jardim Helian de tantos outros bairros periféricos é que a sua Associação de Moradores vem sobrevivendo a esses tempos, organizando e reorganizando-se para enfrentar os novos embates do viver na metrópole.

Ao procurar compreender o Helian hoje, nos indagamos se as atuais questões e as formas de luta e resistência estariam ligadas aos aprendizados do passado recente, representando uma continuidade do mesmo processo de luta, ou se a maneira como os seus moradores se organizam, lutam e definem estratégias diante do processo de metropolização apresenta novos elementos.

5.2.2 Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Helian, em novos tempos da metrópole

Antes de iniciarmos a discussão sobre quais conflitos elegemos para analisar, é importante observar que o que chamamos de novos tempos para a Associação dos Moradores do Jardim Helian não diz respeito apenas à sequência cronológica das ações realizadas nos últimos anos; queremos apontar para duas mudanças importantes. A primeira delas diz respeito a uma nova conjuntura econômica e política, muito diferente daquela em que se

forma o Helian ainda no período da ditadura civil-militar; e, em segundo lugar, que em 2012 há uma mudança significativa na Direção da Associação.

Como vimos fazendo ao longo de nossa análise, há sempre a tentativa de compreender todo o processo de luta e resistência em diálogo com as mudanças pelas quais a própria metrópole de São Paulo foi passando ao longo desses períodos. A formação da Associação dos Moradores, em meados da década de 1970, pode-se dizer que está em diálogo com a metrópole industrial e suas contradições e o que estamos chamando de um novo momento da Associação, a partir de 2012, está em diálogo com as características da metrópole contemporânea. Isso também não quer dizer que estamos falando de dois momentos completamente distintos, mas que, embora as contradições postas desde a formação da metrópole permaneçam, há também novos elementos da reprodução do capital que imprimem novas dinâmicas nas relações sociais, sejam elas quais forem.

Durante a primeira década dos anos de 2000, por mais de 10 anos, a Associação foi presidida por Manoel Pereira Lima. Segundo relatos dos moradores, esse, praticamente, foi o período em que menos se atuou para enfrentar os problemas e as demandas dos moradores do bairro.

A luta pelo equipamento de saúde, Unidade Básica de Saúde (UBS),¹⁰⁷ tem sido uma das principais bandeiras de dos moradores do Jardim Helian, desde a sua formação, como detalharemos mais adiante. Ela foi razão para as mudanças na diretoria da Associação, desde 2012, e também serviu como um dos elementos para se contrapor às mudanças trazidas para a região de Itaquera, com os novos projetos de intervenção, especialmente com a construção do Estádio do Corinthians.

Lembramos que a intenção de transferir o Posto de Saúde do Jardim Helian não é nova, já havia acontecido em 1988, conforme o relato de Dona Genilda, e, em 1996, conforme

¹⁰⁷ UBS – Unidade Básica de Saúde é a designação adotada, desde 2007 no Brasil, pelo Programa de Aceleração do Crescimento, do governo Federal, criado em 2007, para os Postos de Saúde. As UBS prestam serviços para a população de um único bairro ou para um conjunto de bairros de uma determinada região. Essas unidades desempenham as mesmas funções na área de saúde pública exercidas pelos Postos de Saúde, tais como: atendimentos de pediatria, ginecologia, clínica geral, enfermagem, odontologia e encaminhamentos para outras especialidades médicas. Os serviços de saúde prestados pelas UBS são gratuitos, pois essas Unidades integram o Sistema Único de Saúde – SUS.

a reportagem publicada no *Diário Popular*, em 5 de junho de 1996, uma nova ameaça se fez. A reportagem da época, inclusive, demonstrava uma grande incoerência do poder público, pois dois meses após ter sido feita uma reforma no imóvel na UBS Jardim Helian, o poder público alegava que havia falta de condições sanitárias e por isso decidiu-se pela desativação do posto, fazendo com que os moradores da região precisassem procurar uma outra unidade de saúde na região. Como veremos na reportagem da época, os moradores questionam a ameaça de transferência do Posto.

“Isso aqui nunca recebeu uma reforma, agora que a fizeram, vai fechar. Esse ano nós vamos saber em quem votar, senhor Maluf”, avisou Antonio Moreira Lima, morador do Jardim Helian, há 22 anos.

“Esse posto atendia há 15 anos, mesmo com problemas, Agora entrou o PAS e acabou tudo”, diz, inconformada a Tesoureira da Sociedade Amigos do Bairro do jardim Helian, Sandra Lucena.¹⁰⁸

Em 2012, os moradores foram novamente surpreendidos, diante de mais uma ameaça do poder público, na gestão de Gilberto Kassab, então prefeito de São Paulo pelo DEM (Partido Democrata), de transferir a UBS do Jardim Helian para a Gleba do Pêssego, bairro vizinho. Os moradores do Helian se organizaram, com o apoio da Igreja Católica, e passaram a questionar as razões de a UBS ser transferida do bairro.

¹⁰⁸ Reportagem: Unidade do PAS será fechada após reforma. Jornal *Diário Popular*. São Paulo. 05 de junho de 1996. p. 3.

Imagem 8 – Cartaz da Associação dos Moradores do Jardim Helian, convocando os moradores para discussão sobre a possível transferência da UBS para a Gleba do Pêssego, em julho de 2012.

CIDADANIA E PODER POPULAR! (QUE SAÚDE QUEREMOS)

“Encontro com a Gestão Local da
Saúde Municipal”

**“Vândalo é o estado que nos quer invisíveis
e sem direitos”**

**Sabado - 04/07 às 10H00
Sede da Associação Jd Helian
Rua Edmundo Abreu,170**

A reunião aconteceu em 16 de fevereiro de 2012 e contou com 500 pessoas.

[...] Ficamos sabendo que iriam tirar o posto de saúde do bairro. Participei da reunião na igreja. Vão tirar o posto, vão juntar com outro bairro.

[...] Fizemos uma conversa com o Sérgio, porque ele é o cara que mais tem conhecimento de luta. [...] Não nós não podemos aceitar. E depois disso, passaram-se uns dez dias teve o dia das crianças, que é a festa que eu organizo. [...] Nos reunimos e conversamos. Nesta reunião que nós tivemos, nos organizamos. [...] Vamos chamar a Associação pra ajudar a gente [...] Batemos lá na Associação, falamos com o presidente da Associação [...] Chamamos ele pra apoiar, ele falou não, que não se envolvia nessas questões.¹⁰⁹

Tal proposta causou espanto e indignação nos moradores, pois essa unidade não vinha suprimindo sequer a demanda de atendimentos médicos da população do Helian e de outros moradores da região que também a utilizam. Na época, esse foi o ponto de ruptura entre

¹⁰⁹ Rodrigo Reis, morador do Jardim Helian, em entrevista à autora, em 09 de fevereiro de 2018.

grande parte dos moradores e o sr. Manoel, presidente da Associação dos Moradores na época, que apoiou a transferência. Além disso, o questionamento sobre o não atendimento do direito à saúde foi um dos pontos que serviu de contraponto para questionar o poder público sobre as novas obras que estavam sendo construídas ou planejadas para Itaquera, com os novos projetos urbanos.

A visibilidade que Itaquera ganhou, na mídia, com a Copa do Mundo que se realizaria em 2014, expôs mais ainda as contradições sobre a forma de atuação do poder público diante dos grandes negócios e as necessidades dos moradores da região. O exemplo mais marcante foi a construção do estádio do Corinthians, que se concretizou com doação de terreno público e uma grande isenção fiscal para que a arena fosse construída, além do gasto de milhões para realizar as obras viárias que ligam a Arena Corinthians às principais avenidas da região. E a uma distância de 3,5 km estava o jardim Helian, lutando há décadas para ter um imóvel para a construção da UBS.

Não podemos esquecer que nessa época estávamos a ponto de sediarmos a Copa do Mundo no Brasil, onde estávamos enfiados até o pescoço na luta e a oportunidade era única de mostrar a contradição, onde teríamos um gasto elevado e nenhuma contrapartida nem mesmo a adequação da pequena UBS Jd. Helian e sem falar que tínhamos o rei Pelé e o Ronaldo Fenômeno dizendo que não se fazia copa com hospitais.¹¹⁰

Motivados pela insatisfação com a pouca atuação da Diretora da Associação em relação às demais demandas do bairro e diante do apoio à transferência da UBS, um grupo resolve propor e realizar o impeachment da diretoria.¹¹¹

¹¹⁰ Texto produzido por Sérgio e Rodrigo, dirigente da Associação dos Moradores do Jardim Helian, publicado na página do Fórum Popular de Saúde.

¹¹¹ De acordo com o art. 4º do Estatuto da Associação, registrado em cartório em 2006, o grupo estaria respaldado legalmente, como podemos ler em seu Estatuto:

Art. 4º A Assembleia Geral é o órgão máximo e soberano da Associação, e será constituída pelos seus associados em pleno gozo de seus direitos. Reunir-se-á na segunda quinzena de janeiro, para tomar conhecimento das ações da Diretoria Executiva e, extraordinariamente, quando devidamente convocada. Constituirá em primeira convocação com a maioria absoluta dos associados e, em segunda convocação, meia hora após a primeira, com qualquer número, deliberando pela maioria simples dos votos dos presentes, salvo nos casos previsto neste estatuto, tendo as seguintes prerrogativas:

I – Eleger ou destituir admiradores

[...]

VIII – Fiscalizar membros da Associação, na Consecução de seus objetivos.

[...] § 2º As Assembleias Gerais poderão ser ordinárias ou extraordinárias, e serão convocadas pelo Presidente ou por 1/5 dos associados, mediante edital fixado na sede social da Associação com antecedência mínima de 10

Após a ameaça de transferência da unidade aproveitamos e organizamos a retomada do prédio da Associação do bairro, então comunitariamente programamos uma espécie de impeachment da diretoria anterior da Associação do Helian com muitas assinaturas e após esse processo assumimos outras questões que de certa forma foram importantes para todo o bairro no que se refere à retomada do poder local e assim assumimos a organização, mobilização popular, ação coletiva e novas formas de resistência.¹¹²

O novo grupo assume a diretoria da Associação, em 2012, que passou a ser composta por Tarcísio Araújo, como presidente; Sérgio Moreira Lima, como vice-presidente e Rodrigo Reis, como tesoureiro. Essa nova diretoria reúne-se com representantes do grupo gestor da UBS do Jardim Helian, em 28 de fevereiro de 2012, para comunicar-lhes que os moradores do Helian, reunidos em Assembleia, em 16 de fevereiro, não aceitaram, por unanimidade, a proposta de transferência da UBS do Jardim Helian para a Gleba do Pêssego. A partir dessas reuniões, os novos diretores elaboram um documento, encaminhado ao Secretário de Saúde do Município de São Paulo, em 24 de maio de 2013. O documento retomava pedidos antigos para a construção de uma sede própria para a Unidade Básica de Saúde no Helian e justificava por que a população não aceitaria a transferência para o bairro vizinho:

Após a notícia da proposta da junção, a transferência da Unidade Básica Jd. Helian para o final da Gleba do Pêssego (bairro vizinho) parece ser um projeto antigo (vide reportagem antiga anexa), então após o último anúncio de junção reunimos o povo em fev./2012 e decidimos por unanimidade não aceitarmos tal proposta (unilateral), uma vez que as unidades juntas ficariam em local nada favorável, com difícil acesso para os moradores do Jd. Helian e região, cabe notar que são dois bairros distintos com tal bairro sugerido com uma topografia acentuada, com único meio de transporte precário. O Jd. Helian tem grande número de idosos e criança, e o crescimento da região é contínuo e necessitamos é ampliar o atendimento ao invés de diminuir, que arrumem as duas unidades se for preciso.

[...] Após a ameaça de transferência da unidade pedimos o impeachment da diretoria anterior e assumimos a Associação dos moradores do Jd. Helian que de certa forma fortaleceu outras lutas (Nossa Itaquera/Fórum Popular de Saúde).¹¹³

(dez) dias de realização, onde constará: local, dia, mês, ano, hora da primeira e segunda chamada, ordem do dia, e o nome de quem a convocou.

¹¹² Texto produzido por Sérgio e Rodrigo Diretores da Associação dos Moradores do Jardim Helian, publicado na página do Fórum Popular de Saúde.

¹¹³ Trecho do documento elaborado pela Diretoria da Associação dos Moradores do Jardim Helian, encaminhado ao Secretário Municipal de Saúde, em maio de 2013.

Nesse documento, além da explicitação da longa luta pelo direito ao equipamento urbano que garante aos moradores acesso à saúde pública no bairro, comunicava-se, ao secretário, que a nova diretoria, que assumiu a partir do impeachment, buscava articular-se com outros agentes que atuam na cidade e na Zona Leste, como a Nossa Itaquera e o Fórum Popular de Saúde.

Essa nova diretoria não só assume com mais vigor a luta pela UBS como também representará um novo momento de atuação da Associação dos Moradores, que foi sendo construído a partir de novas articulações políticas que seus membros irão realizar. Ainda que a Igreja Católica se faça presente, as referências para organização da luta política das novas lideranças parecem vir também de diferentes atores sociais, que vinham ganhando expressão nas lutas urbanas na metrópole paulistana, como o MTST – Movimento dos Trabalhadores sem Teto –, o MPL – Movimento Passe Livre e o Fórum Popular de Saúde de Itaquera. Além disso, em 2012 e 2013, os motivos que os articulavam para as lutas já estavam relacionados às mudanças previstas para a região de Itaquera.

[...] Em 2013 cansados de promessas, mas não esgotados, participamos ativamente das jornadas de junho onde encontraríamos alguns elementos (respostas) que vão trazendo estratégias que vão fundar e mudar conceitos com relação à interpretação ao enfrentamento e aos horizontes que teríamos que tomar; coisa que o conselho de saúde que embora fosse constituído de militantes valiosos (e ainda é) já não fazia e tão pouco dava respostas e soluções que necessitávamos

[...] De modo geral são espaços de reprodução de poder, ao invés de contestarem as desigualdades, não deliberam e são regulamentados com legitimação de ações injustas sem ouvir e levar em conta realmente as necessidades do povão. Uma participação e produção até boa, mas sem o poder de decisão nos interesses da nossa comunidade.¹¹⁴

A participação de Sergio M. Lima, uma das lideranças da Associação dos Moradores do Jardim Helian, no Fórum Popular de Saúde, se deu a partir de 2012, quando procuraram o Fórum para discutir a situação da UBS no Jardim Helian. Naquele momento, sentiam que a participação no Conselho de Saúde não tinha muita efetividade para atender às demandas da população do Helian. Depois disso, a parceria se intensificou e agregou novos conhecimentos sobre o direito à saúde e as novas formas de luta que passariam a ser incorporadas à atuação

¹¹⁴ Texto produzido por Sérgio e Rodrigo, publicado na página do Fórum Popular de Saúde.

da Associação. Além disso, os novos dirigentes da Associação dos Moradores do Jardim Helian, articularam a organização do Fórum Popular de Saúde de Itaquera e se engajaram em várias organizações que vinham fazendo frente às mudanças trazidas pela Copa do Mundo à região de Itaquera.

A gente começa a conhecê-los, [Fórum Popular de Saúde] em 2012, e começa a participar de algumas reuniões no Centro de São Paulo. [...] E aí a gente fala, é este tipo de luta que queríamos pra gente. Começamos a fazer uma junção com eles e ver a possibilidade de abertura de um núcleo em Itaquera. Em 2013, a gente já está junto, tem a questão da Copa do Mundo. Então, a gente participa para além do Fórum Popular de Saúde, e participa de um *Coletivo Se não tiver direitos não vai ter Copa*. Aí a gente começa a colocar a pauta do Helian nestes coletivos. Uma vez que a Copa seria em Itaquera. [...] Então começamos a participar em outros coletivos com este sentido na região. Participamos do *Comitê Popular da Copa*. Fizemos amizade com a Comunidade da Paz, que é perto do metrô Itaquera, porque eles estavam na iminência de perder suas casas. Eles fizeram um projeto alternativo. É uma luta bem bacana. A comunidade acabou resistindo e ficando, não houve nem remoção.¹¹⁵

Rodrigo Reis, presidente da Associação de Moradores do Jardim Helian, no período de 2013 a 2017, ao explicitar o caminho de sua formação como liderança do bairro, evidencia os atores sociais que contribuíram para a sua trajetória de formação política e atuação como membro da diretoria. Ao falar sobre a sua formação, destaca o início do trabalho comunitário pela Igreja Católica e a aproximação com o sindicato, quando trabalhava na metalúrgica. Poderíamos interpretar que estes representam os atores com quais as lideranças e os movimentos sociais dialogaram e se formaram ao longo das décadas de 1970 e 1980.

No entanto Rodrigo também aponta para a sua participação nos conselhos participativos e sua atuação como assessor parlamentar (na época, era Assessor Parlamentar do vereador Paulo Fiorilo, do PT), reconhecendo que essas participações institucionais lhes proporcionaram uma maior apropriação das recentes bases jurídicas sobre o direito à cidade, garantidas pelo Estatuto da Cidade, de 2001. Além desses percursos, há também uma grande aproximação com novos atores que passam a compor o cenário de luta no urbano, como o

¹¹⁵ Depoimento de Sérgio M. Lima, concedido à autora, em entrevista realizada em 28 de setembro de 2019.

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto,¹¹⁶ que ganha visibilidade a partir dos anos 2000, e o MPL – Movimento Passe Livre,¹¹⁷ também atuante a partir de 2000 e o Fórum Popular de Saúde de Itaquera.¹¹⁸

Moro aqui, nasci aqui no Jardim Helian, tenho 34 anos, comecei a fazer o trabalho na igreja [católica]. Trabalhei no grupo de jovens, na entrega de cesta básica. Trabalho que foi fundamental para que eu fizesse o trabalho social.

Acho que foi [a formação como liderança] um conjunto. Por exemplo, eu fui do Conselho gestor da UBS [Unidade Básica de Saúde do Jardim Helian], fui presidente da Associação [Associação de Moradores e Amigos do Jardim Helian], fui Assessor na Câmara Municipal [Assessor parlamentar do Vereador Paulo Fiorilo, do Partido dos Trabalhadores], fui Conselheiro Participativo Municipal, [...] a Universidade [curso Serviço Social na UNICASTELO, Universidade Camilo Castelo Branco, em 2013]. Acho também que foi a prática. Você entendendo como tudo isso funciona.

[...] Não sei se a igreja [Católica] foi importante na minha formação, importante na minha formação foi o Sérgio – ele era Ministro da igreja. Peguei dele um parâmetro de professor e de luta.

¹¹⁶ O MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto tem sua origem a partir da aproximação dos integrantes do MST – Movimento dos Trabalhadores sem terra, na Marcha Nacional de 1997, quando a direção do MST delibera por liberar alguns de seus coordenadores para contribuir na criação de um movimento social urbano para lutarem por moradia e trabalho. Um dos pontos centrais da luta em comum era o enfrentamento das políticas neoliberais e suas consequências para a classe trabalhadora, seja no campo ou na cidade. Os sem teto que participam do Movimento não são moradores de rua, mas são em grande parte trabalhadores inseridos precariamente no sistema produtivo e moram em áreas precárias, em sua maioria nas periferias, em áreas de risco em regime de coabitação, ou comprometem a maior parte de seus ganhos com despesas com aluguel. Para maiores detalhes da formação do MTST, entre as referências a serem consultadas: GOULART, Débora Cristina. *O Anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)*. Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2011. Marília, 275f.

¹¹⁷ O MPL – Movimento Passe Livre, de acordo com as informações presentes em seu site, foi oficializado em Plenária Nacional pelo Passe Livre, em janeiro de 2005, em Porto Alegre, mas antes disso já atuava pela campanha do passe livre. Realizou atos que marcaram a luta pelo direito à mobilidade e pelo passe livre em várias capitais, entre elas: Campanha pelo Passe Livre, em Florianópolis, em 1999; Revolta do Buzu, em 2003, em Salvador; Revolta da Catraca em Florianópolis, em 2004 e 2005. Em 2006, realizou seu 3º Encontro Nacional, com a participação de representantes de mais de 10 cidades brasileiras, na Escola Florestan Fernandes, do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Disponível em: <<https://tarifazero.org/mpl/>>. Acesso em 02. De set. 2019.

¹¹⁸ O Fórum Popular de Saúde de Itaquera é a organização na Zona Leste que compõe os grupos do Fórum Popular de Saúde do Estado de São Paulo, formado em 2008. É um espaço autônomo e aberto para o debate coletivo, tem realizado lutas pela defesa da saúde como um direito, atuando em todas as escalas: federal, estadual e municipal para defender a saúde pública e o SUS (Sistema Único de Saúde), contra as tentativas de privatizações dos serviços dessa área, contra a redução dos investimentos públicos e contra o incentivo à saúde privada. Além do acesso à saúde, o Fórum também se posiciona a favor da luta por melhores condições de moradia, trabalho, educação, transporte e alimento, porque entende que todos esses direitos compõem a luta pela saúde. Por isso, o Fórum Popular de Saúde tem sido um espaço de resistência e construção da política de saúde.

Disponível em: <

https://www.facebook.com/pg/ForumPopularSaudeItaquera/about/?ref=page_internal>. Acesso em: 10 set. 2019.

Comecei também a fazer movimento dentro da indústria. Lá eram movimentos trabalhistas. Eu queria arrumar os salários dos outros.¹¹⁹

Em 2013, houve uma nova eleição, Tarcísio Lima, que assumiu a presidência da Associação em 2012, organiza uma nova chapa e Rodrigo Reis forma uma chapa concorrente. A chapa composta por Rodrigo Reis, para presidente, é vencedora e nesse momento as novas parcerias com outros movimentos sociais começam a ganhar importância. Além disso, o contexto social, econômico e político também apresentava um novo cenário; havia uma insatisfação latente na sociedade, pois alguns dos avanços conquistados pela população, especialmente a partir dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Roussef, ambos do PT, como Bolsa Família, acesso ao crédito facilitado, acesso ao consumo, como decorrência de novas políticas públicas e da favorável conjuntura econômica, não foram suficientes para promover mudanças mais estruturais na sociedade. Essas insatisfações eclodiram nas manifestações populares que tiveram início em junho de 2013 – as jornadas de junho de 2013, como ficaram conhecidos os grandes protestos com milhares de pessoas, que a partir de São Paulo se espalharam pelas ruas de várias cidades do país, depois de anos de pouca mobilização, desde o movimento a favor de impeachment do presidente Fernando Collor de Melo, em 1995.

Essas manifestações tiveram início porque os manifestantes, organizados pelo MPL, opunham-se ao aumento no preço das passagens de ônibus e depois de alguns dias teve sua pauta ampliada e o número de manifestantes também. Os novos manifestantes e as novas pautas traziam à tona a insatisfação com os serviços públicos de saúde, educação, com as formas tradicionais de representação política, com a corrupção, com os gastos com a organização para a Copa do Mundo (a ser realizada no Brasil, em 2014), entre outras questões. Esse cenário apresentava muitas novidades: além do grande número de participantes, a descoberta da capacidade de mobilização da população pelas redes sociais e a explicitação de que não era apenas a economia que se globalizava, mas os protestos também estavam dentro de um contexto internacional de insurreição, cujo palco e objeto de disputa eram a cidade e na cidade.

¹¹⁹ Rodrigo Reis, entrevista concedida à autora, em 09 de setembro de 2018. Rodrigo trabalhou como mecânico na indústria Esteves, localizada no próprio Jardim Helian, e na Indústria Montepino, localizada no mesmo Distrito.

Aqui se junta o fato de que junho de 2013 não pode ser compreendido como um evento isolado, estando inserido em um contexto global de lutas pela radicalização da democracia. Em especial o ano de 2011, que para o filósofo esloveno Slavoj Žižek foi “o ano em que sonhamos de forma perigosa”, ano de revolução na Tunísia e no Egito, de motins por toda a Grécia, do movimento 15M dos indignados na Espanha, do Occupy Wall Street em frente ao maior símbolo da economia financeira, e também no Brasil, em menor escala, ocupações de praças centrais em diversas capitais, com destaque para Porto Alegre, Belo Horizonte e Rio de Janeiro (TEIXEIRA, 2018).

Segundo Teixeira (2018), as jornadas de junho traziam à tona dois grandes temas fundamentais desde as primeiras manifestações: *o direito à cidade e a centralidade da circulação*. A inquietação mundial com as contradições impostas pelas formas de exploração e opressão parecia eclodir em várias ondas de protestos de forma globalizada. As ideias de contestar uma democracia representativa falida, direitos que não eram atendidos e novas formas de exploração dos trabalhadores chegaram ao território brasileiro. As redes sociais também representavam um novo elemento desse contexto globalizado. As forças das ideias contestatórias estavam circulando mundialmente pela internet.

Para Sader (2012, p. 83), a crise de 2008 fez eclodir um novo cenário de protestos a partir de 2011. “Pelo tipo de medidas tomadas naquele momento, era de se esperar que houvesse uma nova irrupção da crise” (p. 83). Mais adiante em seu texto, o autor avalia a crise como o resultado das políticas neoliberais que procuram combater os déficits públicos e não o desemprego e a recessão. “Como é típico do neoliberalismo, a centralidade está na estabilidade monetária, e não no desenvolvimento econômico e na geração de empregos” (p. 84).

A crise demorou um pouco mais para bater à porta da economia brasileira, que vinha inclusive sendo sustentada pela grande exportação de *commodities*, mas ela chegou e o avanço que tivemos nas políticas públicas, no aumento do emprego formal, nas políticas distributivas parece ter ficado insignificante diante das novas condições precarizadas de trabalho. O Brasil também estava entrando em um novo ciclo de políticas neoliberais, assim junho de 2013 repercutia a onda global de protestos, mas também expunha as contradições brasileiras. E a disputa pela cidade e o viver no urbano expunham novamente essas condições.

Conscientes desse momento ou não, os novos dirigentes da Associação de Moradores do Jardim Helian, novamente como sujeitos de seu tempo, herdeiros dos fundadores das

primeiras formas de organização dos moradores do Helian, participaram ativamente das manifestações e dialogaram com essas mudanças.

Nesse processo que eu fiquei como Presidente da Associação vi a dificuldade de querer fazer luta, mas não entender. Buscamos o Fórum Popular de Saúde, que é o movimento da USP, eles são médicos. Nós montamos um Fórum em Itaquera. Nós conhecemos o MTST nas ruas 2013. Foi aquele boom. Conhecemos o pessoal dos Black Blocks, conhecemos o Passe Livre, o Cursinho pré vestibular Baobá. O cursinho pré vestibular era aqui na Associação. Só que neste processo eu estava dentro da Câmara Municipal também. A gente trouxe o MTST em 2014 pra cá. O Levantamento do terreno para o MTST [refere-se ao terreno ocupado pela Copa do Povo]. [...] Andamos com o Guilherme e o Josué Rocha [Coordenadores do MTST]. [...] Começamos a organizar tudo que era de esquerda, a gente organizava para trazer pra cá. Tipo uma sede para fazer um trabalho aqui. Fizemos várias reuniões aqui [refere-se à sede da Associação].¹²⁰

O relato de Rodrigo Reis aponta que as novas parcerias, realizadas com outros atores políticos, buscavam fortalecer as experiências de lutas, as formas de organização e atuação dos trabalhadores e as estratégias de negociação com as instituições políticas envolvidas em suas demandas.

Vamos travar a Radial. Aí travamos: a gente e o MTST juntos. Falamos: que povo articulado pra fazer protesto, nós temos que aprender com eles! Foi assim que a gente buscou a parceria com eles.¹²¹

O MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – foi uma das principais e mais duradouras parcerias que a Associação dos Moradores do Jardim Helian estabeleceu nesse primeiro momento da gestão da nova diretoria. A aproximação com o MTST se fez por várias identificações no processo de luta por melhorias no bairro, pois trata-se também de um movimento social territorial, como afirmam:

Nós, trabalhadores e trabalhadoras, temos várias formas de nos organizar em busca de nossos direitos. Nas fábricas e nas empresas, nos organizamos por meio dos sindicatos. No território periférico, os bairros em que moramos,

¹²⁰ Depoimento de Rodrigo Reis à autora, em 09 de fevereiro de 2018.

¹²¹ Depoimento de Rodrigo Reis à autora, em 09 de fevereiro de 2018.

nos organizamos em movimentos populares. O MTST atua nas periferias para fazer a luta por nossos direitos. Por isso é um movimento territorial.¹²²

De uma forma geral, a aproximação foi uma forma de partilhar e fortalecer as experiências e as práticas de luta e resistências às antigas e novas formas de segregação socioespacial, organizando os “trabalhadores urbanos e partir do local onde vivem: os bairros periféricos” (MTST).¹²³

Foto 17 – Parceria entre a Associação dos Moradores do Jardim Helian e o MTST.

Crédito: autor desconhecido. Cedida por Rodrigo Reis, sem data.

Essa parceria os uniu para várias frentes de lutas populares, como a luta pelo direito à moradia e a continuidade da luta pela construção de uma UBS no Jardim Helian. Essas lutas em Itaquera ganharam visibilidade com o evento da Copa do Mundo, em 2014. Da esquerda para direita: Rodrigo Reis, da Associação de Moradores do Jardim Helian, Guilherme Boulos, Dirigente do MTST; Dilma Rousseff, Presidente do Brasil e coordenadores do MTST na região Leste de São Paulo.

¹²² As linhas Políticas do MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. Disponível em: <<https://mtst.org/quem-somos/as-linhas-politicas-do-mtst/>>. Acesso em: 02. set. 2019.

¹²³ Idem.

Além disso, também compartilham o objetivo de criarem um poder popular para o enfrentamento das novas formas de expropriação trazidas pelo contexto neoliberal.

Criar, criar o poder popular!, é mais do que um grito de ordem, é nosso grande objetivo. Somos a maioria, mas o poder não está com a gente e sim com os grandes capitalistas. Construir o poder popular, que é nosso poder, é a forma de transformar isso.

[...] Com muita organização e luta. Precisamos nos organizar nos bairros, nas ocupações, no trabalho, em todos os lugares. Levando adiante a ideia de que só precisamos da nossa força para mudar a realidade (MTST).¹²⁴

A ocupação das sedes dos órgãos com os quais estão negociando parece ser uma das estratégias de luta, retomada a partir do contato com o MTST. Segundo Rodrigo:

Nós tínhamos um trabalho, uma luta consolidada aqui, mas não tínhamos força para ocupar os equipamentos [públicos]. Aprendemos com o MTST que você tem que lutar.

[...] quando trouxemos o MTST para cá, a Associação virou sua base.

[...] A gente colocou nossas pautas – A UBS. – Fomos ocupar a Secretaria [de Saúde]. Depois a SPtrans.

[...] Na parceria com o MTST as nossas lutas são locais [...] Somos parceiros, quando fomos conversar com o Secretário, quando fomos fazer as coisas com o MTST ou com o Fórum Popular, estávamos juntos, só que a luta local é nossa. Embasada no local.¹²⁵

Segundo Rodrigo Reis, a parceria com os integrantes do MTST também fortaleceu a luta pela UBS do Jardim Helian. “Se não fosse o MTST a gente não teria mais a UBS aqui. O que deu força foi aquela ocupação da Secretaria da Saúde que tinha umas 800 pessoas.”¹²⁶

¹²⁴ Idem.

¹²⁵ Rodrigo Reis, em entrevista concedida à autora, em 09 de fevereiro de 2019.

¹²⁶ Em entrevista, realizada em 09 de fevereiro de 2019.

Foto 18 – Ocupação na Secretaria Municipal de Saúde, em 2016

Autor Desconhecido. s/d. Esta ocupação na Secretaria Municipal de Saúde, contou com a participação de membros do MTST, MPL e do Fórum Popular de Saúde de Itaquera.

A parceria com o MTST não se restringiu apenas à luta pela UBS, mas também se uniram e organizaram os moradores do Jardim Helian e de outros bairros para lutarem pelo direito à moradia e para questionarem as intervenções propostas pelo Poder Público, o zoneamento previsto no novo Plano Diretor e os despejos que vinham acontecendo em Itaquera com as novas obras viárias e com a construção do estádio do Corinthians, na preparação para a Copa do Mundo de 2014. A luta pelo direito à moradia se intensificou em decorrência da forte especulação imobiliária que passou a ocorrer na região de Itaquera.

Participar da luta no MTST está sendo uma coisa muito boa. [...] Por que o movimento vai além da moradia. A luta do movimento se constitui em educação, transporte, saúde. Agrega os mais necessitados. A gente tenta fazer o melhor, a trazer projetos para a comunidade.

[...] eu entrei para o movimento em 2014. Eu nunca tinha ouvido falar em MTST. Aí quando os meninos começaram a falar [refere-se ao Rodrigo e ao Sérgio, dirigentes da Associação], a gente precisa fazer uma luta com as pessoas que têm dificuldade de pagar aluguel. Às vezes você paga aluguel e não come, ou come e não paga aluguel.

Eu saí da casa da minha mãe, muito cedo, tive dois filhos e aí apertou muito. Eu consegui morar numa casa de favor. E estou em uma casa de favor até hoje.

[...] Me falaram é o terreno lá em cima. Eu pensei, eu também vou para dentro. Quando cheguei lá eu vi que era uma coisa muito diferente. Um negócio sério. [...] Eu participei da ocupação e participo até hoje.

[...] A ocupação é simbólica. Isso aqui é para a gente ter as nossas conquistas. Ela é para você bater de frente como governo federal, estadual e municipal e eles têm que dar conta da moradia. E não é de graça. Ninguém quer nada de graça. É para o trabalhador sem teto. Um trabalhador que recebe ali R\$ 1.800 (mil e oitocentos reais). O que é este salário para uma família. E olha lá, hein. Eu pergunto para as pessoas quanto você está ganhando? R\$ 900,00 ou R\$1.000,00. Aí você olha para o histórico da família com 5 ou 6 pessoas. Com R\$ 1.000? Então o Programa Minha Casa Minha Vida foi para facilitar a vida das pessoas. Você vai pagar 10% do que você ganha, não vai pagar aqueles juros abusivos (TUCA, moradora do Jardim Helian e Coordenadora da Ocupação Copa do Povo, do MTST).¹²⁷

A partir dessa luta, organizaram a ocupação Copa do Povo, com aproximadamente 1.000 famílias, de várias comunidades de Itaquera, como Jardim Helian, Gleba do Pêssego e Jardim Cibebe, e de outros bairros da Zona Leste, como Ermelino Matarazzo e São Miguel Paulista.

Segundo Sérgio, a absoluta maioria dos ocupados foi “expulsa do seu lar – sejam casas ou cômodos – pela especulação imobiliária”. Os dados do Índice FipeZap corroboram essa realidade: desde 2009 o valor do metro quadrado em Itaquera aumentou 165%, denunciando a relação intrínseca entre os megaeventos e a supervalorização dos imóveis (MEKARI, 2014).

Foto 19 – Ocupação Copa do Povo, no Jardim Helian, em Itaquera

Crédito: Danilo Mekari, 12/06/2014.

¹²⁷ Entrevista concedida, em 09 de fevereiro de 2019.

A ocupação ocorreu na madrugada do dia 02 de maio de 2014, em terreno de 155 mil m², pertencente à Incorporadora Viver, abandonado há décadas e ainda classificado como zona rural – o que torna o seu imposto territorial quase irrisório. Provavelmente, trata-se de uma desses vazios urbanos à espera de valorização da área. Está localizado dentro do Bairro do Helian, na divisa com a Gleba do Pêssego. Essa ocupação ganhou visibilidade na mídia, pois denunciava publicamente os grandes gastos com a Copa do Mundo e a falta de moradia para a população mais pobre. A entrevista ao *Correio a Cidadania*, em junho de 2014, de Rodrigo Reis, dirigente da Associação dos Moradores do Helian, revelava a forte especulação imobiliária que vinha crescendo em Itaquera e os novos processos de segregação socioespacial, novamente não seria possível pensar Itaquera e o Jardim Helian, sem compreender os atuais processos de reestruturação da metrópole contemporânea, onde o mercado imobiliário e a financeirização dominam os processos de sua produção.

Nossa comunidade fica a cerca de 4 km do Itaquerão. Acontece que quem pagava R\$ 300, hoje paga 600 de aluguel, com dois cômodos. E aqui na comunidade, devido a todas essas dificuldades, o pessoal enxergou uma oportunidade, através do movimento do MTST, com a ocupação recente (Copa do Povo), na qual participam umas 800 famílias daqui do bairro. O pessoal aproveitou a oportunidade por vê-la como a única alternativa para ter uma moradia, porque financiar imóveis hoje em Itaquera, para o pessoal da classe baixa, é quase impossível. [...] eu conheço várias pessoas que não conseguiram pagar o aluguel e foram pra Itaquaquecetuba, Mauá, ou os bairros mais distantes, como Cidade Tiradentes. Isso porque os aluguéis aumentaram, mas o salário não, e essas pessoas basicamente foram empurradas para mais longe do centro de Itaquera.¹²⁸

¹²⁸ BRITO, Gabriel; JUNIOR, Paulo Silva. Próximo ao Itaquerão, Jardim Helian encara uma Copa sem legado Social. *Correio da Cidadania*. São Paulo, 06 de junho de 2014. Disponível em: <<http://www.correiodacidade.com.br/brasil-nas-ruas/9682-06-06-2014-proximo-ao-itaquero-jardim-helian-encara-uma-copa-sem-legado-social>> Acesso em: 02 de set. De 2019.

Imagem 9 – Cartaz da Associação de Moradores do Jardim Helian, convocando para ato de Apoio à Ocupação Copa do Povo, no Jardim Helian, em Itaquera

A partir dessa ocupação, os dirigentes do MTST e da Associação do Jardim Helian passaram a negociar com a Prefeitura Municipal e a Câmara dos Vereadores – nesse momento vinha acontecendo o debate sobre o Plano Diretor.

A Incorporadora Viver entrou com o pedido de reintegração de posse e as negociações começaram diretamente com o Ministério Público, por tratar-se de interesse coletivo. A disputa pelo terreno colocava de forma evidente o conflito entre a função social da propriedade urbana e a especulação imobiliária.

Na terceira audiência com os representantes de cada parte, chegou-se a um acordo em que os ocupantes deixariam o terreno em até 30 de agosto daquele ano. A Incorporadora receberia pelo terreno R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) para que fossem construídas as moradias populares no terreno.

Para conseguirem o direito à moradia, não bastou a ocupação do terreno, o MTST, com apoio da Associação dos Moradores do jardim Helian, organizou uma ocupação simbólica, que durou 7 dias, em frente à Câmara Municipal de São Paulo, pois o terreno em Itaquera, objeto de reivindicação do Movimento social, estava sendo classificado como zona industrial (ZI), no Novo Plano Diretor e estava dentro da área do Arco Jacu-Pêssego, que previa para parte do território de Itaquera uma zona industrial, o que impedia a construção de moradias.

Portanto, era preciso organizar uma forma de pressionar os parlamentares que votariam o Plano Diretor naquela semana. Foi o que fizeram, usando novamente a tática da pressão direta. Em 30 de junho de 2014, o Movimento conseguiu que a Câmara aprovasse projeto de lei que tratou sobre a regularização da ocupação da Copa do Povo, tonando o terreno uma área de interesse especial.

Foto 20 – Integrantes do MTST comemoram aprovação da lei que regulariza a ocupação Copa do Povo¹²⁹

Crédito: Roney Domingos. G1 – 30/06/2014.

A ocupação durou até 31 de agosto daquele ano, foram três meses de muita organização, ações coletivas, reuniões, discussões com várias parcerias como ONGs, imprensa, coletivos estudantis, de saúde, grafiteiros, Escritório Modelo da PUC-SP, igreja de Itaquera, e com os dirigentes da Associação dos Moradores do Jardim Helian. Em 31 de agosto, ao deixarem a ocupação, a liderança do MTST que coordenou a ocupação organizou a última reunião numa espécie de ritual de despedida. A última reunião foi muito simbólica da

¹²⁹ DOMINGOS, Roney. *Câmara de SP aprova projeto que regulariza o terreno da Copa do Povo*. G1-São Paulo. Disponível em <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/06/camara-de-sp-aprova-projeto-que-regulariza-o-terreno-da-copa-do-povo.html>>. Acesso em: 02 set. 2019.

permanente luta e resistência que esses moradores pobres precisam ter para permanecerem na metrópole, como é possível ver em um relato de trabalho de campo realizado por Magnani (2018, p. 126):

[...] Todos arrumaram lugar para ir? Tem alguém sem destino, ainda? – No G1 ainda está lá o sr. Pedro; no G2: um rapaz, mais Gláucia e as crianças que aguardam carreto para tirar suas coisas; G3: há 7 pessoas sem lugar para ir; G4: 3 pessoas precisam de um lugar provisório; G5: ninguém precisa; G6: um casal; G7: apenas um senhor, sem parentes, que não tem mesmo para onde ir; G8: 4 pessoas. Uma alternativa, provisória, para quem não tem para onde ir são as ocupações Vila Nova e Palestina, está em M’boi Mirim, que tem barracos, mas não dispõe de colchões. “Lembrem, às 10:00, quando começar a marcha, não pode ter mais ninguém” – insistiu Josué. E prosseguiu: “Estamos aqui desde o dia 03 de maio de 2014. Ontem foi a avaliação, sobre o que a gente fez. Hoje, é olhar para a frente, pois a luta não acabou”. Propôs, então, uma vivência (resquício das “místicas” do MST?), entregando aos presentes um conjunto de três folhinhas de papel onde estavam desenhadas três malas. A proposta era escrever nos papeizinhos três sonhos, ou três objetivos, desejos que cada um tem ao sair dessa ocupação. Então os presentes – incluindo eu e Marciano – tratamos de redigir os três desejos. Cada um foi convidado a ler em voz alta o conteúdo de uma das malas, o desejo que considerava mais importante.

Seguiam as instruções:

Imaginem que vamos sair dessa ocupação num pau-de-arara, uma nova viagem.... Temos de caber todos no caminhão, mas os sonhos são grandes, as malas estão pesadas. Vai ser preciso deixar uma das malas para trás.” Então todo mundo teve de descartar um dos desejos... e o papel, com o sonho considerado menos importante, foi colocado no centro da roda. Prossegue: “Entramos com duas malas no pau-de-arara, mas furou o pneu, vamos ter de continuar a viagem a pé.... Mas duas malas é muito pesado, vai ser preciso deixar mais uma...” Mais uma vez todos tiveram de descartar outro sonho. “Contudo, apareceu um bando de cachorro que atacou o grupo e vai ser preciso deixar até mesmo esse último sonho”! Então todos os papeis foram recolhidos e colocados numa caixa de papelão (Relato de campo, J. Guilherme Magnani, 31/08/2014).

Quando terminou a vivência, o coordenador convidou quem quisesse fazer uso da palavra a dar seu depoimento. Sucederam-se as falas, emocionadas. Para Agnes, por exemplo, “aquilo que parece ser uma perda, deixar as malas ou deixar os sonhos, significa seguir com pessoas, e isso é mais importante do que seguir sozinha. Viver coletivamente, começar uma nova luta”. Outros falaram que era “triste ver tudo derrubado, dava uma saudade danada, aqui houve amizade...”. Gente chorando, se abraçando. “Cada ocupação é uma escola”; “O sonho de cada um é o sonho de todos”; “Seguir adiante, permanecer juntos”; “O MTST é uma

família, outras ocupações virão, tudo depende de nós”. E, por fim, a palavra de ordem: “MTST: a luta é pra valer”! (MAGNANI, 2018, p. 126).

Foto 21 – José Guilherme Cantor Magnani – Escrevendo os sonhos. Nesta atividade estava presente um dos dirigentes da Associação dos Moradores do Jardim Helian

Crédito: J. Guilherme Magnani, em 31/08/2018.

A partir das negociações, o MTST conquistou o terreno para construção de um conjunto residencial, para cerca de 2.000 famílias, via Programa Minha Casa Minha Vida, com complementação de subsídios do governo estadual e municipal. Mas essas conquistas fazem parte apenas do início da luta. Até hoje, setembro de 2019, as obras não tiveram início.

Como apontamos, não era apenas com o MTST que os dirigentes da Associação se aproximaram, nossos entrevistados, Rodrigo e Mohamed, relatam o contato com novos atores sociais em luta pelo espaço urbano, como o Movimento Passe Livre (MPL), que se apresenta como “um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente”, formado por “[...] um grupo de pessoas comuns que se juntam há uma década para discutir e lutar por outro

projeto de transporte para a cidade”,¹³⁰ o que deixa evidente que as novas maneiras de pensar o espaço urbano e a luta pelo seu direito passaram a receber influências dessas novas concepções e reafirmar a perspectiva de autonomia da Associação diante das formas tradicionais de representação política. No texto presente no site, onde o MPL se apresenta, diz-se que suas perspectivas estratégicas estão além da luta por reduzir o preço da tarifa de ônibus, eles se propõem a ultrapassar os limites impostos pelo capitalismo e se aproximar de movimentos revolucionários.

O MPL deve ter como perspectiva a mobilização dos jovens e trabalhadores pela expropriação do transporte coletivo, retirando-o da iniciativa privada, sem indenização, colocando-os sob o controle dos trabalhadores e da população. Assim, deve-se construir o MPL com reivindicações que ultrapassem os limites do capitalismo, vindo a se somar a movimentos revolucionários que contestam a ordem vigente. [...] Deve-se participar de espaços que possibilitem a articulação com outros movimentos [...] [...] o MPL deve fomentar a discussão sobre aspectos urbanos como crescimento desordenado das metrópoles, relação cidade e meio ambiente, especulação imobiliária e a relação entre drogas, violência e desigualdade social.¹³¹

O MPL também se tornou, a partir da projeção de junho de 2013, um importante ator político que passou a pautar as novas questões presentes nas grandes metrópoles brasileiras. Colocou-se na pauta a discussão sobre mobilidade e circulação na cidade como um dos principais direitos urbanos. Circular pela cidade não queria dizer apenas o ir e vir, mas também o direito de apropriar-se do urbano, retomar os espaços públicos, ter o direito de acessar transportes de qualidade. Pensar uma “sociedade de catracas”, como o movimento propõe, é pensar a construção de uma outra sociedade, onde o transporte público urbano gratuito e de qualidade, sob o controle público, é apenas um de seus aspectos. Se em tempos de globalização o capital tem circulado de forma cada vez mais livre por todos os territórios, por que as pessoas deveriam ter tantos empecilhos para circular?

¹³⁰ Texto de apresentação do Movimento Passe Livre, MPL, disponível em seu site: <<https://www.mpl.org.br/>>. Acesso em: 02 de set. 2019.

¹³¹ Idem.

Foto 22 – Faixa instalada, pelo MPL, no Vale do Anhangabaú, em 6 de junho de 2013. Ato pela Redução da Tarifa do Transporte Coletivo.¹³²

sem crédito

Esses novos contatos dos novos Diretores da Associação irão agregar, alimentar e reafirmar princípios que já apareciam desde a origem das primeiras lutas no bairro, como: a busca por autonomia política; a ideia de constituírem um poder popular, tão presente nos ensinamentos das lideranças das comunidades eclesiais de base; as estratégias de ocupação dos órgãos públicos, realizadas pelas primeiras mulheres que lutaram por água e luz. Além dessas reivindicações que poderiam ser lidas apenas como demandas por mais políticas públicas, são também expressões de uma vontade política de superar as contradições postas pelo capitalismo.

não podemos nunca contar e muito menos confiar na mediação e intervenção estatal que ao nosso ver, segundo nossa espera e luta que só age para o poder

¹³² Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/A-faixa-instalada-no-Vale-do-Anhangabau-em-06-de-junho-de-2013-traz-uma-das-frases_fig2_304013092>. Acesso em: 13 de set. 2019.

econômico e essa democracia, está longe de nos entregar aquilo que promete com suas muitas leis e ações emanadas, mas a resistência da comunidade abre esperanças e fendas para que pelo menos os planejadores se expliquem e como mesmo numa pedagogia ensina que nós os periféricos subalternos tratemos nossas reivindicações que devem nascer, construção do nosso próprio projeto político com enfrentamentos porque estamos fora do projeto político hegemônico privilegiado.¹³³

Nesse novo momento da Associação, os novos parceiros de luta não foram apenas os movimentos sociais organizados, mas também as universidades, especialmente a UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – Campus Zona Leste, que se localiza na Av. Jacu Pêssego, ao lado do Jardim Helian, e tem mantido com a Associação de moradores um estreito vínculo de parceria, oferecendo cursos de extensão, dos quais que parte de suas lideranças e de seus moradores têm participado; promovido estudos sobre o bairro, além de apoiado e assessorado a Associação em suas demandas junto ao poder público.¹³⁴

No meu ponto de vista é a maior parceria [refere-se à UNIFESP-Campus Zona Leste], por que a gente tem a luta e eles têm os estudos, tem a parte técnica. O que a gente precisa é o embasamento técnico, são profissionais de ponta, são doutores. [...] Assim, o poder público não tem como argumentar contra os pleitos tão embasados.

[...] Vamos avançar como? Quais as estratégias para trazer mais lideranças, formar lideranças, quais as ferramentas que nós temos?

Mesmo nas universidades nós estamos limitados. A gente tem que buscar, a gente tem que colocar nosso povo na Universidade.¹³⁵

Há também a presença e atuação da PUC-SP, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, por meio de seu Escritório Modelo “Dom Paulo Evaristo Arns”, que está representando

¹³³ Texto produzido por Sérgio e Rodrigo, dirigentes da Associação dos Moradores do Jardim Helian e publicado na página do Forum Popular de Saúde.

¹³⁴ Em dezembro de 2014, o Conselho Universitário da UNIFESP aprovou a implantação do Campus Zona Leste, em um terreno de 173 mil m², que pertencia a antiga Fábrica metalúrgica Gazarra, que fora leilado após sua falência, sendo decretado de interesse público, em 2013.

Esse campus da UNIFESP é fruto de um histórico de lutas dos movimentos sociais da Zona Leste, especialmente a partir da década de 1980, que demandou que o governo implantasse na região universidades públicas para atender aos interesses da população local. Esses movimentos sociais desejavam a criação de uma universidade do Trabalhador, inspirada na pedagogia de Paulo Freire. É a partir desse contexto que a UNIFESP-Campus Zona Leste elabora o seu Projeto Político Pedagógico, além de debatê-lo com os movimentos sociais da região. Assume ainda, especialmente influenciada pelas jornadas de junho de 2013, que o tema central norteador dos cursos desse Campus seriam as questões urbanas e o direito a cidades mais justas e democráticas. Assim decide-se que o Instituto das Cidades deveria ser instalado nesse Campus.

O primeiro curso de extensão, realizado no 2º semestre de 2017, sobre Conflitos Urbanos e o Direito à cidade, teve como estudo de caso o Jardim Helian. Nesse curso participaram alguns moradores e dirigentes da Associação dos Moradores do Jardim Helian.

¹³⁵ Rodrigo Reis, em entrevista para autora.

alguns dos moradores do Helian que se encontram em situação de uso irregular de uma parte do bairro, junto ao Ministério Público em uma demanda de regularização fundiária, desde 2014, como relatamos anteriormente.

Também é importante salientar que essas novas lideranças fazem parte de um momento em que novas formas de participação social para discutir o direito à cidade foram conquistadas na Constituição de 1988, pelos movimentos sociais, e regulamentadas, partir do Estatuto das Cidades, em 2001, e com a criação, em 2003, pelo Decreto 4.665, do Ministério das Cidades. Tanto o Estatuto como o Ministério das Cidades tinham a intencionalidade de romper com a lógica em que a população desempenha uma atitude passiva perante o planejamento e a gestão da cidade. Esse novo ambiente jurídico-institucional criou uma série de conselhos participativos como forma de incorporar a participação direta, ao lado da participação representativa, no planejamento e na gestão das cidades.

Ainda que essas novas instituições jurídicas e políticas tenham sido criadas por forte pressão popular, temos assistido a um grande descompasso entre as conquistas que estão na lei e a realidade urbana em que se vive, porque assistimos a uma incorporação dos preceitos das políticas neoliberais aos planejamentos urbanos, assim como nas diretrizes macroeconômicas, mesmo nos governos com orientação mais à esquerda, como os de Luiz Inácio Lula da Silva (de 2003 a 2006, em seu primeiro mandato, e de 2007 a 2011, em seu segundo mandato) e Dilma Rousseff (de 2011 a 2014, em seu primeiro mandato, e de 2015 a 31 de agosto de 2016, quando foi interrompido pelo processo de *impeachment*), ambos do Partido dos Trabalhadores.

As velhas contradições, da metrópole industrial ainda se fazem presentes, à espera de solução, e as novas contradições, postas por esse novo momento de reprodução do capital que passa a ter a Zona Leste como uma de suas novas fronteiras, tem reafirmado os processos de segregação socioespacial. O discurso do desenvolvimento, a partir dos grandes projetos urbanos, tem revelado a cada dia a falácia da sua capacidade de superar as contradições. Os moradores dessa região precisam lidar com as promessas não cumpridas pelos tais projetos para a região de Itaquera, especialmente, os alardeados pela Copa do Mundo, em 2014.

Quando o Brasil se apresentou aos olhos do mundo para o maior evento de sua história, era Itaquera que estava nas câmeras de quase todas as redes de televisão do planeta. Não era difícil prever o que aconteceria depois. A partir

de 2011, ano em que começaram as obras da Arena, os preços dos aluguéis explodiram à medida que a valorização dos imóveis acontecia. O problema é que a renda da população não acompanhou esses números (SALGADO, 2018).¹³⁶

A Associação dos Moradores do Jardim Helian ainda luta por serviços essenciais para seus moradores. Em todos esses anos, o bairro e a região onde está localizado se transformaram junto com a metrópole; novos investimentos públicos e privados estão sendo realizados e trazendo valorização da terra e dos imóveis; o acesso à água, à luz; à coleta de lixo, ao transporte público, aos serviços básicos de saúde, às escolas, entre outros serviços públicos já está presente em grande parte do território, mas continua precário ou insuficiente. Além disso, a população precisa quase sempre continuar lutando para que esses serviços permaneçam em seus territórios. Esses moradores vivem ameaçados de perderem alguns dos serviços públicos que conquistaram com muita luta. Um dos exemplos, diz respeito à mobilidade urbana.

Em 2017, na gestão da Prefeitura de João Dória, do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), a SPtrans (São Paulo Transporte S.A.),¹³⁷ decidiu alterar o itinerário da linha 253-F-10 (Terminal A.E. Carvalho/Terminal São Mateus), o que acarretaria o corte desse serviço para os moradores do jardim Helian e da Gleba do Pêssego, o que obrigaria grande parte dos moradores desses bairros a tomar dois ônibus para chegar ao ponto final da linha. A justificativa do poder público era haver necessidade de uma readequação e otimização do transporte público na região. Mas a mudança traria prejuízo para, em média, 20 mil moradores, já que atingiria o Jardim Helian e a Gleba do Pêssego.

Os dirigentes da Associação do Helian convocaram seus os moradores, juntamente com os da gleba do Pêssego, e representantes do MTST para um ato de protesto em frente ao prédio da Secretaria Municipal de Transportes, a fim de pressionar a Prefeitura para suspender

¹³⁶ SALGADO. Diego. *Teve copa. E o resto?*. Uol Esporte. SP. Disponível em: <https://www.uol/esporte/especiais/itaquera-.htm?fbclid=IwAR2YoqVvTCbV_Z-Ktx6uw9LGotAZs3EM_wiHdEDH3vJpsuKNFR5v5RifjUE#teve-copa-e-o-resto>. Acesso em: 01 set. 2019.

¹³⁷ SPtrans – São Paulo Transportes S.A., pertence à Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes e faz a gestão das empresas privadas e das concessionárias que operam o sistema de transporte coletivo da cidade de São Paulo.

as alterações na Linha 253-F. A SPtrans, depois de conversar com as lideranças, suspendeu as alterações propostas.

[...] por meio de nota, a SPTrans afirmou ter revisto a medida. "O atendimento do transporte na região será reavaliado pela equipe técnica, visando à otimização dos recursos existentes, tanto no Jardim Helian quanto na Gleba do Pêssego", explicou.

A empresa municipal informou ainda que o processo, agora, "será construído em conjunto com a comunidade". Essa era uma das principais reclamações dos passageiros, que criticaram a falta de diálogo da administração.

"Deixamos claro que tinha sido uma decisão de cima para baixo. Mas agora vamos trabalhar juntos. Isso é uma conquista para a comunidade", pontuou Lima.¹³⁸

Foto 23 – Membro da Associação dos Moradores do Jardim Helian, em protesto contra a mudança do itinerário da linha de ônibus 253-F, na Secretaria Municipal de Transportes, na área central da cidade.

Disponível em: <<https://www.mobilidadesp.com.br/2017/08/sptrans-suspende-mudanca-em-linha-de.html>>. Acesso em 02 de set. 2019. Sem crédito.

¹³⁸ SPTrans suspende mudança em linha de Itaquera. Mobilidade SP. Disponível em: <<https://www.mobilidadesp.com.br/2017/08/sptrans-suspende-mudanca-em-linha-de.html>>. Acesso em: 02 set. 2019.

Imagem 10 – Cartaz da Associação dos Moradores do Jardim Helian, convocando os moradores do bairro e da região para lutarem pela permanência do itinerário da linha ônibus 253 F- Terminal São Mateus.

Crédito: imagem cedida pela Associação dos Moradores do Jardim Helian.

Imagem 11 – Cartaz produzido pela Associação dos Moradores do Jardim Helian, para divulgar a luta pela permanência da linha de ônibus 253-F. Interessante notar o posicionamento da Associação dos Moradores do Jardim Helian, reafirmando o poder popular.

Imagem 12 – Cartaz da SP Trans informando a suspensão da alteração da Linha de ônibus 253-F Terminal A.E.Carvalho – Terminal São Mateus.

A paisagem do seu entorno revela as novas marcas do atual processo de urbanização: a presença dos hipermercados, as redes de fast-food, shopping-center, um processo de verticalização que, embora frágil, já traz uma especulação imobiliária; as grandes estruturas viárias; as empresas de *telemarketing/call center*, anunciando novas formas precárias de trabalho.

A Associação dos Moradores tem realizado um conjunto de enfrentamentos recentes para afirmar o direito à cidade. As lutas mais recentes são de toda ordem: continuam tendo que cuidar por conta própria da pavimentação e calçamento de algumas ruas do bairro; ainda lutam para que a UBS tenha sede própria e permaneça no bairro, pela construção da uma rede de coleta de esgoto no bairro, pela regularização dos imóveis da Vila Socó e Califórnia, pela garantia do transporte público.

Ao longo desses últimos anos, os dirigentes da Associação foram consolidando estratégias e práticas de lutas. Identificam suas necessidades, organizam formas de reivindicá-las aos órgãos do poder público competente; realizam diversas maneiras de pressão; denunciam pela imprensa escrita e televisiva; ocupam espaços e órgãos públicos; realizam assembleias de ruas; organizaram uma ouvidoria popular para levantamento de problemas diretamente com os moradores; e, ao conquistarem suas demandas, as celebram de forma coletiva – como se fosse um ritual de reafirmação do poder e da organização popular, além de ser uma maneira de fortalecimento da Associação perante os moradores do bairro, demonstrando que a luta traz conquistas.

Imagem 13 – Convite para os moradores do Jardim Helian participarem da Ouvidoria Popular que a Associação dos Moradores organizou, como uma nova estratégia de participação popular.

Imagem 14 e 15 – Além da Ouvidoria Popular, a Associação passou a promover assembleias nas ruas do bairro, como uma mais uma forma de participação dos moradores no levantamento das demandas do bairro.

**I Assembléia na Rua e Microfone do Povo
RUA GONÇALO BRANDÃO**

10 DE MARÇO - DOMINGO

10h00

RUA GONÇALO BRANDÃO

Foto 24 – Moradores da rua Gonçalo Brandão reunidos com os dirigentes da Associação dos Moradores, em assembleia de rua, em 10/03/2019.

Crédito: autor desconhecido. 10/03/2019.

A seguir, analisaremos como essas estratégias de luta vêm se realizando em significativas demandas dos moradores, por meio de sua Associação.

5.2.3 Luta pelo Direito à Saúde Pública – Construção da UBS

Esta luta sempre foi constante. Desde criança que eu vejo esta luta pela UBS.¹³⁹

A cada participação, a cada interação, fomos levando faixas com o mote: Cadê a Ubs Jd. Helian? Tal faixa parecia nossa segunda pele.¹⁴⁰

Foto 25 – Da esquerda para Direita: Sergio Moreira Lima e Rodrigo Reis, dirigentes da Associação dos Moradores, em luta pela UBS do Jardim Helian.

Crédito: autor desconhecido. 23/03/2013, durante audiência com Secretário Municipal de Saúde, José de Filippi Júnior, Secretário Municipal de Saúde na gestão de Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (2013-2016).

A luta pelo direito a um equipamento de saúde pública que atendesse à população do Jardim Helian se confunde com a história do próprio bairro, desde o início da formação do bairro um grupo de mulheres se organizou para demandar tal serviço público para a Prefeitura.

¹³⁹ TUCA, moradora do bairro e Coordenadora da ocupação da Copa do Povo, do MTST.

¹⁴⁰ Texto produzido por Sérgio e Rodrigo, dirigentes da Associação de Moradores do Jardim Helian, publicado na página do Fórum Popular de Saúde.

A conquista, depois de muita luta, do Posto de Saúde se deu em 1978 e ele era administrado diretamente pela Secretaria Municipal de Saúde, mas em 2002 a sua gestão passou para a APS Santa Marcelina,¹⁴¹ que, a partir de 2006, passa a chamar-se UBS – Unidade Básica de Saúde. O direito a esse serviço público nunca esteve totalmente garantido, pois esse equipamento no bairro se mostrou sempre provisório, embora a Constituição de 1988 garanta, em seus artigos 196 a 200, o direito de todos terem o acesso à saúde e a responsabilidade do Estado em oferecer tal serviço. Como demonstram os artigos abaixo:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade.

Mas os moradores do Jardim Helian, assim como grande parte da população de baixa renda que depende desse tipo de serviço público, estão sempre diante da ausência de tais serviços ou de situações de precariedade no atendimento de suas necessidades. Ora faltam medicamentos para atender a demanda, ora o número de profissionais, como médicos especialistas, enfermeiros, também não é suficiente, ora precisam lidar com a precariedade

¹⁴¹ A entidade Filantrópica Irmãs Marcelinas atua na Zona Leste, desde 1961, oferecendo assistência, ensino e pesquisa na área de saúde. Na década de 1970, criou sua primeira Unidade de Atenção Primária, nas dependências do Hospital Santa Marcelina, para atender parte da população carente da Zona Leste. Com o passar dos anos, a entidade firmou parceria com os governos estadual e municipal para prestar serviços de saúde à população da Zona Leste, especialmente nos bairros de Cidade Tiradentes, Guianases, Vila Formosa, Vila Guilhermina, Itaim Paulista, Ermelino Matarazzo e Itaquera, a partir de convênios e contratos. Desde 2001, grande parte dos contratos que foram feitos com o governo do Estado passou a ser transferida para a Prefeitura de São Paulo. Em 2002, a cidade de São Paulo passou a ter 12 parceiros, entre eles: a entidade Santa Marcelina, a Fundação Zerbini, a Santa Casa de Misericórdia, o Hospital Santa Catarina, o Hospital Albert Einstein, entre outros. Em 2007, os contratos passaram a ser regidos por meio de uma Organização Social (OS), que demonstra a opção dos governos pela terceirização da gestão da saúde.

das instalações desses equipamentos. Os moradores do Helian tiveram que lidar com todas essas dificuldades.

Além disso, até hoje a UBS não está em um imóvel próprio, mas sim em um alugado, outro fator que gera muita instabilidade para os moradores, pois eles já tiveram que lidar com várias ameaças, do poder público, de fechar a UBS ou transferi-la do Jardim Helian para outro bairro, como já mencionamos anteriormente.

Consideramos a luta pela UBS uma das mais representativas do protagonismo da Associação e dos moradores ao longo de décadas. Além do nível de organização que precisam ter diante das várias ações que já realizaram e vêm realizando, como denúncias na TV, na imprensa escrita, ameaças ao poder público, ocupação da Secretaria de Saúde, é uma das que mais traduz na prática a concepção de luta dos moradores, pois eles não têm lutado apenas para ter o equipamento de saúde no território, mas também pelo direito de participar ativamente de sua gestão, o que demonstra uma de suas principais concepções política sobre a participação social – aquela que se refere a um verdadeiro poder popular, em que não está em jogo apenas a conquista de um equipamento público, mas o direito de pensar e atuar na sua gestão junto com os profissionais da área.

Hoje a atual UBS está em um imóvel alugado, localizado na rua Carmem Cardoso Bordini, 184, atende 56.850 moradores do Helian e de outros bairros no entorno, em uma estrutura com 510 metros quadrados construídos, conta com salas de medicação, curativo, inalação, vacina e espaços para grupos educativos e atendimento saúde bucal. A equipe é composta por médicos pediatras, ginecologistas, oftalmologistas, equipe de enfermagem, equipe de Saúde da Família. Todos esses serviços médicos foram frutos do processo de muita reivindicação por parte dos moradores ao poder público, pois a maioria dos moradores do Helian depende do serviço público de saúde.

O diálogo dos moradores com o poder público é de longa data, passando por diferentes gestões públicas. Desde os anos de 1970, as primeiras mulheres moradoras do bairro lutaram para a construção do Posto de Saúde em um dos terrenos do bairro, reservado para esse equipamento público. A construção do posto em terreno próprio nunca aconteceu, embora a promessa do poder público estivesse presente em várias gestões.

Em entrevista com uma das antigas moradoras e da diretoria da Associação, Dona Genilda, em vários momentos de sua narrativa, nos relata a luta pela construção do posto de

saúde. O fato de o Posto de Saúde estar em imóvel alugado pela Prefeitura é sempre um fator de insegurança, pois o não pagamento do aluguel traz à tona a possibilidade de esse equipamento público ser retirado do bairro. “Até hoje, a nossa prioridade continua sendo a construção do Posto de Saúde, enquanto a gente não tiver a sede própria, vai ser um problema”.

Segundo dona Genilda, durante a gestão da prefeita Luiza Erundina, do Partido dos Trabalhadores, no período de 1989 a 1992, um grupo de moradores, juntamente com ela, participou ativamente das discussões do Orçamento Participativo¹⁴² e conseguiu colocar como prioridade para o bairro a construção de uma creche e do Posto de Saúde. As duas necessidades tiveram verba reservada pelo poder público, mas nunca saíram do papel, nas gestões posteriores.

Quando a Luiza Erundina assumiu foi um período muito bom, porque a gente discutia muito as lutas do bairro. Discutia no bairro e levava para um Fórum maior, que seria na Regional. Era o Orçamento Participativo. O primeiro da fila era o Posto de Saúde, a gente não tinha outro horizonte. A gente já tinha água, luz, asfalto. Creche era o segundo. Esse movimento foi muito bom [refere-se ao Orçamento Participativo]. As plenárias eram nas escolas porque juntava todos os bairros de Itaquera, aí a gente ia frisando as prioridades e colocando no papel o que iria fazer. Até saiu, no 2º ano do Orçamento Participativo, a gente teve verba para a construção, mas não saiu. [...] Em alguns bairros saíram algumas coisas. [...] A creche e a UBS não saíram. [...] A creche morreu.¹⁴³

¹⁴² Orçamento Participativo (OP) foi uma inovação democrática, adotada no Brasil a partir da Constituição de 1988, que pretendia implantar uma forma mais democrática de gestão pública, que combinasse a participação popular direta e os mecanismos tradicionais de representação, para discutir e decidir sobre a distribuição dos recursos públicos. No município de São Paulo, a primeira experiência de implantação de um orçamento participativo se deu na gestão de Luiz Erundina, no período de 1989-2002, do PT – Partido dos Trabalhadores. Buscava-se romper com um modelo centralizador e autoritário de definição de políticas públicas, tentando se estabelecer uma ligação direta com a população; também busca-se inverter as prioridades de investimentos dos recursos públicos, direcionando-os para as áreas mais carentes da cidade, ao invés da eterna prioridade dos investimentos do Estado nas áreas historicamente mais atendidas pelo poder público. Com o fim do governo de Luiza Erundina e a vitória de Paulo Maluf, nas eleições de 1992, e de Celso Pitta, em 1996, foram 8 anos em que essa experiência foi abandonada, para só ser retomada em 2001, com o governo de Marta Suplicy, do PT. Para conhecer o processo de implantação e funcionamento do OP no município de São Paulo, durante as gestões petistas citadas, consultar: VITALE, Denise. *Orçamento Participativo na cidade de São Paulo*. Instituto Polis; PUC-SP, 2004 76 p. (Observatório dos Direitos do Cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo, 18). Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/865/865.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

¹⁴³ Depoimento de Dona Genilda, em 09 de fevereiro de 2019.

Nesse percurso de luta, os moradores já conquistaram, nos governos petistas, duas vezes a promessa de construção da UBS no bairro, em terreno próprio, e para isso tiveram duas DUP (Decreto de Utilidade Pública) decretados. Um desses decretos se deu na gestão da prefeita Marta Suplicy, do Partido dos trabalhadores, em 2002, mas caducou em 2007; e o outro na gestão do prefeito Fernando Haddad, em 2014, também do Partido dos Trabalhadores, e que também caducou, em 2019. O que demonstra que, embora se tenha conquistado uma significativa melhoria nos serviços de saúde, ainda se convive com a insegurança de uma possível transferência da UBS do bairro. Vale lembrar que a UBS é o único equipamento público presente no bairro e que durante anos, antes da mudança para o atual imóvel, funcionou numa casinha verde, assobradada, com 200 metros quadrados, com uma equipe reduzida – poucos médicos, com apenas uma equipe de Saúde da Família, pouca acessibilidade.

As informações abaixo, elaboradas a partir de documentos da Associação dos Moradores do Jardim Helian e das entrevistas realizadas com os moradores mais antigos, faz uma síntese dos principais momentos de luta pela UBS no Jardim Helian. Em anexo, há um quadro mais detalhado dos vários momentos de luta pela UBS.

1978 – Construção do primeiro Posto de Saúde, em imóvel alugado.

1986 – Pedido para construção de Unidade Básica de Saúde em terreno doado, de 2.882 m² (ofício para o prefeito Jânio Quadros).

1988 – Proposta do poder público para transferir a UBS para Gleba do Pêssego.

1996 – Prefeitura ameaça fechar a UBS do Jardim Helian.

2001 – Proposta para construção da UBS foi votada como prioridade no Orçamento Participativo. População indicou o terreno. Construção prevista para 2004 (encaminhado ofício para Secretaria Municipal de Saúde).

2002 – O governo Marta Suplicy decreta DUP 42.430, de 24/09/2002, para um imóvel particular de 1.500 metros quadrados, na Rua Yososuki Okawa, lote 150-E. Essa DUP caducou em 2007.

2003 – Novo abaixo assinado dos moradores reivindicando a construção da UBS.

2005 – Transportadora Mendes Cruzeiro, proprietária do terreno a ser doado, assina termo de doação.

2004 a 2007 – Tramita em vários órgãos da Prefeitura a proposta de doação do terreno. Proposta não se concretiza porque seria uma ação de desmembramento do terreno. O proprietário discordou em fazê-la, diante dos altos custos.

2007 – Nova reunião com o Coordenador Regional da Saúde de Itaquera, para tratar da construção da UBS no Jardim Helian.

2009 – O Departamento do Patrimônio da Prefeitura recomenda a desapropriação do terreno, mediante a inviabilidade, pelos altos custos para o desmembramento do terreno.

2010 – O proprietário do terreno comunica à Prefeitura que o terreno não poderá ser utilizado para construção da UBS, pois o mesmo foi vendido para uma Igreja e, em parte dele, seria construída uma avenida.

2010 – A Associação dá entrada em uma Ação Civil na Defensoria Pública para questionar a não construção da UBS no Jardim Helian.

A Prefeitura e a Gestora Santa Marcelina recusaram vários imóveis indicados, alegando que estes não possuíam a metragem mínima necessária.

2012 – A Prefeitura, gestão Gilberto Kassab, recoloca a proposta, que vem desde 1988, de fechar a UBS no Jardim Helian para instalá-la na Gleba do Pêssego. A proposta é recusada por unanimidade em reunião com mais de 500 moradores do Jardim Helian. A recusa se dá em razão das dificuldades de locomoção para os moradores do Jardim Helian até a Gleba do Pêssego. A proposta dos moradores era de não levar a UBS do Helian para a Gleba, mas manter as duas e ampliar os serviços de saúde em cada uma delas.

2012 – A nova diretoria da Associação dos Moradores indica para a Prefeitura vários imóveis, no próprio bairro, para a transferência da UBS.

2012 – Em 15/10, a gestora Santa Marcelina concorda, embora com ressalvas, com a indicação do imóvel indicado pela Associação dos Moradores. O imóvel foi avaliado e precisaria passar por reformas e melhorias para iniciar o atendimento à população.

30/12/2012 – A situação ainda não havia sido resolvida, o imóvel na Rua Carmem Bordini, 399-A, ainda aguardava por reformas e melhorias.

A UBS da Rua Carmem Bordini apresentava algumas deficiências: o imóvel era muito pequeno, não comportava o atendimento necessário, possuía apenas um sanitário, havia falta

de acessibilidade para cadeirantes, não possuía elevadores para acesso aos consultórios e enfrentava falta de medicamentos.

2013 – O vereador Toninho Véspoli encaminha carta dos moradores do Jardim Helian à Secretaria Municipal de Saúde, com a recusa dos moradores do Jardim Helian de aceitar a transferência da UBS para a Gleba do Pêssego.

2014 – A Associação dos Moradores protocola no Ministério da Saúde, em Brasília, ofício com algumas reivindicações para o bairro, entre elas a construção da UBS.

2014 – Reunião da Defensoria Pública com a Associação, que recusa a transferência da UBS para a Rua Adriano Bertozzi, tendo em vista que esse local apresenta problemas com a acessibilidade.

2014 – O prefeito Fernando Haddad declara uma nova DUP, n. 55270, de 03/07/2014, para desapropriação de parte de um terreno ao lado da empresa Vikstar.

2015 – Audiência entre a Prefeitura e a Defensoria para adequação do imóvel para acessibilidade.

2016 – Ocupação da Secretaria Municipal da Saúde, com a reivindicação para construção da UBS no terreno da DUP ou alugar e reformar imóvel.

2016 – 02/05 – A gestora Santa Marcelina aprova projeto de um imóvel para receber a UBS e dá um prazo de cinco meses para adequação do imóvel.

A comunidade questiona o número de consultórios e solicita aumento das equipes de profissionais.

05/09/2016 – Início das obras da nova UBS

2017 – 12/08/2017 – Inauguração popular da nova UBS. Ainda há carência de equipes para ESF (Equipe de Saúde da Família).

2018 – Orçamento liberado em 02/2018 para a reforma do prédio.

30/10/2017 – Novos encaminhamentos à Prefeitura na gestão do prefeito João Dória, solicitando ampliação dos serviços da UBS, alegando que essa unidade atende 15.980 famílias, no total de 56.880 pessoas, ainda há previsão de um aumento de 2.400 famílias, mais ou menos 10.000 pessoas, com a construção das moradias da Copa do Povo.

21/02/2019 – Reunião com Coordenadora Regional de Saúde Leste, onde se entrega um ofício com pedido para reeditar a DUP n. 55270, de 03/07/2014, que venceria em julho de 2019.

Como pode ser analisado pelas informações acima, são 40 anos que a população do Helian espera pela construção da UBS em seu território. Essa espera não acontece de forma passiva, mas, como as nossas entrevistas com moradores e dirigentes da Associação mostram, são 40 anos de um intenso processo de luta para garantir o direito à saúde pública de qualidade, como garante a Constituição Brasileira de 1988.

Depois de muita luta e resistência para que a UBS não fosse transferida, mas sim reformada e ampliada, em 2016, os moradores e dirigentes da Associação conquistaram que ela permanecesse no bairro em um imóvel maior e com mais serviços médicos para a população.

Todo o processo de localizar um imóvel adequado, planejar a reforma para a sua adequação, decidir, inclusive, qual seria a cor da UBS foi feito por um grupo de moradores, juntamente com os funcionários da gestora Santa Marcelina. Segundo os moradores, eles não desejavam apenas a UBS no bairro, mas também têm que tivesse o direito de participar da gestão desse equipamento público. Mesmo diante das melhorias, a UBS ainda se encontra em um imóvel alugado, o que deixa os moradores em estado de incerteza sobre a sua permanência no bairro.

Foto 26 – Imóvel onde seria instalada a futura sede da UBS do Jardim Helian.

Crédito: autor desconhecido. s/data. Estão presentes na fotos vários dirigentes da Associação dos Moradores do Jardim Helian e parte da equipe de funcionários da UBS.

Terminada a reforma, os próprios moradores promoveram uma inauguração popular da UBS. Eles mesmos escolheram a data e organizaram uma festa, fizeram questão de não contar com nenhuma autoridade pública na inauguração. Era um ato para reafirmar o poder popular e que a UBS era uma conquista daqueles moradores, celebrando o que os tem movido ao longo desses anos todos: a luta permanente!

Foto 27 – Inauguração popular da nova sede da UBS do Jardim Helian, em 30 de outubro de 2017.

A festa da inauguração foi preparada pelos próprios moradores, sem a presença de nenhuma autoridade. A intenção foi marcar a força do poder popular dos moradores do Jardim Helian, bem como reafirmar a postura crítica com o poder público municipal.

Crédito: Rodrigo Reis. À direita, Sr. Décio, Presidente da Associação dos Moradores. Sr. Décio é cadeirante e lutou para que a nova sede da UBS tivesse melhores condições de acessibilidade, diferentemente do que acontecia com a antiga sede. Os dirigentes da Associação fizeram um ato simbólico no qual os moradores mais antigos, que sempre lutaram pela conquista de um posto de saúde no bairro, desde a sua formação, foram convidados a cortar a fita inaugural da nova sede.

Foto 28 – Festa de Inauguração da UBS Jardim Helian, em 30 de outubro de 2019.

Crédito: Rodrigo Reis, em 30/10/2017.

Foto 29 – Inauguração da nova sede da UBS do Jardim Helian.

Crédito: Lucas Duarte de Souza/RBA, de 30/10/2017.

5.2.4 A luta pelo saneamento básico

A condição do saneamento básico no Jardim Helian também não se difere da maioria dos bairros periféricos das grandes metrópoles brasileiras. O acesso a água potável já deixou de ser um problema, mas o esgotamento sanitário, compreendendo as etapas de recolhimento e tratamento das águas utilizadas, é hoje um dos principais problemas do bairro.

A nossa Constituição Federal, promulgada em 1988, também reconhece o direito ao saneamento básico, como um direito social, ao reconhecer o direito de todo cidadão à saúde

(art. 196), ou ainda quando reconhece o direito dos cidadãos de viverem em um ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225).

Embora o saneamento básico seja reconhecido como um direito de todo cidadão brasileiro, a situação do Brasil é alarmante, de acordo com o Instituto Trata Brasil: em sua publicação intitulada *Benefícios Econômicos da Expansão do Saneamento Brasileiro*,¹⁴⁴ ocupamos a posição de 112º lugar num ranking de 200 países.

O Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)¹⁴⁵ também nos informa que atualmente 83% dos brasileiros possuem acesso à água tratada, já em relação à coleta e tratamento de esgotos domésticos os dados são desanimadores, pois coletamos 50,3% do esgoto produzido, mas tratamos apenas 42,6% desse total.

O acesso a água tratada e a coleta e tratamento de esgotos também se apresentam de forma muito desigual espacialmente no território brasileiro. Há municípios, como Porto Velho, em Rondônia, em que a taxa de coleta de esgoto é de 3,39%, enquanto no município de Piracicaba, no interior paulista, essa taxa é de 100%. No caso do município de São Paulo, coletamos 96,34% do esgoto, mas tratamos apenas 62% desse total.

O Instituto Trata Brasil divulgou em abril de 2018 o ranking mais atualizado de saneamento no Brasil. Nele, do período de 2015 e 2016, com dados das 100 maiores cidades brasileiras, a cidade de São Paulo se apresenta na 23ª colocação; embora tenha melhorado o tratamento de esgotos em relação ao último ranking elaborado pelo Instituto, pois aumentou o tratamento de 53% para 62%, ainda apresenta uma taxa preocupante para uma cidade com um grande poder econômico.

Além disso, essa realidade se apresenta de forma muito diferenciada pelo território da cidade, pois as áreas mais periféricas apresentam taxas de coleta e de tratamento ainda mais baixas, o que reflete a desigualdade da sociedade brasileira. Essa desigualdade se faz presente não apenas em relação à distribuição de renda, mas também no acesso aos serviços de saneamento básico e de infraestrutura urbana, como já discutimos neste capítulo.

¹⁴⁴ Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/uploads/estudos/expansao/Beneficios-Economicos-do-Saneamento.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

¹⁴⁵ Disponível em: <<http://www.snis.gov.br/diagnostico-agua-e-esgotos/diagnostico-ae-2016>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

O debate sobre a importância do saneamento básico e sobre a forma como esse serviço público deveria ser prestado à população é de longa data, pois podemos dizer que desde a formação das cidades no território brasileiro sempre houve a preocupação em sanear as cidades, por isso já tivemos, em nosso país, diversas formas de realização desse serviço, mas as discussões ganharam intensidade, especialmente nos anos de 1960 e 1970, quando as cidades brasileiras vão assistir a um crescimento intenso e segregado. Entre os vários serviços públicos que o Estado deixaria de cumprir está o saneamento básico.

Em nome de universalizar o atendimento aos serviços de saneamento básico, parte da sociedade brasileira se mobilizou e ajudou a construir a Lei Federal 11.445, de 05 de janeiro de 2007 (Lei do Saneamento), que estabeleceu as diretrizes nacionais para o saneamento básico em nosso país, entendendo-o como:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - saneamento básico: conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

- a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;
- b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;
- c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;
- d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;

Além de definir a concepção de saneamento básico, a lei tem como princípio o reconhecimento da necessidade de se universalizar o acesso a todos os domicílios a esse serviço público. Para que isso ocorra os municípios precisam desenvolver um Plano Municipal de Saneamento Básico, que deve conter os programas e projetos para atingir os objetivos e as metas propostas para universalização desse serviço público. O Plano Municipal de Saneamento Básico de São Paulo (PMSB) foi desenvolvido em 2010 sob a coordenação da Secretaria Municipal de habitação, e tem um planejamento para 20 anos.

Ainda de acordo com a Lei Federal 11.445, de 05 de janeiro de 2007, os entes responsáveis por esses serviços são o federal, o estadual e o municipal.

Vale lembrar que o acesso à água potável de qualidade e com regularidade, bem como o acesso ao saneamento básico, é direito humano que busca garantir a dignidade e a saúde de cada cidadão. Mas, como vimos por essa breve introdução, ainda temos uma grande parcela da sociedade brasileira excluída desse direito, pois a prestação desse serviço tem seguido muito mais a uma lógica de mercado do que a universalização de um direito.

Na metrópole paulistana, com seus quase 20 milhões de habitantes, temos uma população de 2.821.820 moradores que vivem em setores subnormais e em setores precários nos 39 municípios que a compõem, de acordo com dados do CEM – Centro de Estudos da Metrópole.¹⁴⁶

A própria cidade de São Paulo revela dados alarmantes, pois a população que se encontra em área de assentamentos precários¹⁴⁷ é a que apresenta um peso maior do que os demais municípios da área metropolitana, ou seja, estima-se em 1.675.221 o número de paulistanos vivendo em setores de precariedade, o que equivale a 15% de toda a sua população. Sem dúvida, uma parte desses habitantes tem acesso a algum tipo de serviço de infraestrutura e saneamento básico, mas também é grande o número de moradores dessas áreas precárias que não têm acesso aos serviços de saneamento básico.

A empresa responsável pela prestação dos serviços referentes à captação, tratamento e distribuição de água e do esgotamento sanitário, no município de São Paulo é a SABESP – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, criada em 1973, em forma de concessão. Além do município de São Paulo, a SABESP é hoje a responsável pelo fornecimento desses serviços para mais 370 municípios, no Estado de São Paulo. Ela é considerada uma das maiores empresas de saneamento do mundo em população atendida. São

¹⁴⁶ Relatório1. Sistematização de informações relativas à precariedade e ao déficit habitacional e correção de bases de favelas e loteamentos. Dezembro 2016. Disponível em: <<http://web.fflch.usp.br/centrodametropole/upload/arquivos/relatorio1.CEMSehab2016.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

¹⁴⁷ De acordo com o IBGE, assentamentos precários são: assentamentos irregulares ou aglomerados subnormais podem se enquadrar, observados os critérios de padrões de urbanização e/ou de precariedade de serviços públicos essenciais, nas seguintes categorias: invasão, loteamento irregular ou clandestino, áreas invadidas, loteamentos irregulares e clandestinos regularizados em período recente, favelas, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros.

27,9 milhões de pessoas abastecidas com água e 22,8 milhões de pessoas com coleta de esgotos, de acordo com o seu site.

A SABESP é uma companhia aberta de capital misto, cujo maior acionista é o próprio Estado de São Paulo, com 50,3% das ações, e o restante do capital social da empresa está distribuído entre investidores da Bolsa de Valores de São Paulo e da Bolsa de Valores de Nova York, que possuem, respectivamente, 29,9% e 19,8% das ações da companhia.

Há aqui uma discussão a ser feita em relação à realização de um serviço público e garantido, desde a Constituição de 1988, como um direito, a ser realizado por uma empresa de economia mista. Haveria um antagonismo nos interesses dessa prestação de serviços, já que o Estado precisa universalizar a prestação de um serviço público e a empresa prestadora dele precisa aumentar a sua lucratividade. No caso da SABESP, essa questão se coloca ainda mais fortemente, já que sua parte privada precisa atender aos acionistas, que são investidores do mercado financeiro e esperam a obtenção de lucro, expresso na valorização de suas ações ou nos dividendos distribuídos pela companhia.

A forma de controle institucional da SABESP é capaz de equilibrar os interesses privados de seus acionistas e os interesses públicos? Lembrando que a própria SABESP foi criada para atender aos interesses públicos, se ela tem a sua existência justificada para a prestação de um serviço público essencial, como o fornecimento de água e a coleta e tratamento de esgoto, não seria justificável que operasse sob a lógica do lucro, tendo em vista que nem sequer esses serviços foram universalizados para a população dos municípios onde atua, como é o caso de São Paulo, que tem apenas 62% do seu esgoto tratado. O dinheiro arrecadado com esses serviços deveria, ao menos teoricamente, ser reinvestido na sua prestação e ampliação.

[...] a presença do Estado na organização dos setores em rede torna-se essencial para o desenvolvimento de estratégias de reprodução social, com seus respectivos efeitos redistributivos. Entretanto se, de um lado, a presença estatal é um pressuposto, de outro, ela não é uma condição suficiente, ou uma garantia, para conferir o caráter redistributivo destas atividades. Ou seja, mesmo que as atividades de infraestrutura sejam oferecidas pelo Estado, se foram submetidas a um recorte rentabilista, inserindo zonas de acumulação onde antes exista um foco de distribuição social, verificar-se-á

um processo de mercantilização” (CARVALHO, 2010, p. 45 apud LANCIERI, 2011, p. 19).¹⁴⁸

A gestão corporativa da SABESP vem garantindo aos seus investidores lucros significativos, como diz a reportagem, ”Sabesp: lucro líquido atinge R\$ 1,507 bi no 4º tri, alta de 146% em 1 ano”.¹⁴⁹

Alguns anos antes, em 2014, a crise hídrica em São Paulo colocou a SABESP e o governo do Estado de São Paulo, sob a gestão de Geraldo Alckmin do PSDB, em evidência, diante da seguinte questão: como a SABESP, uma empresa com tanta rentabilidade no mercado e com investimentos bilionários em saneamento básico, deixou que chegássemos a uma crise hídrica tão acentuada? A resposta parecia estar em saber onde estavam sendo feito os tais investimentos. De acordo com a avaliação de Ricardo de Sousa Moretti, professor da pós-graduação em Planejamento de Gestão de Territórios da Universidade Federal do ABC, em entrevista ao Jornal GGN, em 05 de maio de 2014, a resposta era

‘O lucro da SABESP indica que ela poderia ter feito um investimento muito maior em saneamento básico’.

Segundo Moretti, a Sabesp desenvolveu uma política voltada para lucros obtidos com a construção de grandes obras, como estações de tratamento – hoje, são mais de 214 espalhadas pelo Estado – ‘mas esqueceu que para funcionar, é preciso ter um sistema capilar eficiente, que leve água [da estação de tratamento] até em casa do cliente a partir do sistema arterial, que são as redes coletoras. Essa parte arterial não foi feita. Temos estações prontas, mas o esgoto não chega nelas. Ou seja, a Sabesp criou uma política insana, de grandes obras de engenharias, e não de gestão de águas’, criticou.¹⁵⁰

O Jardim Helian e vários outros bairros da periferia Leste da metrópole de São Paulo vivem o lado negativo dessa alta rentabilidade; os moradores têm acesso a água tratada, mas a coleta do esgoto demonstra a falta de investimento, a precariedade e a insuficiência desse serviço básico.

¹⁴⁸ LANCIERI, Maria Filipo. *Modelos Organizacionais e normatividade Institucional: estudo de caso da SABESP*. (TCC). Fundação Getúlio Vargas – Escola de Direito de São Paulo. São Paulo, 2011. p. 19.

¹⁴⁹ FUCUCHIMA, Letícia. *Sabesp: lucro líquido atinge R\$ 1,507 bi no 4º. Trim, alta de 146% em 1 ano*. Economia Uol. São Paulo, 29 de mar de 2019. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2019/03/29/sabesp-lucro-liquido-atinge-r-1507-bi-no-4-trimestre-alta-de-146-em-1-ano.htm>>. Acesso em: 10 set. 2019.

¹⁵⁰ ALVES, Cintia. Sabesp distribui até 60% dos lucros aos acionistas durante governo Alckmin. *GGN O Jornal de Todos os Brasis*. São Paulo, 05 de maio 2014. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/gestao/sabesp-distribui-ate-60-dos-lucros-aos-acionistas-durante-governo-alcckmin/>>. Acesso em 16 set. de 2019.

Os moradores convivem com esgoto a céu aberto; esgotos canalizados diretamente para o Rio Tone; recebimento de água potável de maneira precária. Juntem-se a esse quadro as precárias condições de vida de parte dos moradores que precisam ocupar as margens do rio Tone, comprometendo a drenagem no bairro e a qualidade de sua água.

Foto 30 – Casa-Ponte construída sobre o Rio Tone.

Foto: Danilo Morceli, 02/09/2017

Casa-Ponte. Casas construídas sobre Rio Tone. Os canos azuis levam água tratada para as residências. Em período de chuvas, com a elevação do nível das águas do Tone, estes canos ficam em contato com a água do rio, o que gera um grande risco de contaminação da água.

Foto 31 – Casas construídas na margem do Rio Tone.

Foto: Danilo Morceli, 02/09/2017

Casas construídas nas margens do Córrego Tone. O esgoto e o lixo residencial são despejados diretamente no Córrego, o que pode ser visto pela presença dos canos brancos.

Foto 32 – Casas construídas acima e à margem do Rio tone.

Foto: Luciana, em 02/09/2017

Os moradores do Jardim Helian já viviam essa realidade praticamente desde a sua formação, pois grande parte da rede de esgoto do bairro foi construída por eles mesmos. A rede coletora de esgoto construída pela Sabesp é incompleta e a própria empresa direciona o esgoto coletado para o Córrego Tone, ou seja, a empresa que deveria coletar e tratar o esgoto é uma das responsáveis pela contaminação da água dos rios, não apenas no Bairro do Helian, mas em grande parte da periferia da Zona Leste. A situação parece ainda mais contraditória quando sabemos que a poucos quilômetros do Helian se encontra a Estação de Tratamento de Esgotos em São Miguel Paulista, implantada desde 1998.

A consciência de que o saneamento básico é um direito garantido pela Constituição de 1988 foi reforçada a partir do momento em que parte dos dirigentes da Associação participou do curso *Conflitos Urbanos e Direito à Cidade*, primeiro curso de extensão do Instituto das Cidades, do Campus da Zona Leste da UNIFESP, realizado ao longo do segundo semestre de 2017.¹⁵¹ Um dos diretores da Associação, Mohamed, participou do Grupo de Trabalho formado para discutir as questões ligadas ao saneamento básico no Jardim Helian. Hoje, ele tem sido um dos principais interlocutores da Associação junto aos órgãos responsáveis pela rede de esgoto da região – Sabesp e Prefeitura – na tentativa de resolver o problema do saneamento no território.

O trabalho de campo promovido pelo curso, as discussões com os componentes do grupo de trabalho, a sistematização das informações coletadas levaram os dirigentes da Associação a ter mais clareza sobre os problemas decorrentes da precariedade do saneamento do bairro, identificando que havia um conflito de interesses entre o direito ao saneamento básico, que deveria ser garantido Estado, por meio da SABESP e da Prefeitura do Município de São Paulo, e a forma como este serviço público vinha sendo prestado.

¹⁵¹ O Curso de extensão *Conflitos urbanos e direito à cidade*, promovido pelo Instituto das Cidades, da UNIFESP, aconteceu quinzenalmente aos sábados, no período de agosto a início de dezembro de 2017, e teve como proposta metodológica encontros presenciais no campus da UNIFESP, Zona Leste, e trabalhos de campo. Um dos trabalhos de campo aconteceu no Jardim Helian. O bairro serviu como estudo de caso para a análise sobre a ocupação e a produção social do território e, a partir dessa análise, identificar e discutir os conflitos urbanos ali presentes e as possíveis propostas de encaminhamentos para o seu enfrentamento.

Antes da realização do curso, em 2017, a Associação já atuava com os moradores, pois em vários momentos tiveram que lidar com o transbordamento do esgoto em algumas ruas do bairro, como aconteceu várias vezes na Rua Edmundo Abreu. Ao ser acionada pela Associação, a Sabesp desobstruía o esgoto, que logo voltava a transbordar novamente. Isso aconteceu por muitas vezes, até que Associação, por meio de um ofício, acionou a Ouvidoria da Sabesp, o que resultou em uma visita técnica, na qual os técnicos passaram a acompanhar mais de perto os problemas de saneamento no território. O que resultou desta visita foi a implantação da tarifa social¹⁵² para aquelas famílias que se enquadravam no perfil apto a recebê-la.

Imagem 16 – Convocação da população do Jardim Helian para discutir os problemas de saneamento básico do bairro para encaminhamentos com a Sabesp.

¹⁵² De acordo com a Sabesp, a tarifa social pode ser solicitada por clientes cadastrados na categoria residencial, com apenas uma unidade consumidora, que estejam em dia com o pagamento de suas contas de água/esgoto e se enquadrarem em um dos critérios abaixo: renda mensal de até 03 salários mínimos, que morem em casas sub-normais (de madeira ou alvenaria, rústica) com área útil construída de até 60m² e ser consumidor monofásico de energia elétrica com consumo de até 170KW/mês; ou que morem em residências coletivas de baixa renda (cortiços e assemelhados); ou desempregados cujo último salário tenha sido no máximo de 03 salários mínimos. O cadastramento na Tarifa Social terá validade por um período de 24 meses, devendo o cliente, após este período, comprovar sua situação.

A partir do curso na UNIFESP, e da parceria entre alguns professores com os dirigentes da Associação, os encaminhamentos com a Sabesp passaram a acontecer diretamente com a Superintendência da Empresa, pois há um reconhecimento de que a questão a ser tratada juntamente a este órgão e à Prefeitura de São Paulo não é apenas a da tarifa social, mas o que se tornou evidente era que o problema é estrutural, pois a questão é como resolver a rede de captação e afastamento do esgoto produzido no bairro, ligando-o a um tronco coletor – que ainda não está construído, na Avenida Jacu-Pêssego –que leve o esgoto até a estação de tratamento em São Miguel Paulista. Além da construção do coletor tronco, ainda mais sensível é a questão das moradias construídas à margem do Corrégo Tone. Como buscar uma solução para o esgotamento sanitário do bairro, a recuperação do rio, sem que se desloquem as famílias do bairro? Esse tem sido um dos desafios que os moradores e os dirigentes da Associação precisam debater entre eles e a Sabesp e a Prefeitura.

Ao se depararem com a inexistência de uma rede completa de captação do esgoto no bairro e, a partir das primeiras reuniões com as equipes técnicas da Sabesp, se passou a ter consciência que o problema não atingia apenas o território do Helian, mas também afetava grande parte dos bairros localizados no seu entorno. Os dirigentes da Associação de Moradores do Jardim Helian estão buscando juntar força com as lideranças dos demais bairros para pensarem as possíveis soluções para o problema do saneamento da região, procurando elaborar um plano regional popular de saneamento.

Durante o período em que acompanhamos a atuação da Associação dos Moradores do Jardim Helian, entre 2017 e 2019, percebemos que a história de luta desse lugar tem sido um dos elementos constitutivos da identidade daqueles moradores. A luta não está acontecendo apenas pelas contradições trazidas por esse novo momento da Zona Leste, desde a proposição da Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacu, proposta em 2002. Como dissemos anteriormente, o bairro se formou e se consolidou a partir de um processo de luta dos seus moradores, desde os anos de 1970. Se está em curso uma atualização das funções que a Zona Leste desempenha na totalidade da metrópole, há também uma renovação das formas de luta de seus moradores.

O que nos pareceu, ao longo da pesquisa, é que as novas lideranças têm recebido influência de outras formas de conscientização política sobre a luta pelo direito à cidade.

Parece haver uma reelaboração de todas as pequenas aberturas que foram conquistadas ao longo desses últimos anos, por exemplo, com o Estatuto da Cidade, que propõe uma participação mais democrática na gestão das cidades, a partir dos Conselhos Participativos que foram sendo criados e que, nos governos mais democráticos, proporcionaram alguns fóruns de discussão. Essas oportunidades ainda são pequenas, mas promoveram uma maior conscientização sobre a possibilidade de uma gestão mais democrática da cidade.

Todas essas lutas escancaram as intensas contradições da metrópole contemporânea que não são resolvidas simplesmente com projetos urbanísticos, ao contrário disso, essas lutas revelam tratar-se de uma sociedade baseada na propriedade privada e na lógica da produção do valor e, que, portanto, o processo de segregação socioespacial, contra o qual estão lutando desde a formação do bairro é inerente à produção do espaço sob esta lógica.

Há um desejo muito maior do que simplesmente conquistar alguns direitos via políticas públicas, deseja-se realmente decidir os rumos da vida que se quer viver no bairro. Quando os moradores reafirmam a importância do poder popular demonstram que as decisões sobre os rumos do bairro e da cidade devem partir de quem os vive, e não de uma tecnocracia comprometida com um conhecimento operatório para reprodução do capital.

Foto 33: Rodrigo Reis e Fernando Mohamed, dirigentes da Associação dos Moradores do Jardim Helian

CRÉDITO: CACO DE PAULA/AUÁ BRASIL.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade é obra, a ser associada mais com a obra de arte do que com o simples produto material. Se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos. A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas (LEFEBVRE, [1969] 2001, p. 46-47).

A trajetória que realizamos nesta tese buscou compreender a produção do espaço urbano contemporâneo. Como afirmamos em nossas considerações teóricas, o espaço é um produto social, portanto é histórico e carrega em sua constituição a indissociabilidade da relação tempo e espaço. Nosso objeto de estudo tem sido há alguns anos a metrópole paulistana neste atual momento de reprodução do capital. As grandes cidades são reveladoras das formas mais modernas das relações sociais e da maneira como sociedade e espaço estão imbricados.

As sociedades contemporâneas têm produzido um espaço a cada dia mais mercantilizado, instrumentalizado e globalizado para atender à lógica da reprodução do valor, seja enquanto mercadoria, seja enquanto meio e condição de reprodução social.

A nossa intenção foi compreender como a metrópole paulistana está se reproduzindo neste atual momento de acumulação capitalista, a partir de novos paradigmas pós crise do fordismo e keynesianismo, que foram as bases técnicas, normativas e ideológicas para a produção da sociedade, em seu mais amplo aspecto, no período pós Segunda Guerra Mundial até por volta dos anos de 1970, quando um novo ciclo de acumulação de capital passou a reestruturar não apenas a sua base técnica de reprodução, mas as relações de trabalho, as relações com a natureza e as relações sociais de uma maneira geral – tendo como força hegemônica o setor financeiro e imobiliário na condução da direção e do sentido do devir. Se afirmamos que há uma indissociabilidade entre tempo e espaço, não seria de se esperar que o espaço não incorporasse e ajudasse a produzir e reproduzir essas novas relações sociais.

Nesse sentido, procurar compreender a metrópole paulistana, neste momento, significa compreender a relação entre a sociedade e seu espaço. Ainda sobre a concepção teórica que orientou esta tese, vale destacar a importância que a noção de produção do espaço teve para orientar a interpretação da metrópole. Seguimos o que Lefebvre, em sua leitura de Marx para

pensar o urbano, nos iluminou, afirmando que o espaço não é uma produção qualquer. É uma produção disputada por diversos agentes sociais com seus mais variados interesses e estratégias de ação. E, em uma sociedade capitalista, os agentes do capital procuram produzir uma cidade que atenda aos interesses da lógica de produção de valor acima da lógica do uso. Mas essa produção não se dá sem revelar grandes contradições e seus aspectos negativos.

A cidade representa a maior possibilidade de emancipação humana, pois traz as condições materiais e sociais que poderiam gerar liberdade e superação das carências, mas, sob o comando do capital, têm se transformado em fonte de exploração, opressão e dominação. Portanto, na cidade temos a potência para emancipação humana, mas a contradição gerada pela irracionalidade da produção do valor tem produzido alienação, tensões e conflitos.

As tensões e contradições podem gerar movimentos de transformações comprometidas com projetos que proponham novas formas de viver a cidade. Como apreender esses movimentos de transformações é um dos desafios teóricos. Ler e compreender a sociedade, a partir do que se move e do que se transforma perscrutando para onde apontam os seus possíveis e para aquilo que ainda não se realizou.

Ao analisar a metrópole em seu movimento de transformação contemporânea, buscamos entender também a sua negatividade, porque é a partir dela que teremos elementos para pensar na superação necessária das formas atuais do Estado, da racionalização econômica, das abstrações sobre a produção do espaço que não reconhece o seu conteúdo afetivo, de pertencimento e de condição para realização da vida.

Uma das características da metrópole é a sua complexidade social e espacial. Os espaços são diferenciados, revelando a divisão do trabalho, os processos de segregação socioespacial e a incorporação de técnica e ciência no território. Cada fragmento da metrópole tem sido mobilizado para responder de forma diferenciada a esses novos interesses de reprodução do capital, por isso em nossa pesquisa privilegiamos compreender o papel que a Zona Leste está sendo chamada a cumprir nesse novo cenário, a partir dos planos e concepções do Estado e do capital privado, mas também de seu moradores – especialmente aqueles que são vistos apenas como força produtiva e mercadoria a ser consumida na produção do valor.

A organização do texto da tese se apresenta em alguns capítulos, nos quais se buscou examinar com um pouco mais de atenção os elementos que compõem a totalidade para a compreensão da metrópole e da Zona Leste neste período.

Procuramos compreender como os novos paradigmas de produção do capital, pós-fordistas, chegam ao Brasil, nos anos de 1980 e reorganizam a produção econômica brasileira, especialmente a sua base industrial instalada em São Paulo e no interior paulista, provocando, dessa forma, uma reestruturação produtiva e espacial da metrópole e do seu território como um todo. Pudemos verificar como a metrópole vem perdendo indústrias para o interior paulista, mas mesmo assim vem se mantendo como um centro de gestão e administração do capital, não apenas da metrópole e da macrometrópole, mas em todo território nacional. Nesse processo, uma grande área urbanizada – tendo a metrópole de São Paulo como sua centralidade – vem consolidando uma cidade-região. Nesse sentido, o processo de urbanização ganha novos conteúdos e se metamorfoseia em processo de metropolização produzindo uma aglomeração difusa que articula diversas cidades em uma mesma lógica.

A própria metrópole de São Paulo já não é mais a metrópole compacta e industrializada – forma e conteúdo que predominaram entre o final do século XIX e meados do século XX. A metrópole do século XXI vem se reestruturando e tornando-se fragmentada e mais espraiada, mas sob a integração do processo de reprodução do capital. Discutimos ao longo dos primeiros capítulos da tese como esta metrópole revela o processo de concentração e centralização do capital. A concentração é um processo essencial para a reprodução do capital, pois mantém sob um mesmo território uma grande quantidade de capital, mão-de-obra, riquezas e mercado consumidor; e, por outro lado, centralização diz sobre a gestão e o controle do capital, que se realizam por meio dos vários serviços voltados às empresas.

Discutimos, ainda, como essa reestruturação produtiva tem gerado significativas transformações no mercado de trabalho, nas formas espaciais e na forma de atuação do Estado – que tem se tornado cada vez mais articulado aos interesses do capital privado, no que diz respeito à produção econômica e à produção do espaço. Nesse sentido, o planejamento urbano, que sempre teve um papel de mediador na relação entre reprodução do capital e produção do espaço, vem assumindo cada vez mais um papel de ordenação do território para os novos tempos do capital globalizado.

Esse processo de reestruturação produtiva e espacial tem acirrado as contradições, inerentes ao processo de produção de valor, pois nestes novos tempos as cidades – e a metrópole de São Paulo – têm vivido projetos de revitalização de várias áreas, algumas delas antigas áreas industriais, expansão da urbanização, valorização de áreas periféricas, adensamentos e verticalizações, remoção de populações de baixa renda de lugares que se valorizam, entre outros. Esses processos revelam a sua negatividade: desempregados, crises, movimentos sociais que expressam o outro lado dessa irracionalidade, denunciando a todo instante a necessidade da mudança. A Zona Leste, desde a sua formação, nos parece revelar parte deste *Outro* do capital; lugar das carências, da precariedade, do trabalhador expropriado e espoliado, mas que tem se organizado para se colocar como sujeito da história.

Na produção da Zona Leste, especialmente nos anos de 1970 – muito diferentemente do que o discurso produz sobre a ausência do Estado, ele está lá. Resta saber de que modo ele atua. O Estado procurou organizá-la, torná-la espaço da classe trabalhadora, dominada e ordenada nos grandes conjuntos habitacionais e com o mínimo de infraestrutura para ir e vir na metrópole industrial. Agora também está sendo chamada a se atualizar e se modernizar segundo os preceitos e interesses do capital. Para entender essas intencionalidades, procuramos compreender a trajetória da Operação Urbana Rio Verde-Jacu, que prometia criar trabalho e renda para os moradores desse território. Esse foi o discurso para legitimá-la, mas o que verificamos foi que o Estado procurou abrir ali uma nova fronteira para investimentos do capital, seja o produtivo ou o imobiliário. O setor imobiliário ainda não se interessou por essa área, como se esperava. Ele ainda está em compasso de espera dos grandes investimentos do Estado na região. Não há novidade nessa ação. O Estado se faz presente, investe no território o dinheiro público, cria infraestrutura para a reprodução do capital e depois assegura a expulsão dos mais pobres do lugar. A velha máquina da segregação continua azeitada e atualizada.

As propostas de intervenção presentes na Operação Urbana Rio Verde-Jacu não foram concretizadas em sua totalidade, em parte pela falta de interesse do setor imobiliário, mas por outro lado, permaneceu a concepção de que a região deveria manter um espaço destinado à produção industrial. Aliás em Itaquera – a nova centralidade periférica que vem sendo construída pelo Estado – já existe um Polo Industrial, desde a década de 1970. Mas agora não se trata apenas de manter um espaço para as indústrias, o que se espera é uma renovação da forma de produzir – articulada ao conhecimento científico e tecnológico para inovar. Palavra

de ordem dos novos tempos do capital: inovar para competir e invadir o mundo com novas mercadorias.

Assim, o Estado, por meio de seu planejamento urbano, apresentou, desde 2002, uma proposta para a Zona Leste que a incorporaria ao novo momento de reprodução do capital. Para isso, uma nova produção daquele espaço precisaria se realizar para abrigar o novo no que diz respeito à produção industrial: indústrias, universidades e serviços se articulando neste novo momento. Uma das propostas é fazer a transição de um Polo Industrial – marca da metrópole em sua fase industrial – para um Polo Tecnológico e, em seguida, para um Polo Dinamizador – segundo a proposta, combinação perfeita entre produção de conhecimento, produção de mercadorias, produção de serviços. Uma nova “sinergia” para os tempos contemporâneos. Articulação tão desejada, para os produtores de capital, entre a produção de conhecimento articulada de forma mais direta à produção de mercadorias.

Mas e os moradores da região? No discurso governamental, que procura legitimar as ações, todos seriam incorporados ao novo tempo da metrópole e da sua Zona Leste. Todos serão treinados para os novos postos de trabalho; todos terão lugar nos edifícios dos novos condomínios e nas praças dos parques lineares. As novas formas urbanas incorporariam a todos. Mas, ali, exatamente naquele território periférico, alguns sujeitos parecem revelar a impossibilidade do urbano, apontando para a negatividade da produção da vida sob o comando do capital – que não será alterada se permanecer seguindo a lógica da propriedade privada e da geração de valor. Esses sujeitos insurgentes nos lembram que o conhecimento ou a técnica não resolvem problemas sociais se estiverem apenas trabalhando a favor da reprodução do capital e não a favor da reprodução da vida.

As tensões e os conflitos presentes na produção desse fragmento da metrópole – a Zona Leste – revelam como a segregação urbana é um conteúdo intrínseco à constituição do espaço urbano na sociedade capitalista, fundamentado na propriedade privada e na lógica de reprodução do valor.

Como apontamos nesta tese, o que se produz hoje na Zona Leste é um espaço voltado para a circulação do capital, por meio da Av. Jacu Pêssego/Nova Trabalhadores, que o articula ao interior paulista, às principais rodovias que ligam São Paulo ao sul de Minas, ao Rio de Janeiro, à região do ABC, ao Aeroporto de Guarulhos e ao Porto de Santos, favorecendo o processo de metropolização do espaço, rompendo a forma compacta da

metrópole industrial e constituindo uma nova forma de aglomeração que é dispersa e fragmentada, embora centralizada pelos comandos da cidade central dessa grande mancha urbanizada, pois é na cidade central que se localizam as sedes das grandes empresas.

Embora a análise da metrópole contemporânea implique conhecer as diferentes escalas que se implicam na produção do espaço, pois os processos sociais estão cada vez mais articulados globalmente, é na escala local que podemos perceber as contradições desse processo, assim compreender a atuação da Associação dos Moradores do Jardim Helian nos revelou como os processos de segregação socioespacial são resultado, mas também condição, de reprodução do capital.

A trajetória da Associação dos Moradores do Jardim Helian nos revelou que as lutas dos moradores daquele bairro, para garantir ou conquistar melhores condições de vida, são lutas populares e comunitárias para se contrapor à lógica do valor. E que, portanto, compreender esse processo de luta é fundamental para pensarmos os limites que o modelo de urbanização, concebido e planejado pelo Estado para aquela região, encontra, não sendo capaz de resolver as questões postas pelos processos de segregação.

Os conflitos revelados pelos moradores do Jardim Helian, em suas várias temporalidades, mostram-se ser de classe, pois revelam as diferentes maneira de apropriação da riqueza produzida socialmente – expressa em forma de remuneração pelo trabalho ou pelo direito à cidade.

A organização dos moradores do Jardim Helian acena como uma possibilidade de enfrentamento de uma sociedade organizada para atender à reprodução do capital. Essas lutas e enfrentamentos que começam pelo reconhecimento do direito à cidade e das injustiças sociais, mesmo que num primeiro momento ainda se façam por demandas de políticas públicas, elas abrem possibilidades para o questionamento sobre qual sociedade desejamos construir e quais sujeitos desejamos ser. Portanto, na compreensão da metrópole contemporânea é fundamental que olhemos para as negatividades que estão postas. A potência de transformação social está no negativo. É na tentativa de superação desse negativo que se encontra a possibilidade da emancipação da sujeição imposta pelo Estado e pelo capital.

REFERÊNCIAS

ABDAL, Alexandre. Desenvolvimento regional no Brasil contemporâneo. *Novos Estudos*. CEPBRAP, São Paulo, v. 36, 2 jul. 2017.

APARICIO, C. A. P.; BESSA, V. de C.; GASPAR, C. R.. A metrópole de São Paulo: desenvolvimento econômico recente e configuração interna. In: BÓGUS, L. M. M.; PARTENAK, S. *Metrópoles: território, coesão social e governança democrática*. Observatório das Metrópoles. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

_____; KALEMKARIAN, M. Onde a indústria se fortalece no Estado de São Paulo. *Primeira Análise*, São Paulo, Fundação Seade, n. 1, p. 4, abr. 2013.

ARANTES, P. F.; SANTOS, W. R. *Instituto das Cidades: uma construção conjunta da Unifesp e dos movimentos sociais da Zona Leste de São Paulo*. XVII ENANPUR. São Paulo, 2017.

ARRIGHI, G. *O longo Século XX. Dinheiro, poder e as origens de nosso Tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

AZEVEDO, Aroldo E. *Subúrbios Orientais de São Paulo*. 1945. Tese (Concurso à Cadeira de Geografia do Brasil) - FFCL, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1945.

AZZONI, Carlos Roberto. Indústria e reversão da polarização no Brasil. São Paulo: IPE-USP, 1986. *Ensaio Econômico*, n. 58, 1986, p. 125-126 apud NEGRI, B. *Concentração e desconcentração Industrial em São Paulo (1880-1990)*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

BARROS, M. *Operação Urbana Consorciada Vila Sônia: conflitos socioespaciais na reprodução da metrópole*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Departamento de Geografia. São Paulo, 2013. 332 f.

BONDUKI, N. Crise de habitação e Luta pela moradia no pós-guerra. In: KOWARICK, L. (Org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. Depoimento. Periferia Revisitada. *Revista Espaço & Debates*, São Paulo, ano XVII, n. 42, p. 92-99 [Entrevista].

_____; KOWARICK, L. Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização. In: KOWARICK, L. (Org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BRENNER, Neil. *Espaços da Urbanização. O urbano a partir da teoria crítica*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles. 2018.

BRITO, G.; SILVA JUNIOR, P. Próximo ao Itaquerão, Jardim Helian encara uma Copa sem legado Social. *Correio da Cidadania*. São Paulo, 06 de junho de 2014. Disponível: em <<http://www.correiocidadania.com.br/brasil-nas-ruas/9682-06-06-2014-proximo-ao-itaquero-jardim-helian-encara-uma-copa-sem-legado-social>>. Acesso em: 02 set. 2019.

CALDEIRA, T. P. do R. *A Política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CALDEIRA, T.P. do R. *Cidade de Muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34. 2000.

CAMARGO, C. P. F. de et al. 13. ed. *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo: Loyola, 1976.

CARLOS, A. F. A. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. A privação do urbano e o “direito à cidade” em Henri Lefebvre. In: CARLOS, A. F. A.; ALVES, G.; PADUA, R. F. (Orgs.). *Justiça Espacial e o direito à cidade*. São Paulo: Contexto, 2017.

_____. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto. 2001.

CHENAIS, F. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 11, n. 1 (18), p. 1-44, jan./jun. 2002.

_____. (Org.). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. (Org.). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998.

DAMIANI, A. *A Geografia na modernização do mundo*. V Encontro Estadual de Geografia de Minas Gerais, realizado pela AGB/BH, em 2005.

_____. *A cidade (des)ordenada. Concepção e cotidiano do Conjunto Habitacional Itaquera I*. 1993. 358 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEÁK, C. O.; FREITAS, C. A. de O. *A periferia como fronteira de expansão do capital: Exemplos da presença do Estado e do Mercado em Itaquera*. FAU – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. s/d. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/docentes/deprojeto/c_deak/AUP840/6t-alun/2016/m1/freitas-carolina-periferia.pdf>. Acesso em: 13 out. 2019.

DELI, F. *Da Fazenda Caguaçu à Área de Proteção Ambiental: a APA do Carmo no cerne da Zona Leste paulistana*. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. 159 f.

DIAS, J. M. P.; SERRAO, R. S. A Metrópole de São Paulo na transição econômica: estrutura produtiva e mercado de trabalho. In: BÓGUS, L. M. M.; PARTENAK, S. *Metrópoles: território, coesão social e governança democrática*. Observatório das Metrópoles. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil, nem desconcentração nem contínua polarização. Belo Horizonte, outubro de 1991. Mimeo. p. 1-53 apud NEGRI, B. *Concentração e desconcentração Industrial em São Paulo (1880-1990)*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

DOMINGOS, R. *Câmara de SP aprova projeto que regulariza o terreno da Copa do Povo*. G1-São Paulo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/06/camara-de-sp-aprova-projeto-que-regulariza-o-terreno-da-copa-do-povo.html>> Acesso em: 02 set. 2019.

FEIJÓ, C.; CORRÊA, M. F.; LEMOS, P. de M. Financeirização, empresas não financeiras e o ciclo econômico recente da economia brasileira. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 26, Número Especial, p. 1127-11-48, dez. 2017.

FIX, M. *São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem*. São Paulo: Biotempo, 2007.

FONTES, P. Trabalhadores e associativismo urbano no governo Jânio Quadros em São Paulo (1953-1954). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 33, n. 66, p. 71-94, 2013.

FRANÇA, M. C.; LEMOS, A. I. G. *Itaquera*. São Paulo: Depto. do Patrimônio Histórico, da Prefeitura do Município de São Paulo, 1999. (Série: História dos bairros de São Paulo, n. 24).

FUCUCHIMA, L. *Sabesp: lucro líquido atinge R\$ 1,507 bi no 4º Trim, alta de 146% em 1 ano*. Economia Uol. São Paulo, 29 mar. 2019. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2019/03/29/sabesp-lucro-liquido-atinge-r-1507-bi-no-4-trimestre-alta-de-146-em-1-ano.htm>>. Acesso em: 10 set. 2019.

FRÚGOLI, Heitor. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2000.

GOULART, D. C. *O Anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)*. 2011. 275f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.

GRILLO, M. T. O. *A estratégia por trás do estratégico. Dos planos de Desenvolvimento aos Planos Estratégicos*. 2013. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Anablume, 2005 [2001].

_____. *Condição pós-moderna*. 21. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

_____. O direito à cidade. *Revista Piauí*, ed. 82, jul. 2013. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-direito-a-cidade/>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

_____. *O Enigma do Capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *O neoliberalismo. História e implicações*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

_____. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *Paris: capital da modernidade*. São Paulo: Boitempo. São Paulo. 2015.

Japoneses criaram o cinturão verde em São Paulo. Centenário da Imigração. Jornal *O Estado de São Paulo*. Economia e Negócios, em 04/03/2008.

KOWARICK, L.; BONDUKI, N. Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização. In: KOWARICK, L. (Org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

_____; CAMPANÁRIO, M. A. São Paulo, metrópole do subdesenvolvimento industrializado: do milagre à crise econômica. In: KOWARICK, L. (Org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____; CAMPANÁRIO, M. A. São Paulo, metrópole do subdesenvolvimento industrializado: do milagre à crise econômica. In: KOWAROCK, L. (org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. 2. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LANCIERI, M. F. *Modelos Organizacionais e normatividade Institucional: estudo de caso da SABESP*. (TCC). Fundação Getúlio Vargas – Escola de Direito de São Paulo. São Paulo, 2011.

LEFEBVRE, H. *A produção do espaço*. [1985]. Trad. Grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”. Núcleo de Geografia Urbana da UFMG do original: *La production de l'espace*. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000. Fev. 2006.

_____. *A revolução urbana*. 3. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. *De lo rural a lo urbano*. 4. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1978.

_____. *Espaço e Política*. Trad. Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

_____. *L' Idéologie structuraliste*. Paris: Éditions Anthropos, 1971.

_____. *O Direito à cidade*. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

LENCIONI, S. A Emergência de um novo fato urbano de caráter metropolitano em São Paulo. A particularidade de seu conteúdo sócio-espacial, seus limites regionais e sua interpretação teórica. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 82, p. 45-64, 2005.

_____. A metamorfose de São Paulo: o anúncio de um novo mundo de aglomerações difusas. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 120, p. 133-148, jan./jun. 2011.

_____. *Reestruturação urbano-industrial. Centralização do capital e desconcentração da metrópole de São Paulo. A industrial têxtil*. 1991. 285f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, 1991.

_____. Referências Analíticas para discussão da metamorfose metropolitana. In: LENCIONI, S.; VIDAL-KOPPMANN, S.; HIDALGO, R; PEREIRA, P. C. X. *Transformações sócio-territoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago*. São Paulo: FAUUSP, 2011.

MAGNANI, J. G. C. A Copa do Povo e o Vale do Lório: duas experiências sob o olhar etnográfico “de perto e de dentro”. *Áltera – Revista de Antropologia*, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 112-143, jul./dez. 2015.

MAIA, F. P.; CINTRA, J. F. U. Um problema atual. Os grandes melhoramentos. *Boletim do Instituto de Engenharia*, n. 26-27, jun./1924-dez./1926. São Paulo, p. 59-60 apud TOLEDO, B. de L. *Prestes Maia e a Origem do Urbanismo Moderno em São Paulo*. São Paulo: Empresa das Artes, 1996.

MAPA DA INDÚSTRIA PAULISTA, 2003-2016. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE. Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Estado de São Paulo. São Paulo. Abril 2019. p. 10

MARICATO, E. *O que esperar dos Planos Diretores?* Disponível em: <http://www.fau.usp.br/depprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_esperarplanodiretor.pdf> Acesso em: 24 ago. 2019.

MARTINS, J. de S. *A sociabilidade do homem simples*. Cotidiano e História na modernidade anômola. São Paulo: Hucitec. 2000.

_____. Depoimento. Periferia Revisitada. *Revista Espaço & Debates*, São Paulo, ano XVII, n. 42, p. 75-84, 2001 [Entrevista].

MARX, K. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da crítica da economia política*. Trad. Mario Duayer, Nelio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MEKARI, D. *Ocupação Copa do Povo: “Estamos aqui pelo nossos direito à cidade”*. Portal Aprendiz Uol. São Paulo, 12 de junho de 2014. Disponível em: <<https://portal.aprendiz.uol.com.br/2014/06/12/ocupacao-copa-do-povo-estamos-aqui-pelo-nosso-direito-a-cidade/>>. Acesso em: 10 set. 2019.

MELO, D. *Aeroportos de Guarulhos, Campinas e Brasília são arrematados por R\$ 24,5 bi.* UOL. São Paulo. 06 de fev. 2012. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/02/06/aeroportos-de-guarulhos-campinas-e-rasilia-sao-arrematados-por-mais-de-r-24-bilhoes.htm>>. Acesso em: 30 set. 2019.

MTST. *As linhas políticas do MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto.* Disponível em: <<https://mtst.org/quem-somos/as-linhas-politicas-do-mtst/>>. Acesso em: 02 set. 2019.

NEGRELOS, E. P. *O discurso da estratégica centralidade metropolitana.* Operação Urbana consorciada Rio Verde-Jacu e o Programa de Desenvolvimento Econômico da Zona Leste do Município de São Paulo. XIII Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Florianópolis, SC. 25 a 29 mai. 2009.

NEGRI, Barjas. *Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990).* São Paulo: Editora da UNICAMP. 1996.

NOBRE, E. A. C. *Dos Planos diretores às operações urbanas consorciadas: a ascensão do discurso neoliberal e dos grandes projetos urbanos no planejamento paulistano.* 2018. Tese (Livre-docência) – FAU, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco.* 4. reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, F. O estado e o urbano no Brasil. *Espaço & Debates*, São Paulo, n. 6, jun-set, 1982.

OLIVEIRA, J. J. M. Notícia raciocinada, p. 222 apud PETRONE, P. *Aldeamentos Paulistas.* São Paulo: Edusp. 1995.

PEREIRA, M. da S. As palavras e a cidade: O vocabulário da segregação em São Paulo (1890-1930). Periferia Revisitada. *Revista Espaço & Debates*, São Paulo, ano XVII, n. 42, p. 32, 2001.

PEREIRA, P. C. X.; TANAKA, G. M. M. Periferias: ação do Estado e construção do espaço urbano na periferia do capitalismo. In: LENCIONI, S; VIDAL-KOPPMANN, S.; HIDALGO, R; PEREIRA, P. C. X. *Transformações sócio-territoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago.* São Paulo: FAUUSP, 2011.

PETRONE, P. *Aldeamentos Paulistas.* São Paulo: Edusp. 1995.

PREFEITURA DE SÃO PAULO (cidade). *Caderno de Bacia Hidrográfica Córrego Jacu.* Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras. Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica. São Paulo. Agosto, 2016.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. *Operação Consorciada Rio Verde-Jacu.* Termo de Referência para Contratação de Empresa ou Consórcio de Empresas para Elaboração de Estudos Urbanísticos e Estudos Complementares de subsídio para atualização da Lei n. 13.872/04. Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SMDU). Disponível em:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/trouc_rio_verde-jacu_-_versao_consulta_publica_1289322052.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2017.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. *Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras. Macrorregião Leste 2*. Secretaria Municipal de Desenvolvimento. São Paulo, 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, 2002-2012*. Secretaria Municipal de Planejamento Urbano de São Paulo (SEMPA) (Org.). São Paulo: Editora Senac, 2004.

RAIMUNDO, S. L. *Território, Cultura e Política: Movimento Cultural das Periferias, Resistência e Cidade Desejada*. 2017. 274 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ROLNIK, R. São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política. In: KOWARICK. Lúcio (Org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

RUFINO, M. B. Do zoneamento a operações urbanas consorciadas: Planejamento Urbano e produção imobiliária na mercantilização do espaço em São Paulo (1970-2017). In: PEREIRA, P. C. X. (Org.). *Imediato, global e total na produção do espaço: a financeirização da cidade de São Paulo no século XXI*. São Paulo: FAUUSP, 2018.

SADER, E. Crise capitalista e novo cenário no Oriente Médio. In: HARVEY, David. *Occupy. c de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo. Carta Maior. 2012.

_____. *Quando novos personagens entraram em cena*. Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SALGADO, D. *Teve copa. E o resto?* Uol Esporte. SP. Disponível em: <https://www.uol/esporte/especiais/itaquera-.htm?fbclid=IwAR2YoqVvTCbV_Z-Ktx6uw9LGotAZs3EM_wiHdEDH3vJpsuKNFR5v5RifjUE#teve-copa-e-o-resto>. Acesso em: 01 set. 2019.

SANTOS, M. *A natureza do espaço. Técnica e tempo*. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2001.

_____. *Espaço e método*. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

_____. *Por uma Geografia nova. Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica*. São Paulo: Hucitec, [1980] 2002.

SÃO PAULO (cidade). *Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras. Quadro Analítico. Macrorregião Leste 1*. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU). Dezembro 2016.

SÃO PAULO (cidade). *Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras. Quadro Analítico. Macrorregião Leste 1*. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU). Dezembro 2016.

SÃO PAULO (cidade). Empresa Municipal de Urbanização – EMURB. *Estudos ambientais do Projeto Jacu-Pêssego*. São Paulo, outubro de 1995.

SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. *PDE 10 anos: Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo*. São Paulo: SMDU, 2012.

SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU. *O Arco do Futuro na São Paulo de hoje*. São Paulo: SMDU, 2016.

SÃO PAULO (cidade). SP Urbanismo. Diretoria de Gestão das Operações Urbanas. *Gestão das Operações Urbanas na cidade de São Paulo*. São Paulo. 2016. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/OUCs_BALAN%C3%87O_GERAL.pdf>. Acesso em: 01 out. 2019.

SEABRA, O. C. L. *Os Meandros dos Rios nos Meandros do Poder: Tietê e Pinheiros – Valorização dos Rios e das Várzeas na Cidade de São Paulo*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

_____. *Urbanização e Fragmentação. Cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão*. Tese (Livre-docência) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO (Prefeitura de São Paulo). Zoneamento ajudou a preservar o emprego industrial em São Paulo. *Informes Urbanos*, n. 22. Ago 2014.

SINGER, P. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo: Brasiliense, (1973) 1985.

SMITH, N. *Desenvolvimento Desigual. Natureza, capital e a produção do espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOARES, T. E. *Quando a leste vira centro: o desenvolvimento econômico da Zona Leste na perspectiva dos atores do Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste*. Dissertação (Mestrado). - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

SOJA, E. W. Para além de Postmetropolis. *Revista UFMG* (Universidade Federal de Minas Gerais), Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 136-167, jan./jun. 2013.

SOUZA, M. J. L. de S. Bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política. *Revista Brasileira de Geografia*. Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da

República. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 1-180, jun. de 1989.

TEIXEIRA, D. B. *As Jornadas de junho de 2013 e a crise da democracia*. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/580737-as-jornadas-de-junho-de-2013-e-a-crise-da-democracia>>. Acesso em: 02 de set. 2019.

TELLES, V. da S. Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos. In: KOWARICK, L. (Org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

TOLEDO, B. de L. *Prestes Maia e a Origem do Urbanismo Moderno em São Paulo*. São Paulo: Empresa das Artes. 1996.

_____. *São Paulo três cidades*. São Paulo: Cosac & Naify/Livraria Duas Cidades, 2004.

Unidade do PAS será fechada após reforma. *Jornal Diário Popular*. São Paulo. 05 de junho de 1996. p. 3.

VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Orgs.). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013.

VITALE, D. *Orçamento Participativo na cidade de São Paulo*. Instituto Polis; PUC-SP, 2004 76 p. (Observatório dos Direitos do Cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo, 18). Disponível em: <<http://www.polis.Org.br/uploads/865/865.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

ANEXO

LUTA PELO DIREITO À SAÚDE PÚBLICA NO JARDIM HELIAN